231

piauí

dezembro

piauí_231_R$ 38,00_ano 20_dezembro_2025
ISSN 19801750
9 771980 175002 00231

MINISTÉRIO DA CULTURA, GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVAS, E FUNDAÇÃO OSESP APRESENTAM

**Uma orquestra,
infinitas emoções.**

o s e s p

Assine a
Temporada 2026

Garanta seu
lugar em
osesp.art.br

Lei Rouanet Incentivo a Projetos Culturais

vale+ cultura

PROMOÇÃO
piauí

REALIZAÇÃO
FUNDAÇÃO OSESP
Organização Social de Cultura

CULT SP

SP SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas

MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PRONAC: 254480

ines249

piauí_231

capa *Então é Natal*, de **Vito Quintans**

colaboradores_4 Quem fez o quê na edição de dezembro
imagens **Caio Borges**

questões vultosas_6
A VERDADE DA COP
Belém não entregou o roteiro para o fim dos combustíveis fósseis, mas a ideia não pode mais ser ignorada
Bernardo Esteves + imagem **Cássio Loredano**

esquina_8 Jornalistas fogem da violenta repressão de Bukele; um decreto de Bolsonaro assombra o Arquivo Nacional; um time estritamente vegano chega à Copa do Brasil; o sarcasmo da banda Eventos Extremos na COP30; a brasileira que ganhou o Leão de Prata da Bienal de Dança de Veneza; uma rede de mães contra a violência do Estado; musa da vanguarda paulista reflete sobre a sabedoria do samba
imagens **Andrés Sandoval**

t.a.c.o. & tax_14
NO EPICENTRO
Os bastidores inéditos do tarifaço de Trump contra o Brasil
Ana Clara Costa + imagem **Ricardo Stuckert**

diário do geraldo_26
COLOQUEI MEIAS DIVERTIDAS NO CURUPIRA DA COP
...mas o pobrezinho escorregou e o cabelo de fogo raspou num fio desencapado
Renato Terra + imagem **Caco Galhardo**

vultos da república_28
O GPS
Os métodos – e a sorte – de Sidônio Palmeira, o chefe da comunicação de Lula
Luigi Mazza + imagem **Kleber Sales**

questões jornalísticas_38
OS VIVOS E OS MORTOS
Uma leitura das escolhas da grande imprensa na cobertura do massacre no Complexo do Alemão
Fernando de Barros e Silva + imagem **Eloar Guazzelli Filho**

questões geopolíticas_44
A INVENÇÃO DO NARCOTERRORISMO
O tema da segurança pública e a direita nas eleições do ano que vem
Evandro Cruz Silva + imagem **Tajh Payne**

dossiê piauí_48
GERAÇÃO DEMOCRACIA
PARTE FINAL_A BIBLIOTECA E AS RUÍNAS
José Henrique Bortoluci + imagem **Pedro Franz**

anais de uma ditadura_54
O INCONFORMADO
Um irmão morto e um homem que nunca aceitou "não" como resposta
Angélica Santa Cruz + imagem **Evandro Teixeira**

memória_62
1967-1982, PARA MEUS PAIS
Cartas de um cineasta quando jovem
Eduardo Escorel + imagem **Ruth Toledo**

autos de denúncia_70
TEIA DE ABUSOS
Modelos acusam agente e maquiador de assédio sexual
João Batista Jr.

questões fraternais_76
OLHOS EMPRESTADOS
Duas irmãs unidas pela literatura (e pelo telefone)
Armando Antenore + imagem **Bob Wolfenson**

anais do colonialismo_84
VERDADE LUSOTROPICAL
Os livros didáticos de Portugal e a dificuldade de lidar com o passado colonizador
João Sundfeld + imagem **Paul Telles**

vultos da natureza_88
UMA ARARA CHAMADA LEAR
Como uma ave de nome inglês uniu cientistas e sertanejos nos cafundós da Bahia
Fernanda Ezabella + imagem **Daniel López-Velasco**

ficção_94
CHEIRO DE MOLEQUE
Aquele sim era o lugar ideal para um pivete sem dono crescer
Renê Bionor + imagem **Edson Ikê**

poesia_98 Calor guardado no vento me impressiona
Sylvio Fraga + imagens **Luísa Fantinel**

cartas_100 Fantasias pueris e charlatanismo medieval

despedida_102
O MEXICANO DE GOIÁS
Fernando Lopes cantava bolero nos saraus de Juscelino Kubitschek
Teresa Albuquerque

colaboradores_ dezembro

Angélica Santa Cruz

Evandro Cruz Silva

Fernanda Ezabella

Luigi Mazza

Renê Bionor

Ana Clara Costa

CAIO BORGES

Vito Quintans [Capa], artista plástico, assina a direção de arte do jogo virtual *Lampião Verde: a maldição da botija.*

Bernardo Esteves [*A verdade da COP,* p. 6], repórter da **piauí**, é autor de *Admirável Novo Mundo: uma história da ocupação humana nas Américas* (Companhia das Letras). Ilustração de **Cássio Loredano**.

Ana Clara Costa [*No epicentro,* p. 14] é repórter da **piauí** e apresentadora do *Foro de Teresina.*

Renato Terra [*Coloquei meias divertidas no curupira da COP,* p. 26] é documentarista e escritor. Dirigiu *O canto livre de Nara Leão, Narciso em férias* e *Uma noite em 67,* entre outros. Ilustração de **Caco Galhardo**.

Luigi Mazza [*O GPS,* p. 28] é editor do site da **piauí**. Foi repórter da revista em Brasília e dirigiu o *Foro de Teresina.* Ilustração de **Kleber Sales**.

Fernando de Barros e Silva [*Os vivos e os mortos,* p. 38] é repórter da **piauí** e apresentador do *Foro de Teresina.* Ilustração de **Eloar Guazzelli Filho**.

Evandro Cruz Silva [*A invenção do narcoterrorismo,* p. 44], sociólogo e escritor, publicou o livro de contos *Praia artificial* e o romance *O embranquecimento* (ambos pela Patuá).

José Henrique Bortoluci [*A biblioteca e as ruínas,* p. 48], escritor, é doutor em sociologia pela Universidade de Michigan e professor da FGV. Publicou *O que é meu* (Fósforo). Ilustração de **Pedro Franz**.

Angélica Santa Cruz [*O inconformado,* p. 54] é jornalista da **piauí**.

Eduardo Escorel [*1967-1982, para meus pais,* p. 62] é cineasta. Dirigiu os documentários *Antonio Candido, anotações finais, Imagens do Estado Novo 1937-45* e *1968 – Um ano na vida,* entre outros filmes.

João Batista Jr. [*Teia de abusos,* p. 70], repórter da **piauí**, publicou *A beleza da vida: a biografia de Marco Antonio de Biaggi* (Abril). Montagem de **Beto Nejme**.

Armando Antenore [*Olhos emprestados,* p. 76], editor da **piauí**, é autor de *Júlia e Coió, Rita Distraída* e *Sorri, Lia!* (Edições SM). Fotografia de **Bob Wolfenson**.

João Pedro Sundfeld [*Verdade lusotropical,* p. 84] é jornalista formado pela Universidade de Lisboa, pós-graduado e futuro mestre em jornalismo pela Universidade Nova de Lisboa. Passou pelo esporte como redator e editor do site *Nosso Palestra*, cobriu um Mundial de Clubes em 2022 e hoje colabora com o jornal *Expresso*, de Portugal.

Fernanda Ezabella [*Uma arara chamada lear,* p. 88] é correspondente em Los Angeles, colaboradora da *Folha de S.Paulo,* integrante do júri do Globo de Ouro e conselheira da Pasadena Audubon Society.

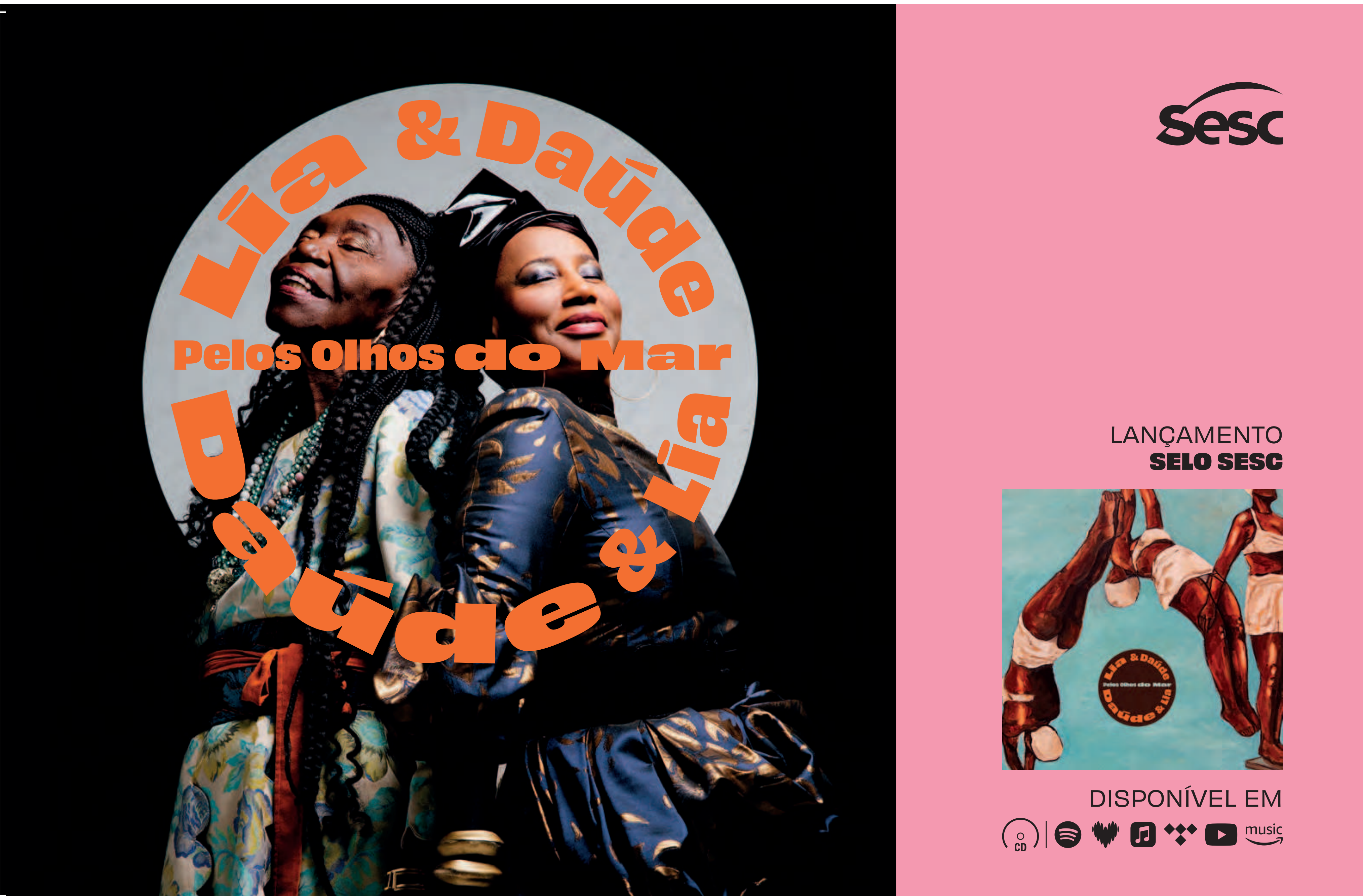
Renê Bionor [*Cheiro de moleque,* p. 94] é escritor, diretor de arte e cria do Beira-Linha. É autor de *Descartes, a vacilosofia de um outro Renê, o Bionor* (a ser publicado). Ilustração de **Edson Ikê**.

Sylvio Fraga [*Poesia,* p. 98] é poeta, compositor e diretor artístico da gravadora Rocinante, autor de *Quero-quero na várzea* (Todavia). Ilustração de **Luísa Fantinel**.

Teresa Albuquerque [*O mexicano de Goiás,* p. 102] é jornalista freelancer. Em Brasília desde 1975, trabalhou no *Correio Braziliense* e no programa de cooperação cultural IberCultura Viva.

Cartões de natal desta edição: **Adão Iturrusgarai**, **Alberto Benett**, **Aline Zouvi**, **Allan Sieber**, **André Dahmer**, **Andrício de Souza**, **Caco Galhardo**, **Caio Borges**, **Carol Ito**, **Cynthia Bonacossa**, **Daniel Kondo**, **Eloar Guazzelli Filho**, **Fabiane Langona**, **Gabriel Pardal**, **Galvão Bertazzi**, **Laerte Coutinho**, **Lya Nazura**, **Manhã Ortiz**, **Paula Villar**, **Reberson Alexandre**, **Reinaldo Figueiredo**, **Tracey K. Berglund**, **Vito Quintans**.

Ilustrações de *Esquina* por **Andrés Sandoval**.



LANÇAMENTO
SELO SESC

DISPONÍVEL EM

ines249

MILTON HATOUM
A NOITE DA ESPERA
COMPANHIA DAS LETRAS
MILTON HATOUM
PONTOS DE FUGA
COMPANHIA DAS LETRAS
MILTON HATOUM
DANÇA DE ENGANOS
COMPANHIA DAS LETRAS
O LUGAR MAIS SOMBRIO 3
MILTON HATOUM
DANÇA DE ENGANOS
COMPANHIA DAS LETRAS

COMPANHIA DAS LETRAS

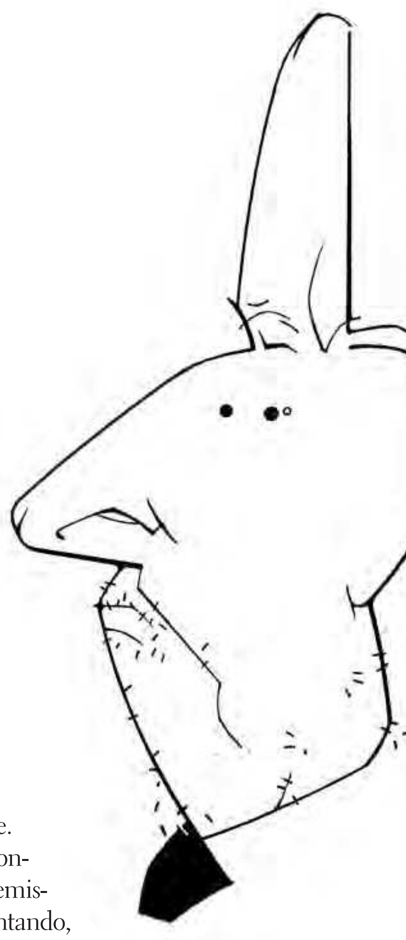
Conheça a trilogia em companhiadasletras.com.br

ines249

A VERDADE DA COP

Belém não entregou o roteiro para o fim dos combustíveis fósseis, mas a ideia não pode mais ser ignorada

BERNARDO ESTEVES, de Belém



CÁSSIO LOREDANO_2025

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, a COP30, realizada em novembro em Belém, não entregou seu resultado mais aguardado: um mapa do caminho para que os países abandonem gradualmente os combustíveis fósseis. A ideia não estava na pauta formal de negociações, mas virou o assunto principal da conferência. Encampada pelo presidente Lula, ganhou ampla adesão, mas acabou de fora do pacote de decisões.

Trocar o petróleo, o carvão e o gás natural por fontes renováveis de energia é um imperativo para minimizar o aquecimento global, já que a queima desses combustíveis fósseis responde por três quartos dos gases do efeito estufa lançados na atmosfera. Os países sabem disso, tanto que decidiram na COP28, realizada dois anos atrás em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, que fariam essa transição “de forma justa, ordenada e equitativa” – foi a primeira vez, em quase três décadas de conferências do clima, que a ideia de abandonar os combustíveis fósseis apareceu numa decisão oficial.

Faltou na época combinar quando, em que ritmo, em que ordem e com que recursos os países deixariam de usar esses combustíveis. Começar a traçar esse roteiro foi o chamado feito por Lula para a COP30, em mais de um discurso em Belém. O presidente cobrou dois mapas do caminho: para a transição energética e para o fim do desmatamento, outra fonte importante de gases do efeito estufa. Nem parecia o mesmo Lula que passou o ano pressionando o Ibama para autorizar a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, que pode tornar o Brasil o quarto maior produtor de óleo do mundo. A licença foi emitida três semanas antes da COP30.

Na abertura da conferência, o Brasil era o único país a defender a ideia de traçar o roteiro para o fim dos combustíveis fósseis, mas as adesões foram se acumulando dia após dia. Ao final da segunda semana, já eram 86 apoios oficiais segundo a conta do site Carbon Brief, incluindo três países do G7 – França, Alemanha e Reino Unido – e três do G20 – Austrália, Coreia do Sul e México, além do Brasil.

A proposta de Lula chegou a ser incluída no primeiro rascunho da decisão, mas a resistência a ela cresceu na mesma medida que o apoio. Segundo Ana Toni, diretora executiva da COP30, oitenta países não admitiam negociar uma decisão que incluísse o mapa do caminho. Como nas conferências do clima as decisões são tomadas por consenso, a ideia foi descartada. “Lula prometeu fazer em Belém a COP da verdade, mas a verdade é que muitos países não estão nem aí para o processo de negociação”, disse à **piauí** Claudio Angelo, coordenador de Política Internacional do Observatório do Clima.

Ainda assim, o presidente da COP30, o embaixador André Corrêa do Lago, se comprometeu a elaborar por iniciativa própria os mapas do caminho propostos por Lula. Ele se dedicará a essa tarefa ao longo do seu mandato de presidente da COP30, que se estende até o começo da próxima conferência. Sua iniciativa vai transcorrer à margem do trilho formal de negociação da Convenção do Clima da ONU, e nada garante que será acolhida pelos signatários. A COP31 será realizada em Antália, na Turquia, um aliado importante da Rússia, potência petroleira que se opõe a discutir o fim dos combustíveis fósseis. Embora sediada na Turquia, a COP31 será conduzida pela Austrália, que está entre os apoiadores da iniciativa.

Com ou sem mapa do caminho, a ideia ganhou tração em Belém, tanto que a Colômbia anunciou que vai sediar, em abril do ano que vem, uma conferência internacional para discutir o tema. Nunca essa pauta ocupou um espaço tão central numa conferência do clima. “A onda que se gerou em Belém vai tornando inadiável a discussão sobre o fim dos combustíveis fósseis”, disse Angelo. “O clichê diz que nada é tão poderoso quanto uma ideia cujo tempo chegou. Talvez agora seja o tempo dessa ideia.”

Enquanto esse tempo não chega, a temperatura média do planeta segue em ritmo acelerado para ultrapassar o aumento de 1,5ºC em relação ao período pré-industrial – os cientistas dão por certo que esse limiar será cruzado nos próximos anos. “Nunca tive tantas razões para estar preocupado”, disse à **piauí** o sueco Johan Rockström, um estudioso dos limites planetários para a vida segura da humanidade. “O aquecimento continua acelerado, as emissões seguem aumentando, e os pontos de não retorno estão se aproximando”, diz o cientista. “Mas ainda não é tarde demais para resolver o problema.”

Quando o mapa do caminho sumiu do rascunho da decisão da COP30, Rockström e outros seis cientistas, quatro deles brasileiros, soltaram uma nota dizendo que se tratava de uma traição à ciência. “É impossível limitar o aquecimento a níveis que protejam as pessoas e a vida sem eliminar gradualmente os combustíveis fósseis e acabar com o desmatamento”, alegaram.

Para a ambientalista Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa, o impasse em torno do tema evidencia os limites das negociações climáticas multilaterais. “Não podemos esperar dois anos para que se faça um workshop ou um diálogo sobre o fim dos combustíveis fósseis”, disse ela à **piauí**. “O processo de negociações está se tornando irrelevante, porque as respostas que temos que dar para a crise climática requerem agilidade.”

A falta de um mapa do caminho foi uma decepção, mas também houve motivos para esperança nas decisões tomadas na COP30. Os países concordaram em tentar triplicar o dinheiro para financiar a adaptação dos países em desenvolvimento ao mundo mais quente, e definiram uma série de indicadores para medir seu progresso nessa tarefa, entre outros avanços. Além disso, houve o lançamento de um fundo internacional proposto pelo Brasil com a finalidade de arrecadar recursos para proteger as florestas tropicais, recebido como uma das boas notícias de Belém.

A primeira conferência do clima realizada na Amazônia teve a maior participação indígena da história. Milhares de representantes dos povos originários brasileiros foram a Belém, embora menos de 400 tenham sido credenciados para participar oficialmente do evento. Pela primeira vez, os indígenas foram testemunhas do reconhecimento público, expresso numa decisão da COP, sobre seu papel no enfrentamento da mudança climática com a proteção da floresta e da biodiversidade em seus territórios. Durante a conferência, o governo brasileiro anunciou a homologação de quatro novas terras indígenas e os trâmites iniciais para a demarcação de outras dez. “Os compromissos estão começando a sair do papel, mas ainda falta muito mais”, disse à **piauí** Kleber Karipuna, coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Apesar de alguns improvisos, Belém conseguiu receber sem maiores contratempos logísticos as delegações de 194 países – 56 mil participantes foram credenciados, mas ainda não se sabe quantos de fato foram à conferência. Houve, é verdade, o incêndio em um pavilhão no penúltimo dia de negociações, de causa ainda desconhecida, mas o fogo foi contido com rapidez e não deixou feridos.

Afinal, a COP30 será lembrada por muitos pela boa comida, pela noite animada de Belém e pela receptividade dos anfitriões, mas também pelo calor inclemente – o que não deixou de ser oportuno, já que o propósito da reunião era discutir medidas para enfrentar a emergência climática. Lula queria mostrar essa realidade quando propôs fazer uma COP na Amazônia. E parece que teve êxito, a julgar pelo depoimento do ambientalista britânico Ed King na *newsletter* que enviou durante a conferência:

Todos os participantes tiveram a experiência de como é a vida na região equatorial. É a vida em um mundo onde a temperatura chega a 30ºC, a umidade chega a 80%, chuvas torrenciais arrastam meios de vida e inundam as ruas, e a infraestrutura precária torna as cidades poluídas e congestionadas. Devemos todos agradecer a Lula e ao Brasil por nos levar à linha de frente do clima. Da borda da Amazônia, vislumbramos a vida no que ela tem de mais extremo e alegre. É uma experiência que ninguém vai esquecer. ✪

ines249

3D Filaments
ABS and PLA

peralta

A escola nunca foi tão insubstituível como é no mundo de hoje.

Em um mundo marcado pela incerteza e pela velocidade das inovações, em que a informação e a desinformação estão por toda parte e em que a inteligência artificial responde a quase tudo, o papel da escola continua mais essencial do que nunca.

O problema não está no desinteresse das crianças e dos jovens por aprender. Eles continuam curiosos, criativos e cheios de perguntas. O desafio é oferecer experiências de aprendizado que ativem essa curiosidade e a transformem em descoberta.

Na Avenues, acreditamos que aprender não é acumular respostas prontas, mas aprender a pensar com o conteúdo, aplicando conceitos e conectando ideias, emoções e propósito. O aprendizado verdadeiramente transformador nasce da experiência: de ler, pesquisar, investigar, criar, colaborar, debater e refletir sobre o que se vive. A experiência é um processo dialético, interativo e permanente ao longo da vida.

Nosso compromisso é formar estudantes que saibam usar o conhecimento para entender e transformar o mundo, para compreender seu tempo e, sobretudo, conviver.

Por isso, nossos projetos têm um propósito e partem de perguntas autênticas, de desafios reais e de experiências que não se encontram apenas em livros, vídeos ou algoritmos.

Quando o aprendizado é vivo e tem sentido, ele deixa de ser uma tarefa e se torna uma forma de construir a identidade e estar no mundo.

É assim que a escola continua sendo um espaço insubstituível de encontro, pensamento e transformação.

Avenues The World School

AVENUES.ORG | NEW YORK | SÃO PAULO | **DE 18 MESES A 18 ANOS**

**Rethink
Possible.**

SAIBA MAIS

ines249

ANDRÉS SANDOVAL_2025

ADEUS, EL SALVADOR

Jornalistas fogem da violenta repressão de Bukele

Quando soube que estava em uma lista de jornalistas e ativistas sociais vigiados pela polícia de El Salvador, a radialista Mónica Rodríguez entendeu que não era mais possível permanecer em seu país. Aos 41 anos, ela trabalhava na rádio Bálsamo, uma emissora comunitária do departamento litorâneo de La Libertad. Em meados de maio passado, cobriu uma série de protestos de famílias desalojadas por decisão da Justiça na capital, San Salvador. No dia 23, Rodríguez e o marido rumaram na surdina para a vizinha Guatemala, sem passar pelo controle fronteiriço, por medo de serem presos. Desde então, seguem no exílio. “Não há mais condições de se praticar jornalismo independente em El Salvador”, lamenta a radialista.

De janeiro até meados de novembro, 53 jornalistas deixaram o pequeno país centro-americano de 6,3 milhões de habitantes, de acordo com a Associação de Jornalistas de El Salvador (Apes, na sigla em espanhol). A entidade não possui uma estimativa do número de jornalistas em atividade no país, pois faltam dados confiáveis sobre as pequenas rádios comunitárias do interior. Mas o presidente da associação, Sergio Arauz, afirma que desde o fim da guerra civil, que durou de 1979 a 1992, não havia um êxodo tão grande de profissionais de comunicação salvadorenhos. “É importante perceber que esse grupo de exilados é formado, na maior parte, por repórteres e editores experientes, os melhores do país, o que gera um vazio informacional gigantesco”, diz Arauz.

Recorrendo às categorias do cientista político americano Steven Levitsky, os especialistas classificam o governo do presidente Nayib Bukele como um “autoritarismo competitivo”, com crescente erosão institucional e restrição às liberdades civis. Eleito presidente pela primeira vez em 2019, Bukele adotou uma política linha-dura contra as *pandillas*, gangues que desde os anos 1990 aterrorizavam o país – e apostou no encarceramento em massa. Hoje, o país possui o maior índice de presos do planeta: 1 659 detentos para cada 100 mil habitantes, segundo estatística da Universidade de Londres (o Brasil vem na 14ª posição, com 416 presos para cada 100 mil habitantes). Assim, reduziu a quase zero o índice de homicídios que, há dez anos, era o maior do mundo.

Graças a isso, Bukele chamou a atenção da extrema direita mundo afora, inclusive a do Brasil, que agora faz da segurança uma bandeira para as eleições de 2026 e não esconde a admiração pelos métodos do salvadorenho. No dia 17 de novembro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e seu irmão, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), viajaram a El Salvador para conhecer de perto as políticas públicas de combate às gangues.

Ainda no primeiro mandato, fortalecido politicamente pelos altos índices de popularidade, Bukele conquistou maioria no Parlamento e realizou o sonho da extrema direita em qualquer democracia: controlar o Judiciário e o Ministério Público. Contrariando a própria Constituição salvadorenha, que proíbe a reeleição, ele conseguiu na Justiça o direito de concorrer a um segundo mandato, no início de 2024. Venceu com folga.

Àquela altura, a democracia salvadorenha já estava sendo ferida de morte. Por causa da alegada guerra de Bukele contra o crime, o país vive desde março de 2022 sob um regime de exceção, com restrições ao direito de defesa e ao princípio da inocência. Nesse período, mais de quatrocentos presos morreram dentro das penitenciárias salvadorenhas. Entidades de direitos humanos estimavam em 2024 que apenas um terço dos presos fossem de fato *pandilleros*.

Ainda assim, a liberdade de imprensa seguia vigente no país – ao menos até maio passado. No dia 1º daquele mês, o portal de notícias *El Faro*, principal veículo jornalístico salvadorenho, publicou entrevistas em vídeo com dois líderes de uma das *pandillas*, a Barrio 18, em que eles detalharam como Bukele negociara apoio político com as gangues desde os tempos em que era prefeito da capital, San Salvador. “As reportagens revelavam que, em vez de inimigo das *pandillas*, como o presidente propagandeava, ele era na verdade sócio das gangues”, diz Óscar Martínez, um dos jornalistas que produziram o material. A repercussão foi explosiva: somados, os três vídeos de entrevistas tiveram cerca de 2 milhões de visualizações no YouTube. “Foi a gota d’água que derramou o jarro todo”, resume Martínez.

Dias antes da veiculação das reportagens, o jornalista foi para Nova York, para onde o *El Faro* transferiu sua sede oficial em 2023, a fim de evitar atos repressivos de Bukele. Tratava-se de um procedimento de rotina no portal: a cada reportagem mais crítica ao governo salvadorenho, os jornalistas que a assinavam deixavam o país por alguns dias.

Dessa vez, com a revelação da sociedade oculta de Bukele com o crime, foi diferente. No dia seguinte à publicação, em 2 de maio, Martínez soube que havia sete mandados de prisão pelo crime de associação criminosa contra os jornalistas do *El Faro* que participaram da produção da reportagem. Todos adiaram a volta ao país.

Um mês depois, Martínez e oito colegas do portal se preparavam para embarcar em um voo comercial de San José, na Costa Rica, para San Salvador, quando souberam por fontes do governo Bukele que seriam capturados assim que saíssem do avião. “Iriam plantar cocaína nas nossas malas e nos prender em flagrante por tráfico de drogas”, conta o jornalista, que foi para a Guatemala e, depois, para o México, onde permanecia até o fim de novembro. “Bukele tornou-se um ditador de fato, e não há perspectiva de melhoras. Ditadores nunca dão um passo atrás”, diz.

A **piauí** perguntou ao secretário de imprensa de Bukele, Ernesto Sanabria, sobre o êxodo de jornalistas do país e as crescentes medidas autoritárias do governo, mas não houve retorno.

O mês de maio trouxe outras evidências de que El Salvador já não está em um regime democrático. No dia 10, um grupo de pessoas protestou em frente à residência de Bukele contra uma ordem judicial de despejo de suas casas (foi esse evento que a radialista Mónica Rodríguez acompanhou de perto). A manifestação foi pacífica, mas cinco ativistas foram presos pela polícia sem acusação clara. Em seguida, Bukele ameaçou as organizações de direitos humanos salvadorenhas com uma norma recém-aprovada pelo Congresso, chamada Lei de Agentes Estrangeiros, que tributa em 30% qualquer entidade que receba dinheiro do exterior, o que atinge quase todas as que atuam no país.

O golpe mais forte veio na noite de 18 de maio, quando Ruth López, advogada e líder da organização de direitos humanos Cristosal, foi presa em casa, acusada de enriquecimento ilícito. Com a prisão de López, figura com projeção internacional, começou uma silenciosa fuga de jornalistas e ativistas sociais. A Cristosal encerrou suas atividades em El Salvador, transferindo toda a sua estrutura para Honduras e Guatemala.

Apenas em maio, 31 jornalistas deixaram o país, uma média de um por dia, de acordo com a Apes. Um deles foi Gabriel Labrador, repórter do *El Faro*. Embora não tenha participado diretamente das entrevistas com os *pandilleros* sobre o acordo de Bukele com as gangues, Labrador começou a notar episódios estranhos no seu entorno já em 1º de maio, quando o portal começou a publicar as reportagens. Ele e seu irmão gêmeo tiveram os celulares furtados quase na mesma hora, em pontos distintos de San Salvador. No dia seguinte à prisão de Ruth López, Labrador dirigia pelas ruas da capital quando percebeu que estava sendo seguido. No dia 21, policiais bateram à porta da casa de seus pais, à procura do jornalista. “Creio que o banco de dados da polícia estava desatualizado, e eles pensaram que eu ainda morava com os meus pais”, diz.

Naquele mesmo dia, Labrador decidiu deixar El Salvador. Despediu-se da esposa e do filho de 5 anos e tomou um ônibus noturno rumo à Guatemala. Quatro meses depois, sua mulher e o filho se juntaram a ele. Atualmente, eles moram no México. “Não vejo perspectivas de voltar. A minha família não ficaria tranquila”, afirma Labrador, segundo o qual todos os quinze jornalistas do *El Faro* vivem agora

ines249

no exílio. O portal de notícias segue no ar. “Embora seja complicado trabalhar à distância, não deixaremos de exercer nosso papel”, diz Óscar Martínez.

Nem a própria Apes escapou da perseguição. Seus quatro diretores também optaram por deixar El Salvador para escapar da Lei de Agentes Estrangeiros, pois a entidade recebe subvenção de entidades internacionais. Segundo Arauz, é a primeira vez que isso acontece na história da associação de jornalistas, fundada em 1936. ✪

Allan de Abreu

O FANTASMA DO PRÉDIO ROSA

Um decreto de Bolsonaro assombra o Arquivo Nacional

Na Praça da República, região central do Rio de Janeiro, há um prédio rosado que data de 1868. Construído para abrigar a Casa da Moeda, em 1985 ele mudou de função: tornou-se a sede do Arquivo Nacional (AN), autarquia que naquela década passava por uma revitalização promovida pela diretora Celina Vargas.

A neta do presidente Getúlio Vargas elaborou a Lei de Arquivos, que promulgada em 1991 tornou mais eficiente e transparente a gestão de dados governamentais no Brasil. Mas bastou um único decreto em 2019 para derrubar o cerne dessa legislação, comprometendo a preservação de arquivos e encarecendo a consulta de documentos públicos.

O mais espantoso é que, seis anos depois de ter sido assinado pelo então presidente Jair Bolsonaro, o decreto segue em vigor – para desalento dos servidores do AN, que buscam mudar a situação.

O Decreto nº 10148 desmontou parte das responsabilidades atribuídas ao Arquivo Nacional. A autarquia perdeu principalmente a atribuição de autorizar ou não a eliminação de documentos produzidos pela administração pública. Ao instituir o que foi chamado de “guarda compartilhada” de documentos, o decreto permitiu que os órgãos públicos federais façam a tutela de seus acervos.

O problema é que muitos desses órgãos não têm setores especializados para esse trabalho e tampouco empregam arquivistas e bibliotecários. A alternativa tem sido a terceirização: bate-se à porta de empresas privadas, que assim se tornam guardiãs de documentos que deveriam ser de responsabilidade do Estado.

Na prática, o decreto aumentou as despesas do governo. Uma edição de novembro de 2023 da newsletter *Giro da arquivo*, especializada em arquivologia, trouxe cifras escandalosas: entre 2019 e 2023, a terceirização já arrancou dos cofres públicos cerca de 790 milhões de reais, enquanto o orçamento do Arquivo Nacional no mesmo período foi de 426 milhões. A Presidência da República é a maior contratante de serviços privados para a guarda de seus documentos.

O que acontece em Minas Gerais há algumas décadas ilustra o absurdo. Como a terceirização de arquivos é prática antiga no âmbito estadual, uma empresa de capital misto, a Minas Gerais Administração e Serviços (MGS), tem sob sua responsabilidade aproximadamente 80 mil metros lineares de documentos (unidade-padrão dos arquivistas, o “metro linear” é a medida que os documentos ocupam nas prateleiras onde são enfileirados). No próprio Arquivo Público Mineiro estão guardados apenas cerca de 3 mil metros lineares. Longe de ser uma mera solução logística, essa transferência colocou boa parte do patrimônio documental de Minas fora do alcance da instituição responsável por sua custódia legal.

Professor de arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Renato Venâncio avalia que essa prática fere diretamente a Lei de Arquivos, que atribui às instituições oficiais a responsabilidade pela gestão e preservação do patrimônio documental. Quando assumem a guarda desse patrimônio, as empresas limitam-se a cumprir a função de depósito, sem o cuidado de preservação e catalogação que o material exige. Venâncio também alerta que um grande volume de documentos recentes está indo para esses depósitos sem que se tenha avaliado se caberiam na categoria de “guarda permanente”, que reúne documentos de valor histórico, social e legal, que não podem ser descartados.

Em 2019, ano em que foi baixado o decreto que esvaziou as funções do AN, Ivana Parrela e Milene Costa, pesquisadoras do setor arquivístico, publicaram na coleção *Minas de números*, da Fundação João Pinheiro, um artigo crítico à chamada “guarda terceirizada de documentos” – expressão que, segundo elas, não passa de um eufemismo para “acervos acumulados sem avaliação”. O texto alertava para o valor elevado que as empresas cobram de quem deseja consultar esses acervos.

As próprias autoras desistiram de uma pesquisa sobre estatísticas de Minas Gerais por causa do preço estabelecido pela MGS para “desarquivar” documentos. O valor desses serviços é terrivelmente opaco. Breno Silveira escreveu uma dissertação de mestrado em ciência da informação na UFMG a respeito da MGS e a terceirização dos arquivos públicos mineiros. Nem assim conseguiu acesso à informação sobre os preços.

A gestão de Celina Vargas no AN na década de 1980 e a promulgação da Lei de Arquivos em 1991 representaram a “modernização dos arquivos brasileiros”, segundo Beatriz Kushnir, professora do programa de pós-graduação em gestão de documentos e arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Insuflada pelos ares da redemocratização e em sintonia com as melhores práticas internacionais, a lei organizou o trabalho da autarquia em torno de três eixos – recolhimento, preservação e difusão – e consagrou a transparência como princípio.

No início dos anos 2000, veio a renovação física do AN, com uma grande reforma de suas instalações promovida por Pedro Parente, ministro-chefe da Casa Civil dos governos de Fernando Henrique Cardoso. Hoje, o Bloco F do AN, atrás do prédio rosado no Rio, abriga cerca de 55 km lineares de documentos dos mais variados tipos – fotografias, mapas, plantas arquitetônicas, coleções de livros raros, charges, ilustrações.

Muitos servidores do Arquivo Nacional nutriam a esperança de que o governo Lula retomasse esse ciclo virtuoso. Eles ficaram frustrados com a falta de iniciativa de Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, pasta à qual o AN está vinculado. Em resposta à consulta da **piauí**, o ministério disse que está “em diálogo” com o AN para chegar a “um novo normativo” que substitua o Decreto nº 10148.

“Tudo isso tem a ver com o papel do Arquivo Nacional na administração pública, que sempre foi muito periférico”, diz Angélica Ricci, presidente da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional. Em abril passado, a associação preparou um projeto de decreto para substituir o fantasma deixado por Bolsonaro. Lá se encontram disposições que reafirmam a Lei de Arquivos, consagrando o Arquivo Nacional como o custodiador definitivo de documentos do governo federal, inclusive os digitais. Ainda há tempo de corrigir o estrago. ✪

Danilo Marques

O DRIBLE DA VACA

Um time estritamente vegano chega à Copa do Brasil

Depois de traçar quatro refeições veganas ao longo do dia, o centroavante Kaiky Silva dispensou a ceia noturna servida no Laguna, um clube de futebol potiguar. Na sede do time em Tibau do Sul, perto da Praia de Pipa, a regra é clara: nenhum alimento que contenha carne, leite, ovos, mel ou derivados pode ser consumido. A multa para quem entrar com algum item proibido é de até 40% do salário do mês.

Acompanhado de um cúmplice, Kaiky pediu um pastel de carne pelo aplicativo de *delivery*, a fim de devorá-lo do lado de fora do clube. Cometeria, porém, outra infração, pois já passavam das 22 horas, a badalada do toque de recolher obrigatório. Ele e o amigo saíram de fininho para apanhar a encomenda, mas foram azarados: o fundador e técnico do time, Gustavo Nabinger, estava passeando com o cachorro. “Na hora que me viram, saíram correndo. Falei: ‘Estou vendo vocês escondidos atrás do carro, eu não sou idiota’”, conta o cartola.

Multado em 100 reais por estar fora do clube no horário proibido, Kaiky lembra, rindo, do episódio: “Foi o pastel mais caro da minha vida.”

Meses depois, em agosto de 2024, Kaiky virou notícia por outro motivo: foi vendido para o Botafogo, em uma transação de 2 milhões de reais, anunciada como a maior da base do futebol do Rio Grande do Norte (ele está hoje de volta ao Laguna, por empréstimo). A aquisição chamou a atenção para o time fundado em 2022 e que, desde então, vem subindo degrau a degrau: foi vice e campeão da série B do Campeonato Potiguar, ganhou o bronze na primeira divisão e no ano que vem estreará tanto na Copa do Brasil quanto na série D do Campeonato Brasileiro.

Gaúcho de Porto Alegre, Gustavo Nabinger, de 42 anos, atuou como volante em clubes pequenos e treinou a base de outros, como os campinenses Ponte Preta e Guarani. Quando decidiu fundar a própria Sociedade Anônima do Futebol (SAF), achou que o estado do Nordeste era uma boa pedida, com um mapa de deslocamentos curtos para os jogos estaduais e praias lindas como atrativos para os talentos da bola.

A decisão de criar um clube com causa, como ele diz, foi natural. Nabinger admirava o espanhol Athletic de Bilbao, que, para reafirmar a autonomia do País Basco, costuma contratar somente jogadores bascos. De um vídeo sobre o time, o gaúcho pinçou uma frase que costuma repetir: “Decidimos vencer menos para ganhar mais.”

Anos atrás, ele conheceu o Forest Green Rovers, clube centenário da terceira divisão do campeonato inglês e vegano desde 2015. “Vi que era um time sustentável, que queria fazer um estádio totalmente de madeira. Aquilo me chamou muito

ines249

a atenção.” Uma ONG apresentou um clube ao outro e propôs o amistoso herbívoro, mas o Forest avisou que não faz viagens de avião para reduzir as emissões de carbono.

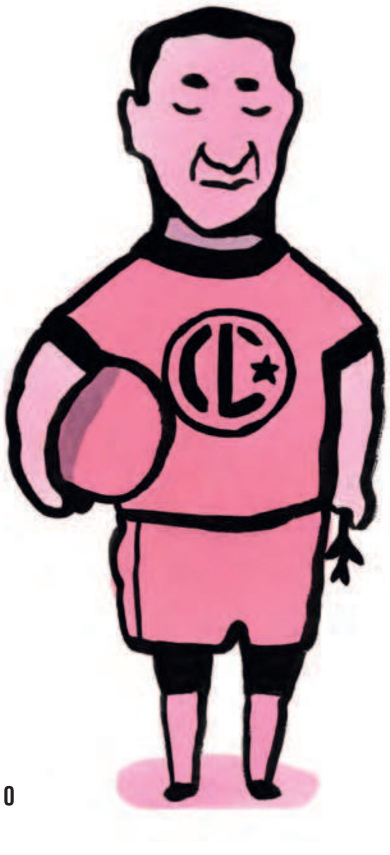
O Laguna é adepto de boas práticas ESG (ambientais, sociais e de governança), mobiliza funcionários e jogadores para mutirões de limpeza das praias e proibiu os jogadores de ter contas em casas de apostas (o clube anunciou que nunca fará propaganda de *bets*).

Vegetariano desde 2003 e vegano desde 2020, Nabinger decidiu que a bandeira mais visível seria o banimento de produtos de origem animal da alimentação e, até onde for possível, de outros materiais (ele se incomoda, por exemplo, com a falta de certificação vegana para colchões, que podem conter proteína do leite usado na composição de malhas mais macias). No cardápio do Laguna, tem espaço até para churrasco, mas com linguiça de ervilha, espetinho de soja, hambúrguer de grão de bico e legumes na brasa. “Eles dizem que nem parece vegano”, afirma a chef Mirna Ribeiro.

A **piauí** falou com quatro ex-jogadores e um ex-funcionário, ainda hoje carnívoros. Todos contaram que as refeições são boas, que se sentiam fortes e mais leves nos treinos. Alguns relataram que, na fase de adaptação, a microbiota intestinal sentiu o baque. “Tinha que ir toda hora pro banheiro”, recorda França Muniz, hoje no Porto Velho.

O consumo de carne fora da sede está liberado. Dentro, porém, a vigilância é rigorosa – e pode ter a ajuda de algum fofoqueiro. “Alguém contou pra gente que um jogador comia Nutella escondido no café da manhã”, diz Nabinger. Era Gabriel de Lima, que mais tarde trocou o futebol pela carreira de modelo. Mas ele diz que não foi nada disso: “Eu confundi vegetariano com vegano.” Tudo acabou bem, e Lima foi convidado a experimentar o creme de avelã sem leite de um dos patrocinadores.

Em um caso mais tenso, um jogador gaiato levou hambúrguer de carne bovina para uma das cinco cozinheiras fritar. Um dirigente viu a cena pela câmera de segurança. O atleta acabou demitido, e a funcionária, constrangida, pediu as contas.



O Laguna foi fundado por três sócios: Nabinger (que calcula ter investido 3 milhões de reais nos primeiros dezoito meses), sua irmã e um amigo. Neste ano, recebeu um aporte (de valor não divulgado) de um gestor de investimentos. Os patrocinadores (produtos vegetais), chegam a cobrir 10% dos custos nos melhores meses. No planejamento da expansão do *soft power* do clube havia o plano de fazer um documentário com ares de *Ted Lasso* – série de tevê que trata de modo bem-humorado o ambiente futebolístico –, mas o projeto não foi adiante.

Foi pensando em conquistar fãs que o time escolheu um tom vibrante de cor-de-rosa para o uniforme, o que rendeu ao escrete a alcunha de “algodão-doce”. Terá sido um tapa com luva de goleiro na masculinidade tóxica? “Vou ser sincero: a gente precisava ter uma camisa com uma cor neutra. Se eu fizesse uma camisa verde, quem torce pro Corinthians nunca ia ter. Se eu fizesse uma camisa vermelha, quem torce pro Grêmio nunca teria o Laguna como segundo time”, explica Nabinger. “Sobrou, então, basicamente laranja, roxo e rosa.”

Atento a um discurso mais tolerante, porém, o time fez questão de incluir no jogo de camisas o número 24, algo raro no futebol até poucos anos atrás. O escolhido para vestir o número foi o paraguaio da equipe. “No Paraguai não existe essa questão, né?”, diz o técnico, referindo-se à associação que se faz no Brasil entre homossexualidade e 24, que é o número do veado no jogo do bicho.

Das arquibancadas dos times rivais, os jogadores já ouviram coisas como “time de todes” e “churrasco de alface”, relembra Johann Buetes Arndt, que foi neste ano para o Juventus Jaraguá. Os atletas não se importam, mas não têm sangue de barata.

No futebol do estado, o Laguna tem relação amigável com o adversário chamado Alecrim e mantêm uma rivalidade ferrenha com o QFC (nada a ver com a KFC, a lanchonete de frango frito). Em uma partida em outubro do ano passado, um atleta levou cartão amarelo por comemorar um gol além do tempo, e Nabinger acabou expulso da partida. Segundo a ocorrência registrada pelo árbitro, o então presidente do time gritou: “Apita essa porra direito, seu safado.” A carne é fraca – e o algodão é doce, mas não é mole, não. ✪

Daniel Bergamasco

ROCK IN BELÉM

O sarcasmo da banda Eventos Extremos na COP30

“Agora pra encerrar o show, vamos cantar uma música de resistência”, brincou ao microfone o ambientalista Ricardo Baitelo. Era o encerramento do show da banda Eventos Extremos, na Festa das ONGs realizada em 15 de novembro na COP30, em Belém. Na guitarra, soaram os primeiros acordes da popularíssima canção *Evidências*. Porém, no lugar da declaração de amor cantada por Chitãozinho & Xororó, a letra agora dizia:

E nessa loucura
De dizer que eu sou sério
Vou negando a ciência
Disfarçando as evidências [...]
Faço tipo, falo em ser líder global
Mas depois renegoooo...

“Essa é uma versão petroleira de *Evidências*, como se fosse o Lula cantando”, diz o jornalista Claudio Angelo, baixista da banda e coordenador do Observatório do Clima, uma rede de entidades ambientalistas. A versão da Eventos Extremos satiriza a atitude do presidente, que ora pretende liderar a transição energética para um futuro sem combustíveis fósseis, ora defende a exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas – dualidade que inflamou as conversas em Belém.

O chamado “mapa do caminho para longe dos combustíveis fósseis” foi um dos grandes nós das negociações e acabou não entrando no texto da decisão final da COP30, que terminou no dia 22 de novembro.

A Eventos Extremos foi criada em 2015 como uma brincadeira de ambientalistas e jornalistas. Claudio Angelo se encontrou numa padaria em São Paulo com Ricardo Baitelo, que o chamou para fazer parte de uma banda com a qual pretendia se apresentar na COP21, em Paris. “Topei na hora”, lembra Angelo, de 50 anos.

A ideia inicial era tocar canções que falassem de clima e meio ambiente, mas logo os integrantes perceberam que era melhor criar suas próprias versões – em geral, paródias – a partir de clássicos do rock. “Começamos a pegar músicas que existem e fazer versões climáticas; depois, começamos a desenvolver as autorais”, conta Baitelo, de 49 anos, vocalista, guitarrista e trompetista da banda e coordenador do Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema). Também participa do grupo Gustavo Faleiros, de 47 anos, jornalista ambiental e baterista. O trio costuma ganhar o reforço dos colegas ativistas e ambientalistas JP Amaral, Melissa Menezes e André Kishimoto.

O estímulo para a criação da Eventos Extremos veio da banda americana The Potentials, formada em 2008 por pesquisadores do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU. Uma das fundadoras do grupo foi a cientista brasileira Suzana Kahn Ribeiro.

O show em Paris não aconteceu – e a Eventos Extremos teve que esperar oito anos para se apresentar pela primeira vez em uma COP. “Em 2023, fizemos um *pocket show* dentro do Pavilhão do Brasil, na COP28, em Dubai. Um acústico com dois violões e um *cajón*”, lembra Angelo. O *cajón* é um instrumento percussivo de madeira em formato de caixa, que também serve de assento para o músico. Depois de Dubai, o grupo fez shows em Brasília e em São Paulo. Foram um aquecimento para as apresentações esperadas na capital paraense.

ANDRES SANDOVAL_2025

Na primeira semana de novembro, no embalo da COP de Belém, a banda lançou o primeiro álbum autoral, *Eventos Extremos 2°*, com oito faixas (disponível no Spotify), como *Vai dar certo (talvez não)* e *Vô desmatá*. Mas são as versões que fazem mais sucesso nos shows (estão disponíveis no site da banda e no YouTube). Além de *Evidências*, o trio traz *Tereza Cristina*, uma versão de *Lady Madonna* dos Beatles que satiriza a ex-ministra da Agricultura do governo Bolsonaro e atual senadora do Progressistas:

Tereza Cristina
Quer me envenenar
Eu não sou inseto para exterminar.

Outra música, *Cringe* (gíria para algo brega ou constrangedor), baseada na canção *Creep*, da banda americana Radiohead, ironiza a discrepância entre as expectativas criadas pelas COPs e o resultado que de fato elas entregam:

A COP é cringe
A COP é mico.

Quando a banda publicou o clipe dessa versão no Youtube em 2021, um homem levou a sério demais e foi reclamar nos comentários. “Ele disse que era um desrespeito, porque ia todo ano às COPs”, conta Angelo.

Para os integrantes da banda compor sátiras e se apresentar com a Eventos Extremos é uma forma de refúgio mental e uma maneira de trazer para a música, de maneira brincalhona, temas importantes discutidos dentro das salas de negociação. “Eu acho que é um jeito de botar pra fora a frustração, mas de um jeito transformador”, afirma Angelo. “Em vez de ficar só chorando, vamos tirar um sarro dessa situação. É um jeito de a gente resistir, continuar a ação.”

ines249

Ao final da apresentação para cerca de 1,5 mil pessoas na Festa das ONGs, em Belém, os integrantes do grupo estavam exultantes. “Esse foi disparado o nosso melhor show. A gente teve tempo de ensaiar, o som estava o.k. e tinha a galera vibrando muito”, diz Angelo. Além de ambientalistas e jornalistas, compareceram na festa algumas autoridades, como a ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Social da Colômbia, Irene Vélez, e a ministra dos Povos Indígenas do Brasil, Sonia Guajajara.

Nos dias seguintes, a Eventos Extremos fez mais duas apresentações: num pub e na Festa para Adiar o Fim... do Mundo, na Casa Balaio, um casarão histórico recém-restaurado. “Belém foi uma virada de chave pra gente. Muitas pessoas que já nos conheciam há muito tempo agora nos associam com a banda”, conta Baitelo.

Em 20 de novembro, um estande no Pavilhão dos Países da COP30 sofreu um princípio de incêndio, sem vítimas, mas que provocou a evacuação da área e um atraso nas negociações. No dia seguinte, durante a conversa com os integrantes da banda, perguntei se o episódio serviria de inspiração para uma nova música. “Olha só, você acaba de dar uma boa ideia”, disse Baitelo. “Fogo no parquinho da cidade poderia ser o subtítulo.”

Ainda é cedo para saber como será a letra da música sobre as labaredas da COP30. Mas, em homenagem à tradição musical do Pará, Baitelo já imagina que estilo de música o grupo deve escolher: “Tem que ser um carimbó, isso é certo.” ✪

Pedro Tavares

CENA DA RESSURREIÇÃO

A brasileira que ganhou o Leão de Prata da Bienal de Dança de Veneza

Em 2020, quando fazia um mestrado em artes cênicas em Amsterdã, a atriz gaúcha Carolina Bianchi, de 41 anos, ficou obcecada com a morte estúpida da *performer* italiana Pippa Bacca, que em 2008 deixou Milão com a intenção de viajar de carona pelo Oriente Médio, sempre vestida de noiva. Bacca fazia parte de uma performance coletiva chamada *Brides on tour*, cuja intenção era provar que mesmo em regiões conflagradas a solidariedade – na forma de uma carona – supera a brutalidade.

Pipa Bacca nunca chegou ao destino da empreitada, Jerusalém. Depois de três semanas de périplo, foi dopada, estuprada e estrangulada no interior da Turquia. Essa história teve profundas ressonâncias pessoais para Bianchi, que a usou como mote para a peça *A noiva e o boa noite Cinderela*, premiada com o Leão de Prata da Bienal de Dança de Veneza deste ano.

O prêmio de dança se justifica pelos componentes fortemente coreográficos da peça, como ressaltou Wayne McGregor, diretor do departamento de dança da Bienal: “Carolina Bianchi é uma *performer*, diretora, escritora e *criadora de imagens* extraordinária, que frequentemente utiliza o corpo como elemento central em seu trabalho, criando experiências altamente pessoais, viscerais e coreográficas que nos tocam e desafiam.”

No palco, falando para o público, Bianchi diz: “Eu sou a autora e diretora dessa peça. Eu não sou a protagonista. A protagonista está morta. E, portanto, meu trabalho aqui consiste em todo tipo de tentativa de ressurreição.”

Bacca não é a única a ser “ressuscitada” pela atriz de 41 anos. O mesmo ocorre com Eliza Samudio, morta em 2010 a mando do goleiro Bruno Fernandes. Quando Samudio é lembrada na peça, são projetadas em cena as pinturas que Botticelli fez inspirado em uma das novelas do *Decameron*, de Boccaccio, com a história de um cavaleiro fantasma que manda seus mastins atacarem uma jovem, que depois tem seu coração arrancado para alimentar os cães. É o detalhe mais macabro da morte de Samudio: supõe-se que seu cadáver tenha sido esquartejado e que uma de suas mãos foi jogada aos cães do goleiro.

A noiva e o boa noite Cinderela é o primeiro “capítulo” (como Bianchi denomina) de *Cadela força*, trilogia que a atriz espera concluir no ano que vem. Na peça, em um solilóquio vertiginoso, ela compara a recorrência de feminicídios a uma sequência infinita de capítulos: “Ao longo de quantos capítulos é possível manter-se viva? Um? Três? 146? [...] 146 é o número de capítulos que a protagonista de uma novela gravou antes de ser assassinada por seu companheiro a tesouradas.” Neste ponto, a peça “ressuscita” a atriz Daniella Perez, morta em 1992 por Guilherme de Pádua, seu colega de elenco em uma novela da Rede Globo.

Na cena mais perturbadora, Bianchi toma tranquilizantes e fica apagada por meia hora – é uma alusão ao “Boa noite, Cinderela”, golpe em que estupradores e ladrões colocam drogas na bebida de suas vítimas. Foi o que aconteceu com Pippa Bacca e com a própria Carolina Bianchi, que há cerca de dez anos foi dopada por um abusador. “Os meus traumas não acabaram. Tudo continua, você vai continuar lidando com todos os infernos”, ela diz.

Por tudo isso, a crítica de teatro Kate Wyver, do jornal britânico *The Guardian*, disse que *A noiva e o boa noite Cinderela* é uma peça que parece “verdadeiramente – e às vezes perigosamente – viva”. Bianchi borra a fronteira entre o que é ou não ensaiado, já que a cada noite o seu corpo pode reagir de maneira diferente ao coquetel de tranquilizantes.

Filha de músicos, Carolina Bianchi vive hoje em Amsterdã. Desde a infância e a adolescência em Porto Alegre esteve envolvida em atividades criativas. “Eu gostava muito de escrever”, diz. “Na escrita, as coisas iam se acumulando numa espécie de vertigem assim alucinatória.”

Com 18 anos, ela se mudou para São Paulo, onde se dividiu entre a Escola de Arte Dramática da USP e vários empregos. Em 2006, fundou com amigos a Cia. dos Outros, que esteve em atividade por dez anos. Um único trabalho do grupo chamou atenção: *A pior banda do mundo*, peça inspirada na HQ de mesmo nome, do quadrinista José Carlos Fernandes.

Em 2016, Bianchi fundou um novo coletivo, o Cara de Cavalo, com o qual passou a explorar criticamente os cruzamentos entre arte, sexualidade e violência, em peças como *Mata-me de prazer* e *Quiero hacer el amor*. Em *Lobo*, de 2018, a atriz se espelhou em Artemisia Gentileschi, pintora italiana do século XVII que foi estuprada por seu tutor artístico.

Devido à natureza radical de seu trabalho, o coletivo Cara de Cavalo amargou anos difíceis, sem encontrar patrocínio para suas produções. O primeiro capítulo de *Cadela força* virou tudo do avesso. Desde sua estreia em 2023, no festival internacional de teatro de Avignon, na França, *A noiva e o boa noite Cinderela* vem impressionando espectadores e entusiasmando a crítica, que já comparou Bianchi a expoentes da performance, como a sérvia Marina Abramović, a cubana Tania Bruguera e a guatemalteca Regina José Galindo.

The brotherhood (A irmandade), o segundo capítulo de *Cadela força*, estreou em Bruxelas, em maio, e começou em novembro a primeira temporada em Paris, no teatro La Villette. A peça é um comentário sobre a forma como, ao longo da história, os homens se associaram para conservar seu poder opressivo sobre as mulheres. Mas o programa avisa que o espetáculo se afasta de abordagens simplistas e reconhece “a admiração que essa irmandade nos desperta quando relacionada à história da arte”. Deve ser por isso que, antes do início da peça, Bianchi faça este alerta aos espectadores: “Minha perspectiva é a confusão.” ✪

Danilo Marques

SEDE DE JUSTIÇA

Uma rede de mães contra a violência do Estado

Uma espécie de colcha de retalhos foi desenrolada na sala onde acontecia uma audiência na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, da Câmara dos Deputados, em 15 de outubro passado. Com 10 metros de largura e 3 de altura, reunia em torno de sessenta ilustrações, cada uma delas contando uma história de vida interrompida pela violência. No alto, lia-se o título: “Lutos e sonhos das mães da Raave.”

A junção de retalhos ilustrados por mulheres que perderam filhos durante ações policiais em comunidades cariocas forma uma espécie de estandarte da Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado (Raave). A entidade dá apoio jurídico e psicológico às mulheres, além de fazer a ponte entre elas e a assistência social.

Em 7 de novembro, o grupo estendeu novamente a bandeira durante seu encontro quinzenal no Salão Nobre dos Institutos de História e de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, no Centro do Rio. Na mesma sala, Marielle Franco lançou, em 2016, sua candidatura a vereadora.

Iniciativa independente, a Raave foi idealizada em 2021, depois da chacina do Jacarezinho – que até o massacre na Penha era a operação policial mais letal do Rio, com 28 mortos. Ganhou estatuto formal no ano seguinte e fez parceria com núcleos ligados a universidades públicas. Hoje é composta por cerca de 120 pessoas que perderam familiares em ações policiais.

Maria de Fátima Bezerra de Miranda, de 44 anos, que vive no Morro da Providência, é uma das mães que participam da Raave. Natural de Açu, no Rio Grande do Norte, ela se mudou para o Rio por volta de 2007, com os três filhos, André Luiz, Anderson Luiz e Andryelly Lays. Separada do marido, tocou o barco sozinha, vendendo lanche e café.

Em 21 de julho de 2022, Miranda estava trabalhando quando recebeu uma ligação do filho mais velho: Anderson havia sido baleado na comunidade do Alemão. A mãe teve que reconhecer o corpo do filho na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da comunidade. Quando ela foi fazer o reconhecimento outra vez no Instituto Médico Legal (IML), um participante da Raave a abordou. Miranda foi encaminhada para atendimento psicológico e orientada a buscar a Defensoria Pública.

Anderson tinha 21 anos. Segundo Miranda, ele trabalhava com ela durante o dia vendendo lanches, estudava à noite e nos fins de semana ajudava na pizzaria de uma tia no Méier. Ainda sobrava tempo para lutar *muay thai* e namorar – Anderson passava dois ou três dias por semana na casa da namorada, no Alemão, onde foi morto.

ines249

Uma anotação criminal de 2020 indica que Anderson foi acusado de tráfico de drogas. “No Brasil, temos esse hábito de naturalizar a morte de determinadas pessoas que são rotuladas pelo sistema penal. Essas pessoas passam a ser indignas de vida, ou seja, pessoas matáveis”, diz o advogado Guilherme Pimentel, coordenador técnico da Raave, junto da psicóloga Dejany Ferreira dos Santos. “É preciso investigar a situação em que a morte ocorreu, não a pessoa”, diz

A coordenadora jurídica da entidade, Lorena Martins, diz que no processo sobre a morte de Anderson são escassas as informações sobre as circunstâncias em que ela ocorreu. “A gente não sabe se ele estava em uma casa, na rua ou em algum comércio”, afirma. “O exame de resíduo, para ver se identificava chumbo ou bário na mão dele, deu negativo. Ou seja, está comprovado que o Anderson não disparou com arma de fogo em momento nenhum. Logicamente, então, quem o matou não agiu em legítima defesa.” A Defensoria Pública entrou com uma ação indenizatória, ainda sob avaliação.

Em 2024, por meio de um projeto de extensão da UFRJ, com fomento do Ministério da Justiça e Segurança Pública, uma centena de mães da Raave – Miranda entre elas – se tornaram formalmente pesquisadoras. Desde então, recebem uma bolsa de 700 reais para, entre outras atividades, contribuir na elaboração de expedientes de acolhimento, a partir de sua própria experiência do luto. Atendeu-se, assim, a uma reivindicação dessas mães, que não queriam se ver reduzidas a um “objeto de estudo”.

Em 28 de outubro passado, quando Miranda e outras duas mães, Regiane da Silva Pires e Marilene de Souza Pereira, souberam da chacina da Penha e do Alemão, resolveram se voluntariar para atender aos familiares das vítimas – decisão que contrariava a orientação da Raave para que evitassem reviver suas perdas. Miranda, porém, sentiu necessidade de levar sua solidariedade às mães que sofriam o que ela já sofreu. “O que eu estava fazendo lá não era só pela Raave, mas por Deus”, ela diz. “Eu queria ajudar o próximo.”

No encontro da Raave de 7 de novembro, Maria de Fátima Miranda se aproximou do grande estandarte de retalhos e apontou uma das ilustrações. “Esse é o meu desenho”, disse. Explicou que a colcha fora produzida em uma oficina coletiva da Raave e que ela havia colocado em seu quadrado as perguntas feitas durante essa atividade. “O que te mantém viva?” foi uma delas. “A minha resposta, como a de muitas outras mães, foi: sede por justiça.” A balança, símbolo da Justiça, entrou na figura. E também o emblema do Vasco, time de Anderson, o filho que ela perdeu.

Às vezes trêmula, mas sempre resoluta, a voz da mulher dominava o salão. “Tudo no meu dia a dia lembra meu filho, principalmente quando estou cozinhando”, contou Miranda. “Ele gostava de comer, por isso desenhei o sorvete. Ele jogava futebol, coloquei a bola.” Perguntaram a ela: “Qual o seu sonho?” Miranda respondeu: “Que a justiça seja feita pelo meu Anderson, que mora no meu coração e vive dentro de mim.”

Em seguida, ela recordou os 121 mortos da operação policial na Penha e do Complexo do Alemão, ocorrida poucos dias antes. “Mais uma vez, o Estado cometeu a mesma atrocidade. Mas, agora, com mais crueldade”, disse. ✪

Tatiane de Assis

MORA NA FILOSOFIA

Musa da vanguarda paulista reflete sobre a sabedoria do samba

Quando Eliete Negreiros foi convidada para a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) deste ano, o objetivo da programação paralela da Edições Sesc São Paulo era que falasse de seu livro mais recente. Para surpresa de todos, ela decidiu que também faria um breve show – três décadas depois de seu último disco, *16 canções de tamanha ingenuidade*.

O livro que Negreiros estava lançando aos 74 anos era um conjunto de ensaios dedicados a três mestres da música brasileira, elencados no título: *Nelson Cavaquinho & Cartola & Carlos Cachaça: caminho da existência*. Na apresentação na Flip, em 2 de agosto, autora e cantora se juntaram para cantar um samba de cada compositor. “O estudo me jogou de volta para o palco”, ela conta à **piauí**.

A obra analisa as canções dos três sambistas de uma perspectiva filosófica. Negreiros formou-se em filosofia pela USP ao mesmo tempo que se consagrava no meio musical paulistano, mas, nos vinte anos seguintes, ela deixou Platão e Aristóteles repousando nas estantes. Até que, em 1997, seu próprio caminho da existência chegou a uma encruzilhada. “Será que estou fazendo tudo o que posso na minha vida?”, perguntou-se a cantora. Na mesma época, Negreiros teve um problema nas cordas vocais que a deixou afônica. “Pareceu que tudo que estava aqui tinha que sair”, ela diz, apontando para a garganta. “Mas travou.” Foi então que decidiu fazer pós-graduação.

Seu projeto era cruzar a filosofia com a música popular. Pesquisas nessa área hoje são quase triviais, mas eram incomuns no meio acadêmico em 1997. Ela consultou Marilena Chaui, professora de filosofia da USP, que a incentivou a seguir adiante. “O lugar em que me coloco no mundo é o de quem quer conhecer. Gosto de aprender ouvindo, também por causa da música”, diz.

De 1999 a 2003, Negreiros fez seu mestrado em filosofia, sob orientação de Márcio Suzuki. A dissertação apresentada para a conclusão do curso resultou no livro *Ensaiando a canção: Paulinho da Viola e outros escritos* (2011), o primeiro de um conjunto de trabalhos que ela publicaria sobre as relações entre a música popular brasileira e a filosofia. Em seguida, veio *Paulinho da Viola e o elogio do amor* (2016), fruto de sua tese de doutorado, elaborada de 2007 a 2012, sob orientação da professora Olgária Matos.

Nas capas de disco, consta Eliete Negreiros. O nome completo é reservado para os livros.

Eliete Eça Negreiros era aluna do Colégio Rio Branco, escola de elite em São Paulo, quando levou “um susto existencial”, na sua expressão. Aconteceu durante um festival de música escolar. Ela se inscreveu com *Momentos maus*, composição própria que nunca foi gravada. Quando começou a cantar, cessou a balbúrdia reinante, até o teatro vir abaixo, em aplausos. A canção ficou apenas em quarto lugar, mas Negreiros arrebatou o prêmio de melhor intérprete. No júri, estava um dos pais da Bossa Nova, Johnny Alf.

A cantora é filha de Eleafar Eça Negreiros, cujo escritório de advocacia ficava no histórico Edifício Martinelli. Afetada pela morte do pai em 1969, ela decidiu estudar direito. Permaneceu na tradicional Faculdade do Largo São Francisco de 1970 a 1972, mas não concluiu. Sempre “muito deslocada”, já estava cursando filosofia. Ao mesmo tempo, ouviu um terceiro chamado – o da música.

Carregando o violão, tomava o ônibus de sua casa, em Pinheiros, até a faculdade de filosofia na USP, e depois seguia para o III Whisky, bar no bairro Bela Vista, onde cantava nas madrugadas. Essas jornadas duraram quase um ano. Daí, foram alguns poucos passos até que se tornasse a musa da vanguarda paulista, grupo que emergiu entre o fim dos anos 1970 e o início da década de 1980, com artistas como Arrigo Barnabé, Itamar Assumpção, Tetê Espíndola e Ná Ozzetti, além das bandas Premeditando o Breque e Língua de Trapo.

O sentido da existência, nada menos, é a reflexão central do novo livro de Negreiros. Ela faz, é claro, um recorte nesse tema tão amplo: busca entender o sentido da vida a partir dos sambas de Nelson Cavaquinho, Cartola e Cachaça. O título do livro, aliás, vem de *Caminho da existência*, canção de Carlos Cachaça e Delcio Carvalho.

Para cada um dos três compositores, examinados em ensaios individuais, Negreiros encontrou uma chave de leitura filosófica. A fim de entender Nelson Cavaquinho, por exemplo, recorreu ao estoicismo. O sambista carioca a levou à escola greco-romana – e esta a conduziu de volta a ele. “O verso *Feliz aquele que sabe sofrer*, do samba *Rugas*, é pura frase de Sêneca”, diz Negreiros.

O trio de sambistas, acredita Negreiros, carrega certa resignação melancólica. “Resignação é aceitar o que é inevitável”, ela explica. E o inevitável é a finitude. “Eles não se vitimizam pela parte difícil da vida, como a velhice e a morte”, diz. “Com isso, tocam em tabus de uma realidade vendida pela sociedade de entretenimento, a de que música é para se divertir e ser sempre feliz.”

Negreiros acredita que os clássicos do samba levam para as multidões uma noção antiga da filosofia moral: são guias para o “bem viver”. Com seus livros, ela espera “promover um namoro entre os saberes da música e os da filosofia, que não são antagônicos”. Seu próximo lançamento, porém, não terá uma pegada tão filosófica: deve ser uma coleção de ensaios sobre temas da cultura brasileira, como o Cinema Novo e a música de Sérgio Ricardo.

Também está em gestação um show mais longo do que o visto na Flip. Eliete Negreiros cogita voltar aos palcos para cantar dez ou doze canções da trinca de filósofos do samba que estudou – Nelson Cavaquinho, Cartola e Carlos Cachaça. Mas anuncia esse plano com toda reserva. “Primeiro preciso ver se dou conta da ideia de uma forma razoável”, diz. “Preciso me dedicar.” ✪

Carlos Adriano

ANDRÉS SANDOVAL_2025

ines249

FESTIVAL DE CANNES
2025 SELEÇÃO OFICIAL
COMPETIÇÃO

THE MASTERMIND

COM JOSH O'CONNOR

UM FILME DE KELLY REICHARDT

MUBI

NA MUBI
12 DE DEZEMBRO

30 DIAS GRÁTIS
mubi.com/piaui

ines249

NO EPICENTRO

Os bastidores inéditos do tarifaço de Trump contra o Brasil

ANA CLARA COSTA, de Washington

Trump e Lula, na cúpula em Kuala Lampur, na Malásia:

As negociações caminhavam com uma certa cordialidade. Afinal, Brasil e Estados Unidos mantêm relações amistosas há dois séculos. Em fevereiro, o presidente Donald Trump decretara tarifas de 25% sobre o aço e o alumínio importados de todos os países, inclusive o Brasil. Em seguida, taxou em 18% o etanol brasileiro. Em março, os governos brasileiro e americano começaram a conversar em um clima de tranquilidade, mas surgiu ali uma primeira estranheza: os Estados Unidos pediram que o Brasil simplesmente parasse de vender à China, com a qual travavam uma guerra tarifária. A resposta, claro, foi negativa, e as coisas seguiram. Em abril, Trump voltou à ofensiva e anunciou uma tarifa global mínima de 10% sobre todas as suas importações – as brasileiras incluídas. Ainda não havia motivos para maiores inquietações em Brasília. Afinal, ao lado do Reino Unido e da Austrália, o Brasil era um dos poucos países com os quais os Estados Unidos tinham superávit comercial. Em maio, depois de dez reuniões bilaterais, o Brasil fez uma proposta formal. Pediu o fim da tarifa de 10% e a revisão das alíquotas sobre o aço e o alumínio, e fez concessões sobre as barreiras à entrada de etanol americano no mercado local.

E então veio o silêncio.

Como o governo americano não dava nenhuma resposta oficial, começou a se espalhar certa apreensão. Algo estava acontecendo. “Esse silêncio já devia ser uma orientação da Casa Branca para interromper o diálogo”, diz um diplomata que estava envolvido nas negociações. “Na avaliação deles, devia haver uma questão política mais importante em jogo.” Havia mesmo. Hoje se sabe que, naquela altura, o lobby do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e seu parceiro, o empresário e influenciador Paulo Figueiredo, operava a todo vapor em Washington para envenenar as relações com o Brasil, na tentativa de salvar a pele do ex-presidente Jair Bolsonaro. A estratégia da dupla estava surtindo seus primeiros efeitos. E o silêncio continuou.

No início de julho, ainda sem resposta americana, a cúpula do Brics – o bloco inicialmente formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – transcorria sob uma calmaria contida no Rio de Janeiro. O comunicado final, redigido em termos deliberadamente acanhados, não gerou grandes embates. Na tarde de sábado, dia 5, em uma das salas do hotel Fairmont, em Copacabana – onde a delegação brasileira se hospedava –, um interlocutor do governo me disse que a baixa temperatura das discussões era intencional. O Palácio do Planalto não queria abrir flancos que pudessem gerar atritos com os Estados Unidos, sobretudo porque Trump se tornara um crítico feroz do bloco.

As energias estavam voltadas para garantir ampla participação internacional na conferência do clima que se realizaria em Belém, a COP30. Um ambiente belicoso no Brics poderia afastar convidados. Assim como a presidente do México, Claudia Sheinbaum, se ausentara do encontro no Rio para não enfurecer Trump, outras nações poderiam seguir o mesmo caminho em Belém. “Toda a preparação do Brics foi feita pensando em tirar de Trump qualquer argumento contra o Brics e contra o Brasil”, me disse outro interlocutor. “Fizemos uma agenda light, sobre inteligência artificial, saúde, meio ambiente. Parecia o Fórum de Davos. Fizemos até a defesa do livre-comércio!”, ironizou a fonte.

A despeito dos esforços, Trump publicou uma ameaça em sua rede Truth Social no dia seguinte. Anunciou que imporia uma tarifa adicional de 10% a qualquer país que se alinhasse “às políticas antiamericanas do Brics”. A declaração esquentou o noticiário de um evento até então morno, sobretudo em razão da ausência do presidente chinês Xi Jinping. Ainda assim, e apesar do silêncio americano sobre sua proposta, o Brasil não acreditava num ataque tarifário. Na manhã seguinte, 7 de julho, o assunto escalou: Trump voltou à carga – desta vez mirando o Brasil – e afirmou que estava acompanhando de perto a “CAÇA ÀS BRUXAS” contra Bolsonaro. À tarde, no encerramento da cúpula do Brics, Lula criticou as postagens numa entrevista coletiva. “Não acho uma coisa muito responsável e séria um presidente da república de um país do tamanho dos Estados Unidos ficar ameaçando o mundo através da internet. Não é correto, sabe? Ele precisa saber que o mundo mudou. Nós não queremos

ines249

RICARDO STUCKERT_PR_2025

em audiência com o empresário Joesley Batista, dono da JBS, Trump ouviu uma defesa do STF e ficou assustado ao ser informado de que o tarifaço estava impulsionando a popularidade de Lula

imperador. Nós somos países soberanos." O tarifaço chegou dois dias depois.

A **piauí** acompanhou de perto a crise sem precedentes na história das relações entre Brasil e Estados Unidos. Antes, no período pré-golpe de 1964, os americanos interferiram na política brasileira para prestigiar os golpistas, mas as maquinações se deram quase sempre nas sombras. Em 1977, ocorreu uma crise similar à de hoje, mas estávamos em polos opostos. Naquela época, a democracia americana acusou a ditadura brasileira de violar os direitos humanos, o que provocou uma reação enérgica dos generais que comandavam o Brasil. Agora, pela primeira vez na história, os Estados Unidos – agindo quase sempre à luz do Sol – maquinaram contra um governo legitimamente eleito e uma democracia soberana.

Entre Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Nova York e Washington, a **piauí** reconstituiu a escalada de tensão, os encontros secretos, as reações indignadas, as falhas e acertos, os momentos de nervosismo e as pressões que, de todos os lados, mobilizaram o governo, a Justiça e o setor privado em torno de uma saída. O tarifaço nasceu, cresceu e feneceu, mas deixou lições sobre o modo de atuação do governo de Donald Trump e a disposição ilimitada da família Bolsonaro em sacrificar o país em nome de seus próprios interesses.

No dia 9 de julho, a embaixada brasileira em Washington estava meio esvaziada. Com as férias escolares, parte do corpo diplomático se ausentara, e a embaixadora Maria Luiza Viotti visitava seu primeiro neto que havia acabado de nascer na Califórnia. Em Brasília, mal passava das cinco da tarde quando, no terceiro andar do Palácio do Planalto, o assessor especial e ex-chanceler Celso Amorim foi informado sobre uma carta pública que Trump acabara de postar em sua rede, a Truth Social, decretando tarifa de 40% sobre todos os produtos brasileiros vendidos aos Estados Unidos. Somados aos 10% que já vigoravam desde abril, o Brasil passaria a enfrentar taxa de 50% sobre suas exportações – um míssil contra o comércio brasileiro.

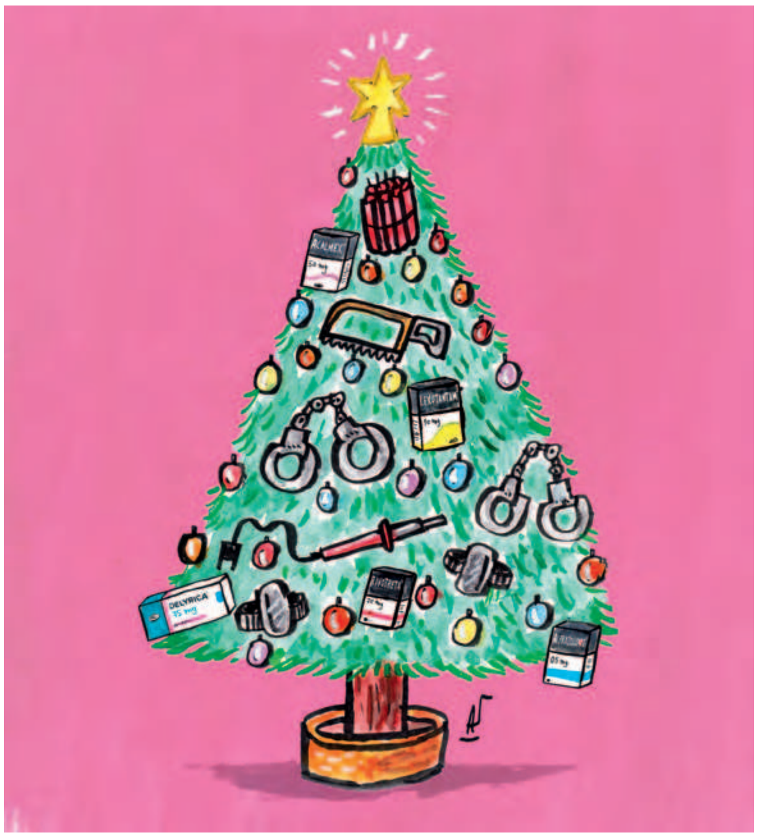
Celso Amorim traduziu a carta às pressas e seguiu para o gabinete presidencial, a poucos passos dali, acompanhado do assessor adjunto, o embaixador Audo Faleiro. Quando entraram, os presentes – o ministro Fernando Haddad, o chanceler Mauro Vieira, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o advogado-geral da União, Jorge Messias, além de ministros palacianos – já sabiam do tarifaço. A motivação da carta deixara a turma atônita. Trump dizia que o tratamento dado a Bolsonaro, um "líder altamente respeitado", era uma "vergonha internacional" e que o ex-presidente era vítima de uma "caça às bruxas" que devia "acabar IMEDIATAMENTE". E afirmava que as tarifas eram um modo de tentar corrigir "esses déficits comerciais insustentáveis contra os Estados Unidos", a despeito do fato público de que seu país acumula superávit de 90 bilhões de dólares nos últimos dezesseis anos de comércio com o Brasil.

Algumas decisões foram tomadas no gabinete presidencial naquela tarde, num jogo clássico da diplomacia. A primeira foi confirmar a veracidade da carta postada na rede social. Convocou-se então o embaixador americano interino em Brasília, Gabriel Escobar, que atestou de imediato a procedência. O segundo passo foi "devolver a carta", um gesto simbólico que consistiu em recusar oficialmente seu recebimento. Em seguida, definiu-se que Lula se manifestaria ainda naquele dia, de modo que uma eventual demora não fosse percebida como medo ou indecisão. Em parte, a liturgia diplomática era teatro. O governo sabia que a carta postada nas redes sociais era verdadeira, mas queria seguir os ritos apropriados, para demonstrar superioridade institucional.

Até certo ponto. Como a carta não fora enviada diretamente ao governo, a resposta também saiu por meio das redes sociais, redigida por Faleiro e Laércio Portela, secretário de Imprensa. Nela, Lula disse que o Brasil era "um país soberano com instituições independentes" e que não aceitaria "ser tutelado por ninguém". Bolsonaro, que àquela altura ainda estava livre para postar, escreveu à noite: "Quando os justos governam, o povo se alegra. Mas quando os perversos estão no poder, o povo geme", citando *Provérbios* 29:2.

A outra decisão imediata foi a escalação da equipe. Alckmin seguiria à frente do diálogo com o Departamento de Comércio americano e com o setor privado brasileiro, enquanto Mauro Vieira se en-

ines249



ALLAN SIEBER_2025

carregaria dos contatos com o Departamento de Estado e a Casa Branca. Lula, por sua vez, assumiria o discurso perante o público, a imprensa internacional e, mais tarde, com os líderes de outros países também atingidos pela razia tarifária de Trump. Ocorre que os canais oficiais estavam obstruídos. O chefe do comércio não estava autorizado a avançar em qualquer negociação tarifária com o Brasil. E o chefe da diplomacia não estava interessado em fazê-lo. O Departamento de Estado, liderado por Marco Rubio, é povoado por elementos do mundo Maga, a sigla do nacional-trumpismo, e apostava no acirramento do conflito.

Em 14 de julho, cinco dias depois da carta-tarifa, um auxiliar de Rubio retomou o tema em uma conta oficial do órgão numa rede social: “Trump enviou uma carta impondo consequências há muito esperadas ao Supremo Tribunal de Moraes e ao governo Lula, em resposta aos ataques a Jair Bolsonaro, à liberdade de expressão e ao comércio dos Estados Unidos. Esses ataques são vergonhosos e desrespeitam as tradições democráticas do Brasil”, escreveu.

Na noite do dia 17, Trump publicou outra carta, desta vez endereçada a Bolsonaro e com uma ordem explícita: “Este julgamento deve terminar imediatamente!” Horas depois, Bolsonaro respondeu, também via redes sociais, dizendo que estava sendo julgado por um “crime inexistente”. Na manhã seguinte, ao ser alvo de uma nova operação de busca e apreensão, Bolsonaro passou a usar tornozeleira eletrônica e foi proibido de falar com o filho, usar as redes sociais e sair de casa durante a noite e nos fins de semana. Alexandre de Moraes fundamentou as medidas com base na necessidade de conter a incitação a intervenções externas no STF e no processo eleitoral.

Um diplomata brasileiro que estava em Washington naqueles dias contou que a decisão sobre o uso da tornozeleira acirrou os ânimos na Casa Branca de tal modo que a situação ficou “quase fora de controle”. Em retaliação, no mesmo dia, o Departamento de Estado anunciou o cancelamento dos vistos americanos do procurador-geral da República, Paulo Gonet, e de todos os ministros do STF, à exceção dos publicamente simpáticos ao bolsonarismo: André Mendonça, Kassio Nunes Marques e Luiz Fux. Entre os cenários drásticos projetados pelo governo brasileiro naquele momento havia a hipótese de a embaixadora Maria Luiza Viotti ser declarada *persona non grata* nos Estados Unidos ou até mesmo o rompimento das relações diplomáticas.

Não era um exagero. Havia um precedente para motivar esse receio. Em março, durante um evento, o embaixador da África do Sul, Ebrahim Rasool, acusara Trump de mobilizar o “supremacismo” e “projetar a vitimização branca”. Pouco antes, o americano se insurgira contra uma nova lei sul-africana que permitia expropriar terras ociosas – o que afetaria os brancos, que compõem apenas 7% da população sul-africana, mas, em decorrência de quase meio século de apartheid, detêm dois terços das terras cultiváveis. Trump também estava irritado com a decisão da África do Sul de denunciar Israel ao Tribunal Penal Internacional, em Haia, pelo genocídio em Gaza – acusação que o Brasil apoiou. Declarado *persona non grata*, Rasool teve que deixar Washington em 72 horas. Como as razões que moviam Trump contra o Brasil eram tão aleatórias quanto as que colocaram a África do Sul na mira, o Itamaraty entendeu que seria prudente que a embaixada agisse com discrição máxima para não alimentar ainda mais o atrito.

No fim de julho, o chanceler Mauro Vieira continuava tentando abrir um canal com Marco Rubio. Os dois se conheciam desde a década de 2010, quando Vieira fora embaixador em Washington e Rubio era senador pela Flórida. Mas a situação só se deteriorava. No dia 24, um assessor de Rubio fez novo disparo em uma rede social contra Alexandre de Moraes, apontando-o como o “coração pulsante do complexo de perseguição e censura contra Jair Bolsonaro”. Dois dias depois, uma reportagem da *Bloomberg* indicava que a Casa Branca, além das tarifas, buscava instrumentos jurídicos para pressionar o Brasil – como enquadrar o país em normas de segurança nacional.

Aproveitando uma viagem a Nova York para participar de uma reunião da ONU sobre Gaza, Vieira mandou dizer ao Departamento de Estado que poderia ir à capital americana para um encontro com Rubio. Um assessor, encarregado de contatos com a Casa Branca, advertiu o chanceler de que as chances eram remotas. De fato, nada aconteceu. No dia 29, encerrado o encontro na ONU, Vieira estava a caminho do Aeroporto John F. Kennedy para pegar o voo das 18h30 de volta ao Brasil. De repente, recebeu um recado: as chances de falar com Rubio haviam aumentado. Mesmo diante da incerteza do encontro, Vieira resolveu arriscar. Abandonou o caminho para o JFK, correu para a estação no Centro de Manhattan e, por sorte, o trem para Washington estava duas horas atrasado – e, assim, conseguiu embarcar.

Tudo correu sob sigilo absoluto. Os americanos pediram discrição e informaram que a conversa não seria nem no Departamento de Estado, nem na Casa Branca, onde Rubio despacha com frequência desde que passou a acumular a função de chefe da diplomacia com a de conselheiro de segurança nacional. Os brasileiros, por seu turno, também queriam evitar o risco de que um vazamento pudesse mobilizar uma ofensiva contrária de Eduardo Bolsonaro. A reserva era tamanha que Vieira ficou escondido na embaixada brasileira em Washington. Uma comitiva de senadores brasileiros, que fora aos Estados Unidos tentar em vão abrir uma negociação, deu uma entrevista coletiva no prédio sem imaginar que o chanceler estava na sala ao lado, discretamente.

Depois de 21 dias sem qualquer diálogo, Rubio e Vieira finalmente se encontraram no dia 30. A conversa aconteceu no décimo andar do escritório de advocacia King & Spalding, que atende a Embraer, a fabricante brasileira de aeronaves, que com seus bons contatos na Flórida, base eleitoral de Rubio, ajudou a desbloquear o diálogo. Localizado num edifício da Avenida Pensilvânia com a Rua 17, a poucos passos da Casa Branca, o escritório abriga, no topo, uma sala de reuniões envidraçada, com vista panorâmica da cidade e da sede do governo. O encontro transcorreu em tom cordial. Vieira reiterou que não havia possibilidade de interferência política no trabalho do STF, que atuava de forma técnica e independente. Em contrapartida, Vieira se ofereceu para negociar eventuais impasses tarifários. Rubio ouviu com serenidade, mas não deu nenhum sinal de que haveria alguma mudança de rumo.

De fato, não houve. Até a ocorrência do encontro gerou atrito. Como a presença de Vieira em Washington acabou sendo descoberta pela imprensa, o chanceler decidiu se pronunciar publicamente na embaixada, mas o Departamento de Estado, valendo-se da ausência de registro fotográfico, ameaçou negar a reunião. Como a negativa deixaria o chanceler em maus lençóis, os diplomatas brasileiros insinuaram que tinham meios de apresentar provas do encontro. Era um blefe, mas funcionou. Em seguida, Vieira confirmou o encontro aos jornalistas e disse que o Brasil estava enfrentando uma “inaceitável e descabida ingerência na soberania nacional”.

O duelo sobre a divulgação do encontro foi antecedido por uma deterioração ainda mais expressiva da crise. Naquele mesmo dia, pouco antes da reunião Vieira-Rubio, a Casa Branca havia publicado a ordem executiva que colocava as tarifas em vigor e trazia uma novidade: a inclusão do ministro Alexandre de Moraes na Lei Magnitsky, criada para sancionar terroristas e violadores de direitos fundamentais – coisa que nunca acontecera antes contra um magistrado de um regime democrático. Para completar, Rubio postou uma ameaça no X: “Que esse seja um aviso para aqueles que atropelam os direitos fundamentais de seus compatriotas – as togas judiciais não podem protegê-los.”

Embora ciente da crescente animosidade, o Itamaraty considerou que a missão de Vieira fora um êxito. A barreira imposta pela família Bolsonaro contra o diálogo havia sido rompida e, depois de três semanas de impasse, Brasília voltara a falar – ainda que com cautela – com Washington. “Diplomacia não se faz pela imprensa”, disse um embaixador que participou da operação sigilosa do encontro e pediu anonimato por tratar-se de assunto confidencial. “É como pôquer: se você abre o jogo, engessa suas posições. Passa a ser cobrado pelo que propõe. A boa diplomacia se faz com discrição.” Mas logo deflagrou-se uma pergunta central: o que fazer?

No dia seguinte, 31 de julho, houve um jantar no Palácio da Alvorada. Estavam à mesa cinco ministros do STF, além do próprio Moraes: Gilmar Mendes, Cristiano Zanin, Flávio Dino, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso, então presidente da Corte. Também estavam o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o procurador-geral Paulo Gonet. Surgiu a ideia de que o governo acionasse a Justiça americana para tentar derrubar a inclusão de Moraes na Magnitsky, mas o ministro descartou a proposta de imediato. Disse que contestar a sanção nos tribunais americanos equivalia a legitimar a persegui-

ines249

ção promovida pela Casa Branca. Pediu apenas que o governo fizesse sua “defesa política”. Barroso avaliou que a linguagem mais inteligível para a Casa Branca de Trump era o lobby de empresas privadas, sobretudo num momento em que a diplomacia seguia com canais parcialmente obstruídos. Lula discordou. Preferia manter o enfrentamento no terreno diplomático. Em outras esferas de poder, o clima era igualmente dramático.

No dia 5 de agosto, o ex-deputado Rodrigo Maia, então presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (FIN), entidade que faz o lobby dos bancos, ofereceu um almoço em sua casa, em Brasília. Como a Magnitsky exige que os sancionados sejam impedidos de manter qualquer relação comercial ou contratual com empresas e cidadãos americanos, o simples fato de que o sistema financeiro global é profundamente interconectado colocou imediatamente as operações dos bancos brasileiros sob a mira dos Estados Unidos – o que poderia gerar uma crise de confiança de efeitos imprevisíveis. Maia convidou representantes de instituições bancárias, os ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, além do procurador Paulo Gonet e do advogado-geral Jorge Messias.

A ideia era simples, ao menos em teoria: alinhar um plano de ação conjunta. Mas logo ficou evidente que os interesses das três partes – STF, governo e bancos – não coincidiam inteiramente. Embora preocupado com o ataque ao Supremo, o governo também sabia que uma turbulência bancária era um risco nacional. O STF, por sua vez, queria que a Lei Magnitsky, aplicada contra um de seus membros, fosse repelida com firmeza e rapidez, enquanto os bancos estavam empenhados em se blindar de uma crise potencialmente catastrófico.

Por sugestão de Maia, a FIN decidiu contratar três escritórios de lobby para defender seus interesses – uma consultoria no Brasil, a Barral M Jorge, e duas firmas nos Estados Unidos, o Holland & Knight, que faz advocacia e lobby, e o Arnold & Porter, que atua apenas no campo jurídico. Os três deveriam trabalhar em nome dos bancos, mas sem negligenciar os ministros do STF – o que, de novo, logo se revelou inviável. Para as instituições financeiras, o importante era se livrar do problema – ou seja, fechar as contas de Moraes e de qualquer outro nome que viesse a ser alcançado pelas sanções.

Visa e Mastercard, empresas americanas, estavam especialmente preocupadas. Nos Estados Unidos, onde ficam suas matrizes, a pena para o descumprimento da Magnitsky pode chegar a 30 anos de prisão. Por isso, elas rapidamente pediram aos bancos que cancelassem os cartões vinculados às contas de Moraes, num voluntarismo que agradou às instituições financeiras, que não desejavam virar portadoras das más notícias para o STF. O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, temendo que uma ofensiva contra os bancos abalasse a solidez da autoridade monetária, chegou a procurar ministros do STF, especialmente Gilmar Mendes e Alexandre Moraes. Explicou que, embora os bancos respondessem apenas à lei brasileira, uma ruptura nas operações de câmbio com os Estados Unidos seria fatal. Nenhum banco brasileiro, disse, sobreviveria a isso. Ele sugeriu ainda que os magistrados abrissem contas em cooperativas de crédito, menos vulneráveis às operações internacionais – uma proposta que os ministros receberam com indignação.

Até o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, que no início defendera que o Brasil não se curvasse a sanções ilegais, baixou o tom ao ser alertado que a ruptura do câmbio atingiria de frente a área de financiamento à exportação do próprio BNDES. “A Magnitsky não é sobre o ordenamento jurídico do Brasil. É sobre o ordenamento jurídico internacional. Os Estados Unidos têm esse poder, infelizmente. Eles controlam as operações em dólar”, afirmou um dos executivos de uma bandeira de cartões, que pediu para não ter seu nome divulgado por não ter licença para falar do assunto em público.

Moraes recebeu mal o aviso do cancelamento dos cartões. Nos bastidores da Corte, os ministros se sentiam sem respaldo. Em conversa reservada com um deles, ouvi que, naquela altura, estava claro que “o Supremo teria de se resolver sozinho para evitar uma violência”. Aos empresários, políticos e banqueiros que passaram pela Corte naqueles dias, a mensagem era direta: se um país estrangeiro pudesse interferir na vida de um juiz brasileiro, a soberania estaria comprometida em todos os níveis – inclusive o econômico. “Quero ver vocês ganharem dinheiro num país avacalhado”, alfinetou um dos magistrados a um visitante.

As críticas dos ministros não se estendiam a Lula, nem a Alckmin. A Corte reconhecia o empenho de ambos: o presidente divulgara notas duras quando os vistos dos ministros foram revogados e quando Moraes foi enquadrado na Magnitsky. Alckmin chegou a ir ao STF prestar solidariedade. “Mas, embaixo, o Banco do Brasil e o Banco Central estavam discutindo a normalização de tudo isso, contabilizando as perdas”, contou um magistrado. “Todos davam como premissa que os ministros ficariam sem conta bancária. Todos normalizando uma violência que nunca aconteceu no mundo”, disse ele, referindo-se ao fato de a sanção ter sido aplicada contra um indivíduo que não cometera crime algum, coisa inédita nos treze anos de existência da Lei Magnitsky.

A solução do STF começou a se desenhar no início de agosto, logo depois do anúncio da sanção. No intervalo de uma sessão, em conversa com colegas, Flávio Dino lembrou que estava sob sua relatoria uma ação sobre os limites da extraterritorialidade – ou seja: até que ponto um país pode fazer valer suas leis fora de suas fronteiras. O caso se referia a uma ação que os municípios mineiros afetados pelo desas-

PRESENTEIE
COM ARTE

Hiromi Nagakura
até a Amazônia com
Ailton Krenak
A TERRA O FOGO A ÁGUA E OS VENTOS
BARRO
PALAVRA
MANGUE
POVO
PALAVRA
TOMIE

lojatomie.org.br

INSTITUTO TOMIE OHTAKE

ines249

BENETT_2025

QUERIDO PAPAI NOEL:
EU QUERIA GANHAR DE PRESENTE UM PAÍS SEM TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO, SEM EXTREMA DIREITA E COM MUITOS PEIXES, MARISCOS E LULAS. E MUITO GELO.
BENETT

tre de Mariana propuseram na Justiça britânica, contra a inglesa BHP, sócia da Vale. Dino já havia se manifestado no caso, ao afirmar que uma decisão da Justiça britânica só podia ser aplicada no Brasil com autorização da Justiça brasileira. A ação estava adormecida, mas pelo menos sete ministros concordaram que Dino deveria retomá-la, agora que eles próprios estavam ameaçados por uma lei estrangeira. A repercussão era indireta, mas óbvia: os magistrados do STF também não estariam sujeitos a uma lei americana.

A decisão saiu às 11h57 de 18 de agosto. Dino não mencionou Moraes, nem Magnitsky, nem Estados Unidos, mas o endereço estava claro. Ele afirmou que a imposição de leis estrangeiras dentro do país constituía "ofensa à soberania nacional, à ordem pública e aos bons costumes, presumindo-se, portanto, a ineficácia de leis, atos e sentenças emanadas de país estrangeiro". Em outro trecho, ainda listou os atos sujeitos à autorização prévia da Justiça brasileira – "transações, operações, cancelamentos de contratos, bloqueios de ativos e transferências para o exterior determinadas por Estado estrangeiro". Eram todos pontos que tocavam diretamente na aplicação da Magnitsky. Mas o mercado financeiro só entendeu o alcance da decisão de Dino no dia seguinte – e a Bolsa de Valores desabou, o dólar disparou, o valor de mercado dos bancos recuou 46 bilhões de reais, com destaque para o Itaú, que perdeu 14 bilhões.

Os investidores temiam que a decisão levasse Washington a retaliar as instituições financeiras brasileiras, que estavam agora judicialmente autorizadas a ignorar as punições da Magnitsky e manter em funcionamento as contas dos magistrados. A queda nas ações, que materializava essa desconfiança, acendeu o alerta vermelho no setor. O choque se agravou quando, no mesmo dia do pânico na Bolsa, um relatório do BTG Pactual, revelado pela colunista Malu Gaspar, em *O Globo*, recomendava que as contas dos ministros do STF fossem encerradas unilateralmente de forma preventiva para evitar exposição dos bancos – mesmo que Moraes fosse o único sancionado até então. Mais uma vez, os magistrados ficaram indignados – por razões pessoais e pela subserviência a uma agressão estrangeira.

No mesmo dia da queda acionária, caso restasse alguma dúvida, Dino foi mais explícito. Emitiu outro despacho afirmando que sua decisão só confirmava os termos da Constituição e esclareceu que não se aplicava às cortes internacionais, como o Tribunal Penal Internacional, mas apenas a medidas unilaterais de países estrangeiros. A presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, tentou mostrar anuência à decisão do STF sem provocar o governo americano ao dizer que o banco seguia a legislação brasileira e também "a dos vinte países em que atua". O BB opera nos Estados Unidos, onde é dono do BB Americas Bank. A ambiguidade da frase agravou a instabilidade e Tarciana Medeiros não voltou a tocar no assunto.

Com o agravamento do quadro, o ex-deputado Rodrigo Maia voltou à ação. Procurou Gilmar Mendes, que também estava apreensivo com a dimensão que a crise poderia assumir. Aos colegas mais temerosos, Dino dizia que o movimento era especulativo, que o mercado logo se ajustaria e o Departamento do Tesouro não tinha condições operacionais de interferir diretamente num banco brasileiro. Era verdade, até os bancos concordavam com isso, mas eles também sabiam que o temor de sanções tinha efeito radioativo sobre as expectativas que regem as transações na Bolsa. Afinal, no mercado muitas vezes parecer sólido importa mais do que ser sólido.

Nos bastidores, havia pressão e desorientação. Enquanto a FIN se encarregava das articulações políticas, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) lidava com os aspectos técnicos. Em situações ordinárias de sanção – pela Magnitsky ou qualquer outro meio –, o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (Ofac, na sigla em inglês), do Departamento do Tesouro, trabalha com dois objetivos claros. Primeiro, promover a "morte fiscal" do sancionado, ao congelar todos os seus ativos sob jurisdição americana e isolá-lo do sistema financeiro internacional. Segundo, garantir que empresas de outros países não criem brechas por meio das quais pessoas físicas e jurídicas dos Estados Unidos acabem, inadvertidamente, mantendo relações com o sancionado.

Em condições normais, não é uma situação tão complexa. Afinal, o respeito às determinações da Ofac é uma cláusula banal de contratos entre instituições financeiras do mundo todo, da Europa à China. No entanto, a alta voltagem política da crise, associada à imprecisão de certos trechos da legislação americana, assustou os bancos brasileiros, que passaram a temer que qualquer filigrana jurídica abrisse espaço para os americanos romperem seus contratos de crédito com as instituições nacionais – o que, basicamente, significaria a falência do sistema financeiro no Brasil. Neste ambiente, a depender do grau de escalada das tensões, os limites da catástrofe eram insondáveis. O caso do BB, uma instituição estatal vinculada a um governo sob ataque direto da Casa Branca, era especialmente sensível porque o BB Americas Bank estava sujeito a congelamento de ativos, multas e até intervenção regulatória.

Em setembro, a situação tornou-se ainda mais delicada. No dia 1º, a CNN Brasil informou que os Estados Unidos cogitavam aplicar sanções específicas ao Banco do Brasil, depois de vir à tona que, ao contrário de Visa e Mastercard, o banco mantinha ativo um cartão Elo em nome de Moraes – a bandeira é brasileira, criada por uma sociedade entre BB, Bradesco e Caixa, mas que inevitavelmente trafega por sistemas internacionais. No dia 3, a *Folha de S.Paulo* noticiou que os bancos brasileiros haviam recebido ofício da Ofac perguntando sobre as ações que estavam sendo tomadas para cumprir a Magnitsky. E, no dia seguinte, a *Bloomberg* revelou que o BB procurara ajuda jurídica nos Estados Unidos e até cogitara redirecionar suas operações em dólar no país para outras praças.

A **piauí** apurou que o Departamento de Estado, de fato, solicitou à Ofac que sancionasse o Banco do Brasil. Ao receber o pedido, o secretário do Tesouro, Scott Bessent, barrou na hora. Bessent, um trumpista racional, temia que a medida tivesse um impacto sistêmico nos mercados emergentes, dado o seu ineditismo. Um técnico do Tesouro americano fez uma analogia para demonstrar a fragilidade do sistema: "O mercado financeiro é como uma creche cheia de crianças de 5 anos sem vacina. Se uma fica doente, todas ficam doentes." O analista Thiago de Aragão, da Arko Advice, que atua em Washington e cuja clientela inclui empresas atingidas pelas tarifas, explicou o que estava em jogo: "A confiança num banco é baseada, entre outras coisas, na sua capacidade de controlar, precificar e transferir riscos. Se a Magnitsky vira uma ameaça real para bancos de países que discordam dos Estados Unidos, cria-se uma nova categoria de risco – e a precificação disso é muito elevada."

No dia 11 de setembro, quando Bolsonaro foi condenado a 27 anos de prisão, a expectativa era de que a crise entraria em nova escalada. Em uma rede social, Marco Rubio disse que os Estados Unidos responderiam "de forma adequada a essa caça às bruxas". Chegara a hora de acionar todos os instrumentos de influência. Um deles era Stephanie Connor, uma ex-servidora da Ofac que trabalha no Holland & Knight, o escritório de lobby contratado por Rodrigo Maia. Outro era Gregory Harrington, sócio do Arnold & Porter, que, além de atuar pelos bancos, por anos prestou serviços jurídicos para três órgãos brasileiros – a Advocacia-Geral da União, o Ministério da Fazenda e o Banco Central. Harrington é vizinho em Washington do subsecretário Christopher Landau, braço direito de Marco Rubio.

Harrington, bem como outros interlocutores, tentou explicar ao vizinho que, se o Tesouro americano ampliasse a lista das vítimas da Magnitsky, Bolsonaro corria o risco de ser transferido da prisão domiciliar para o presídio da Papuda, e a situação penal de Eduardo Bolsonaro se agravaria. A resposta veio curta: *Trump doesn't give a shit about Bolsonaro.* A informação de que Trump não estava nem aí para o ex-presidente brasileiro foi acompanhada de uma explicação estratégica: o problema não era Bolsonaro, era o precedente. A condenação de Bolsonaro enviava ao mundo a mensagem de que líderes autocratas da direita que adotassem métodos golpistas podiam ser punidos – e isso enfraquecia a aliança internacional que Trump e o movimento Maga tentam construir.

Os interlocutores insistiam: os Estados Unidos podiam recorrer à cassação de vistos, por exemplo, mas não à Magnitsky, que fragilizava os bancos e os próprios americanos que investiam em ativos brasileiros. Também diziam que, se a lista de sancionados aumentasse, o Brasil seria forçado a retaliar com medidas comerciais mais duras, o que prejudicaria os exportadores americanos. O setor financeiro, cada vez mais alarmado, repassava suas apreensões a ministros do STF, sobretudo Gilmar, Barroso e Fachin, que assumiria o comando da Corte em outubro. Uma das novas preocupações era que a Amazon interrompesse o serviço de nuvem do qual todo o sistema bancário dependia – mesmo que a interrupção representasse perdas bilionárias à empresa de Jeff Bezos. O clima era frenético. A cada minuto, surgia um boato, uma ameaça velada, uma especulação sobre novas punições.

ines249

A TAXA DE FUMANTES PAROU DE CAIR PORQUE O PREÇO PAROU DE SUBIR.

O preço dos cigarros brasileiros é um dos mais **baratos** do mundo, e isso tem consequências. Esses produtos estão mais acessíveis, e com isso o percentual de fumantes **parou de cair** nos últimos anos. Precisamos **elevar** os preços e impostos para **desencorajar** o consumo.

#baratoquesaicaro

Vital Strategies

ACT Promoção da Saúde

Escaneie o QR Code para saber mais

ines249

Feliz Natal!
Noel! Não esquece de comprar leite e papel higiênico. ...esses seus benditos duendes deixaram a maior bagunça!

TRACEY BERGLUND_2025

Para fortalecer a sustentação jurídica à decisão de Dino, ministros do STF e membros do governo passaram a dar mais atenção à hipótese de uma lei antissanções. A ideia, revelada ainda em agosto pela coluna *Brasília em off*, de Martha Beck, na Bloomberg, era inspirada no Estatuto de Bloqueio, da União Europeia, que impede empresas e cidadãos de acatar sanções impostas por países de fora do bloco. Semanas depois, Gilmar Mendes passou a defender publicamente o tema exasperando o setor financeiro, que queria uma saída rápida e discreta, sem embates legislativos. Além disso, o Congresso não aparentava entusiasmo em votar a proposta em regime de urgência porque a via como instrumento de proteção dos ministros do STF – anátema para a direita bolsonarista. Mas, se a situação era delicada para os bancos, não era melhor para as demais empresas brasileiras.

O ministro Fernando Haddad tinha uma reunião virtual com Scott Bessent, secretário do Tesouro, marcada para 13 de agosto. Pouco antes, Bessent cancelou o encontro e, em lugar do ministro, recebeu Eduardo Bolsonaro, com direito a foto para as redes sociais. Era um recado explícito do governo americano sobre o lado que queria prestigiar. O Ministério da Fazenda alertou então o empresariado nacional, que vinha reclamando da inação do governo, para que se movimentasse por conta própria. “A Fazenda vinha construindo uma relação com o Tesouro desde o começo do ano. O Eduardo quebrou essa dinâmica. Mas também mostrou para os empresários brasileiros quem estava ao lado deles e quem estava contra”, disse Mathias Alencastro, assessor especial de Haddad, ao relatar as conversas daquele período.

Sob comando do vice Geraldo Alckmin, o Ministério do Desenvolvimento e da Indústria, que concentrava a maior parte das conversas com o setor privado, foi na mesma linha. “Eles veem que a gente manda cartas, e às vezes não respondem. Marcamos reunião e a reunião não acontece. Quando acontece, é um pouco genérica, sem muitos efeitos… A gente viu que a coisa seria mais complexa”, conta Pedro Guerra, chefe de gabinete de Alckmin. “Mas o governo não ficou parado e estruturou algo para ajudar alguns setores”, diz Guerra, referindo-se ao Plano Brasil Soberano, que abriu linhas emergenciais de crédito e benefícios tributários às empresas afetadas, embora até hoje apenas 9 dos 30 bilhões oferecidos tenham sido contratados.

Os grupos que entraram em cena tinham estratégias e interesses distintos. Havia a turma de João Camargo, da Esfera, que já tinha um contato com lobistas próximos de Trump desde a vitória do republicano, em 2024. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) decidiu contratar os mesmos lobistas de Camargo, enquanto setores como celulose, carnes e a própria Embraer acionaram seus canais individuais, embora também participassem das conversas coordenadas pela CNI. O objetivo comum era chegar em Susie Wiles, a chefe de gabinete de Trump, considerada prática, influente e sensível ao custo econômico das tarifas. Era ela quem filtrava os pedidos, protegia o chefe e definia quem entrava – ou não – na sala de comando.

Camargo recorreu ao prefeito de Miami, Francis Suarez, nome relevante do Partido Republicano. Os dois se conhecem desde os anos 1990, quando Camargo começou a frequentar Miami depois de comprar um imóvel na cidade. Com a posse de Trump no início de 2025, Camargo procurou Suarez em nome de empresários brasileiros interessados em estabelecer uma ponte com a nova administração, pois tinham receio de que o governo Lula enfrentaria dificuldades de interlocução. Suarez e aliados apresentaram Camargo ao sócio de um dos escritórios de lobby mais fortes da Flórida: Brian Ballard, que também é uma figura influente em Washington desde o primeiro mandato de Trump. Susie Wiles, aliás, trabalhara na Ballard Partners.

Ainda antes do tarifaço, Ballard e Camargo haviam fechado um acordo: indicariam clientes um ao outro. Pelo menos seis empresas brasileiras toparam a jogada. O banqueiro André Esteves, do BTG Pactual, contratou Ballard para destravar as licenças regulatórias do banco que havia comprado nos Estados Unidos, o M.Y. Safra Bank. (As licenças ainda não foram liberadas.) Joesley Batista, dono da JBS, também considerou contratar o escritório de Ballard para acelerar a listagem de sua empresa na Bolsa de Nova York. (Lançou seus papéis em junho, mas sem a ajuda do lobista.) Em agosto, para piorar, o *Politico*, site de notícias baseado em Washington, revelou que Ballard fora escanteado da Casa Branca depois que uma de suas funcionárias induziu Trump a publicar uma mensagem favorável a um cliente seu. Quando descobriu que fora manipulado, Trump se irritou e declarou-o *persona non grata*.

Mesmo com tudo contra si, Ballard mostrou notável influência quando o tarifaço entrou em cena. No início de setembro, Camargo esteve em Washington para uma rodada de reuniões organizadas pelo escritório do lobista: encontrou Susie Wiles, parlamentares republicanos, interlocutores no Departamento do Tesouro e Mauricio Claver-Carone, então enviado especial de Trump para a América Latina. Ballard também colocou a CNI na mesa com Christopher Landau, o sub de Marco Rubio. Na reunião, Landau defendeu a posição de Trump, disse que os Estados Unidos prezavam a “liberdade de expressão” e pediu aos cerca de cinquenta empresários brasileiros presentes que fizessem lobby no Brasil para eliminar os entraves políticos que incomodavam Trump – movimento exatamente oposto ao que o governo brasileiro havia sugerido.

“Naquele momento era necessário baixar a poeira. A gente precisava se descolar do governo. Até então estávamos muito atrás do que o governo estava comunicando”, diz Rodrigo Santiago, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que participou da delegação. Marcos Antonio Matos, diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), um dos setores até então mais atingidos pelo tarifaço, também integrava o grupo e considerou uma vitória que o Brasil pudesse ao menos falar com o outro lado, já que o diálogo estava interditado. “O Departamento de Estado ficou quieto e nos ouviu por 45 minutos”, diz, recordando o sentimento de vitória.

Joesley Batista, que havia dispensado a intermediação do escritório de Ballard, encontrou seus próprios caminhos para abrir espaço na Casa Branca. A Pilgrim’s Pride, uma de suas empresas nos Estados Unidos, doara 5 milhões de dólares para a cerimônia de posse de Trump. Além disso, a JBS USA, que reúne todas as empresas americanas da família Batista, emprega 70 mil pessoas, o que é um ativo e tanto para negociar com um governo que assumira sob o mantra *Jobs, jobs, jobs*. Batista queria pedir isenção tarifária para a carne e a celulose, produtos que exporta para os Estados Unidos, e oferecer a Trump uma perspectiva mais favorável sobre o Brasil. Em Brasília, Lula sabia que o encontro ocorreria.

Numa tarde no início de setembro, Batista foi recebido na Casa Branca. Posou para uma foto com Trump e o presenteou com a biografia do seu pai, José Batista Sobrinho, conhecido como Zé Mineiro. Na conversa, defendeu o STF, disse que o apoio a Jair Bolsonaro no Brasil estava longe de ser majoritário e deu uma informação que desestabilizou o presidente americano: disse que o tarifaço havia impulsionado os índices de popularidade de Lula e, provavelmente, iriam catapultá-lo à reeleição. Era um efeito colateral que Trump não havia previsto – e, aparentemente, ninguém lhe informara.

Ainda assim, o governo brasileiro não recebeu o encontro como bote de salvação. Auxiliares de Lula estavam convencidos de que Batista seguira a lógica habitual: agendou a visita pensando primeiro nele, depois nele e, por fim, nele mesmo – embora admitissem que a conversa ajudara a distensionar o ambiente. A verdade é que dois fatos extraordinários sucederam. Trump anunciou uma lista de produtos isentos de tarifa – e a celulose estava lá. Dias depois, pela primeira vez desde a eleição de ambos, Lula e Trump se encontraram na Assembleia Geral da ONU. Em seu discurso, o americano fez elogios públicos ao brasileiro. A cronologia dos acontecimentos ajudou a disseminar a leitura de que Batista havia movido montanhas. A realidade era menos épica: ele foi esperto e teve sorte.

No caso da celulose, havia um lobby especialmente intenso da Kimberly-Clark e da Procter & Gamble, multinacionais americanas que dependem da celulose brasileira de fibra curta para produzir lenços umedecidos, papel higiênico, papel toalha e fraldas. No ano passado, o Brasil respondeu por 82% das importações americanas desse tipo de matéria-prima. A Suzano, sozinha, fornecia 55% da celulose usada nos Estados Unidos para produtos de higiene. A dependência americana era tamanha que a celulose logo entrou na lista de isenções e escapou da tarifa de 40% anunciada em julho. Em setembro, Trump enquadrou o produto no chamado “Anexo 2”, que também livrava a celulose da tarifa global de 10% –

ines249

um benefício reservado a matérias-primas que os Estados Unidos não produzem.

Embora Batista seja dono de um império industrial nos Estados Unidos, a ofensiva contra os 10% iniciais foi comandada pelas multinacionais americanas. Elas tiveram reuniões com a Casa Branca e também com a embaixada brasileira. A Suzano concluiu logo no início que as tarifas tornariam inviável a importação americana e que faltaria papel nos Estados Unidos. A Kimberly-Clark chegou a projetar em seu balanço trimestral uma alta de 300 milhões de dólares nos custos em razão das tarifas. No Brasil, contudo, Batista colheu louros e, em alguns círculos de poder, gabou-se dos seus feitos. Em 25 de setembro, a *Folha de S.Paulo* foi o primeiro jornal a noticiar o encontro de Batista com Trump. Dias antes, numa conversa com um interlocutor bem relacionado de Brasília, o empresário disse que estava atuando para que o presidente americano e Lula apertassem as mãos na ONU e que iria a Nova York no período da Assembleia Geral para se certificar de que "nada de errado" aconteceria.

De fato, Batista apareceu em Nova York. Uma reportagem de Felipe Frazão publicada em *O Estado de S. Paulo* informou que, nessa mesma viagem, o empresário também havia tido um encontro com um enviado especial de Trump. Seu nome era Richard Grenell, personagem central para explicar os movimentos que resultaram no aperto de mãos e na "química" entre Trump e Lula nos bastidores da ONU.

Egresso do Departamento de Estado, Richard Grenell, de 59 anos, serviu na ONU, sob George W. Bush, e depois foi embaixador na Alemanha, durante o primeiro governo Trump. Saiu do posto esfolado por atritos: sua postura intervencionista desagradou o governo alemão, e sua aproximação com a AfD, o partido da extrema direita alemã que reúne até descendentes políticos do nazismo, gerou críticas públicas do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Abertamente gay, Grenell costuma dizer que tem orgulho de ser "um dos únicos republicanos LGBT" de alto escalão e frequentemente acusa os democratas de "monopolizarem a pauta identitária".

Depois da vitória de Trump no ano passado, Grenell tentou se cacifar para o cargo de secretário de Estado, mas acabou preterido por Marco Rubio. A relação entre os dois azedou rapidamente. Grenell defendia uma saída negociada para a crise venezuelana – chegou a aparecer em fotos apertando a mão de Nicolás Maduro, gesto que enfureceu a ala latina do Partido Republicano –, enquanto Rubio insistia no uso da força para derrubar o regime. Trump acabou se alinhando ao viés do secretário, mas isso não reduziu o espaço de Grenell no governo. Pelo contrário: quando Trump começou a suspeitar de que talvez tivesse caído em uma armadilha retórica armada pelo bolsonarismo, encarregou Grenell de sondar o Brasil.

Tudo ocorreu de forma atropelada. Em 12 de setembro, o dia seguinte à condenação de Bolsonaro a 27 anos de cadeia, Grenell estava escalado para viajar ao Paraguai para participar de um evento da CPAC, a sigla que designa os encontros políticos da direita. Faria uma escala no Rio de Janeiro. Entrou em contato com o Itamaraty e pediu um encontro com o chanceler Mauro Vieira, que então se deslocou ao Rio para a conversa no dia 15. Quando procurou Vieira, Grenell também ligou para Celso Amorim, assessor especial de Lula. Os dois movimentos não estavam na agenda e foram revelados primeiro pelo *Estadão*. Nas conversas, Grenell relatou que Trump já tinha sido informado de que a questão do julgamento de Bolsonaro talvez não fosse exatamente o que eles imaginavam – e que essa percepção havia chegado à Casa Branca por meio de empresários brasileiros e americanos, o que dava créditos a Joesley Batista. Grenell também sondou a disposição de Lula para se reunir com Trump na ONU. Recebeu um sinal positivo.

A ideia do encontro, no entanto, empolgava mais o setor privado do que o governo. Parte da diplomacia temia que Lula ficasse exposto a algum constrangimento, dado o comportamento imprevisível de Trump. Os empresários, porém, estavam ávidos pela oportunidade: acreditavam que Lula teria condições de quebrar o gelo e desidratar a crise. Antes mesmo de Grenell sondar o Itamaraty, Susie Wiles – com quem Joesley Batista também se encontrou em sua ida aos Estados Unidos – já havia recebido proposta semelhante de lobistas contratados por empresas brasileiras. Wiles simpatizou com a ideia. Como interlocutores do setor privado duvidavam que a diplomacia topasse algo tão arriscado, resolveram encaminhar ao chefe de gabinete de Lula, Marco Aurélio Ribeiro, o Marcola, um esboço da operação: o encontro ocorreria nos bastidores da Assembleia Geral da ONU, onde os dois se cruzariam quando Lula deixasse a tribuna e Trump se encaminhasse a ela. Duraria dez minutos, segundo o combinado com Wiles. O tradutor do presidente, Sérgio Ferreira, foi acionado; entregaram-lhe uma lista de pontos considerados cruciais para a conversa.

No fim, nada saiu conforme o roteiro – e, ainda assim, tudo funcionou. Trump se atrasou depois de enfrentar problemas numa escada rolante. Lula também demorou a retornar aos bastidores depois de fazer seu discurso. O tradutor acabou retido na cabine de tradução, e quem acompanhou Lula foi o chefe do cerimonial do Palácio do Planalto, o embaixador Fernando Igreja, que improvisou como intérprete. A verdade é que Lula jamais garantiu que seguiria qualquer roteiro. Enquanto o presidente discursava na tribuna da ONU, sua própria equipe não sabia se, ao terminar, Lula iria direto para o plenário ouvir os demais chefes de Estado, se entraria na antessala reservada aos presidentes ou, ainda, se Trump realmente estaria lá esperando – era plausível que o americano desistisse ou, então, se recolhesse em outra sala preparando-se para o seu próprio pronunciamento.

O fato é que Trump não apenas esperou como postou-se em frente de uma televisão para acompanhar a fala de Lula – uma imagem que contrasta, em conteúdo e estética, com o encontro entre Trump e Bolsonaro no mesmo local, em 2019. Na ocasião, Bolsonaro abriu o diálogo nos bastidores dizendo *I love you, Trump*, e recebeu em troca um constrangido *Nice to see you*. "Um momento baixo da nossa diplomacia", relembra um embaixador.

Na tribuna, Trump começou atacando o Brasil. Afirmou que o país estava "indo mal" e só conseguiria se sair bem se trabalhasse em aliança com ele. "Sem nós, eles fracassarão", disse. Mas, quando o teleprompter entrou em pane, Trump abandonou o texto preparado e passou a falar de improviso. Nesse momento, Trump elogiou Lula – e, sentado na plateia, um auxiliar do americano deixou transparecer uma surpresa genuína. Era Marco Rubio, o secretário de Estado, que não estava a par do encontro entre os dois presidentes, conforme havia sido arquitetado por seu rival, Richard Grenell. (Duas fontes da ONU ouvidas pela **piauí** disseram que a falha no teleprompter não foi logo corrigida porque, quando a equipe de Trump chegou à sala do equipamento, resolveu expulsar os servidores da ONU encarregados de operá-lo e ficou ali sozinha. Na hora da pane, os servidores já estavam longe demais para fazer o conserto.)

Durante os dias em que estava em Nova York, Grenell continuou exercendo seu papel de mestre de cerimônias da distensão, orquestrando encontros e calibrando mensagens pacificadoras. Teve mais dois encontros com autoridades brasileiras. Um com Celso Amorim, outro novamente com Mauro Vieira. As duas conversas acabaram se tornando uma preparação para o tão esperado telefonema entre Lula e Trump, que ocorreria no início de outubro. Reforçava o ambiente de pacificação um fato que ocorrera no dia que antecedeu o encontro na ONU: o Departamento do Tesouro incluiu na Lei Magnitsky a advogada Viviane Barci de Moraes, mulher de Alexandre de Moraes, e sua empresa o Instituto Lex.

Era um gesto de pacificação porque, no auge da turbulência, especulava-se que a lista dos novos alvos da Magnitsky poderia incluir ministros do Supremo, ministros de Estado, delegados da Polícia Federal, o procurador-geral da República e até bancos brasileiros. A inclusão da mulher de Moraes era um alívio para os demais atores da crise e mostrava que a Casa Branca buscava uma saída menos incendiária, mas deixou Moraes possesso – talvez mais indignado ainda do que quando seu próprio nome foi enquadrado na Magnitsky.

A advogada teve seus cartões Visa e Master cancelados, assim como ocorrera com o marido. Angustiada com a situação, ela chegou a procurar Gilmar Men-

TUCA
Teatro da PUC-SP

O MERCADOR DE VENEZA

12

De William Shakespeare
Direção Daniela Stirbulov
Com Dan Stulbach, Augusto Pompeo, Amaurih Oliveira, Cesar Baccan, Gabriela Westphal, Júnior Cabral, Marcelo Diaz, Marcelo Ullmann, Marisol Marcondes, Rebeca Oliveira, Renato Caldas e Thiago Sak

Sex às 21h00, Sáb às 21h00 e Dom às 18h00 - **TUCARENA**

TEMPORADA 2025 ENCERRA-SE EM 14/12/25
TEMPORADA 2026 INICIA-SE EM 29/01/26

DOIS DE NÓS

12

De Gustavo Pinheiro
Direção José Possi Netto
Com Antonio Fagundes, Christiane Torloni, Thiago Fragoso e Alexandra Martins

Qui e Sex às 21h00, Sáb às 20h00 e Dom às 17h00 | **TUCA**

O ESPETÁCULO COMEÇA RIGOROSAMENTE NO HORÁRIO

TEMPORADA 2026 INICIA-SE EM 15 DE JANEIRO

ingresso online

PUC-SP

Mais informações
Rua Monte Alegre, 1024 - Perdizes
(11) 3670-8456 | 3670-8455
www.teatrotuca.com.br

ines249

Feliz + Natal

VITO QUINTANS_2025

des em busca de orientação. O ministro, que transita com mais desenvoltura no meio bancário do que Moraes, tentou acalmá-la. Em busca de uma solução, o ministro Fernando Haddad foi acionado, assim como a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, e a diretora jurídica da instituição, Lucinéia Possar. A resposta da turma foi pouco auspiciosa. Na prática, não havia o que fazer. Moraes ficou furioso ao concluir que o instinto dominante não era proteger sua família de uma arbitrariedade, mas poupar os bancos de qualquer contratempo.

Naquele momento, Viviane de Moraes havia se tornado o alvo mais fácil. Sua inclusão na lista alimentava a sanha de vingança de uma ala dos aliados de Trump que enxergam no bolsonarismo um ativo estratégico para a extrema direita no Ocidente – e que se enfraquecia ante a retomada de contato com o governo brasileiro. A punição contra ela também atendia os anseios do Departamento de Estado, que, povoado pela ala mais radical do movimento Maga, ainda orbitava em torno da tese de vitimização de Bolsonaro e vinha pressionando o Tesouro pela aplicação de novas sanções desde agosto.

Apesar de tudo, Marco Rubio, embora seja muito mais ideológico que seu rival Richard Grenell, é visto como moderado em comparação com seus subordinados. Alguns deles foram indicações de Steve Bannon, talvez o ex-assessor de Trump mais próximo da família Bolsonaro. É o caso de Ricardo Pita, chefe do Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental, que esteve no Brasil em maio e visitou Jair Bolsonaro para ouvi-lo sobre as “ameaças à democracia brasileira”. Na Casa Branca, ainda que Susie Wiles seja moderada, seu adjunto é Stephen Miller, uma estrela do mundo Maga e responsável pela política anti-imigração do governo. Miller não foi uma escolha de Wiles, mas uma imposição de Trump. No nível mais alto de radicalismo está Sebastian Gorka, assessor para temas de contraterrorismo, que também dá expediente na Casa Branca. Gorka é húngaro e, segundo o jornal *The Washington Post*, é membro de um grupo de extrema direita na Hungria que, de acordo com o próprio Departamento de Estado, tem inclinações nazistas. Ele era um dos contatos de Eduardo Bolsonaro na Casa Branca.

“É uma bolha. Uma bolha muito pequena. E são poucas as pessoas que entram nessa bolha para influenciar o presidente”, diz Thomas Shannon, diplomata americano de carreira que foi embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 2010 e 2013. Em 2018, depois de trabalhar nos governos Obama e Trump, Shannon deixou a carreira diplomática. Hoje, é um dos principais nomes do escritório de advocacia Arnold & Porter, o mesmo que assessorou juridicamente o governo brasileiro e os bancos. Em Washington, Shannon é visto como um patrono discreto dos interesses brasileiros: alguém que tenta, sempre que possível, desfazer mal-entendidos antes que virem crises. Daí o peso de sua atuação desde o primeiro dia da turbulência tarifária.

Shannon atribui a Susie Wiles e Richard Grenell parte essencial da distensão. Segundo ele, Trump costuma despachar Grenell para situações nas quais acredita haver um ruído ou percepção equivocada. Sobre Wiles, Shannon é categórico: “Ela é uma excelente chefe de gabinete. O trabalho dela é criar condições para que Trump tenha sucesso”, disse, numa conversa telefônica que tivemos em outubro. Outro fator decisivo para o arrefecimento das tensões, na avaliação do diplomata, foi a percepção elementar de que “é impossível comprar uma xícara de café, comer um hambúrguer ou pegar um voo regional nos Estados Unidos sem, em alguma etapa, tocar em uma empresa brasileira”.

O café brasileiro domina o mercado americano desde que a população dos Estados Unidos abandonou o chá em reação à opressão britânica. Há produtores brasileiros exportando para os Estados Unidos há mais de um século. Antes do tarifaço, 32% do café consumido pelos americanos vinha do Brasil – de longe o maior fornecedor, seguido da Colômbia, com 18%. Embora as exportações brasileiras tenham somado 2 bilhões de dólares em 2024, a economia americana do café – que inclui cafeterias, redes de varejo, importadores, embalagens, logística, máquinas de torrefação – movimenta 343 bilhões por ano, o equivalente a 1,2% do PIB dos Estados Unidos. Ou seja, a cada 1 dólar de café que os americanos importam, agrega-se 43 dólares à sua economia.

Não surpreende que o tarifaço tenha provocado uma escalada imediata no preço do grão no mercado de commodities: era um atrito direto entre o maior produtor e o maior consumidor de café do mundo. Havia ainda um agravante logístico. Quem quisesse fazer estoque antes de as tarifas entrarem em vigor simplesmente não tinha meios de fazê-lo, explica Marcos Antonio Matos, o diretor-geral do Cecafé: “Quando tudo isso aconteceu, o Brasil estava terminando de colher a safra de 2025, e vínhamos de uma entressafra baixa. Não havia café para quem quisesse estocar.”

O efeito foi notável: as compras de café pelos Estados Unidos desabaram mais de 50% depois do tarifaço. Diante da dependência americana do café, surgiu a pergunta: por que o produto não entrou na lista de exceções anunciada em 30 de julho, como o suco de laranja? Uma parte da resposta está no improviso endêmico do governo Trump. Outra parte, na política doméstica. O lobby do café nos Estados Unidos é liderado quase exclusivamente pela Starbucks, cuja marca e cultura corporativa se alinham com o campo democrata. Executivos atuais e antigos da empresa fizeram doações para a campanha de Kamala Harris. No Congresso, os parlamentares que tradicionalmente defendem o setor são democratas, o que, na prática, tornou seus apelos irrelevantes diante de uma maioria republicana pouco disposta a flexibilizar o tarifaço. Um lobista me resumiu o clima com uma frase que circulava em Washington: “O lobby do café era visto como comunista.”

O caso do suco de laranja foi diferente. A dependência americana do Brasil é muito mais ampla: cerca de 56% do suco consumido nos Estados Unidos vem de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. O grosso das exportações do produto parte do Porto de Santos e desembarca em Jacksonville, na Flórida. E é na Flórida, onde está o metro quadrado mais trumpista do país, que o suco é envasado. Duas empresas brasileiras controlam o mercado: Cutrale e Citrosuco, ao lado da filial brasileira da francesa Louis Dreyfus. As três fornecem para gigantes como a Coca-Cola e a Tropicana, marca da PepsiCo vendida para a empresa PAI Partners em 2021.

Além dessas conexões, a integração entre empresas brasileiras e americanas na Flórida é tal que chega a ser física. A fábrica da Cutrale, por exemplo, fica ao lado de uma fábrica da Coca-Cola. E a Cutrale envia o suco de laranja por um duto subterrâneo que desemboca diretamente na Coca-Cola, onde é envasado. As duas gigantes seriam atingidas em cheio se, de um dia para o outro, tivessem de pagar 40% de tarifa para manter o duto funcionando. Por isso, Coca-Cola e Cutrale foram decisivas para que o suco entrasse na lista de exceções. “Sem o suco brasileiro, eles não teriam de quem comprar. O nosso suco responde por cerca de 70% das importações deles nesse segmento. E eles, por sua vez, são 42% das nossas exportações. Seria inviável para ambos os lados”, diz Ibiapaba Netto, diretor-executivo da CitrusBR, entidade que representa as três companhias.

Diante desse quadro, a família Cutrale se mexeu rápido. Junto com a Coca-Cola, participou de pelo menos três reuniões na Casa Branca para demonstrar o tamanho do estrago caso o suco brasileiro fosse tarifado. As conversas, conduzidas pelos irmãos José Henrique e José Luís Cutrale Júnior, incluíram o histórico de investimentos das empresas brasileiras nos Estados Unidos, especialmente na Flórida, onde, aliás, elas permaneceram enquanto muitos setores industriais migraram para outras praças. A mensagem era clara: a medida puniria justamente quem apostou no país. Deu certo. O suco de laranja escapou da tarifa de 40%, mas caiu na tarifa global de 10%. Em meados de novembro, conseguiu escapar dessa também.

Embora o lobby do suco de laranja seja poderoso, nada se compara ao peso da Embraer, cuja presença nos Estados Unidos ultrapassa o comércio e avança sobre a política industrial-militar do país, além de empregar 3 mil pessoas em suas fábricas na Flórida. O lobby global da Embraer é comandado por um funcionário de carreira discreto e eficaz, José Serrador. Em Washington, quem opera o dia a dia com o governo é o americano Daniel Hickey, especialista em aviação, com trânsito no Capitólio e talento para identificar quem realmente decide em cada andar da capital americana.

Assim como a Cutrale, a Embraer acionou sua contraparte americana para fazer pressão – no caso, a American Airlines, principal compradora de suas aeronaves. Estava claro que, com as tarifas, a empresa americana veria seus custos operacionais subirem. Também funcionou. A Embraer entrou na primeira lista de exceções anunciada pela Casa Branca. Ainda assim, permanecia sujeita aos 10% da tarifa global, um peso especialmente

ines249

danoso diante da disputa que trava com as fabricantes americanas e europeias, que foram isentas de tarifas. No segmento militar, a Embraer compete diretamente com a Lockheed Martin, fabricante do C-130J, o avião de transporte militar mais politicamente protegido dos Estados Unidos. O similar da Embraer, o C-390, vinha vencendo licitações na Europa – inclusive em países da Otan –, o que acendia alertas nos Estados Unidos. Além disso, a empresa brasileira quer vender seus cargueiros KC-390 para a Força Aérea americana, uma transação que dificilmente ocorrerá se os 10% forem mantidos. Ou seja: a tarifa não é apenas uma desvantagem comercial, mas também um entrave estratégico.

Nesse ambiente sensível, não interessava à Embraer se expor em defesa do Brasil num momento em que o diálogo diplomático estava obstruído. Por isso, a empresa atuou em sigilo para ajudar naquele primeiro encontro entre Mauro Vieira e Marco Rubio ocorrido em julho, no escritório King & Spalding. Em Brasília, o governo reconhece o peso dessa intervenção, mas não se ilude quanto às motivações. “O interesse brasileiro convergia com o interesse das melhores empresas do país. Mas eles não fizeram isso pelo Brasil; fizeram pela própria sobrevivência. O governo pensava no interesse nacional, inclusive por eles – exportadores com alto nível de agregação”, diz um interlocutor direto das negociações.

Mas, numa demonstração do caráter aleatório das tarifas, nem todas as grandes indústrias brasileiras com presença americana se deram bem. A WEG, uma gigante na área dos equipamentos elétricos, inaugurou fábricas, comprou empresas e criou toda uma cadeia industrial para finalizar a produção de suas máquinas nos Estados Unidos. No entanto, não foi excluída do tarifaço de 40% e da tarifa global de 10%. Além disso, a WEG ainda carregou o peso da tarifa de 50% sobre o cobre, insumo de sua produção.

André Roncaglia, o economista brasileiro que hoje é diretor executivo no Fundo Monetário Internacional (FMI), avalia que muitas tarifas ainda persistem porque seus efeitos sobre a economia dos Estados Unidos se mostraram menores do que se esperava. Numa conversa que tivemos em Washington, em outubro, Roncaglia ponderou que talvez as incertezas criadas pelas tarifas sejam mais prejudiciais à economia americana hoje do que o impacto real nos preços. É má notícia para empresas como a WEG, que esperavam algum alívio quando Trump fosse atropelado por um aumento generalizado de preços, e não apenas dos alimentos. “Esse é um período de incerteza produzida deliberadamente. A incerteza é você não saber o que vai acontecer. Isso, para quem está investindo, para quem consome, é fundamental. O cidadão médio que vai comprar uma casa pensa se agora será o melhor momento. Sem saber quais setores serão tarifados, pode ser que o setor dele seja. E ele perde o emprego”, diz.

Entrar no The Ned é para poucos. A filial do clube privado londrino chegou a Washington há pouco mais de um ano e rapidamente se tornou um dos epicentros sociais da nova era Trump. Seus membros pagam 10 mil dólares no primeiro ano, e mais 5 mil de anuidade nos seguintes, para se acomodar nos bancos de veludo do bar e pedir um *dry martini* a 23 dólares – cerca de 120 reais. Ao redor, circulam estrelas da constelação Maga, lobistas, integrantes do governo e jornalistas.

Como ocorre em todo ambiente exclusivo, é preciso que haja espaço exclusivíssimo. The Ned cumpre a regra: sua área VIP é aberta apenas à categoria dos sócios fundadores, que pagam 100 mil dólares de taxa de adesão – coisa de meio milhão de reais – e 15 mil de anuidade. O sócio fundador tem direito a frequentar as unidades do clube em Nova York, Londres e Doha, jantar em um restaurante exclusivo dentro do próprio clube e participar de eventos exclusivos, temperados com um caviar exclusivo que não se encontra em nenhum outro lugar na capital americana – o Petrossian. A marca francesa trabalha com o raro esturjão beluga, que vem do Mar Cáspio, entre a Rússia e o Irã. (Apesar de sua localização eletrizante do ponto de vista geopolítico, o produto chega aos Estados Unidos sem risco de sanções.)

Em Washington, o clube ocupa três andares de um edifício neoclássico, destoando dos arranha-céus funcionais da Avenida Pensilvânia e Rua K, redutos tradicionais de poder ao redor da Casa Branca. Em um dos andares funciona um *rooftop* tomado por mesas e sofás ao ar livre, onde, à noite, ocorrem festas e shows reservados aos frequentadores. De dia, o terraço oferece uma vista cinematográfica da Casa Branca: é possível ver os dois helicópteros presidenciais pousando ou decolando para transportar Donald Trump.

O restaurante dos “fundadores” tem vista direta para o Departamento do Tesouro – e não é raro cruzar por ali com o próprio secretário Scott Bessent. No salão principal, o estilo *art déco*, os sofás Chesterfield de couro e as paredes em *boiserie* evocam clubes de cavalheiros do século passado, num flagrante sintoma dos tempos. A iluminação baixa reforça a atmosfera de confidencialidade, embora ninguém ali deseje exatamente passar despercebido. Fotos e filmagens não são permitidas, claro. À entrada, um funcionário cola um adesivo com o brasão do clube sobre a câmera dos celulares de todos os frequentadores. Até dos exclusivos.

Na hora do almoço e do *happy hour*, The Ned é o local ideal para abordar membros do governo Trump, mas a dinâmica é peculiar: todos parecem estar fora do expediente, mas ninguém está fora do expediente. A lista dos frequentadores inclui o secretário de Comércio, Howard Lutnick, e a chefe de gabinete, Susie Wiles. Os espaços são amplos, mas desenhados para abrigar pequenos grupos – mesas de duas cadeiras, sofás de dois lugares –, numa arquitetura que favorece conversas discretas, e não aglomerações.

Numa tarde de outubro, a **piauí** esteve no The Ned acompanhando um sócio brasileiro que pediu para não ser identificado. Ele conta que, no auge das tensões com os Estados Unidos, muitos dos interlocutores que o Brasil precisava alcançar e que só eram acessíveis por canais obstruídos em Washington, circulavam livremente por lá. No entanto, nenhuma autoridade brasileira estava presente – o que só reforçava o isolamento. Afinal, não é exatamente uma novidade que o governo Trump criou núcleos paralelos de articulação política, que tratam de assuntos de Estado em ambientes privados, criando uma perigosa zona cinzenta. Mas, no contexto da turbulência tarifária, The Ned funcionava como uma espécie de triagem informal dos temas relevantes que orbitavam a capital. Não circular pelo local era uma forma de manter-se distante do poder, numa hora crucial.

Dentro do próprio governo brasileiro há a percepção de que, nas palavras de autoridades, “falta Brasil em Washington”. A embaixada brasileira mantém – e sempre manteve – um perfil de diplomacia tradicional, regida por prudência extrema e respeito solene a protocolos, além de carecer, muitas vezes, de autorização política para arriscar-se em movimentos mais ousados. Não é parte da cultura do Itamaraty que seus embaixadores atuem como lobistas dos interesses brasileiros, embora seja exatamente esse o perfil de várias representações estrangeiras na capital americana. Para descrever essa cultura pouco permeável aos interesses comerciais, o ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia costumava satirizar uma declaração que ouvia de seus antepassados diplomatas: “Não somos embaixadores de secos e molhados.” Pouca coisa mudou de lá para cá no Brasil, mas, em alguns países, a dinâmica é outra. “Os embaixadores do México e do Japão, por exemplo, moram no Congresso”, resumiu o sócio que me acompanhou ao The Ned.

O contraste é nítido quando se observa figuras como Peter Mandelson, embaixador do Reino Unido em Washington que não é diplomata de carreira e foi nomeado para a função justamente por isso. Mandelson foi indicado em razão de sua habilidade negociadora, uma qualidade considerada essencial diante da expectativa – amplamente confirmada – de que Trump voltaria a tumultuar o comércio global. Tornou-se um exemplo de embaixador-lobista, circulando entre parlamentares, *think tanks* e gabinetes estratégicos. (Mas o tino diplomático acabou por lhe fazer falta. Caiu em setembro passado, quando veio à tona seu envolvimento no caso Jeffrey Epstein, o bilionário que se suicidou na prisão enquanto esperava o julgamento por comandar uma rede de tráfico sexual envolvendo meninas menores de idade. Em entrevistas que fiz antes da queda de Mandelson, seu nome chegou a ser ven-

piauí é aqui

PARA ASSINAR
revistapiaui.com.br/assine
whatsapp e SAC: [11] 3584 9200
segunda a sexta, 9h às 17h30

SAC [ATENDIMENTO AO CLIENTE]
site: minhaabril.com.br
atendimento.piaui@abril.com.br
whatsapp e SAC: [11] 3584 9200
renovação: 0800 775 2112
segunda a sexta, 9h às 17h30

EDIÇÕES ANTERIORES
colecione@revistapiaui.com.br

ESCREVA PARA A PIAUÍ
redacaopiaui@revistapiaui.com.br

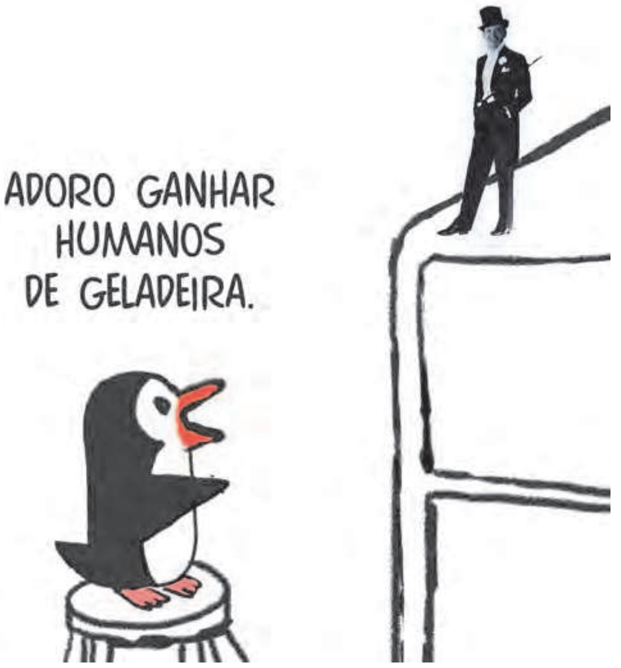
PARA ANUNCIAR
publicidade@revistapiaui.com.br

BANCA PIAUÍ_24 HORAS
temos todas as edições da revista
av. ataulfo de paiva, 1273
rio de janeiro_rj
[21] 99358-3339

EDITORA ALVINEGRA
rua aníbal de mendonça, 151_2º andar
22410-050_rio de janeiro_rj
[21] 3511 7400
rua dr. virgílio de carvalho pinto, 445 / 1º andar
05415-030_são paulo_sp
[11] 97410 3500 / [11] 3061 2122

site da piauí_com conteúdo extra
revistapiaui.com.br
_pra quem tem um clique a mais

ines249


ADORO GANHAR HUMANOS DE GELADEIRA.

BENETT_2025

tilado como uma possível ponte informal entre o Brasil e a Casa Branca de Trump.)

Em conversa com um dos diplomatas mais bem posicionados do Itamaraty, ouvi um diagnóstico cru: o Brasil estava sem interlocução porque, na prática, o governo Trump também não a oferecia. "Era todo mundo sub, do sub, do interino", ironizou, numa referência ao esvaziamento de quadros experientes e à ascensão de indicados ideológicos que pouco conheciam a região da América Latina. Outro interlocutor brasileiro em Washington avalia que faltou senso de adaptação: "Os Estados Unidos mudaram, mas o Itamaraty segue fazendo a mesma coisa." Em outras palavras, o momento requer outro tipo de diplomacia.

Alguns interlocutores americanos me disseram que até alertaram diplomatas brasileiros sobre a campanha de difamação que Eduardo Bolsonaro vinha promovendo no Capitólio – sem que o governo sequer tentasse se contrapor. A esses alertas, o Itamaraty respondia que nada havia para fazer, já que o Brasil era uma democracia que não perseguia seus opositores, de modo que Eduardo, como deputado legitimamente eleito, não seria contido em suas investidas, por mais antinacionais que fossem. Neste circuito, Lula também é criticado pela visita que fez a Washington no início de seu mandato, durante a qual reuniu-se apenas com a ala esquerda do Partido Democrata.

Em seus contatos com os republicanos, Eduardo apresentou a viagem de Lula como a expressão concreta de que o governo brasileiro era radicalizado. Um dos interlocutores que alertou a diplomacia afirma que a família Bolsonaro está há quase uma década construindo pontes com a direita americana, sem que haja qualquer contraponto, seja da esquerda brasileira em nome de seus interesses, seja da diplomacia em nome dos interesses nacionais. Com a volta de Trump ao poder, o Itamaraty se apressou, ainda em 2024, para mapear o novo cenário, mas a ofensiva chegou tarde. A família Bolsonaro já havia construído o muro de distorções que agora dominava a paisagem.

Para complicar, o setor privado também encolheu sua presença em Washington. Desde que o Brazil Industries Coalition (BIC) foi extinto por falta de verbas em 2018, o país praticamente parou de exercer a diplomacia empresarial em bloco. O BIC, sediado em Washington, reunia a Embraer, o Instituto Aço Brasil, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e entidades que representam a indústria, como a Fiesp e a CNI. Segundo uma reportagem de *O Globo* publicada em maio do ano passado, as empresas desembolsavam entre 10 mil e 45 mil dólares por ano para manter o escritório, cujo custo anual era de 600 mil dólares. Durante o primeiro governo Trump, parte do trabalho para garantir a isenção nas tarifas sobre o aço brasileiro foi feito pelo BIC. Mas tanto a ApexBrasil, então esvaziada pelo governo Temer, quanto a Fiesp decidiram parar de pagar – e o escritório foi fechado. A União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Única), que faz o lobby do etanol brasileiro nos Estados Unidos, um dos setores que mais suscita debates comerciais, também fechou sua base em Washington.

No terceiro setor, não foi diferente. Em abril passado, por falta de financiamento do governo americano ao *think tank* Wilson Center, o Brazil Institute fechou as portas, depois de, por décadas, funcionar como um dos principais polos de debate sobre o Brasil em Washington. A presidente do Brazil Institute, Bruna Santos, migrou para o *think tank* Inter-American Dialogue, onde recriou um organismo semelhante, o Brazil Program. A nova estrutura, porém, ainda opera com apoio tímido de empresas e entidades brasileiras instaladas nos Estados Unidos. "As empresas brasileiras não entendem o *long game* de Washington. Não se trata apenas de contratar um lobista. É preciso participar do debate de ideias", diz Santos.

Depois daquele encontro nos bastidores da ONU, em setembro, quando aflorou a "química" entre Lula e Trump, as coisas finalmente se aceleraram. Os dois presidentes conversaram por telefone, os canais de interlocução foram reabertos, Mauro Vieira e Marco Rubio voltaram a se encontrar em Washington e ficou combinado que a primeira conversa presencial entre os dois chefes de Estado ocorreria durante uma cúpula de países do Sudeste Asiático, em Kuala Lumpur, capital da Malásia, no dia 26 de outubro. Em todas as etapas para acelerar o passo, a iniciativa coube aos Estados Unidos, um sinal de que ganhou tração a disposição americana de reconstruir as pontes.

Em Kuala Lumpur, Lula entregou a Trump um documento detalhando as vantagens comerciais americanas no Brasil, reafirmou a disposição para negociar temas estritamente tarifários e pediu a revogação da inclusão do casal Moraes na Lei Magnitsky. Depois do encontro dos presidentes, as conversas técnicas foram retomadas, mas o Departamento de Comércio insistia: só quem decidia sobre tarifas era o Departamento de Estado, um órgão essencialmente político. Em 4 de novembro, sete meses depois do silêncio do governo americano iniciado em maio, o Brasil enviou novamente uma proposta comercial, agora respondendo aos pontos levantados pelos Estados Unidos. No dia 12 de novembro, quando Vieira e Rubio voltaram a conversar durante uma cúpula em Niágara Falls, no Canadá, as coisas começaram a tomar forma. No dia seguinte, a convite de Rubio, os dois conversaram de novo, desta vez no Departamento de Estado, em Washington.

Nesta reunião, no dia 13 de novembro, Rubio antecipou a Vieira que os Estados Unidos – "como gesto de boa vontade" – tomariam uma decisão unilateral sobre as tarifas de 40%. Não detalhou a medida, quais produtos seriam alcançados, nem o prazo, mas pediu discrição absoluta sobre a novidade. Encerrada a reunião, Vieira telefonou para Lula, explicando o teor do encontro e recomendando sigilo total, sob pena de inflar expectativas. No dia seguinte, a Casa Branca anunciou o fim da tarifa global de 10% sobre café, suco de laranja, carne e outros itens agrícolas, numa tentativa de conter a escalada dos preços internos. Mas ainda não era esse o anúncio mais esperado. Seis dias depois, Trump revogou a tarifa de 40% sobre 240 itens agrícolas brasileiros. Restam, ainda, as taxas sobre os demais bens e insumos industriais – e, sobretudo, a delicada questão da inclusão do casal Moraes na Lei Magnitsky.

Como não se sabia a data em que a medida aconteceria, o governo brasileiro foi surpreendido pelo anúncio. Lula estava em um evento público em São Paulo e não tinha um discurso preparado sobre o assunto. Só se pronunciou três horas depois. "Não é tudo o que eu quero, não é tudo que o Brasil precisa, mas é uma coisa importante", disse, num vídeo postado nas redes sociais, antes de embarcar para a cúpula do G20 na África do Sul. "Eu acho que o Trump deu um bom sinal. Nós precisamos estar preparados, porque ele está convidado a vir ao Brasil quando quiser e eu espero ser convidado para ir a Washington para a gente poder zerar qualquer celeuma comercial e política entre Brasil e Estados Unidos", afirmou.

Ao longo de toda a crise, apoiado na denúncia de que a soberania brasileira estava sendo atacada por iniciativa da família Bolsonaro, Lula conseguiu ressuscitar sua taxa de popularidade. No Palácio do Planalto, há quem até hoje celebre o episódio como uma "crise providencial" do ponto de vista político. É cedo para saber se esse ganho de imagem resistirá até 2026, mas quem tentou faturar com a agressão trumpista terminou chamuscado. O governador Tarcísio de Freitas, por exemplo, deixou-se até fotografar vestindo o boné do Maga, mas, quando percebeu que virara patriota da pátria alheia, se arrependeu e corrigiu a rota. Eduardo Bolsonaro, que articulou o desastre em conjunto com o ex-jornalista Paulo Figueiredo, começou a crise carregando um nome que aparecia de vez em quando na lista de presidenciáveis. Terminou ateando fogo às próprias perspectivas – uma jornada cujos detalhes a **piauí** revelou na edição de setembro de 2025.

E seu grande objetivo imediato, livrar o pai da prisão, naufragou numa cela especial de 12 metros quadrados na Superintendência da Polícia Federal em Brasília, onde Bolsonaro começou a cumprir a pena de 27 anos de prisão por tentativa de golpe e outros crimes. Poucos dias antes, ele fora recolhido à cela, ainda em termos preventivos, porque tentou destruir a tornozeleira eletrônica. Assim que a prisão foi noticiada, Trump foi indagado sobre o episódio ao ser abordado por jornalistas em Washington. "Não sei de nada... Foi o que aconteceu?", disse ele, comentando em seguida: "É uma pena." Dias depois, o jornal *The New York Times* publicou uma análise sobre a crise sob o seguinte título: "Brasil desafia Trump e vence."

A certa altura do conflito, quando os Estados Unidos abriram uma investigação – ainda vigente – para apurar supostas "práticas comerciais ilegais do Brasil", um dos pontos listados no documento americano era o uso do Pix, descrito como uma "ameaça ao sistema bancário americano". Quando a informação sobre a investigação do Pix chegou ao Palácio do Planalto, dois auxiliares de Lula – já atônitos com a dimensão política do tarifaço – ficaram incrédulos com o que acabavam de ouvir: afinal, os Estados Unidos estavam atacando uma rara unanimidade nacional. Era mais um presente político, um "bálsamo", me contou um deles tempos depois. Naquele dia, sem combinar nada, em coro, ambos ironizaram: "Trump, guerreiro do povo brasileiro." ✪

ines249

Official Selection
SUNDANCE
Film Festival

Official Selection
TORONTO INTERNATIONAL
Film Festival

JOEL EDGERTON FELICITY JONES

SONHOS DE TREM

NETFLIX PRESENTS A BLACK BEAR PRODUCTION A KAMALA FILMS PRODUCTION A FILM BY CLINT BENTLEY JOEL EDGERTON FELICITY JONES "TRAIN DREAMS"
CLIFTON COLLINS JR. WITH KERRY CONDON AND WILLIAM H. MACY NARRATED BY WILL PATTON CASTING BY AVY KAUFMAN, CSA MUSIC BY BRYCE DESSNER COSTUME DESIGNER MALGOSIA TURZANSKA
EDITED BY PARKER LARAMIE PRODUCTION DESIGNER ALEXANDRA SCHALLER DIRECTOR OF PHOTOGRAPHY ADOLPHO VELOSO, ABC AIP CO-PRODUCERS PARKER LARAMIE GINNY LIBERTO EXECUTIVE PRODUCERS JOEL EDGERTON SCOTT HINCKLEY
GREG KWEDAR JOHN FRIEDBERG PRODUCED BY MARISSA McMAHON, p.g.a. TEDDY SCHWARZMAN, p.g.a. WILL JANOWITZ, p.g.a. ASHLEY SCHLAIFER, p.g.a. MICHAEL HEIMLER, p.g.a.
BASED ON THE NOVELLA BY DENIS JOHNSON SCREENPLAY BY CLINT BENTLEY & GREG KWEDAR DIRECTED BY CLINT BENTLEY

BLACK BEAR

© 2025, BBP Train Dreams, LLC. All rights reserved.

KAMALA FILMS

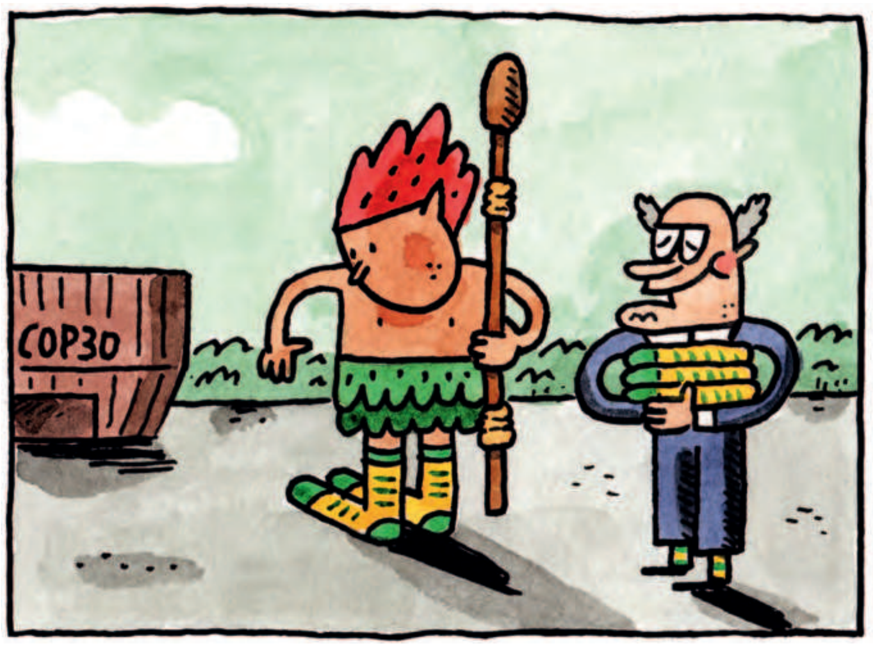
NETFLIX

SÓ NA NETFLIX | JÁ DISPONÍVEL

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

ines249

COLOQUEI MEIAS DIVERTIDAS NO CURUPIRA DA COP



CACO GALHARDO_2025

1º DE NOVEMBRO_ Pouca gente soube, mas eu e Libelu nos enfurnamos num casebre de taipa no coração da Amazônia para começar a preparação espiritual para a COP30. Hoje iniciamos a Cerimônia do Cacau para desbloquear um portal interno de ancestralidade xamânica. Ao cacau, adicionamos pimenta wai wai, cumaru e leite Ninho. O som do vento quebrando diretamente no meu cocuruto abriu caminhos para uma viagem sensorial. De repente, me dei conta de que "Pindamonhangaba" significa "lugar onde se fazem anzóis" em tupi-guarani. Ainda não sei o que fazer com essa informação.

2 DE NOVEMBRO_ Embarcado numa piroga de cristal, com o corpo coberto apenas de urucum e carisma, vi a imagem de Baby do Brasil flutuando sobre a foz do Rio Amazonas. Ela cantava *Quando eu penso no futuro do nosso planeta/Fatalmente me lembro dessa gente tão careta/Que não tá nem aí pro que pode acontecer/Que tudo quer pra si/E não quer nem saber.* Caminhou na minha direção e me entregou um zangarilho.

Só de noite, depois de dançar forró com um tuiuiú e ler *A queda do céu* de trás para a frente, foi que juntei todas as informações: venho de "Pindamonhangaba", o "lugar onde se fazem anzóis" e recebi um zangarilho, uma isca artificial usada para pescar lula. Eureca! Os guardiões da floresta estão me dizendo que devo fisgar o President'Lula.

3 DE NOVEMBRO_ De volta ao batente depois de uma experiência tão transformadora, só me restou ir a Itu para a 7ª edição do Fórum Paulista de Desenvolvimento. Qualquer um no meu lugar faria o mesmo. Alguns cidadãos mais sensíveis notaram que eu emanava uma energia lilás. Todos sentimos que minha presença espalhou eflúvios holísticos para a cidade. Encerrei o evento cantando *Açaí*, do Djavan, de trás para a frente.

4 DE NOVEMBRO_ Precisei adotar medidas práticas para renovar as energias em torno do President'Lula. Meu primeiro ato foi marcar uma reunião com Tales Pena Machado, presidente da Centrorochas, a Associação Brasileira de Rochas Naturais. Vou abrir uma licitação para revestir o gabinete do Lula de amazonita. O Tales me disse que a amazonita atrai boa sorte, melhora as capacidades mentais, abre os caminhos e ainda ajuda a tratar casos de osteoporose.

5 DE NOVEMBRO_"Brasil ohechuka COP30pe mymbairü'i ra'anga hérava Kurupira." Qualquer pessoa minimamente letrada em guarani sabe que o bafo aí de cima significa que o "Brasil divulga COP30 e apresenta a mascote do Curupira". Mas resolvi fazer um teste e joguei a frase no Google Tradutor. E não é que a suposta inteligência artificial traduziu "Kurupira" como "crocodilo"? Convoquei Libelu para uma cerimônia dedicada a honrar Tupã e denunciar o desprezível neocolonialismo linguístico do Google. Tenha dó!

7 DE NOVEMBRO_ Hoje eu despertei com uma sensação que nunca tinha experimentado em outros aniversários. Uma clareza cósmica, como se eu tivesse trocado minha lente antiga por óculos Ambervision. Fiz questão de dizer para Libelu: "Sou uma pangeia humana com aura de *Guia Quatro Rodas* e muito desejo por doce de leite e isotônico."

8 DE NOVEMBRO_ Meu astrólogo disse que a Lua em Escorpião e o Sol em Sagitário são fatores para um momento de transformação intensa. Numa madrugada produtiva, mudei os móveis do quarto de posição. Libelu foi contra. Assertivo, declarei que não existe argumento terreno quando há um imperativo cósmico. Fui para a posse do Rodrigo Paz, novo presidente da Bolívia e, quando voltei, Libelu tinha devolvido os móveis para a posição de origem. Tenho que aprender urgentemente a dar limites.

9 DE NOVEMBRO_ Minha passagem por Itu já está rendendo bons frutos: atletas ituanos tiveram uma atuação de destaque na 9ª Etapa da Liga Metropolitana de Tênis de Mesa.

10 DE NOVEMBRO_ Começou a COP! Infelizmente não pude estar presente porque tinha outro compromisso importante: uma entrevista para a revista *Caras* feita pelo meu amigo José Roberto Maluf. Sou como o Paulinho da Viola: *Quando eu penso no futuro, não esqueço o meu passado.*

Mas mandei uma mensagem ao President'Lula recomendando abrir a COP com a Cerimônia do Cacau. Ele respondeu com um meme da Gretchen. Estou fisgando o homem.

13 DE NOVEMBRO_ Fui ver *O agente secreto* e me lembrei das muitas estripulias que o jovem Geraldo cometeu naqueles coloridos anos 1970. Ah, eu era mesmo a última bolacha do pacote. De noite, escrevi uma carta para o Kleber Mendonça Filho: "Caso haja um *spin-off* envolvendo a perna cabeluda, deixo aqui a sugestão para ela calçar meias divertidas."

14 DE NOVEMBRO_ Continuo com meu planejamento para transformar o President'Lula em xamã. Hoje recebi o Fernando Claudio Genschow, diretor de Defesa Profissional do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura (CMBA). Perguntei se era possível injetar cacau na pele sem a pessoa perceber. Parece que não.

16 DE NOVEMBRO_O Nicolás Maduro não cansa de me desconcertar. O Professor Girafales da Venezuela cantou *Imagine*, do John Lennon, para pedir a paz em meio à escalada militar dos Estados Unidos no Caribe. Me lembrou de quando a atriz Paolla Oliveira, em 2014, pintou uma unha de branco para, também, pedir a paz. Foi bonito, mas não muito eficaz. Será que o líder chavista pretende angariar uma indicação para o Grammy Latino? Será que pagou direitos autorais? Imagine.

17 DE NOVEMBRO_ Cheguei chegando na COP. Lancei a braba. Cobrei prazos, descasquei os combustíveis fósseis, falei em "COP da verdade", reforcei a meta de desmatamento ilegal zero até 2030. Para marcar posição, entreguei meias divertidas para o Curupira: vesti aqueles pezinhos com uma meia de cano alto que trazia meu discurso impresso em verde e amarelo. A fonte ficou muito pequena, mas valeu a intenção. Ficou estiloso.

18 DE NOVEMBRO_ Estou revoltado! Acabou o amor! Queimei sutiãs, suspensórios e meias coloridas! Como é que o President'Lula resolve proibir o gênero neutro na comunicação pública? É hora de agir. Coloquei uma isca no zangarilho e tomei uma decisão. Atualizei meu nome nas redes sociais para Geralde (elu/delu).

19 DE NOVEMBRO_ Aproveitei o burburinho da chegada da cantora Dua Lipa no Brasil para me atualizar nas músicas jovens. Gostei da moça porque, assim como eu, ela também é do povo: vai ao Maracanã lotado, bebe no bar da esquina, visita quadra de samba... Virei um *Dualover* e já entrei em contato com a equipe da cantora para fazermos um *feat* chamado *Alquimia*. Vai estourar a boca do balão.

21 DE NOVEMBRO_ Estou arrasado com esse incêndio na COP. Soube que o Curupira acabou escorregando por causa das meias e aquele cabelo de fogo encostou num fio desencapado. Quem acabou preso no zangarilho fui eu.

Menos mal que a energia ancestral liberada pela minha interpretação no chuveiro de *Um índio*, do Caetano, cantada de trás para a frente, cruzou as Américas e atingiu o Trump com a força de uma entidade de terreiro preocupada com a carestia da pipoca, do café, do amalá e do caruru. Bingo: suspensão imediata e retroativa das tarifas. Por essa o Dudu Bananinha não esperava. Nem o Mauro Vieira, aliás. Falta aos dois a conexão telúrica que eu mantenho com Gaia.

22 DE NOVEMBRO_ Essas várias desculpas para explicar a solda na tornozeleira não são boas. Se eu fosse ele, teria me saído com outra: "Ministro, o senhor sabe que eu ia receber a visita dos governadores golpistas e a ocasião exigia uma certa formalidade. Tentei calçar as meias divertidas com rostinhos do Pinochet e do Médici que ganhei do Brilhante Ustra, mas a tornozeleira teimava em atrapalhar. Ficava aquele volumão, parecia que o Pinochet estava com caxumba. O jeito foi apelar para o ferro de solda." Alexandre é um homem elegante, ele compreenderia. ✪

ines249

AFRICA CREATIVE/™

natura musical

Há 20 anos, nos encontramos na música

O futuro da música
é sempre o agora.
Há duas décadas, Natura Musical
impulsiona novos talentos e grandes
nomes da música brasileira,
fortalecendo nossa cultura e diversidade.

Agora, chegou a hora de conhecer
os artistas e projetos escolhidos
no **Edital 25 | 26.**

Confira os projetos
contemplados.

@naturamusical
natura.com.br/naturamusical

ines249

O GPS

Os métodos – e a sorte – de Sidônio Palmeira, o chefe da comunicação de Lula

LUIGI MAZZA

Raul Rabelo se considera um irmão mais novo de Sidônio Palmeira. Ele também é publicitário, torcedor do Bahia e um homem de esquerda. Sua família é de militantes do PCdoB. O pai morreu jovem, de um linfoma agressivo. A mãe se casou novamente, com um colega de partido, a quem Raul Rabelo chama de pai. Nos estertores da ditadura, o casal conheceu Sidônio, um jovem correligionário que vinha se destacando como líder estudantil na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Cursava engenharia civil.

Sidônio obteve o diploma, mas nunca exerceu a profissão. Em vez disso, abriu em 1987 uma agência de publicidade, a Leiaute, em sociedade com um casal de amigos, Liani Sena e Carlos Eduardo Andrade. Quando Rabelo entrou para o curso de publicidade, nos anos 1990, seus pais arrumaram para ele um estágio na agência do amigo. O garoto chegou a rodar por outras empresas, mas acabou fincando os pés na Leiaute. Foi promovido a redator, a diretor de criação e, por último, a sócio. Tornou-se o braço direito do chefe. Aonde Sidônio vai, Rabelo o acompanha.

O ganha-pão da agência sempre foram as contas privadas – concessionárias, redes de supermercados, shopping centers. Mas os sócios, de vez em quando, se afastam da empresa para tocar campanhas eleitorais. Foi assim em 1992, quando Sidônio e Carlinhos, como é conhecido o amigo, ajudaram a eleger Lídice da Mata (então no PSDB, hoje no PSB) a primeira prefeita de Salvador. A vitória – Rabelo diz "triunfo", "porque Vitória é o nome do nosso time adversário" – marcou o início da longeva relação de Sidônio com a política baiana.

Em 2004, Rabelo participou pela primeira vez de uma campanha ao lado do chefe. Foi em Vitória da Conquista, terra natal de Sidônio, que concentra a terceira maior população do estado. Os dois tentavam reeleger o prefeito José Raimundo (PT), que aparecia mal nas pesquisas. A disputa era importante para o partido, pois a cidade era sua principal vitrine na Bahia, mas era importante também para o PFL de Antônio Carlos Magalhães. O "carlismo", como ficou conhecido o movimento político liderado por ACM, já iniciava seu lento declínio, mas ainda era a força dominante no estado. Controlava o governo e as duas maiores cidades, Salvador e Feira de Santana.

A disputa entrou para o anedotário do petismo baiano. Durante um ato de campanha numa zona rural de Vitória da Conquista, quase houve uma pancadaria, porque carlistas decidiram filmar e zombar dos petistas. A história que se conta é que, a certa altura, um dos provocadores entrou num banheiro feminino e filmou a mulher de um ex-prefeito do PT, causando uma confusão generalizada. No empurra-empurra, os petistas se apossaram da câmera e pegaram a fita onde havia a gravação. Cobrados a devolvê-la, responderam que não. Os adversários, indignados, diziam que não havia nada de errado na fita e fizeram escarcéu denunciando José Raimundo por aquele confisco. Virou mote da campanha, nos comícios, na tevê e no rádio: "Cadê a fita, Zé?"

Para os petistas, foram dias de constrangimento. Alguns deles, temendo que o prefeito caísse ainda mais nas pesquisas, pressionaram para que a fita fosse devolvida. Segundo Rabelo, foi Sidônio quem bateu o pé: "Não vamos devolver." A decisão se provou acertada: a campanha do PFL, de tanto martelar a pergunta, ajudou a popularizar o nome de José Raimundo, que se transformou num popular "Zé". Para completar, a equipe de Sidônio comprou fitas coloridas do Senhor do Bonfim para distribuir entre os militantes. "Quando perguntavam 'Cadê a fita, Zé?', o povo dava uma banana com a fita no braço", diverte-se Rabelo. "Até as crianças perguntavam da fita. Quando cai na boca das crianças, irmão, aí acabou."

José Raimundo, o Zé, ganhou a eleição. Foi um marco para o PT baiano, que dois anos depois venceu a disputa pelo governo do estado, e para Sidônio, que se firmou como o marqueteiro e *consigliere* do governador Jaques Wagner. Desde então, o partido não perde eleições para governador da Bahia. Das cinco campanhas vitoriosas de 2006 para cá, Sidônio comandou quatro. Só não fez a quinta porque foi contratado para a campanha presidencial de Lula, em 2022.

Rabelo relembra a história da fita quando questionado sobre as virtudes de seu mentor. "Além da inteligência, da capacidade de pensar estrategicamente, a coragem é uma coisa marcante dele." A virada em Vitória da Conquista deixou também uma outra lição: os deslizes do adversário às vezes são a melhor ajuda que um marqueteiro pode receber.

Geraldo Alckmin, ao comentar o ganho de popularidade do governo no segundo semestre deste ano, faz elogios a Sidônio, envereda por uma explicação minuciosa das exportações brasileiras aos Estados Unidos e, ao fim, levanta as sobrancelhas, abrindo um sorriso. "Mas o erro dos adversários também ajudou, né? Não pisaram num tomate. Pisaram no tomateiro inteiro", diz, soltando uma risada curta. "Quer dizer, é inacreditável…"

O inacreditável, na avaliação do vice-presidente, é um deputado federal – no caso, Eduardo Bolsonaro – "ficar no exterior levando informação errada e trabalhando contra o país". A reação do governo ao tarifaço de Donald Trump e aos deslizes da oposição, diz Alckmin, foi "no ponto", o que ajudou a repor parte do capital político que Lula havia perdido. E a reação só teve valor porque foi bem comunicada. "Uma vez eu li que o Barack Obama disse o seguinte: 'Eu achava que bastava eu estar certo, mas depois aprendi que as pessoas também têm que achar que eu estou certo.'"

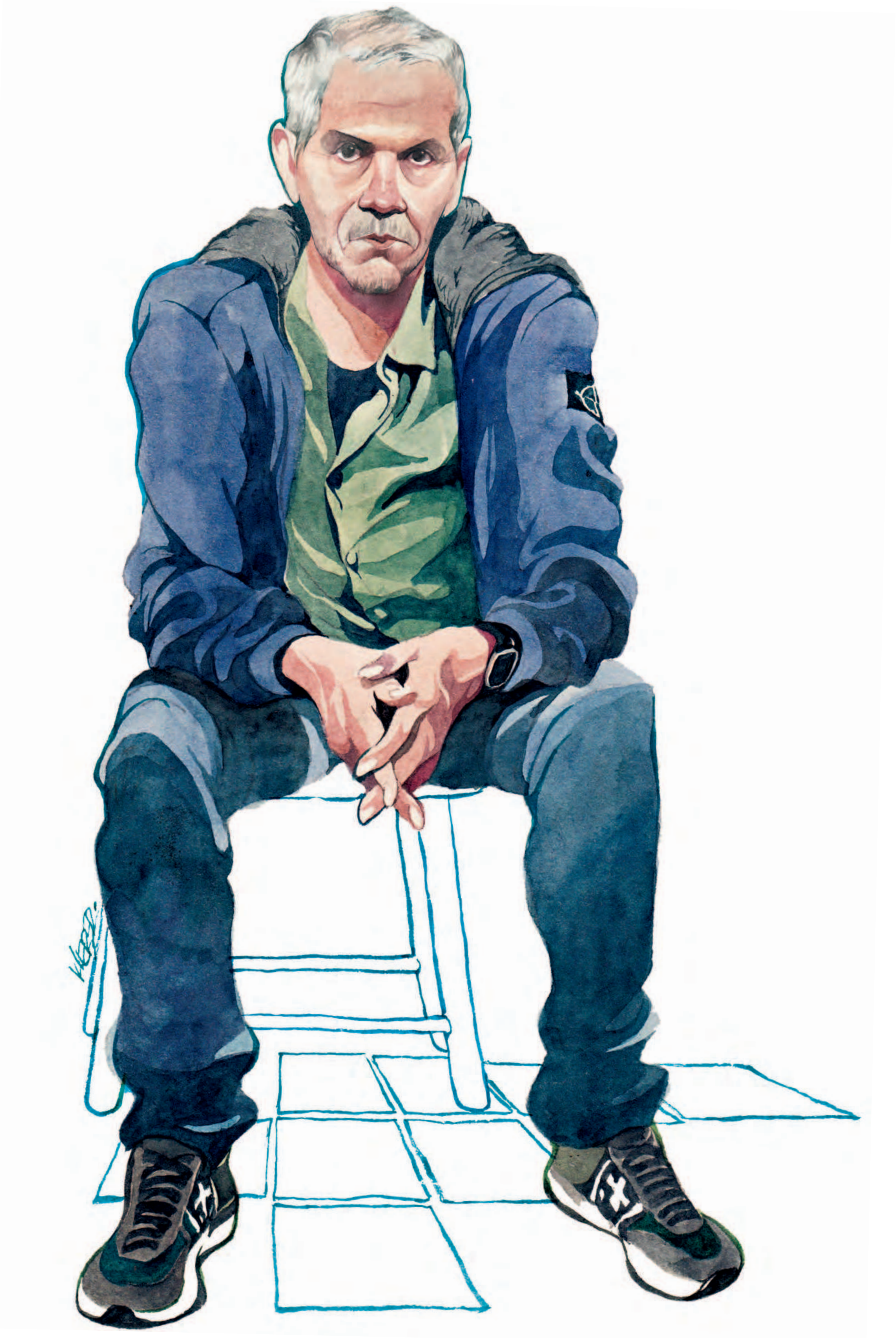
Alckmin não conhecia Sidônio quando o publicitário foi contratado para a campanha de Lula. Mas um amigo tucano da Bahia, ao saber da notícia, lhe escreveu elogiando a escolha. Convivendo no decorrer da eleição, os dois se aproximaram. Quando tomou posse como ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, em janeiro deste ano, Sidônio se referiu a Alckmin como "amigo" – a ele e a mais ninguém, embora estivesse presente a tríade de governadores baianos do PT, seus aliados de longa data.

A chegada de Sidônio marcou uma guinada no governo. "A partir do dia 1º de janeiro não tem mais entrega. A partir do dia 1º, é dia da colheita", disse Lula num discurso em dezembro de 2024, no qual reclamou da comunicação e virtualmente demitiu o então ministro da Secom, Paulo Pimenta (PT-RS). O marqueteiro foi anunciado em seguida.

A colheita, porém, demorou a vir. No dia da posse, o novo ministro já enfrentou a primeira crise. A oposição fazia escarcéu em torno de uma norma da Receita Federal que apertou a fiscalização do Pix, mirando *fintechs* que, entre outras coisas, lavavam dinheiro do crime organizado. Convocado por Lula a opinar em uma reunião no Palácio do Planalto, Sidônio disse que não havia o que fazer senão derrubar a norma da Receita. Compilou dados de redes sociais, mostrando que o estrago causado pelo vídeo do deputado bolsonarista Nikolas Ferreira já era grande demais para ser remediado. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pensava o contrário. Que o recuo reforçava a imagem de um governo frágil, suscetível a pressões. Quando Haddad chegou à sala do presidente, porém, a decisão já havia sido tomada. Derrubou-se a norma.

Instalado no segundo andar do Palácio do Planalto, onde fica a Secom, Sidônio tem acesso fácil ao gabinete de Lula, um andar acima. Tornou-se conselheiro de todas as horas. Quando estourou o escândalo das fraudes do INSS, em abril, o ministro estava lá, pressionando pela demissão do presidente do instituto.

ines249



KLEBER SALES_2025

Sidônio Palmeira: como ele parece ter tomado gosto pela briga, queria que as redes do governo protestassem quando a Câmara derrubou a medida da Fazenda para taxação de *fintechs* e *bets*

ines249

–Vou comprar uma roupa de Natal para o meu amor!
Paula Villar

PAULA VILLAR_2025

Estava também quando Donald Trump anunciou o tarifaço contra o Brasil. Meses depois, foi um dos poucos que escutou a conversa telefônica entre Lula e Trump, quando a crise se distensionou.

Segundo sua agenda oficial, o ministro esteve com o presidente 106 vezes até o começo de novembro, em solenidades e reuniões a portas fechadas. É menos do que teve Rui Costa (191), da Casa Civil, e quase o dobro de Haddad (59). O cálculo não inclui encontros informais e telefonemas. “Toda reunião que tive com o Sidônio foi interrompida porque ele teve que ir pro gabinete do presidente”, diz Éden Valadares, secretário Nacional de Comunicação do PT. Baiano, ele é colega antigo de Sidônio, com quem trabalhou no governo Jaques Wagner. Diz que o marqueteiro ainda não conseguiu implementar todas as mudanças que quer porque Lula o demanda o tempo todo.

O jornalista Mário Rosa, veterano das consultorias de comunicação e gestão de crise, não se surpreende com facilidade, mas diz que Sidônio é um “cisne negro”. Nunca tinha visto um marqueteiro ministro de Estado. “É como se tivesse uma agência de publicidade do lado do presidente da República o tempo todo, e não só quando começa a campanha”, diz Rosa, admirado. “Agora o Lula acorda de manhã e tem um GPS pra se orientar.”

O GPS tem 67 anos, mas as roupas despojadas e a barba rala lhe dão um aspecto juvenil. Evita marcar compromissos pela manhã, porque é o momento em que Lula costuma chamá-lo para discutir o noticiário e as pautas do governo. As conversas duram entre uma e duas horas. O ministro almoça sempre no mesmo restaurante vegano da Asa Sul que apelidou de “farmacinha”. É zeloso com a saúde, gosta de andar de bicicleta e nunca come açúcar. Contrariando o arquétipo dos marqueteiros tradicionais, como os também baianos Duda Mendonça e João Santana, é menos conhecido pelas sacadas brilhantes do que pelas habilidades de gestor. Os elogios feitos a ele são dois: tem sensibilidade política e forma boas equipes. Anda cercado de jovens profissionais que vai recrutando. Quando precisa tomar uma decisão importante, gosta de consultá-los.

Na Leiaute, Rabelo e Carlinhos sempre foram os principais responsáveis pela parte criativa, padrão que se repete nas campanhas políticas. Liani, hoje afastada do dia a dia da agência, cuidava do atendimento aos clientes e nunca se envolveu diretamente nas eleições. Sidônio é o líder natural do quarteto. Sob sua batuta, a agência se tornou uma das maiores da Bahia, tendo o governo estadual como cliente cativo. Mais recentemente, foi contratada pela prefeitura do Rio, na gestão de Eduardo Paes.

Duda Mendonça se autointitulava marqueteiro. João Santana adorava o termo. “Parece coisa de sambista. Eu sinto como se fosse o sambista da política”, disse ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho, no livro *João Santana: um marqueteiro no poder* (2015). Sidônio vai na mão contrária. Acha a expressão pejorativa, que designa alguém capaz de vender qualquer produto, bom ou ruim. Diz que só faz campanhas para candidatos que apoia.

Mário Kertész, radialista e ex-prefeito de Salvador, diz que a maior diferença entre Sidônio e a geração anterior de marqueteiros é a discrição. “Você não vê ele cantando de galo, dizendo que fez e aconteceu.” Kertész fala com conhecimento de causa: Duda Mendonça fez sua campanha à Prefeitura de Salvador, em 1985, e João Santana foi seu secretário de Comunicação Social. O ex-prefeito conta que sentiu uma simpatia instantânea por Sidônio ao conhecê-lo durante a campanha de Jaques Wagner ao governo do estado, em 2006. Tornaram-se amigos. “No dia 31 de dezembro, todo ano, posso estar onde estiver, ele é uma das poucas pessoas para quem eu ligo.” Segundo Kertész, os dois têm gosto parecido para livros e filmes. Já tiveram longas conversas sobre *2001 – Uma odisseia no espaço*, de Stanley Kubrick, e *Morte em Veneza*, livro de Thomas Mann adaptado ao cinema por Luchino Visconti.

“Ele é um cara de muita personalidade e tem um raciocínio político que considero bom”, diz Jaques Wagner, que contratou Sidônio pela primeira vez em 2000, para sua campanha a prefeito da cidade baiana de Camaçari. Brinca que o conheceu “na pobreza”. Na gravação dos vídeos da campanha, a equipe usava caixas de ovo para ter isolamento acústico. “A gente enchia a parede daquilo e quando passava caminhão de lixo tinha que parar”, conta o senador, que perdeu com folga para José Tude, do PFL.

A deputada federal Lídice da Mata, contemporânea de Sidônio na UFBA, diz que ele era um militante talentoso. Os dois atuavam em dobradinha, embora fossem de cursos diferentes – ele da engenharia, ela da economia. Jorge Solla (PT-BA), também deputado federal, estudava para ser médico e militava numa corrente adversária. Apesar disso, diz que o colega “tinha bom diálogo, boa articulação, não era uma pessoa sectária”. Em rodas de conversa, Sidônio gosta de contar que certa vez recebeu um telegrama debochado de Antônio Carlos Magalhães, que se irritara com o uso de sua imagem numa campanha estudantil. O ministro, que saiu derrotado na disputa, diz que ainda guarda a mensagem, como recordação. Dizia: “Pena que meu retrato não serviu para você ganhar a eleição.”

Sidônio Cardoso Palmeira é de uma família de políticos. Seu bisavô, o alagoano Miguel Soares Palmeira, foi senhor de engenho e deputado. No último ano do Império, foi nomeado barão de Coruripe, o que não lhe serviu muito. Um dos tios e padrinho de Sidônio, o padre José Luiz Palmeira, foi vereador e deputado estadual. Outro tio, Rui Soares Palmeira, foi senador pela UDN e hoje é nome de um município alagoano. Um de seus primos, Guilherme Palmeira, governou Alagoas. Outro primo, igualmente chamado Rui Palmeira, foi prefeito e hoje é vereador em Maceió. Vladimir Palmeira, um dos mais destacados líderes estudantis durante a ditadura, também é parte da parentada.

“O Sidônio certamente poderia ter saído candidato, como muitos de nós. Mas nunca quis”, diz Lídice. Depois da campanha vitoriosa de 1992, em que ela se tornou prefeita de Salvador, a convivência entre os dois rareou. Ele passou a dedicar mais tempo às atividades empresariais. “Uma vez falei pro Sidônio que me preocupava essa mudança na vida dele, mas ao mesmo tempo senti que ele estava feliz com isso.” A irmã mais velha dele, Julieta Palmeira, seguiu no PCdoB. Foi secretária na Bahia e desde 2023 ocupa um cargo de assessoria em Brasília numa empresa pública ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Foi nomeada pela ministra Luciana Santos (PCdoB).

Como empresário, Sidônio construiu um portfólio eclético. Investiu na criação de tilápias e criou avestruzes em sua fazenda em Cabaceiras do Paraguaçu, cidade a duas horas de Salvador. O negócio não deu certo. Hoje, ao lado de Liani e Carlinhos, Sidônio tem participação num fundo de investimentos que administra um condomínio de luxo em Mata de São João, cidade turística do litoral baiano. Em 2022, esse mesmo grupo adquiriu por 9 milhões de reais, num leilão público, o Palácio dos Esportes, prédio histórico de Salvador. Quem também tem seu quinhão no fundo de investimentos é ACM Neto, herdeiro de seu antigo desafeto.

O ministro tem uma vida confortável. Com alguma frequência, quando quer motivar sua equipe na Secom, diz que entrou para o governo por convicção e que a escolha não lhe é vantajosa do ponto de vista financeiro. Seu salário é de 46,4 mil reais brutos. Lamenta não ter mais tempo para as três viagens que fazia todo ano para Londres, onde a filha Raquel estuda a origem da vida por meio de modelos matemáticos. Diz que sente falta das temporadas tranquilas que passava no seu sítio na Chapada Diamantina. Raquel é fruto do casamento de Sidônio com Ceuci Nunes, uma médica conhecida na Bahia que em 2022 se candidatou, sem sucesso, a deputada estadual pelo PT. Os dois são separados. Hoje, Sidônio vive com Liani, que se separou do amigo Carlinhos. Os três têm boa convivência.

Sidônio não gosta de aparecer na imprensa e dá poucas declarações públicas. Quando fala com jornalistas, é em *off* – ou seja, sob condição de anonimato. No começo de outubro, ele recebeu a **piauí** em seu gabinete no Planalto – uma sala ampla, com seis televisores na parede e sintonizados em diferentes canais de notícias –, mas não quis dar entrevista. Pediu a subordinados e aliados, como Alckmin, que falassem em seu lugar. Nas entrevistas, todos conversaram na presença de assessores de imprensa. Sidônio também evita comentar o próprio trabalho. Quando o faz, dá uma explicação formal, comparando a comunicação de governo a um triângulo equilátero, em que os três vértices são política pública, gestão e comunicação. Diz que seu papel, como ministro, é ser uma enzima que conecta os vértices.

Um caso raro de exposição midiática foi a sua militância pela democratização do Esporte Clube Bahia. O processo resultou, em 2013, numa mudança de estatuto e na primeira eleição direta para presidente do clube. Sidônio encabeçou

DOANDO O SEU IMPOSTO DE RENDA, VOCÊ SE TORNA AMIGO DA CINEMATECA E AJUDA A PRESERVAR MAIS DE 100 ANOS DE AUDIOVISUAL BRASILEIRO.

Desde a implementação do Programa de Amigos, em 2022, a Cinemateca já realizou:

4.270
FILMES DUPLICADOS

9.115
TÍTULOS DISPONIBILIZADOS GRATUITAMENTE NO BANCO DE CONTEÚDOS CULTURAIS

18.817
DOCUMENTOS DIGITALIZADOS

10.771
OBRAS CATALOGADAS

1.135
SESSÕES DE CINEMA GRATUITAS

19
FILMES RESTAURADOS

Todo esse trabalho só foi possível com o apoio dos Amigos da Cinemateca.

Com o Programa Amigos da Cinemateca, você ajuda a preservar o audiovisual brasileiro e ainda recebe uma série de benefícios dentro e fora da Cinemateca, como **acesso a eventos exclusivos, descontos em museus, livros, cinemas e muito mais.**

Apoiar utilizando o seu imposto de renda é fácil e rápido.
Escaneie o QR Code e saiba mais!

PROGRAMA DE AMIGOS DA CINEMATECA BRASILEIRA

cinemateca brasileira

sociedade amigos da cinemateca
organização social

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249

FELIZ NATAL!
manhã.
E que Papai Noel
nos traga alguém em
quem possamos acreditar.

@MANHAORTIZ_2025

o processo, criando uma página no Facebook chamada *Bahia da Torcida* que se apresentava como o "Movimento Tricolor pelas Diretas Já". Teve ajuda de profissionais da Leiaute e bancou boa parte dos custos. Jaques Wagner, ainda governador, gravou um vídeo em apoio ao movimento. ACM Neto fez o mesmo.

"O Sidônio foi o cara que conseguiu reunir todo mundo numa mesma sala: torcedores, empresários, imprensa", diz Éden Valadares, do PT, que também participou do movimento. O marqueteiro foi nomeado assessor especial da presidência do Bahia – sem remuneração, conforme fez questão de esclarecer na época – e se envolveu em brigas cruentas. Em 2014, a pretexto de dar transparência ao clube, expôs à imprensa notas fiscais mostrando que a gestão anterior torrara dinheiro com mimos a jornalistas e amigos. O episódio ficou conhecido como Caso Jabá. Como as notas caíram na internet, alguns dos citados se sentiram expostos. "Recebi nove processos nas costas, ameaça de morte", relatou Sidônio recentemente a um podcast do portal Bahia Notícias. O clube foi rebaixado à série B do Campeonato Brasileiro em 2014. Ao chegar à Arena Fonte Nova para votar na eleição daquele ano, o marqueteiro foi recebido com vaias.

A campanha de redemocratização, no entanto, terminou bem-sucedida, e o Bahia é visto hoje como um caso exemplar no futebol brasileiro. Tem uma base de sócios engajada na política do clube e assume posições claras em questões extracampo, como a demarcação de terras indígenas, o racismo e a homofobia. Criou um núcleo de ações afirmativas, que por um tempo esteve sob o comando de Tiago Cesar dos Santos, um baiano de 47 anos que fez carreira corporativa, enveredou pelo marketing político e hoje é o número dois da Secom. Diz ser "um pupilo na universidade de Sidônio".

Sidônio Palmeira não conhecia Lula até 2022, mas circulava bem entre os petistas. Seus sócios da Leiaute ajudaram a fazer a propaganda televisiva do PT em 2017, época de vacas magras, e participaram da campanha presidencial de Fernando Haddad no ano seguinte. Ocupado com a reeleição de Rui Costa na Bahia, Sidônio só se juntou à trupe de Haddad no segundo turno, quando o governador já havia vencido. "Nós pedimos pra ele vir a São Paulo e dar uma força, principalmente na parte política", diz Raul Rabelo. "Em campanha, ainda mais com o PT, tudo é muito debatido. A gente gastava tempo em reuniões tentando convencer as pessoas. Pedimos pra ele nos ajudar nesse processo."

O marqueteiro deixou boa impressão. Em 2022, achou que já havia cumprido sua missão na Bahia e manifestou o desejo de comandar a campanha nacional de Lula. Fez uma proposta formal ao PT, mas o então coordenador da pré-campanha, Franklin Martins, optou pelo projeto de outro marqueteiro, Augusto Fonseca, que já havia trabalhado para Aécio Neves e Ciro Gomes. Fonseca tinha boa reputação e apresentou um plano que agradou o entorno de Lula. Em pouco tempo, no entanto, ele e Martins passaram a ser alvo de fogo amigo. Alguns petistas vazavam à imprensa que Martins tinha uma concepção de campanha demasiado analógica, informação contestada por quem trabalhou com ele. O deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP) diz que o problema era de outra natureza. "O Franklin excluía o PT das decisões, achava que o partido atrapalhava. Era 'aqui quem manda sou eu'."

O que mais pesou, no fim, foi uma questão prática: campanhas são caras, e, para botar a engrenagem para rodar, a agência de Fonseca precisava primeiro receber o dinheiro do fundo eleitoral, que ainda levaria algum tempo para ser processado pela burocracia. O nome de Sidônio ganhou força para substituí-lo porque, além de ter o endosso de petistas graúdos, era capaz de pagar do próprio bolso os primeiros meses de campanha.

Bateu-se o martelo em abril. Sidônio substituiu Fonseca, e Franklin Martins pediu o chapéu, dando lugar à dupla Rui Falcão e Edinho Silva, políticos com menos experiência em comunicação, porém muito mais próximos do PT. Dias depois do aperto de mãos, Sidônio alugou um casarão na Vila Madalena, em São Paulo, para servir de QG da campanha. Ali passaram a ser feitas as reuniões políticas e as gravações de Lula para a tevê. A equipe, no auge da campanha, chegou a ter duzentas pessoas.

Sidônio trouxe seus pupilos. "A gente sempre diz que baiano não anda sozinho. É igual corda de caranguejo, anda de galera", diz Rabelo, um deles. Chico Kertész, filho de Mário Kertész e dono da produtora Macaco Gordo, é outro. Coube a ele comandar as gravações em vídeo. Para receber o pagamento, Sidônio criou com Chico e os sócios da Leiaute um CNPJ chamado M4 Comunicação e Propaganda, depois rebatizado de Nordx (pronuncia-se "nordécs", uma referência ao Nordeste). A primeira parcela do fundo eleitoral só caiu em agosto, com a campanha já na rua havia quatro meses: 25,9 milhões de reais. A segunda e última, de 11,9 milhões, chegou em outubro, depois do primeiro turno. Foi a agência mais bem paga daquela eleição.

"A sinergia foi automática. O Sidônio entrou daquele jeito baiano de ser, jeito de torcedor do Bahia que não fala mal do Vitória", relembra Tatto, que na época era secretário de Comunicação do PT. A primeira reunião em que o marqueteiro apresentou seu projeto foi no hotel InterContinental, em São Paulo, onde o partido costuma sediar grandes encontros. Além de Lula, estavam lá dezenas de dirigentes do PT, que aprovaram o plano com poucas ressalvas. Por defenderem o uso da bandeira nacional na campanha, Sidônio e os sócios passaram a ser amigavelmente chamados de coxinhas.

Houve, porém, momentos menos sinérgicos. Embora Franklin Martins tivesse saído da campanha, sua equipe permaneceu, com aval de Lula. As redes sociais foram partilhadas entre a estrategista digital Brunna Rosa, contratada por ele, o fotógrafo Ricardo Stuckert e o assessor de imprensa José Chrispiniano, dois integrantes do círculo mais próximo do presidente. Criou-se uma situação em que Sidônio, mesmo sendo o chefe da campanha, pouco apitava nas postagens de Lula. Sua equipe era responsável pelas gravações de tevê e rádio, além do YouTube. Frequentemente, pediam que um determinado conteúdo fosse publicado nas redes, e se incomodavam com a demora com que isso era feito. A equipe digital, por sua vez, achava que Sidônio torrava dinheiro da campanha impulsionando vídeos no YouTube para inflar seu alcance. Houve reuniões para aparar arestas, que, no entanto, permaneceram até o final da campanha.

Em contraste com Stuckert, sempre vestido de blazer e camisa social, Sidônio circulava pela casa da Vila Madalena de tênis, jeans e casaco com capuz. Mário Kertész diz que às vezes brinca com o amigo: "Você usa essas roupas merrequentas, horríveis, anda com um carro vagabundo, pra que você quer dinheiro?" Uma ex-funcionária de Sidônio, porém, descreve seu estilo como *quiet luxury*. O casaco com que ele andava no QG é da Stone Island, e o tênis, da Premiata, ambas marcas de luxo italianas.

O marqueteiro desenvolveu uma boa relação com Lula, depois das horas de gravações e incontáveis reuniões. Na preparação para um debate televisivo, Sidônio incorporou Jair Bolsonaro, treinando o petista para responder a ele. Fazia parte do pequeno *entourage* que acompanhava Lula às emissoras, ao lado de Janja, a primeira-dama, e Gleisi Hoffmann, então presidente do PT. Na Globo, no debate às vésperas do segundo turno, o marqueteiro se posicionou atrás da câmera à qual Bolsonaro se dirigia e fez gestos provocativos com as mãos. Irritou o então presidente, que a certa altura perdeu a linha de raciocínio, e tomou bronca do apresentador William Bonner.

Vencida a eleição, Lula queria que Sidônio assumisse a Secom. Fez o convite durante a transição de governo, em uma conversa no hotel Meliá Brasil 21, em Brasília, onde o presidente eleito estava hospedado. O marqueteiro agradeceu, mas recusou. Disse a Lula que não se enxergava ocupando um cargo público e que, além do mais, seria uma complicação burocrática se desligar da administração de empresas das quais era sócio. A lei brasileira permite que servidores públicos tenham participação em negócios privados, contanto que não sejam administradores.

Com a recusa de Sidônio, Edinho Silva, que foi ministro da Secom no segundo mandato de Dilma, passou a ser cotado. Defendia, no entanto, que a Secom fosse acoplada ao Ministério das Comunicações, uma tese pouco popular entre os petistas, que consideram que são funções muito diferentes. A fusão dos ministérios, além disso, significaria um cargo a menos que Lula poderia oferecer ao Centrão – como, de fato, acabou fazendo.

O deputado federal Paulo Pimenta, jornalista de formação, participava do grupo de trabalho que discutia infraestrutura no governo de transição. Alheio ao que debatiam os colegas da comunicação, passou a ser considerado para a Secom por falta de outros candidatos. Tinha como credenciais o fato de ser um combativo militante nas redes, além de líder reeleito da bancada do PT na Câmara. Lula o convidou a poucos dias do Natal de 2022, e

ines249

ele disse sim. Recebeu do presidente apenas um pedido: "Cuida dos meus meninos." Eram Stuckert e Chrispiniano.

Paulo Pimenta conta que, com frequência, dizia a Lula: "Presidente, eu não sou marqueteiro. O senhor sempre gostou de ter profissionais de marketing por perto, pessoas que trabalharam nas suas campanhas, e eu não tenho esse perfil." Lula fazia que não era com ele. Nos primeiros meses de governo, Pimenta foi presença frequente no gabinete presidencial. As reuniões diárias foram rareando.

Escalado em cima da hora, Pimenta diz que não teve tempo de opinar no decreto que organizou a Secom. Quando tomou pé da situação, a secretaria já havia sido ocupada pelos integrantes da equipe de comunicação da campanha. Só lhe restou formalizar as nomeações. Stuckert virou secretário de Produção e Divulgação de Conteúdo Audiovisual. Chrispiniano, secretário de Imprensa. Brunna Rosa, depois de alguns meses trabalhando sem cargo de chefia, virou secretária de Estratégia e Redes amparada por Janja, de quem é próxima. Para completar o time, Pimenta nomeou como secretário executivo da Secom o advogado Ricardo Zamora, ex-chefe de gabinete do ex-governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT). A Secretaria de Comunicação Institucional, responsável pela articulação com outros ministérios, ficou com um ex-prefeito da pequena Taquari, também no Rio Grande do Sul.

O grupo, bastante heterogêneo, pouco se comunicava. Embora houvesse uma secretaria de redes, elas foram dispersas pela Secom. Brunna Rosa cuidava dos perfis oficiais do governo (gov.br, SecomVc, Presidência da República do Brasil); Chrispiniano, do perfil de Lula no X; e Stuckert, das páginas do presidente no Instagram, TikTok e Kwai. O fotógrafo concentrava tantas funções que alguns servidores o apelidaram de "ministro do audiovisual". Ele entrou em conflito com Janja, que, a certa altura, pediu a Lula que a deixasse cuidar do seu perfil no Instagram junto com Rosa. A ideia, apresentada com detalhes em uma reunião formal, não foi para a frente.

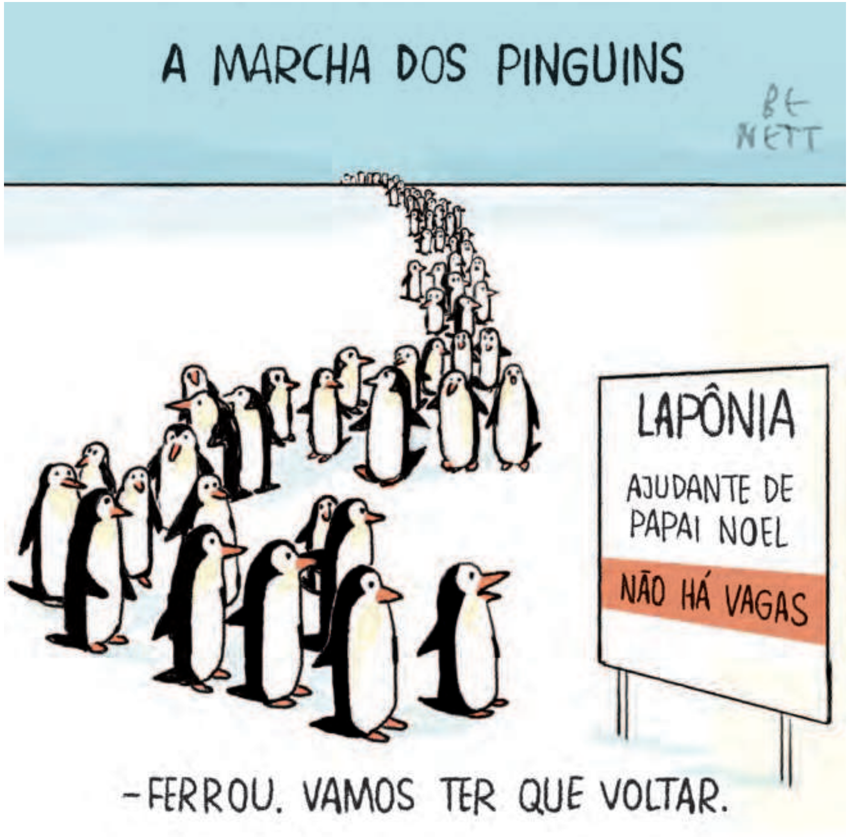
Conforme a aprovação do governo se erodia, as críticas à Secom se avolumavam. Pimenta diz que havia muita incompreensão. "Assumimos a Secom e veio o Oito de Janeiro, que desorganizou nossa estratégia inicial." A transição, além disso, foi tumultuada. Os servidores da gestão Bolsonaro que estavam de saída não compartilharam com a nova equipe as senhas das redes do governo. Só na segunda semana de janeiro, com ajuda das próprias plataformas, foi possível recuperá-las.

Pimenta, no entanto, acha que também houve incompreensão sobre os limites da comunicação institucional. "Uma vez o Lula visitou uma região em São Paulo onde teve enchentes, e eu fiz um post nas minhas redes, mostrando o Bolsonaro passeando de jet ski. Fiz como pessoa física, e estourou. Algumas pessoas de dentro do PT e do governo me perguntavam: 'Por que você não posta isso na rede do governo?' Porque é crime!" Por lei, páginas do governo nas redes sociais não podem publicar conteúdo de natureza política e eleitoral. O ex-ministro admite que a linguagem da Secom era burocrática, mas diz que isso não foi escolha sua. "Quando o presidente me convidou, o Sidônio já tinha feito o slogan do governo: 'União e reconstrução'. Era uma estratégia de repactuar o país, certo? Nós acompanhamos essa primeira etapa. Não foi uma estratégia da Secom."

Na condição de consultor informal, Sidônio viajou a Brasília algumas vezes nos primeiros anos de governo para se encontrar com Lula. Tornou-se mais assíduo no final de 2024. Chegou a participar, com Pimenta, de uma reunião para orientar as assessorias dos ministérios, gerando uma duplicidade de comando que causou estranheza entre os presentes. Em novembro, deu pitacos no pacote de ajuste fiscal que Haddad apresentaria ao Congresso. Defendeu, junto com outros ministros, que além do corte de gastos fosse anunciada a isenção do imposto de renda para os brasileiros que ganham até 5 mil reais. A ideia era incluir uma pauta positiva no meio da agenda austera. Haddad discordou. Temia uma reação brusca do mercado financeiro, mas, novamente, foi voto vencido. Feito o anúncio, o dólar decolou e a Bovespa despencou, confirmando sua previsão. O ministro teve de gravar um pronunciamento em rede nacional para conter os ânimos. Sidônio ajudou na gravação.

"Ali já tinha uma transição em curso", reconhece Pimenta. Dias depois, o PT realizou em Brasília um seminário nacional para tratar dos problemas do governo. Lula participou por videochamada no painel de encerramento. Sem que o tema tivesse sido previamente combinado, gastou a maior parte de seus trinta minutos criticando a Secom sem dar nome aos bois. "Já estou há dois anos no governo e a gente não conseguiu ter uma imprensa digitalizada competitiva. A gente não conseguiu. A gente não conseguiu até hoje, em dois anos de governo, sequer fazer com que a gente tivesse um estudo mais profundo sobre a questão digital. A gente nem sequer fez licitação para que a gente pudesse ter uma imprensa digitalizada altamente competitiva."

O presidente se referia a uma licitação travada havia meses. Lançada no final de 2023, havia sido suspensa pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em julho de 2024, devido à suspeita de vazamento do resultado. A licitação foi reaberta em julho deste ano e concluída em outubro. As três agências de publicidade vencedoras – Brivia, Binder e BKR – dividirão um orçamento anual de 98 milhões de reais para cuidar de conteúdos digitais para a Secom. Não será uma "imprensa digitalizada altamente competitiva", mas uma ajuda bem-vinda, fornecendo vídeos, ilustrações, legendas, traduções.



BENETT_2025

Pimenta, que não estava no seminário, soube do pito pelos jornais. Sua demissão iminente se tornou o principal assunto das conversas no evento do PT. Dali a alguns dias, o ministro pediu uma reunião com Lula no Palácio do Planalto e acertou os detalhes de sua saída, que "não teve melindre", como ele diz. "Tenho muitos defeitos, mas não essa vaidade."

Convidado novamente para o cargo, Sidônio pediu para pensar. Reuniu-se com os sócios da Leiaute e colheu suas impressões. Rabelo diz que todos estavam angustiados com a situação do governo àquela altura. "O Sidônio falou: 'Agora a gente vai ou racha.' Ele estava preocupado em contribuir." Como não houve oposição dos amigos e da família, o marqueteiro avisou a Lula que aceitava o convite. Combinou, no entanto, que ficaria por apenas um ano. Até o começo de dezembro, não estava claro se cumpriria a promessa.

Mário Kertész, com quem Sidônio também se consultou, diz que o amigo exigiu carta branca de Lula para montar sua equipe. Na primeira semana no cargo, demitiu Brunna Rosa e José Chrispiniano. O assessor de imprensa que acompanhou Lula por mais de treze anos, inclusive nos tempos da prisão em Curitiba, se ressente de que o presidente até hoje não o procurou para conversar.

"Minha vida estava organizada, velho. Nunca fez parte dos meus planos ser um servidor público", diz Tiago dos Santos, o secretário executivo da Secom. Em seguida, passa a falar no plural, abarcando Sidônio. "A gente não pensa em uma carreira pública de longo prazo. Pensa em fazer nossa tarefa, cumprir nossa missão em Brasília, colaborar com a comunicação que não funcionava a contento e aí voltar para casa."

Santos esclarece que não se trata de arrogância, mas de uma postura "despretensiosa, no bom sentido". É uma tônica parecida com a do ministro, que, ao participar meses atrás de uma sessão na Câmara dos Deputados, disse enxergar seu trabalho no governo "como um pós-doc". Sidônio faz questão de demonstrar seu desconforto com o ambiente de Brasília. No dia de sua posse, levou um discurso escrito e esclareceu que não falaria de bate-pronto por não ser político. Disse também que não estava habituado a vestir ternos e relembrou uma piada antiga, segundo a qual baianos vestem terno numa única ocasião especial: quando vão ao orelhão telefonar para São Paulo.

Samara de Castro, sua chefe de gabinete, diz que Sidônio detesta receber parlamentares e empresários. "Ele fala o tempo todo que não quer atender gente de fora. Não se importa em desagradar. Genuinamente não se importa." Quando liga para alguém, o ministro coloca o telefone no modo viva-voz, como se quisesse demonstrar transparência. Faz isso mesmo quando o interlocutor é um ministro e há outras pessoas na sala. Também manifesta preocupação com gastos que considera excessivos. Enxugou até o limite a lista de servidores que viajaram para a COP30, em Belém, e reclama da dinheirama gasta com as agências de publicidade que atendem o governo.

Uma delas, porém, é a Macaco Gordo, produtora de seu sócio Chico Kertész. O *Estado de S. Paulo* revelou, em outubro, que a empresa recebeu 12 milhões de reais por campanhas que fez para a Caixa Econômica Federal e a Embratur. O pagamento foi terceirizado, como é praxe na administração pública: o governo

ines249

NÃO PERMITA QUE O AQUECIMENTO GLOBAL ESTRAGUE O SEU NATAL!
USE PROTETOR SOLAR
E FINJA QUE TUDO ESTÁ NORMAL!
25
GALVÃO BERTAZZI

GALVÃO BERTAZZI_2025

contrata uma agência de publicidade, que por sua vez contrata produtoras como a Macaco Gordo. A maioria dos contratos foi fechada em 2024, quando Sidônio ainda não estava na Secom, mas uma parte é de 2025. O ministro esteve com Kertész várias vezes neste ano, em Brasília. Garante, porém, que não influiu na contratação da empresa e que sequer é avisado dessas prestações de serviço. O amigo também nega qualquer favorecimento.

Mas dinheiro não lhe falta. Sidônio comanda um orçamento de quase 1 bilhão de reais. O valor, 60% maior do que Pimenta teve à sua disposição no ano passado, foi negociado pelo marqueteiro quando aceitou o cargo. O grosso do dinheiro vai, como sempre foi, para campanhas de publicidade. Por determinação de Sidônio, pelo menos 30% do que é gasto com propaganda tem sido direcionado à internet (a média era de 20%, até então). Os dados parciais deste ano mostram que a Secom concentrou os anúncios num número menor de sites e plataformas, mas aumentou o dinheiro aplicado em cada uma delas, sobretudo nas *big techs*. O Google, que no ano passado recebeu 9,5 milhões de reais em publicidade oficial, neste ano já embolsou mais de 36 milhões.

A estratégia passa, em larga medida, por impulsionar postagens em redes sociais, repetindo o que foi feito no YouTube na campanha de 2022. A biblioteca de anúncios da Meta informa que, de agosto a novembro deste ano, a Secom gastou 17,6 milhões de reais patrocinando posts no Facebook e no Instagram. Uma quantia vultosa considerando que, em todo o período anterior, de 2020 a 2025, haviam sido pagos 36,8 milhões de reais.

“O desenho organizacional da Secom não estava pronto para uma disputa do digital”, diz Tiago dos Santos, ao explicar as mudanças. É verdade: a licitação para conteúdos online que está sendo concluída foi a primeira do gênero, já que a estrutura clássica da Secom era formada apenas pelas áreas de publicidade e imprensa. Quatro agências se dividem hoje no trabalho publicitário: Nova/SB, Propeg, Nacional Comunicação e Calia Y2. O atendimento à imprensa é responsabilidade de uma só, a FSB.

A Secretaria de Estratégias e Redes só foi criada no segundo ano da gestão de Pimenta. Para o lugar de Brunna Rosa, Sidônio contratou Mariah Queiroz, carioca de 38 anos que se destacou à frente das redes sociais do prefeito do Recife, João Campos (PSB). Essa secretaria se tornou central para o funcionamento da Secom. É pelas redes que o governo consegue se posicionar com agilidade. No dia seguinte à maior matança da história policial do Rio de Janeiro, ocorrida em outubro, a Secom publicou um vídeo dando a tônica do governo: condenava o crime organizado, mas dizia que a chacina não ajudava em nada e defendia a aprovação da PEC da Segurança Pública no Congresso. A secretaria desembolsou mais de 1 milhão de reais para impulsioná-la no Instagram, onde obteve cerca de 100 milhões de visualizações. Foi um caso celebrado internamente. “Para botar uma campanha publicitária nas ruas você precisa de quinze a vinte dias, pela razoável duração do processo burocrático”, diz Santos. “A estruturação desse trabalho digital faz com que a gente consiga pautar um pouco mais e não ser tão pautado.”

O volume de postagens deve crescer no ano que vem, quando as três agências contratadas para cuidar da comunicação digital entrarem em ação. A licitação prevê que elas forneçam anualmente 3 mil vídeos, 1 mil ilustrações, banners e infográficos, 156 episódios de podcast e por aí vai. Compreende-se a zanga do ministro: os vídeos, que atualmente são produzidos em sua maioria pela própria equipe da Secom, terão preços unitários variando de 7 mil a 32 mil reais.

Quem continua na área, imune às mudanças do entorno, é Stuckert. O fotógrafo ainda é o único detentor da senha dos perfis de Lula no Instagram, no TikTok e no Kwai. É um vespeiro em que ninguém mexe, embora todos saibam que não há cabimento em haver uma secretaria de redes que não controla todas as redes. O presidente tem 14 milhões de seguidores no Instagram, um alcance maior que de todos os perfis institucionais do governo (o principal deles, gov.br, tem 3 milhões). A conta de Lula no X, por sua vez, é gerida por Laércio Portela, que substituiu Chrispiniano.

“Essa estrutura não foi uma coisa que sortearam, veio por decreto da Secom”, justifica Mariah Queiroz. A secretária diz ter “diálogo diário” com as equipes de Stuckert e Portela, com quem convive também durante as viagens do presidente. No começo, as secretarias faziam reuniões em conjunto para definir as postagens, o que hoje é raro. Quando o assunto é importante, é Sidônio quem entra em campo para combinar pautas com o ministro do audiovisual.

Samara de Castro trabalhava em uma diretoria da Secom subordinada a João Brant, secretário que cuida de políticas regulatórias da comunicação. Quando Sidônio tomou posse em janeiro, Brant se reuniu com ele para inteirá-lo do que vinha fazendo, e Castro ficou do lado de fora da sala, papeando com Tiago dos Santos. No dia seguinte, uma sexta-feira, ela se surpreendeu quando o ministro a convidou para uma conversa.

“Ele sentou e me fez três perguntas. Se eu gostava de Brasília, o que eu fazia e como me posicionava politicamente.” Castro respondeu que gostava de Brasília, que vinha trabalhando com a regulação da inteligência artificial e tinha relação antiga com a política, tendo trabalhado por anos como advogada eleitoral. “Aí ele falou: ‘Pensei uma nova posição para você. Queria que você fosse minha chefe de gabinete.’ Eu quase caí do sofá.”

Castro diz que, quando pediu tempo para refletir, Sidônio reagiu com perplexidade, como quem não está habituado a ouvir não. Em seguida, o ministro levantou e disse: “Até segunda-feira, oito da manhã.” Ela assentiu. “Sidônio diz que me conheceu e em vinte minutos me chamou para ser chefe de gabinete. Mas na verdade foram cinco minutos.” Castro diz que até hoje não sabe bem o que o motivou. Suspeita que o ministro desejava como chefe de gabinete alguém que entendesse de leis e estivesse familiarizado com os trâmites internos da Secom.

Num dia típico, o primeiro compromisso de Samara de Castro é uma reunião informal com Sidônio e Santos, no gabinete do ministro. Tratam das pautas do governo, da agenda da semana, de assuntos que precisam de resolução, das boas e más notícias que virão dos ministérios. “Ele cuida de cada ministro, liga, pergunta. Quando vê um deles dando entrevista para a GloboNews, telefona depois para dizer que o cabelo estava ruim”, diz a chefe de gabinete.

A Secom é a cabeça de um corpo invisível chamado Sicom, o Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal. Fazem parte dele todos os ministérios e todas as estatais, incluindo os bancos públicos. Esse sistema existe desde o final dos anos 1960 para dar coerência e alguma hierarquia às ações de comunicação do governo. É o que autoriza o ministro da Secom a opinar no que estão fazendo os outros ministros. Quando há uma crise envolvendo algum ministério, a Secom monta uma sala de situação e passa a responder provisoriamente pela comunicação daquela pasta. Santos diz que, quando estourou o escândalo do INSS, a Secom ajudou a formular até as mensagens enviadas aos usuários do aplicativo do instituto.

O secretário executivo diz que hoje, na Secom, não se trabalha sem métricas. Para tudo há pesquisa, embora com menos periodicidade do que se gostaria. A pasta tem contrato com a Nexus, empresa do grupo FSB que produz os levantamentos sob demanda. Por restrições orçamentárias, a Secom tem feito pedidos apenas a cada quinze dias. O questionário, aplicado por telefone, tem perguntas padronizadas, mas parte delas é variável e permite que o governo meça os assuntos quentes da semana. O trabalho é supervisionado por uma diretora de pesquisas que trabalha com Tiago dos Santos. “A gente não apenas consome pesquisas internas como também externas. Tabula, faz cruzamento de variáveis, observações de metodologias, amostragem”, ele enumera.

Em tese, os ministérios devem avisar a Secom sempre que forem lançar uma nova política pública. Encomendam-se então as pesquisas, para medir se a recepção será boa ou ruim, e qual é a melhor forma de divulgá-la. Discute-se o nome do programa e a data de lançamento. O conteúdo também entra em debate. “O Sidônio, apesar de não ter essa formação, entende muito de política pública, de como fazer o que as pessoas precisam”, diz Samara de Castro. Segundo ela, o papel do ministro é garantir que o governo comunique bem aquilo que já existe – “e, se não existe, precisa ser criado”. Um integrante do governo comenta, sob reserva, que Sidônio parece um “CEO do Planalto”.

Rusgas acontecem. A assertividade de Sidônio lhe garantiu uma relação fria com Haddad. Mais recentemente, foi a vez de

ines249

Ricardo Lewandowski. Sidônio telefonou para o ministro da Justiça no dia 28 de outubro, pedindo que ele fizesse uma coletiva de imprensa para tratar da matança policial no Rio ocorrida naquela manhã. O governo foi pego de surpresa. Lula estava num avião voltando da Malásia, incomunicável, e Lewandowski tinha viajado para receber o título de cidadão cearense. Outros ministros palacianos endossaram o pedido de Sidônio, e no fim da tarde Lewandowski falou à imprensa, rebatendo a acusação do governador do Rio, Cláudio Castro, de que o governo lhe negara ajuda.

Até aí, tudo bem. O que incomodou o ministro foi a sugestão de Sidônio, noticiada pela jornalista Mônica Bergamo, da *Folha de S.Paulo*, de criar uma espécie de secretaria supraministerial reunindo as diferentes políticas de segurança pública do governo. Lewandowski fez chegar a Sidônio que aquilo era uma usurpação de competência. A ideia, por ora, não foi para a frente.

Tiago dos Santos, no entanto, garante que "não tem ninguém dando cotovelada em ninguém". Se tem algo que o deixa orgulhoso, é a onipresença de Sidônio na Esplanada. "Um governo que ouve a comunicação em todas as etapas do seu processo aproveita melhor a comunicação, e hoje a gente tem isso", diz. "A Secom participa da elaboração de políticas porque ela é a população. É a voz da população."

"Tudo na vida é referência. Absolutamente tudo", disse Sidônio numa breve coletiva de imprensa depois de assinar o termo de posse no Palácio do Planalto, em janeiro. Prosseguiu numa analogia: se naquele momento o Brasil era um copo d'água meio cheio, isso devia ser celebrado, "porque a gente encontrou o copo vazio". O ministro é da opinião de que o governo, até ali, tinha falhado em comunicar o estrago que quatro anos de Bolsonaro fizeram ao país. Era preciso alinhar as expectativas, afirmou.

Raul Rabelo, que continuou em Salvador para cuidar da Leiaute e dos três filhos, concorda com o amigo. Os dois conversam com frequência. "A primeira campanha que o Pimenta fez era 'O Brasil voltou'. Uma campanha festiva. A gente pensou: 'Que país que voltou, cara pálida?' Três meses de governo, voltou porra nenhuma. É um bom bordão, mas não pro começo. Quando você termina um processo eleitoral, você tem que alinhar expectativa e realidade. O erro naquele momento foi aumentar a expectativa e se distanciar ainda mais da realidade. Voltou para onde? É claro que o povo não vai entender."

Em abril, Sidônio organizou um evento chamado "O Brasil dando a volta por cima". Encheu um auditório em Brasília. Estavam lá Lula, Alckmin e quase todos os ministros, que receberam de presente uma apostila listando todas as conquistas do governo. O objetivo era unificar a pauta e mostrar tudo o que já havia sido reconstruído. No palco do auditório, como se estivessem num programa de tevê, duas apresentadoras se alternavam lendo, de um teleprompter, estatísticas do governo. As falas eram intercaladas com vídeos típicos de campanha. Devido a uma série de erros técnicos – imagens travando, som picotando –, o evento não deixou boas lembranças.

O primeiro semestre de Sidônio no Palácio do Planalto foi o pior semestre do governo até agora. Imobilizado pelo Congresso e desgastado pela inflação e por crises consecutivas, do Pix ao INSS, Lula atingiu o nível mais baixo de popularidade de seus três mandatos. A proporção de pessoas que avaliavam mal o governou subiu de 31% para 41% entre dezembro e março, segundo o instituto de pesquisa Quaest. Os que avaliavam bem somavam 27%. A situação chegou a tal ponto que, em junho, Paulo Pimenta se sentiu à vontade para dar uma entrevista ao jornal *O Globo* dizendo que o problema do governo, afinal, nunca fora a comunicação.

O jogo começou a virar poucos dias depois – e por motivos alheios à Secom. Em 25 de junho, o Congresso derrubou o decreto que aumentava alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), uma medida do governo para aumentar a arrecadação taxando grandes fundos de investimento. O texto vinha sendo cozinhado desde maio. Depois de muitas concessões do Ministério da Fazenda, selou-se um acordo no começo de junho, numa reunião que Hugo Motta, presidente da Câmara, chamou de "histórica". A derrubada do decreto, aprovada em questão de horas, pegou todos de surpresa.

Foi um baque sobretudo para Haddad, que se sentiu traído. O ministro telefonou naquela mesma noite para Otávio Antunes, marqueteiro e militante do PT que atuou na sua campanha a presidente em 2018, ao lado de Raul Rabelo. Os dois são amigos. A agência de Antunes, Urissanê, presta serviços ao partido. No telefonema, o ministro, exasperado, defendeu que o PT partisse para o ataque nas redes sociais. Queria deixar claro que o Congresso, ao derrubar o decreto, estava defendendo os milionários. Depois telefonou para Jilmar Tatto, então secretário de Comunicação do PT, e disse o mesmo. "Ele estava muito bravo, se sentiu derrotado", diz Tatto. "Tinha que ter uma reação."

O partido já vinha preparando uma série de vídeos sobre o projeto de isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais, que havia sido apresentado ao Congresso em março. O pedido de Haddad antecipou e fez subir o tom da campanha. Antunes sugeriu ao ministro a sigla BBB – bancos, *bets* e bilionários – e produziu um vídeo com inteligência artificial que mostrava uma balança: de um lado, dezenas de trabalhadores segurando o peso dos impostos, representados como sacos de dinheiro; do outro, um trio de engravatados suportando uma carga leve. No decorrer do vídeo, uma pessoa vai pegando impostos do grupo mais pobre e jogando para o grupo mais rico, que fica espremido. "Bilionários, bancos, plataformas de apostas pagam nada ou quase nada de imposto de renda. Vão passar a pagar mais", anuncia uma voz em *off*, ao som de uma orquestra acelerada.

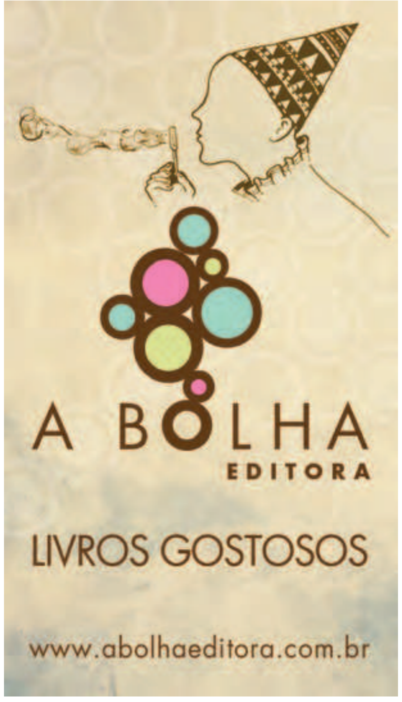
Haddad aprovou o vídeo, que também teve anuência do então presidente interino do PT, o senador Humberto Costa. A peça foi publicada no dia 26. Teve desempenho modesto, mas foi seguida por outros dois vídeos similares que estouraram. Só no Instagram do PT, os três juntos somam mais de 60 milhões de visualizações. Foram repostados por ministros, parlamentares e influenciadores. A seguir surgiram na internet outros vídeos mais contundentes – dos quais o PT não assume autoria –, tratando o Congresso como "inimigo do povo" e Hugo Motta como "Hugo Nem se Importa".

Sidônio recebeu a novidade com cautela. Ele é próximo de Gleisi Hoffmann, hoje ministra da Secretaria de Relações Institucionais, com quem convive diariamente no Planalto. Como ela, temia que a campanha de IA pudesse prejudicar ainda mais a governabilidade no Congresso. Sidônio diz a colegas de governo, brincando, que no último ano Gleisi e Haddad inverteram papéis: quando estava na presidência do PT, ela tensionava a luta de classes; ele tentava apaziguar o clima no mercado e no Centrão.

No fim, Sidônio foi convencido e deu carta branca para que sua equipe de redes seguisse a toada do PT. Foi, na avaliação quase unânime dos petistas e dos integrantes da Secom, um divisor de águas. "Ali o governo saiu das cordas", avalia Jorge Solla. Éden Valadares, que sucedeu Tatto na Comunicação do partido, diz que a campanha de IA "traduziu de forma crua, bruta e demarcada politicamente" aquilo que Lula vinha tentando dizer desde a campanha eleitoral. "Isso deu substância pro Sidônio. E aí ele nadou de braçada."

As postagens da Secom, que até então tratavam o imposto de renda sob a ótica da isenção, passaram a focar na cobrança sobre os super-ricos e sobre o Congresso, para que aprovasse o projeto. Virou pauta quase diária, e o engajamento disparou. O tarifaço de Trump, anunciado poucos dias depois, alimentou ainda mais a retórica combativa do governo, que começou, finalmente, a reverter a queda de popularidade.

"Foi um momento de virada", diz Santos. Em conversas reservadas, no entanto, Sidônio diminui o peso do PT na história – o que não colabora para melhorar sua relação com Haddad. Diz que o partido agiu dessa forma seguindo uma diretriz do Planalto. Os integrantes da Secom que conversaram com a **piauí** também evitaram atribuir mérito ao partido. "Não sei bem dizer se primeiro começaram os vídeos de IA do PT ou os nossos posts, eu diria que foi concomitante", disse Mariah Queiroz. "De onde isso surgiu, e como, eu deixo pra vocês, jornalistas, que fazem uma análise cronológica", desconversou Santos. Depois resumiu a atuação da Secom com uma citação apócrifa: "A comunicação não diz para onde o vento vai soprar. Ela diz a hora de abrir a vela."


A BOLHA
EDITORA
LIVROS GOSTOSOS
www.abolhaeditora.com.br

ESPAÇO SÃO JOSÉ LIBERTO
Jóias e artesanato do Pará
Museu de Gemas e Casa do Artesão
Pça. Amazonas, s/n – Bairro Jurunas
(prédio do antigo presídio São José). Belém – PA
espacosaojoseliberto.blogspot.com.br
Fone: (91) 3344.3507

berinjela
COMPRA E VENDA DE LIVROS E CDs
Ciências Sociais e Literatura
Av. Rio Branco, 185, subsolo - Centro - RJ
Tels: (21) 2215-3528 e 2532-3646

PALESTINA LIVRE!
CARTUNISTAS UNIDOS PELO FIM DA OCUPAÇÃO.
CAMISETA
COLETIVO HANDALA*
+ DE 190
CARTUNISTAS
Nomes como Cynthia B, Daniel Lafayette, Laerte, Adão Iturrusgarai, Fabio Zimbres e Fabiane Langona se uniram para apoiar a Palestina.
*Campanha de Solidariedade Direta.
Saiba mais no site: ELCABRITON.COM

VENDA - COMPRA - TROCA
Fifo discos
LP, CD E K7
NOVOS E USADOS
MPB - SAMBA - JAZZ - ROCK - REGGAE
RUA 14 DE DEZEMBRO, 292, CAMPINAS-SP
@ FIFODISCOS
FIFODISCOS@GMAIL.COM

ines249

FELIZ NATAL PARA TODAS COM UM MARIDO QUE SEMPRE SOME NO NATAL E VOLTA SEM NENHUM PRESENTE!
AS

ALLAN SIEBER_2025

“Veja o resultado de ferro na neve”, diz a legenda, sobreposta à imagem de uma pessoa prestes a largar um pedaço de ferro incandescente no chão coberto de neve. Quando gelo e fogo estão perto de se tocar, o vídeo é interrompido por dois olhos e uma boca que aparecem na tela. “Ê! Calma, meu patrão, a gente vai deixar você assistir o final desse vídeo. Mas antes o que que rima com ferro? Imposto zero. E o que que rima com comum? O fim da escala 6x1. Pronto, era esse o recado. Pode assistir o vídeo até o final. Repasse o recado!” Um funk começa a tocar, e o ferro desliza livre pelo gelo.

A peça peculiar está no perfil institucional do governo brasileiro no Instagram. Foi publicada em outubro e vista mais de 50 milhões de vezes. “A primeira vez que assisti a essa coisa de *bait*, de começar o vídeo com algo que chama atenção e depois vira outra coisa, pensei: ‘Nossa, que nonsense’”, diz Mariah Queiroz, a secretária de Estratégia e Redes da Secom. A sugestão veio de sua equipe, composta por cerca de vinte pessoas, a maioria na faixa dos 20 anos. Alguns funcionários ela trouxe consigo para a Secom, outros foram aproveitados da gestão anterior. “Falei: ‘Vamos embora, vamos ver se funciona.’”

Dessa mesma dinâmica nasceram outros vídeos virais. Um deles, “Explicando a proposta de mudança do imposto de renda – versão personagens da ficção”, diz que, no Brasil, o Pato Donald seria isento de pagar imposto de renda, mas o Tio Patinhas teria de botar a mão no bolso. Outro vídeo, “Pix no exterior explicado pelas formiguinhas”, mostra formigas antropomorfizadas viajando pelo mundo e sendo invejadas por formigueiros que não dispõem desse método de pagamento. As postagens são ágeis, chamativas e frequentemente engraçadas. Têm vozes distorcidas, montagens toscas, gírias, memes, capivaras investigativas, liquidificadores falantes, cachorros motoristas.

É uma estética que Sidônio, numa palestra para militantes petistas no começo do ano, chamou de “sujinha”. Abarca, além dos vídeos, os chamados *packs*: compilados de memes popularizados por páginas como *Melted Videos* e *saquinho de lixo*. “Eu achava que as redes do governo mostravam muito o dia a dia de Brasília, do Palácio, e muito pouco a vida do Brasil, a imagem do Brasil, dos brasileiros”, diz Queiroz. “A gente começou a produzir alguns conteúdos, que eram basicamente colagens, com referências estéticas do Brasil. O que é muito brasileiro? Capim, botijão de gás, pano de prato no ombro. Umas coisas que não são política pública necessariamente, mas que criam identificação.”

Queiroz não faz parte da “ala baiana” da Secom, como ela própria diz. Não conhecia Sidônio e foi indicada a ele por Rafael Marroquim, marqueteiro com quem trabalhou na Prefeitura do Recife. Tem deixado boa impressão nos colegas e integrantes do governo, que elogiam a mudança no tom das redes. De fevereiro a setembro, os perfis administrados pela Secom ganharam 3,5 milhões de novos seguidores. Os dados são de um levantamento da própria secretaria, produzido para consumo interno. As páginas SecomVc e Presidência da República do Brasil foram abandonadas por serem consideradas supérfluas. Estão sem novas postagens desde janeiro.

Os brasileirismos, a estética “sujinha” e o tom debochado – aquilo que Queiroz chama de “rede social com cara de rede social” – começaram tão logo ela assumiu a secretaria. Já as comportas do *nonsense* e a luta política mais explícita irromperam em julho, na onda do imposto de renda. “Ali a gente ganhou uma certa liberdade de se posicionar de forma mais clara. Óbvio que, do ponto de vista das redes, isso é muito melhor, porque rede social é estruturada a partir de tensionamentos”, ela diz. “E, quando sobe o tom, a gente pode também brincar um pouco mais com a linguagem.”

As postagens do governo, que antes funcionavam como informes neutros sobre políticas públicas, passaram a incluir adversários – como “os gatos super-ricos que moram em mansões, dirigem carros de luxo, gastam dinheiro no exterior e investem 600 mil reais por ano em previdência privada”, e o “cachorro mandão” que não respeita a soberania brasileira.

Mais recentemente, uma série de postagens em tom alarmista denunciou que o projeto de lei antifacção, apresentado pelo governo, vinha sendo deturpado pela oposição no Congresso. Foi mesmo, e o governo, apesar da campanha intensa da Secom, acabou derrotado. Nem todos os posts passam por Sidônio, e a equipe aproveita para esticar a corda. Depois que a isenção do imposto de renda foi aprovada, em 1º de outubro, os perfis da Secom passaram a militar pelo fim da escala 6x1, uma pauta que nem é unanimidade no governo.

Sidônio, no entanto, parece ter tomado gosto pela briga. No começo de outubro, quando a Câmara derrubou outra medida da Fazenda para taxação de *fintechs* e *bets*, o ministro quis que as redes do governo protestassem. Foi convencido pelos auxiliares de que era um passo arriscado. A Secom havia entrado de cabeça na pauta do imposto de renda, mas defender a aprovação de um projeto do governo é diferente de reclamar de uma decisão de outro poder, no calor do momento. O post, que estava quase pronto, foi arquivado.

Felipe Nunes, diretor da Quaest, é cauteloso ao avaliar o peso da comunicação na recuperação do governo Lula. Diz que uma das explicações está na queda da inflação dos alimentos, a partir do meio do ano. Pondera, no entanto, que Sidônio ajudou a dar um sentido histórico ao terceiro mandato do presidente, e que isso se reflete nas pesquisas. A quantidade de eleitores que dizia não conhecer as políticas públicas do governo caiu significativamente, de 49,7% em maio para 27% em setembro.

Nunes acredita que a melhora na popularidade é consequência de entregas materiais, mas não só. “Quando aparece a questão da soberania do país, e o governo se posiciona, é mérito da política, do Lula, mas também da Secom, que soube mudar o slogan na hora certa, organizar uma artilharia de comunicação na rede social, fazer campanha na tevê.” É o que na ciência política se chama de *rally ’round the flag* – a oportunidade que os governantes têm, em momentos de crise nacional ou global, de unir o país e se destacar. “Bolsonaro teve essa chance com a Covid, mas fez o contrário.”

Sidônio assumiu a Secom determinado a mudar o slogan “União e reconstrução”, que ele mesmo havia criado. Queria demarcar o começo do “segundo tempo” de Lula, como disse ao tomar posse. Encomendou pesquisas qualitativas, discutiu possíveis frases com sua equipe, mas a ideia ficou adormecida por meses. Foi retomada só em julho. Primeiro, definiu-se que o slogan não falaria apenas em “povo”, mas também em “brasileiros”, para soar patriótico e deixar claro que não era um governo voltado só para os mais pobres. Depois, discutiu-se qual era a melhor formulação: se “ao lado” ou “do lado” do povo brasileiro. A conclusão foi de que “ao lado” soava frio, protocolar. Por sugestão de Sidônio, “governo federal” virou “governo do Brasil”. A versão final foi apresentada a Lula e aprovada no fim de agosto: “Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro”.

“Quando a gente fala de legado, dá números, diz que o país saiu do Mapa da Fome, que o governo entregou ‘x’ casas do programa Minha Casa Minha Vida, tudo isso é razão. Mas hoje em dia não dá mais. Ninguém mais ganha falando apenas de razão”, diz Tiago dos Santos. “Você tem que falar de emoção, de valores, de propósito. Tem que falar de território ideológico. Do contrário, só fica disputando legado, esperanças, promessas, e as pessoas querem um pouco mais do que isso. Querem saber que modelo de sociedade a gente defende.”

Slogans são um produto da era analógica da comunicação, quando a mesma mensagem chegava de forma massificada para o conjunto da população por meio da tevê, do rádio e dos jornais. Sua relevância é menor na era digital, em que a comunicação é hipersegmentada. Sidônio, no entanto, diz que a mensagem é importante para servir de “comando geral” ao governo. No Sete de Setembro, assinou um artigo na *Folha* explicando o conceito. Citou Darcy Ribeiro para defender a ideia de uma nação una e definiu o novo slogan como uma “posição que vai além da simples coalizão”.

Alguém poderia dizer que, simbolicamente, a mudança marcou o fim da frente ampla de 2022 e o começo da campanha de Lula à reeleição. Alckmin, instado a comentar, desconversa. “A frente ampla ainda existe, é necessária.” Sentado na cabeceira de uma longa mesa de reuniões do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, numa sexta-feira de outubro, o vice é só elogios a Sidônio. “Comunicação é ciência e arte, e ele faz essa sinergia.” Alckmin diz que está contente com a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros econômicos e pouco poluentes, aprovada pelo governo federal em julho passado. Conta que deu um toque em Sidônio. “Está pouco divulgado.” ✪

CONTEÚDO PATROCINADO

pwc

Barômetro de empregos de inteligência artificial 2025

A IA torna as pessoas mais valiosas no mercado

Nossa análise de quase um bilhão de anúncios de empregos e milhares de relatórios financeiros de empresas em seis continentes sugere que a colaboração entre pessoas e máquinas já molda o futuro do trabalho.

3% mais crescimento de receita por trabalhador nos setores com alta exposição à IA.

100% dos setores estão ampliando o uso de IA, inclusive os tradicionalmente pouco tecnológicos.

66% mais rápida é a mudança de competências nas ocupações expostas à IA em relação ao ano anterior.

Um futuro em construção

A inteligência artificial está tornando os trabalhadores muito mais produtivos e criando valor para as empresas.

- Os setores mais aptos a usar inteligência artificial (IA) apresentam crescimento três vezes maior na receita gerada por empregado.
- Desde 2022, quando a conscientização sobre o poder da IA disparou, o crescimento da produtividade nos setores mais bem posicionados para adotá-la quase quadruplicou (e caiu ligeiramente nos setores menos expostos à IA).
- Trabalhadores com habilidades em IA, como engenharia de prompts, têm um prêmio salarial de 56% (acima dos 25% registrados no ano passado), reforçando o valor que esses profissionais têm a oferecer.
- 100% dos setores estão expandindo o uso de IA (inclusive os menos expostos, como mineração e construção). Isso indica que os líderes empresariais enxergam valor nos investimentos em IA.

As empresas estão usando IA para tornar os trabalhadores mais valiosos e produtivos, não apenas para reduzir a força de trabalho.

- Ao contrário dos temores sobre perda de empregos, o número de vagas (e os salários) estão crescendo em praticamente todas as ocupações expostas à IA.

A IA está redefinindo o que é necessário para ter sucesso profissional.

- As habilidades procuradas pelos empregadores estão mudando 66% mais rápido nas ocupações mais expostas à IA, em comparação com as menos impactadas – um aumento em relação aos 25% do ano passado.

Cinco pontos estratégicos

Use a IA para transformar toda a empresa.
Muitas organizações estão começando a usar a IA em casos isolados, mas o verdadeiro benefício surge quando a tecnologia é usada para transformar a geração de valor em todo o negócio, criando fontes de receita e conquistando vantagem competitiva.

Trate a IA como uma estratégia de crescimento, não apenas de eficiência.
As empresas estão usando a IA não apenas para otimizar a força de trabalho, mas para ajudar os trabalhadores a gerar mais valor.

Priorize os agentes de IA – multiplicadores exponenciais da força de trabalho.
Líderes que os adotarem prematuramente não apenas reduzirão custos, mas poderão criar organizações que pensam, se adaptam e executam mais rápido que seus pares.

Capacite sua força de trabalho com as competências necessárias para aproveitar o poder da IA.
É essencial mapear com precisão as lacunas de habilidades e desenvolver uma estratégia eficaz para supri-las.

Libere o potencial transformador da IA construindo confiança.
Os ganhos de crescimento trazidos pela IA exigem implantação responsável, governança clara e confiança do público e da organização.

Camila Cinquetti,
sócia da PwC Brasil

> “O desafio agora é aprender a usar a tecnologia com sabedoria, estratégia e propósito. Mais do que automatizar, o foco está em potencializar o talento humano.”

Leia o estudo completo em:
https://pwc.to/US-QR-mflgrpcs

ines249

OS VIVOS E OS MORTOS

Uma leitura das escolhas da grande imprensa na cobertura do massacre no Complexo do Alemão

FERNANDO DE BARROS E SILVA

Três dias antes de deixar a bancada do *Jornal Nacional*, que ocupou por quase trinta anos, William Bonner abriu o telejornal anunciando o local e a data da principal notícia daquela terça-feira:

Rio de Janeiro, 28 de outubro.

A seguir, executando o jogral, ele e Renata Vasconcellos se alternaram para anunciar os destaques de uma edição histórica. A escalada – nome que os jornalistas dão à apresentação dos principais fatos do dia, que serão tratados adiante – se desenrolou da seguinte maneira:

Renata Vasconcellos: *Moradores da segunda maior metrópole do país são paralisados pela batalha entre policiais e o Comando Vermelho.*

Bonner: *Para impedir o cumprimento de mandados de prisão, os traficantes usaram até drones para o lançamento de bombas.*

Vasconcellos: *E armaram barricadas em diversos pontos da cidade.*

Bonner: *Mais de oitenta foram presos.*

Vasconcellos: *A ação policial mais letal da história da cidade tem dezenas de mortes confirmadas.*

Bonner: *E declarações de autoridades revelam falta de coordenação entre os governos estadual e federal no combate ao crime.*

A decisão de abrir o telejornal pelos transtornos e pela sensação de caos que a reação dos traficantes produziu no Rio é uma opção editorial. O JN avaliou que isso era mais importante do que "a ação mais letal da história da cidade", com "dezenas de mortes confirmadas" até aquele momento. Só depois de ser informado sobre a "batalha" que paralisou a cidade, só depois de saber que os traficantes usaram "até drones para o lançamento de bombas", que "armaram barricadas", que "mais de oitenta foram presos", o telespectador é apresentado à notícia das "dezenas de mortes". Funciona como se elas, as mortes, estivessem justificadas por tudo que aconteceu. A ordem dos fatores, neste caso, altera o produto. Não foi preciso fazer nenhum comentário ou lançar mão de adjetivos, bastou elencar as coisas de uma determinada maneira. O jornalismo pode ser melhor ou pior, mais ou menos atento a nuances, tecnicalidades e normas de conduta, mas nunca é neutro. Para o JN de 28 de outubro de 2025, o massacre do Alemão não foi o principal acontecimento do dia. As mortes foram "amortecidas" na abertura do telejornal.

Assim que a escalada terminou, Bonner deu sequência ao programa, iniciando o primeiro bloco do noticiário com uma observação:

Uma batalha entre policiais e bandidos do Comando Vermelho voltou a mostrar a dimensão do desafio que o crime organizado impõe às autoridades e à sociedade no Rio de Janeiro.

A voz, grave, bastante conhecida, exprime um certo pesar, mistura bem dosada de alerta e lamento. De novo, não é neutro. Só depois de fazer este comentário sobre a enormidade do problema, Bonner enfim diz que "a operação policial de hoje é a mais letal da história da cidade, com 64 mortos confirmados até agora. Quatro eram policiais". E emenda: "Os traficantes fecharam ruas e vias expressas e chegaram a usar drones para lançar bombas. Oitenta e um foram presos." A redundância em relação à escalada de segundos atrás também não é neutra. Lembrem-se bem, espectadores: "Os traficantes fecharam ruas e vias expressas e chegaram a usar drones para lançar bombas."

A edição impressa do jornal *O Globo* que circulou no dia seguinte, 29 de outubro, estava em linha com o JN da véspera. A manchete estampava em letras maiúsculas "A METRÓPOLE-REFÉM", e dizia na linha seguinte, em letras minúsculas, "64 mortos e milhões sob o medo".

Como se ainda houvesse dúvidas de que o centro das atenções do Grupo Globo não estava exatamente no número de mortes, àquela altura ainda parcial, mas estarrecedor, o jornal da família Marinho trazia um editorial intitulado *Operação expõe limite estadual no combate ao crime*. Começava assim:

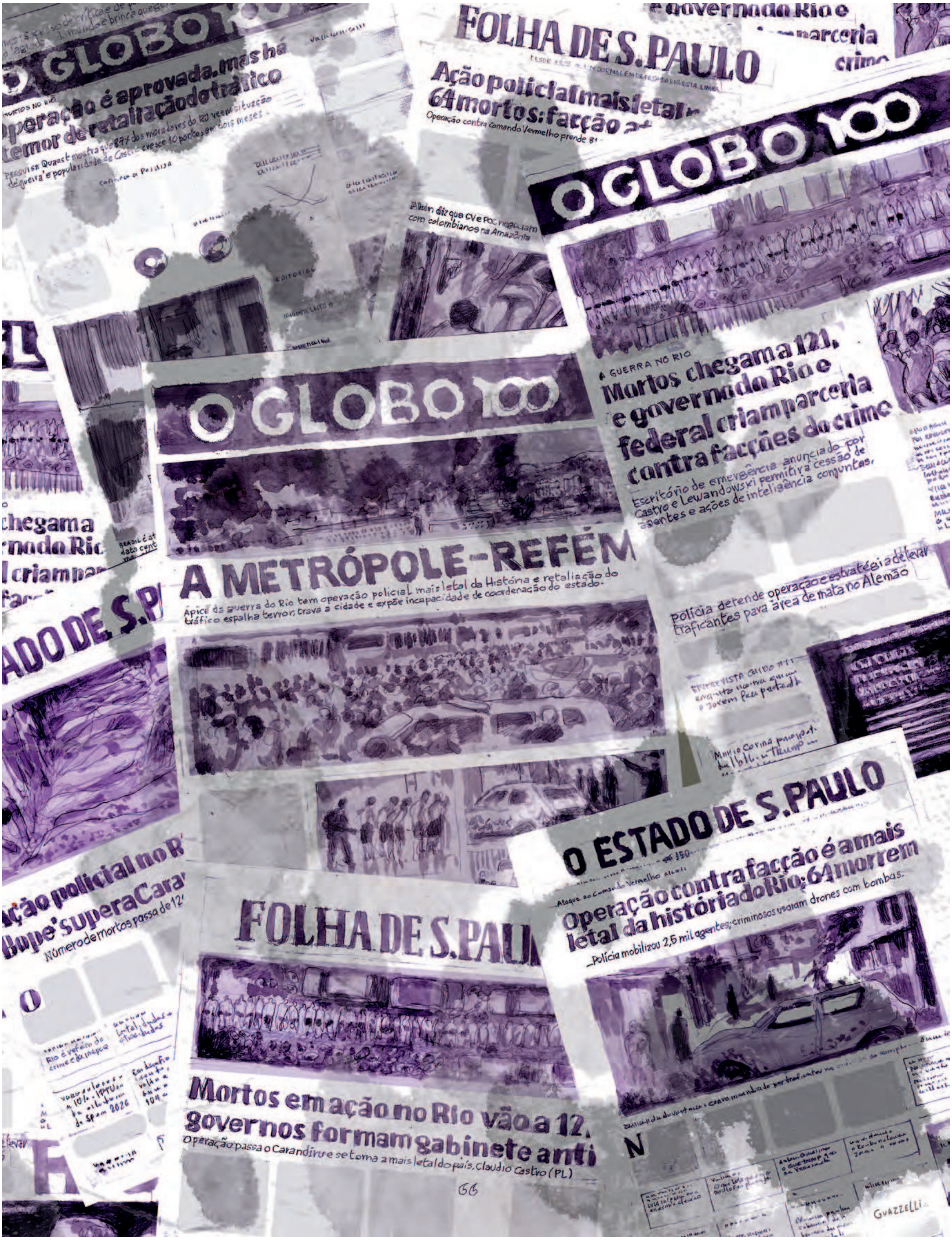
A resistência feroz que a polícia fluminense encontrou na operação desta terça-feira contra o Comando Vermelho nos complexos do Alemão e da Penha, no Rio, é demonstração eloquente dos limites enfrentados pelos governos estaduais no combate às organizações criminosas.

Logo adiante, é o próprio governo estadual quem toma a palavra no texto para reiterar o argumento do editorial: "O secretário de Segurança do Rio, Victor Santos, reconheceu que o governo do estado não tem condições de enfrentar o tráfico. 'Não dá para enfrentar sozinho', afirmou. 'É preciso que, sem ideologia, estado, União e município se sentem à mesa.' O governador Cláudio Castro cobrou 'um trabalho de integração muito maior com as forças federais'."

O editorialista frisa a seguir que Castro disse ter pedido "apoio de blindados do Exército por três vezes e que os pedidos foram negados". E acrescenta que "o

ines249

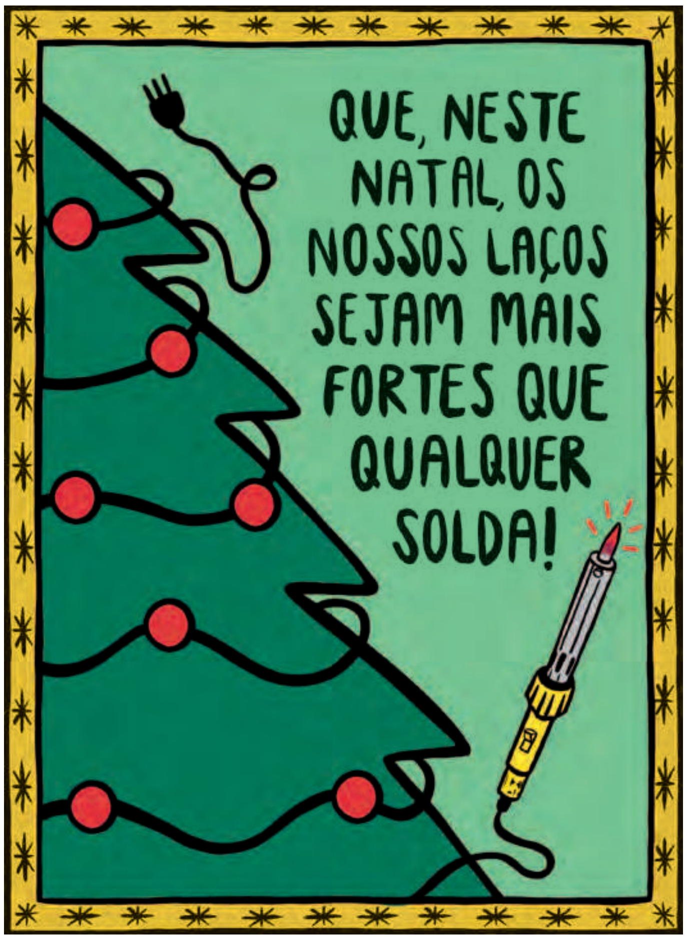
ELOAR GUAZZELLI_2025


O GLOBO
operação é aprovada, mas há temor de retaliação do tráfico
FOLHA DE S.PAULO
Ação policial mais letal... 64 mortos: facção
Operação contra Comando Vermelho prende 81
O GLOBO 100
O GLOBO 100
A GUERRA NO RIO
Mortos chegam a 121, e governo do Rio e federal criam parceria contra facções do crime
Escritório de emergência anunciado por Castro e Lewandowski permitirá cessão de agentes e ações de inteligência conjuntas.
A METRÓPOLE-REFÉM
Ápice da guerra do Rio tem operação policial mais letal da História e retaliação do tráfico espalha terror, trava a cidade e expõe incapacidade de coordenação do estado.
Polícia defende operação e estratégia de levar traficantes para área de mata no Alemão
chegam a
rno do Rio
l criam pa
ADO DE S.P
ação policial no R
Bope supera Cara
Número de mortos passa de 12
O ESTADO DE S.PAULO
Operação contra facção é a mais letal da história do Rio; 64 morrem
Polícia mobilizou 2,5 mil agentes; criminosos usaram drones com bombas.
FOLHA DE S.PAUL
Mortos em ação no Rio vão a 12
governos formam gabinete anti
Operação passa o Carandiru e se torna a mais letal do país, Cláudio Castro (PL)
GUAZZELLI

Manchetes: com o massacre do Alemão, execuções em megaoperações atingiram um novo patamar, e a cobertura jornalística desses eventos hediondos também regrediu a um novo patamar

ines249

ALINE ZOUVI_2025


QUE, NESTE NATAL, OS NOSSOS LAÇOS SEJAM MAIS FORTES QUE QUALQUER SOLDA!

governo federal afirmou que não houve pedido de ajuda para a operação atual”.

O próprio Castro diria depois que havia sido mal interpretado, que a solicitação de ajuda não se referia à Operação Contenção, como foi oficialmente chamado o massacre, mas, àquela altura, a confusão instalada favorecia o governador, que distribuía as responsabilidades pelo ocorrido, com auxílio do jornalismo.

Ao invocar a “necessidade de atuação mais efetiva do governo federal e de maior integração entre as forças de segurança”, o editorial apontava para um problema real, mas, justamente naquele dia, seus argumentos prestavam um serviço para o governo fluminense. Prevaleceu a cordialidade diante das autoridades e a cumplicidade com o que havia ocorrido, como se o editorialista, depois do ponto final, levantasse da cadeira, se espreguiçasse lentamente, pegasse o paletó no cabide e desse um tapinha nas costas do governador. O pior ainda estava por vir.

A cena de dezenas de corpos enfileirados na Praça São Lucas, na Penha, rodeados por parentes e moradores da favela em estado de choque, entre atônitos e desesperados, desafia nossa capacidade de descrever o horror ali concentrado. Mesmo para quem já está anestesiado com a violência brasileira, parece faltar um nome para definir a enormidade do que se vê.

Com o número de mortes atualizado, o *JN* de 29 de outubro dedicou mais de meia hora à chacina. Mas em nenhum momento mencionou a palavra chacina ou alguma de suas variantes – matança, carnificina, execuções sumárias, assassinatos em série. Esses termos ficaram perdidos na mata, longe do jornalismo da Globo.

Essa foi uma determinação da direção da emissora. Numa das orientações da chefia de jornalismo que circularam por escrito para a cúpula dos telejornais da Globo e da GloboNews, dizia-se que o termo “chacina não deve ser usado por nós”. O mesmo comunicado orientava a emissora a evitar entrevistas com especialistas ou políticos que falassem em chacina para caracterizar o ocorrido na Penha e no Alemão.

Havia outras recomendações. Os jornalistas não deveriam fazer comentários sobre o sucesso ou o fracasso da operação. As perguntas aos entrevistados deveriam ser sóbrias e sem juízos de valor. Os repórteres deveriam se esforçar para entrevistar as autoridades de segurança do Rio e dar amplo espaço para suas explicações. Os analistas deveriam ter cuidado para não se precipitar em julgamentos. A certa altura, dizia-se também que havia uma polarização, um duelo, entre esquerda e direita em torno deste assunto, e que a Globo não deveria dar munição para nenhum dos lados.

Na prática, este conjunto de diretrizes comprometeu não só o espírito crítico, que é parte do bom jornalismo, mas a própria busca pela verdade, sacrificada no altar do oficialismo, vocalizado por autoridades “neutras” de um governo de extrema direita.

A escalada do *JN* do dia seguinte ao massacre se desenrolou da seguinte maneira:

Renata Vasconcellos: *Rio de Janeiro, 29 de outubro.*

William Bonner: *No dia seguinte à operação policial contra o Comando Vermelho, dezenas de corpos encontrados na mata são levados para a praça da Penha.*

Vasconcellos: *E o número oficial de mortos salta para 121.*

Bonner: *A polícia afirma que atraiu os traficantes para a rota de fuga na mata para proteger inocentes nas ruas da comunidade.*

Vasconcellos: *E que apreendeu 118 armas.*

Bonner: *Mas o chefe da facção escapou.*

Vasconcellos: *O governo estadual divulga imagens de pessoas despindo cadáveres de uniformes de combate.*

Bonner: *O diretor-geral diz que a Polícia Federal analisou os planos.*

Vasconcellos: *E avaliou que não poderia participar da operação.*

(Aparece neste momento a imagem de Andrei Rodrigues, diretor-geral da PF, em entrevista coletiva, justificando na defensiva a sua posição.)

Bonner: *O estado do Rio e o governo federal anunciam um escritório emergencial contra o crime organizado.*

Há várias coisas a observar aqui. Bonner começa por anunciar que os corpos foram “encontrados na mata” e “levados para a praça da Penha”. É bem diferente de dizer que a polícia matou dezenas de pessoas em circunstâncias não esclarecidas (e cuja identidade ainda não se conhecia) e abandonou os corpos na mata. E que parentes e moradores resgataram os cadáveres por conta própria, sendo obrigados a executar, sob condições desumanas, uma tarefa que o Estado tem a obrigação legal de fazer. Pela lei, caberia à polícia preservar a área até a chegada da perícia, que também é uma exigência legal, sem a qual se torna impossível saber exatamente como as pessoas morreram e apurar as responsabilidades.

Ao alegar que a polícia “atraiu os traficantes para a rota de fuga na mata para proteger inocentes nas ruas da comunidade”, Bonner endossa a versão oficial. Além do zelo com os moradores da favela, nas palavras de Vasconcellos, a polícia ainda “apreendeu 118 armas” e o governo divulgou “imagens de pessoas despindo cadáveres de uniformes de combate”. É curioso que o número de armas apreendidas, 118, seja quase o mesmo das pessoas mortas pela polícia, 117. Uma coincidência. Todos os elementos que cercam a notícia aterradora das 121 mortes – quatro delas de policiais – contribuem para que o telespectador tenha a sensação de estar diante de uma matança virtuosa, ou, no mínimo, inevitável. No dia 22 de novembro, com a morte de mais um policial que havia sido ferido e estava hospitalizado desde a operação, subiu para 122 o número de vítimas.

Assim que a escalada do *JN* termina, quem abre o primeiro bloco do noticiário é Renata Vasconcellos. Depois de repetir o número atualizado da tragédia, ela diz que moradores das comunidades da região do Alemão e da Penha “resgataram corpos da mata onde houve o principal confronto”.

Primeiro, na escalada, o *JN* engole que a polícia “atraiu os traficantes para a rota de fuga na mata para proteger inocentes”. A seguir, diz que os corpos foram resgatados na mata “onde houve o principal confronto”. Juntas, as afirmações sugerem que na mata não havia inocentes e que quem morreu, sem exceção, estava enfrentando a polícia, o que é duplamente implausível. A versão oficial foi comprada sem ressalvas, mas, àquela altura, já havia relatos de corpos mutilados, tiros na nuca, ferimentos feitos a faca e ao menos um homem decapitado. O enredo empacotado pelas autoridades de segurança do Rio estava muito longe de elucidar a verdade da operação. Com boa vontade, era inconsistente; sem eufemismos, fantasioso. Reproduzi-lo sem mais na abertura do telejornal de maior audiência do país foi, mais do que uma opção editorial, uma decisão política.

Essa orientação fica ainda mais clara ao longo do telejornal.

A primeira reportagem daquela noite mostra imagens da Praça São Lucas pela manhã, onde estavam os cadáveres. A repórter Bette Lucchese, veterana na cobertura da criminalidade no Rio, diz: “No asfalto, o retrato de mais um dia que entra para a história da violência no país. Pessoas incrédulas, em choque, diante dos mortos deixados lado a lado no meio da rua.” E completa, enquanto vemos imagens de mulheres chorando, “a todo momento chegam mais carros com mais corpos”.

Uma mulher negra é entrevistada pela repórter. Sem que se saiba quem ela é (ela é só mais uma), a mulher diz: “Muito terror, muito medo. É isso o que nós tem pra falar. Muita mãe chorando e a gente não sabe o que fazer.”

Voltamos a ver corpos cobertos no chão e a repórter diz que “foram moradores da favela que trouxeram os mortos da mata para uma das principais ruas da comunidade”. A seguir, por alguns segundos, aparecem homens da Defesa Civil recolhendo corpos do asfalto e colocando no rabecão. “Em meio à multidão, um trabalho silencioso”, comenta Lucchese.

(Como contraponto a este clichê que poetiza as coisas – “em meio à multidão, um trabalho silencioso” –, recomendo ao leitor que assista ao registro da mesma cena, da remoção dos corpos, gravada por Raull Santiago, morador do Alemão há 36 anos, ativista e fundador do Instituto Papo Reto, ONG que trabalha “pelos direitos das populações de favelas e periferias”, como eles se definem. Santiago fez várias *lives* naquele dia. Elas estão disponíveis em seu perfil no Instagram. Esta a que me refiro dura quase 7 minutos e meio. Ele filma em silêncio quase o tempo todo, mas há muito burburinho à sua volta, pessoas falando sem cessar. Por volta do quarto minuto da transmissão, Santiago diz: “O cheiro tá muito forte, tá foda.” Ouve-se adiante uma mulher em

ines249

desespero – “deixa eu ver ele” – e outra que diz “massacre, foi um massacre, covardia”. A repetição mecânica de corpos sendo alçados do chão pelos braços e pelas pernas e colocados em caixões estreitos, nos quais alguns são acomodados com visível dificuldade, o som das ferragens quando os caixões são empurrados em trilhos para dentro do rabecão, a atmosfera pesada que se mistura ao peso físico dos corpos abatidos – temos a sensação de estar num matadouro humano.)

Voltamos ao JN. Lucchese entrevista outra mulher, também negra, sem que seu nome seja identificado. Aos prantos, ela diz: “Não é um dos meus que está ali, mas eu sou mãe. Eu sou mãe, eu sei muito bem o que cada uma tá passando, porque eu também já tive perda.”

Na sequência, uma terceira mulher, também negra, também sem identificação, fala ao microfone da Globo: “Eu não sou mãe, sou tia, mas a gente vê assim a realidade… A gente fala, né, pra procurar coisas melhores, mas, infelizmente, minha filha… É muito difícil, pra uma mãe, um pai, ver um filho assim.”

Lucchese então entrevista Martín González (ele, sim, identificado), jornalista argentino que está no local: “É muito difícil para nós compreender isso. É muita violência, muita morte. Eu não lembro de ter vivido uma coisa como essa”, ele diz.

No JN, ninguém na Praça São Lucas fala em massacre. Não há, entre as pessoas entrevistadas, qualquer menção à polícia ou crítica explícita à operação da véspera. É preciso deduzir isso da fala do jornalista argentino. Já as três mulheres negras, testemunhas sem nome do horror e da dor, contribuem involuntariamente para sugerir que houve ali algo como uma fatalidade. São *fiéis servidores da nossa paisagem*, como diz um verso de Carlos Drummond de Andrade. Afinal, este foi só “mais um dia que entra para a história da violência no país”, como disse a repórter no início.

Depois da sequência dos cadáveres na praça, Lucchese sobe de carro até a região da mata, no alto do Complexo. “A gente está acompanhando a busca feita pelos moradores, que tentam encontrar os corpos de parentes”, ela diz, acrescentando que “não havia bombeiros, não havia polícia, não houve perícia no local onde os corpos foram encontrados”. Deve-se a Lucchese a única menção a este fato escandaloso, que singulariza essa tragédia. O Estado simplesmente desapareceu do Complexo no *day after*. Não há registro de que algo parecido tenha acontecido antes desta operação.

A ausência da polícia na cena do crime foi tratada de forma ligeira, mas a exposição em tom celebrativo dos responsáveis pela ação mereceu amplo destaque no JN daquela noite. Houve uma orientação específica da direção da emissora para que duas longas falas selecionadas dos chefes da Polícia Militar e da Polícia Civil fossem reproduzidas em todos os jornais do grupo.

Assim que a reportagem de Lucchese na Praça São Lucas se encerra, Bonner anuncia da bancada: “As autoridades estaduais de Segurança Pública apresentaram hoje detalhes do planejamento da ação.”

Entra em cena o repórter Pedro Bassan, que faz a escada para as autoridades. Ele começa assim: “A polícia do Rio estava preparada para um grande confronto. O secretário de Polícia Militar, coronel Marcelo de Menezes, disse que desde o início o plano era encurralar os traficantes para que eles deixassem as comunidades em direção à área de mata fechada. […] Assim, se houvesse confronto, haveria menos risco de atingir a população.”

Segue-se a explicação do coronel Menezes, em pé, diante de um painel com o mapa dos complexos, onde setas e inscrições descrevem a dinâmica das ações:

O que a gente traz de diferente nessa operação foi a incursão de tropas do Bope na área mais alta da montanha da Serra da Misericórdia, que divide esses dois complexos, criando o que a gente chamou de muro do Bope. Fazendo com que os marginais fossem empurrados através das nossas incursões para essas áreas mais altas. E isso tinha um objetivo claro: proteger a população de bem que mora naquela região.

Bassan volta e reproduz o mantra oficial: “As autoridades do Rio afirmam que, com exceção dos quatro policiais, todos os mortos eram bandidos a serviço da facção criminosa, porque morreram no meio da mata em situação de confronto.” A seguir, o repórter informa que “os mortos eram do baixo escalão do tráfico, responsáveis por conter o avanço da polícia enquanto os chefes escapavam para outras áreas”. Sua fala funciona como uma espécie de antídoto para o fracasso da missão. Edgard Alves de Andrade, o Doca, apontado como líder do Comando Vermelho nos complexos, escapou do cerco, que deixou como saldo, além da matança generalizada, a morte de cinco policiais, um recorde de baixas fatais em operações.

A seguir, foi a vez do secretário de Polícia Civil do Rio, Felipe Curi, comentar a epopeia. Sua fala é superlativa:

A operação de ontem foi o maior baque que o Comando Vermelho, em toda a sua história, já tomou, desde a sua fundação, lá no final da década de 1970. Nunca houve uma ação que desse um baque tão grande; nem em 2010, na ocupação do Alemão, o Comando Vermelho tomou um baque tão grande. Com a perda tão grande de armas, de drogas e, principalmente, de lideranças.

Bassan volta, sempre fazendo escada para as autoridades: “O secretário disse que os mortos usavam roupas de combate, como botas e fardas camufladas. Ele exibiu um vídeo, que mostra um dos corpos tendo a roupa cortada ao chegar à Praça São Lucas.”

E Curi sola outra vez:

Nós temos imagens deles todos paramentados, com roupas camufladas, com colete balístico, portando essas armas de guerra aqui [aponta para os fuzis dispostos em frente aos jornalistas]. *Aí apareceram vários deles só de cueca, ou só de short, descalços, sem nada. Então nós temos imagens de pessoas que retiraram esses corpos da mata e colocaram em via pública, tirando a roupa desses marginais. E também é importante mencionar que a Polícia Civil está instaurando inquérito policial na 22ª* DP*, na Penha, para investigar essas pessoas pelo crime de fraude processual.*

Bassan prepara outra escada, agora para o governador: “O governador do Rio, Cláudio Castro, lamentou a morte de quatro policiais, e disse que a operação foi um sucesso.” E dá-lhe oficialismo: “A gente foi e fez a nossa operação, e foi um sucesso, ontem, tirando a vida dos policiais, o resto da operação foi um sucesso. A gente não fica aqui chorando, a gente fica trabalhando”, diz o governador.

O JN daquela noite ainda exibiria uma longa reportagem sobre “a vida nas áreas dominadas por traficantes”, com cenas de crueldades praticadas pelo Comando Vermelho. Tomada em seu conjunto, a edição não deixa muitas dúvidas: o telespectador que aguentou ir até o fim do JN assistiu a um massacre, mas jornalístico.

No dia seguinte, 30 de outubro, *O Globo* estamparia em manchete, na sua primeira página: “Mortos chegam a 121, e governos do Rio e federal criam parceria contra facções do crime.” Acima da manchete, uma foto horizontal de ponta a ponta, feita com o uso de drone, mostrando do alto os cadáveres enfileirados na praça da Penha. Na legenda se lê que, “para a polícia, a retirada de fardas usadas por alguns deles foi tentativa de afastar a ligação com o CV”.

Mas a *pièce de résistance* da edição é o editorial. Nele, o jornal reitera, com mais ênfase, sua adesão à versão oficial. *Operação policial no Rio foi resultado de planejamento*, diz o título. Vale citar um trecho: “É revelador que a operação, a mais letal na história do Rio, tenha deixado mais de uma centena de mortos. Mas ela foi resultado de planejamento para tentar preservar os moradores e encurralar os traficantes nas matas, onde ocorreu a maior parte dos confrontos.”

Mais adiante, Curi, que havia brilhado no JN da véspera, volta a ser tratado com toda consideração. Diz o texto: “O secretário de Polícia Civil, Felipe Curi, descreveu o quadro encontrado como ‘cenário de guerra’. ‘O que as polícias do Rio enfrentam não é mais questão de segurança pública, é uma guerra irregular, assimétrica, uma questão de defesa e de soberania nacional’, disse. É um argumento que não pode ser desprezado.”

O argumento que *O Globo* não quis desprezar, pelo menos naquele momento, é o que embasa a inclusão do Comando Vermelho na prateleira do “narcoterrorismo”. É isso que Curi defende e foi isso que o deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP) tentou emplacar ao desfigurar o

Ministério da Cultura, Petrobras e
Museu da Pessoa apresentam

MUSEU DA
PESSOA

EXPOSIÇÃO
VOCÊ JÁ
ESCUTOU
A TERRA
?

A Terra tem resposta para todos nós.
Uma experiência imersiva que busca a escuta da vida.
Curadoria: Ailton Krenak e Karen Worcman.

Visite a exposição digital em
escuteaterra.museudapessoa.org

A exposição "Você Já Escutou A Terra?" faz parte da programação "Vidas, Vozes e Saberes em um Mundo em Chamas", do Museu da Pessoa.

ines249

REINALDO FIGUEIREDO_2025

Desejo a todos um feliz
Estresse de fim de ano!

projeto de lei do governo que endurece a legislação penal contra as facções – assunto de que trata o artigo de Evandro Cruz Silva na página 44 desta edição. À altura da votação do projeto pela Câmara, o Grupo Globo já se posicionava contra esse passo, entre outras razões porque a proposta teria implicações sobre os negócios do país. A semente, no entanto, foi plantada. E o editorialista ajudou a regá-la.

A cobertura do massacre feita pelo Grupo Globo destoa do que foi publicado na imprensa de São Paulo, sobretudo pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. “Ação policial no Rio com ‘muro do Bope’ supera Carandiru em mortes”, estampou o *Estadão* em sua primeira página do dia 30. O editorial daquela edição foi especialmente crítico em relação à operação e a Cláudio Castro, além de bem escrito, o que é uma marca do jornal, concorde-se ou não com sua posição política, conservadora, como se sabe.

Rio é refém do crime e da inépcia, diz o título. Depois de comparar a cena dos cadáveres expostos na Penha à imagem dos corpos enfileirados, 32 anos antes, na chacina de Vigário Geral, o editorial comenta que os registros fotográficos, tristemente semelhantes, resumem “o absoluto fracasso de um modelo de segurança pública baseado quase exclusivamente no confronto aberto entre policiais e criminosos”.

Vale citar mais alguns trechos:

Não há dúvida de que as polícias, como forças do Estado detentor do monopólio da violência, têm o dever de enfrentar o crime, inclusive com emprego de força letal quando indispensável. Tampouco há controvérsia quanto à necessidade de se cumprir ordens judiciais. O busílis é que o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), não tem um projeto de segurança pública – ele apenas repete, com trágicos resultados, a velha fórmula das incursões episódicas. Basta examinar o saldo da operação de anteontem: mais de uma centena de mortos, entre os quais quatro policiais; dezenas de feridos; a população do Rio, literalmente, paralisada pelo pânico; economia fechada; vias bloqueadas por criminosos; e, para coroar a inépcia, o principal alvo da operação, Edgar Alves de Andrade, vulgo “Doca”, foragido. Considerar isso um sucesso é uma afronta à razão.

A falta de coordenação foi gritante. A Prefeitura do Rio nem sequer foi informada de que uma ação policial daquela magnitude seria deflagrada. O caos que se seguiu expôs a irresponsabilidade do governo estadual. À luz dos fatos, é inegável que a operação foi mais do que um fracasso: foi a reafirmação de que o governo do Rio não controla o próprio território do estado e, é forçoso dizer, nem as forças de segurança sob seu comando, que deveriam se pautar pela legalidade em suas intervenções. São inúmeros os indícios que sugerem que houve execuções sumárias de suspeitos.

Em entrevista coletiva, o sr. Castro afirmou ter “muita tranquilidade” para elogiar o resultado da operação, garantindo, sem qualquer comprovação, que, “de vítima ontem [dia 28 passado], *só tivemos esses policiais”. A declaração, além de leviana, ofende a inteligência da sociedade. É inaceitável que o chefe do Executivo fluminense valide, sem perícia e sem identificação das vítimas, uma operação que produziu dezenas de mortos em circunstâncias ainda obscuras. A polícia, em vez de preservar as cenas dos supostos confrontos, permitiu o desaparecimento de provas fundamentais para a elucidação dos fatos. Isso não é prática de Estado decente, comprometido com o império da lei.*

O contraste entre esses parágrafos e a posição editorial do Grupo Globo é total. O jornal *Folha de S.Paulo* ficou no meio do caminho. Comparado ao do *Estadão*, seu editorial do dia 29 é inexpressivo. E mal escrito, com erro de concordância no primeiro parágrafo:

Cenas de guerra mostraram o poderio aterrador do crime organizado no Rio de Janeiro durante megaoperação nesta terça (28) contra a facção Comando Vermelho (CV). O resultado desastroso do combate ao narcotráfico foram ao menos 64 mortes, sendo 4 de policiais, na ação mais letal do gênero na história do estado.

O resultado, no caso, foi pífio. O editorialista desiste de falar dos indícios de atrocidades cometidas pela polícia e dá um jeito de criticar a “demagogia praticada por [*Ricardo*] Lewandowski” no mesmo dia em que Castro havia caracterizado a operação como um sucesso.

As manchetes do jornal nos dias 29 e 30 não fogem do principal, que é o número de pessoas assassinadas: “Ação policial mais letal no Rio deixa 64 mortos; facção ataca com drones” e “Mortos em ação no Rio vão a 121, e governos formam gabinete anticrime”. Mas os enunciados foram pintados em tons pastel, que suavizam o ocorrido – “ação policial mais letal *deixa*”, “Mortos em ação no Rio *vão a*”. Parece haver aqui, na escolha dos verbos, um cuidado para não melindrar demais o cidadão de bem, ou aquilo que Caetano e Gil definiram como o *silêncio sorridente de São Paulo diante da chacina* ao falar do Carandiru na canção *Haiti*.

É pedagógico relembrar como foi a cobertura do massacre no Carandiru, em 1992. Os presos foram assassinados pela polícia numa sexta-feira, dia 2 de outubro, mas as autoridades estaduais esconderam o fato, com receio de que ele tivesse influência sobre as eleições municipais, cujo primeiro turno se deu no dia seguinte, sábado. Não havia internet, e os jornais só conseguiram noticiar o horror em toda sua extensão no domingo, dia 4.

O Globo publicou uma chamada no alto de sua primeira página, com o seguinte enunciado: “Polícia de São Paulo massacra 111 presos rebelados.” O texto da chamada dizia ser “um dos maiores massacres já acontecidos em penitenciárias do mundo inteiro”. No dia seguinte, 5 de outubro, outra chamada na capa: “Polícia usou até cães para matar presos no massacre de SP.”

O primeiro editorial do jornal carioca sobre o assunto foi publicado só no dia 7 de outubro. Chamava-se *Pavor e insegurança* e começava assim:

Qualquer versão que se adote, a reação será uma só: a do horror. É a resposta unânime ao ocorrido sexta-feira na Casa de Detenção de São Paulo. Porque não há versão que explique como fatalidade ou casualidade o saldo ainda provisório de detentos mortos – 111, segundo a Secretaria de Segurança Pública; mais de 200, segundo as informações de que dispõe o Ministério da Justiça. Foi chocante até mesmo para os curtidos, por obrigação de ofício, nos rituais de violência, como os peritos do Instituto Médico Legal. Eles receberam os cadáveres aos montes, como se fosse a colheita, em vala comum, de executados em campo de concentração.

No último parágrafo, o editorial afirma: “Do horror produzido pela matança escancarada, passa-se logo à insegurança coletiva face à ação da polícia. A chacina é o seu retrato em negativo como instituição.”

Nos jornais de São Paulo, o assunto mereceu a manchete de domingo: “Chacina mata 111 presos em SP” (*Folha*); “Massacre deixa 111 presos mortos” (*Estadão*). Chacina e massacre, sem eufemismos.

O editorial da *Folha* do dia seguinte, 5 de outubro, intitulava-se *Massacre no Carandiru*. E começava da seguinte forma:

A fileira de corpos de presidiários em caixões toscos, números gravados com tintas nas pernas, é uma daquelas imagens de barbárie que a opinião pública dificilmente esquece, por mais que se esforcem as pessoas em afastá-las da consciência – tomadas por compreensível aversão perante tamanha degradação da condição humana. Nenhuma manobra de desinformação poderá jamais disfarçar o dantesco das cenas, ou a dimensão do massacre. Massacre, sim, pois não há outra palavra para se referir, sem cinismo, aos fatos hediondos protagonizados pela Polícia Militar na Casa de Detenção.

Também no dia 5, o *Estadão* publicou seu editorial, *Massacre na Detenção*, como segundo destaque da página – o lugar do texto fazia muita diferença antes das redes sociais. Apesar do título, adotava um tom cauteloso, perguntando retoricamente que era preciso apurar “quem matou quem?”. No final, dizia ser “essencial que se ponham a limpo os fatos” e esclareçam os “possíveis excessos policiais”.

É sintomático que hoje o editorial do *Estadão* sobre o Rio lembre, no tom e na independência em relação aos governantes, o editorial da *Folha* de antigamente sobre o Carandiru. E que *O Globo* de 1992 tenha escrito sobre a polícia de São Paulo que “a chacina é o seu retrato em negativo como instituição”. A frase serviria à perfeição para os subordinados de Cláudio Castro.

Sim, é preciso levar as diferenças em consideração. No Carandiru, os presos foram executados dentro de suas celas. Não tinham armas de fogo, mas estiletes, pedaços de paus com pregos, facas improvisadas. A polícia, na ocasião, usou como justificativa para sua ação o argumento de que foi atacada pelos detentos com dardos embebidos em sangue contaminado por HIV.

Nos complexos da Penha e do Alemão havia criminosos armados, inclusive com fuzis, e houve intenso confronto. Dos 2,5 mil policiais que participaram da operação, cinco morreram e outros doze ficaram feridos. Quatro civis foram atingidos por balas perdidas e também se feriram. Tudo isso são fatos.

É fato também que a operação durou cerca de 18 horas, das cinco da madrugada até as dez da noite de 28 de outubro.

ines249

Isso é inédito. A praxe é que essas operações sejam concluídas ainda de dia, por razões de segurança. Os dois policiais civis que morreram no local foram atingidos por volta das dez da manhã. Os dois sargentos do Bope que participavam do resgate de outros policiais morreram entre meio-dia e uma da tarde. Às 13 horas, os quatro policiais já estavam mortos. O que aconteceu depois disso, durante pelo menos nove horas, ainda é pouco conhecido.

O Grupo Globo comprou sem descontos a tese oficial do "confronto na mata" para poupar inocentes. A cobertura ignorou, até mesmo como hipótese, que a polícia, decidida a vingar a morte dos colegas de farda, possa ter partido para a matança indiscriminada. É uma versão que tem muito mais respaldo nas evidências até aqui disponíveis do que o discurso cínico de que "os bandidos que não se entregaram foram mortos em confronto".

Tome-se, como exemplo, a reportagem da *BBC Brasil* com o fotógrafo Bruno Itan. Natural do Recife, ele se mudou para o Complexo do Alemão aos 10 anos e hoje mora na Rocinha. Recebeu mensagens de moradores e se dirigiu ao local dos conflitos, onde permaneceu por mais de 24 horas. Itan disse ter visto um "corpo que estava sem cabeça, corpos totalmente desfigurados, sem rosto, sem a metade do rosto, sem braços, corpos sem perna". E ainda: "O que me chamou muita atenção foram muitos corpos com facadas, têm muitas fotos que dá pra ver que foi arma, efeito de arma branca, entende?" Todo mundo entende.

Um policial do Rio que não participou da operação lembrou a uma das pessoas que entrevistei que o símbolo do Bope é a "faca na caveira". Para o batalhão, a imagem significa a vitória sobre a morte. Este policial acredita que tanto a cabeça cortada, encontrada na mata, como os diversos ferimentos a faca nos corpos têm a ver com isso.

Segundo esse veterano da polícia, o que quase nunca aparece nos relatórios oficiais, e muito menos nas coletivas ensaiadas das secretarias de segurança, é a vigência de um código tácito, compartilhado de Norte a Sul do país, que orienta o comportamento das polícias militares: para cada policial morto, morre um número x de "bandidos". A lógica é tribal e opera como um acerto de contas automático. No vocabulário interno da polícia, "bandido" não é uma figura definida juridicamente, mas uma silhueta aproximada: mora na área onde o policial tombou? Corre risco. Tem a idade errada, a roupa errada, a cor errada, o silêncio errado? Corre risco igual.

Essa regra tácita, que também funciona no policiamento ostensivo do dia a dia, produz efeito multiplicado quando transposta para megaoperações. Foi assim na chacina do Jacarezinho, no Rio, em maio de 2021, quando um policial civil morreu com um tiro na cabeça e a polícia matou 27 pessoas num único dia. Foi assim no Guarujá, em São Paulo, durante a chamada Operação Escudo, deflagrada depois da morte de um policial da Rota, em julho de 2023. A polícia matou 28 pessoas em quarenta dias. A coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública de São Paulo, Fernanda Balera, diria depois: "Em todos os lugares, as pessoas diziam que a operação teria o número de 30 mortos", em referência à idade do policial assassinado.

Meses depois, a polícia paulista fez a Operação Verão, que teve início em dezembro de 2023 e matou 56 pessoas até abril de 2024. A chacina recrudesceu depois do assassinato de mais um policial da Rota, no início de fevereiro daquele ano.

A lista poderia se estender. O que importa, aqui, é ter claro que, com o massacre do Alemão, a ocorrência de execuções extrajudiciais em megaoperações atingiu um novo patamar. E a cobertura jornalística desses eventos hediondos também regrediu a um novo patamar.

A edição do *Fantástico* do dia 2 de novembro coroou o oficialismo adotado pela Globo ao longo da semana. Na véspera, o *JN* havia divulgado uma pesquisa realizada pela Genial/Quaest apontando que uma larga maioria da população do estado do Rio (64%) havia aprovado a operação policial. Ela havia sido "um sucesso" para 58% dos fluminenses. Pode-se perguntar, diante de 121 cadáveres, qual o sentido (jornalístico e político) de fazer essa pergunta, dessa maneira, reproduzindo a expressão usada pelo governador. Mas ela foi feita.

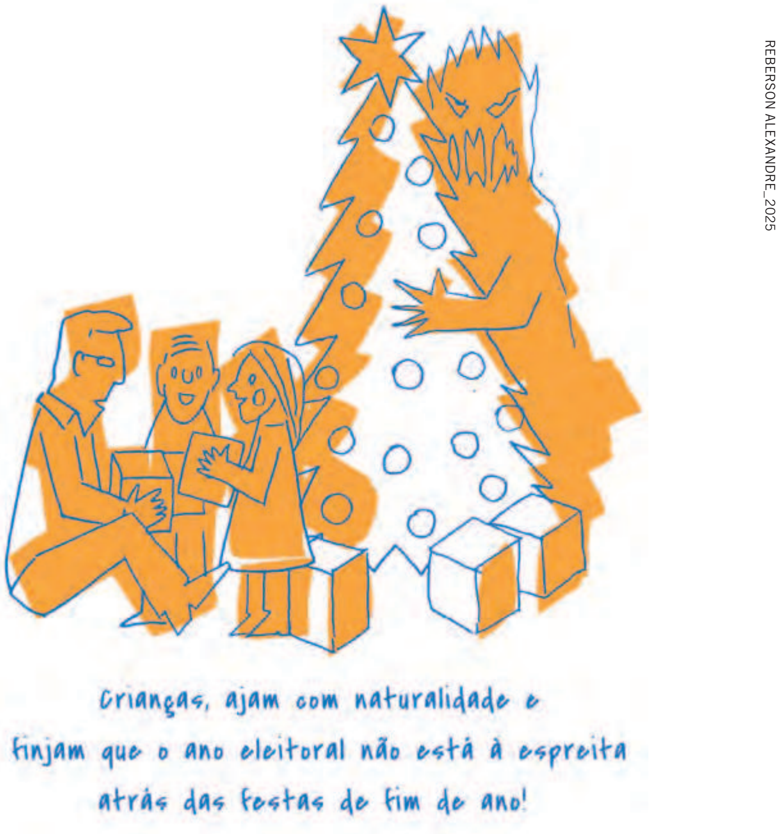
A adesão popular à violência praticada pelos agentes do Estado não é uma novidade, pelo contrário. Pesquisas feitas na época do massacre do Carandiru também registravam apoio significativo à truculência policial. A novidade, ao que parece, está no uso que se faz das pesquisas. Elas hoje servem não apenas para medir os humores do cidadão, mas para legitimar a barbárie e desresponsabilizar o jornalismo de suas omissões. Na segunda-feira, 3 de novembro, a manchete do jornal *O Globo* foi: "72% apoiam medida que enquadra facções como terroristas."

Voltemos ao *Fantástico*. A resenha dominical da Globo dedicou mais de 1 hora e 15 minutos à operação da terça-feira. Entre as reportagens anunciadas na abertura do programa, estavam "o passo a passo da fabricação de fuzis usados por traficantes do Complexo do Alemão e também em outros estados", "quem é o traficante principal alvo da operação que escapou da polícia", "quais são os efeitos reais dessa megaoperação na estrutura e no domínio do Comando Vermelho". Apesar da quantidade de mortos, logo se percebia que o foco não estava no esclarecimento do que aconteceu.

A grande atração da noite, no entanto, não eram essas. Assim que os repórteres concluem seus destaques, as apresentadoras anunciam:

Poliana Abritta: *Domingo, 2 de novembro. A cobertura especial começa agora.*

Maju Coutinho: *Boa noite, o* Fantástico *reuniu imagens exclusivas de vários ângulos para reconstituir a megaoperação contra o Comando Vermelho na última terça-feira.*



Crianças, ajam com naturalidade e finjam que o ano eleitoral não está à espreita atrás das festas de fim de ano!

Abritta: *Foram 121 mortos em 18 horas de conflito. Um dia de pânico na segunda maior cidade do país.*

Em meio à edição nervosa de barricadas e cenas de combate, acompanhadas por uma música de fundo que acentua a tensão, a repórter Ana Carolina Raimundi explica ao telespectador: "Nessas imagens exclusivas feitas pela inteligência da polícia, a que o *Fantástico* teve acesso, é possível ver que os bandidos estavam fortemente armados, esperando os agentes no alto do morro. Conforme a polícia avança, o tiroteio se intensifica."

A seguir, a repórter insiste: "Essas são imagens inéditas. Aqui os bandidos se reúnem bem no alto do morro. Quase todos vestem roupas pretas ou camufladas. E à medida que o tiroteio avança, eles correm para se esconder no topo da mata da Serra da Misericórdia."

Em seguida, por alguns minutos, vemos imagens dramáticas de policiais sendo atacados ou em apuros, parte delas feitas por dois "cinegrafistas independentes" que acompanhavam a polícia. Há registros do resgate tenso do delegado que foi baleado na perna, do policial que levou um tiro na barriga e de outro que foi em seu socorro e acabou atingido na cabeça.

Na sequência, mostra-se a rendição de 26 supostos traficantes escondidos numa casa, onde o Bope afirma ter encontrado dezenove fuzis. Não vemos, em nenhum momento, a polícia matar ou ferir alguém. No *Fantástico*, policiais são atacados e morrem, suspeitos são presos.

Mais adiante, como contraponto, o programa dedica espaço às ministras Macaé Evaristo, dos Direitos Humanos, e Anielle Franco, da Igualdade Racial. "Elas ouviram moradores que disseram que alguns corpos tinham sinais de tortura. Alguns teriam marcas de mutilações e um corpo foi encontrado decapitado", diz a repórter.

Eis que entra em cena o chefe da Polícia Civil, Felipe Curi. A ele cabe a palavra final sobre o que aconteceu: "Tudo leva a crer, na verdade é uma tática do crime organizado, fazer lesões, cometer lesões nesses corpos justamente para incriminar os policiais."

Transcorridos 21 minutos do programa, Maju Coutinho anuncia mais uma exclusividade: "Agora a gente traz cenas do combate pelo ponto de vista dos policiais na linha de frente. São vídeos inéditos das câmeras corporais no local onde aconteceu o confronto mais intenso." E Poliana emenda: "Os registros mostram o fogo cruzado, táticas de guerra e o resgate a dois policiais feridos."

A reportagem é de Bette Lucchese: "Tudo parece saído de um filme de guerra. Você vai ver a operação contra o Comando Vermelho do ponto de vista dos policiais. Imagens feitas por drones e por câmeras corporais, instaladas no uniforme de agentes. Material selecionado e cedido pelo governo do estado. São cenas impactantes."

A seguir, como se nada fosse, ela esclarece: "O governo diz que parte das gravações foi perdida. De acordo com o comando da Polícia Militar, algumas câmeras ficaram sem bateria por causa do longo tempo da operação e pararam de gravar."

O jornalismo da Globo também ficou sem bateria e parou de investigar. Com a edição do *Fantástico*, a emissora concluiu a sua megaoperação. Podemos batizá-la de Contenção da Verdade. ✪

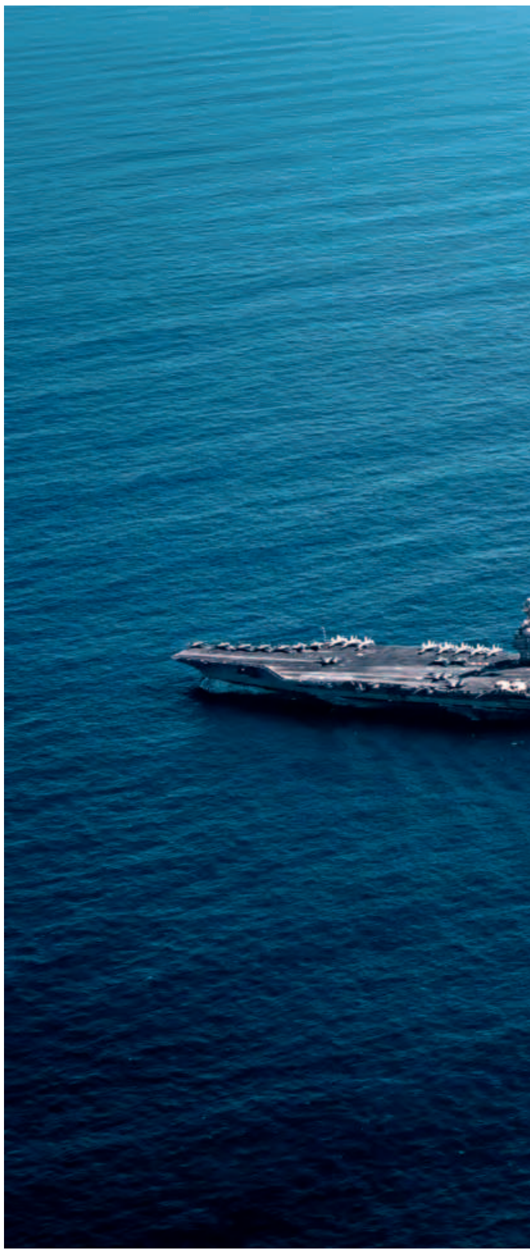
Com a colaboração de Marcella Ramos.

ines249

A INVENÇÃO DO NARCOTERRORISMO

O tema da segurança pública e a direita nas eleições do ano que vem

EVANDRO CRUZ SILVA



O maior porta-aviões do mundo, o USS Gerald R. Ford,

O vídeo de um discurso do presidente George W. Bush nos transporta para o agora quase inalcançável ano de 2002. Nele, Bush filho apresenta a nova política antidrogas do seu governo. Ainda reagindo aos ataques aos Estados Unidos de setembro do ano anterior, o ex-presidente diz, sem meias-palavras: “O tráfico de drogas financia redes terroristas.”

Duas décadas e meia depois, a polícia do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), realiza em uma comunidade carioca a operação mais letal da história do Brasil. Batizada de Operação Contenção, teve como justificativa o combate ao tráfico de drogas e resultou na morte de 117 civis e 5 policiais. Em sua conta no X, Castro defendeu a investida, dizendo que o tráfico de drogas “não é mais crime comum, é narcoterrorismo”.

Separadas pelo tempo e o espaço, as duas declarações coincidem ao relacionar o tráfico de drogas com o terrorismo, ocultando uma estratégia que pretende misturar e confundir medidas de segurança pública com o combate a ações violentas de natureza política. Obsessão da vez entre as direitas e as extremas direitas, a ideia de narcoterrorismo associa agentes aparentemente distintos entre si, mas que se reúnem com o intuito de promover a supressão de direitos fundamentais. Tudo em nome da segurança.

O conceito de “narcoterrorismo” foi forjado para nomear essa suposta conexão entre o tráfico de drogas com grupos que atuam de maneira violenta contra instituições e autoridades de um país. Um precursor direto foi o Cartel de Santa Cruz, na Bolívia, organização de traficantes de drogas responsável por uma série de crimes na década de 1980, como atentados a bomba, à qual se aplicou o rótulo de narcoterrorismo. Depois, o rótulo foi usado para definir grupos insurgentes com maior enraizamento político. Na Colômbia, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), um movimento guerrilheiro, foram classificadas como narcoterroristas por financiarem sua insurgência por meio do controle e da taxação do tráfico de cocaína. De forma análoga, no Peru, o Sendero Luminoso, grupo de inspiração maoista, passou a se envolver com a proteção e o financiamento do cultivo de coca e da produção de cocaína, especialmente a partir dos anos 1990.

Em todos esses casos, a fusão conceitual entre “narcótico” e “terrorista” mostrou-se uma ferramenta discursiva poderosa. Serviu para legitimar e impulsionar intervenções militares maciças, financiadas substancialmente pelos Estados Unidos, e uma abordagem de segurança pública baseada no paradigma da guerra, em detrimento de soluções políticas ou de desenvolvimento alternativo. Assim, a região ao Norte dos Andes tornou-se o laboratório inicial para essa estratégia.

A pretexto de enfrentar o narcoterrorismo, a presença militar dos Estados Unidos na região foi significativamente ampliada. Essa intervenção externa, no entanto, não foi imposta unilateralmente. Foi viabilizada por uma parceria estratégica com as elites locais, em especial com as Forças Armadas, que já detinham nos países andinos uma influência política considerável. Esse arranjo criou uma dinâmica na qual os interesses de segurança dos Estados Unidos se sobrepuseram às agendas nacionais de segurança. A partir daí, a ideia de narcoterrorismo extravasou para as campanhas americanas de desestabilização no Oriente Médio no início deste século.

Nessas duas primeiras experiências – nos países andinos e no Oriente Médio –, a metodologia de operação foi praticamente a mesma: os Estados Unidos acusavam um país ou dado grupo de um país de associação com o tráfico de drogas, a acusação levava a uma série de operações do Exército americano e de sua Administração de Repressão às Drogas (DEA, na sigla em inglês) e, por fim, através de alianças com lideranças locais, firmavam-se acordos de estabelecimento de bases militares americanas na região, efetivando toda sorte de intervenções. Equiparar traficantes a terroristas era uma forma de viabilizar a intervenção em um país, mas também de ajudar a pavimentar projetos de governo que pretendiam perseguir opositores, promover o encarceramento em massa, a letalidade policial e o extermínio de parte da população pobre.

O ataque do Onze de Setembro de 2001 aos Estados Unidos representou um divisor de águas global. Sob o governo George W. Bush, remodelaram-se as fronteiras entre segurança pública e segurança nacional. Na epiderme política, difundiu-se a chamada “guerra contra o terror”. Mas, numa camada um pouco mais profunda, espalhou-se a tese de que o tráfico de drogas financiava redes terroristas, como a Al Qaeda – era a “guerra ao narcoterror”. Essa retórica começou a se materializar a partir de três mecanismos jurídicos e políticos.

O Patriotic Act, de outubro de 2001, além de suprimir os direitos de defesa dos acusados de terrorismo, expandiu os poderes de persecução das autoridades americanas por meio de acordos inter-

ines249

TAJH PAYNE_MARINHA DOS ESTADOS UNIDOS_2025

e seu grupo de ataque entram no Mar do Caribe, em 16 de novembro passado: ao definir uma atividade como terrorista, abre-se a brecha para a ingerência de autoridades americanas no país

nacionais. Em 2002, com a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, enfatizou-se o compartilhamento de informações financeiras entre as agências de segurança dos países, incluindo, além disso, disposições sobre a negação do status de refugiado e asilado político aos acusados. Posteriormente, essa estratégia foi codificada em leis domésticas nos Estados Unidos, como a Public Law 109-177, de 2006, que estabeleceu penas draconianas para quem fornecesse suporte pecuniário a organizações terroristas.

Esse aparato de repressão criado no pós-Onze de Setembro fez com que os países signatários da Convenção de Barbados abrissem as portas para sanções dos Estados Unidos a indivíduos, organizações e empresas que, na visão das autoridades americanas, tivessem alguma ligação com o que classificam como narcoterrorismo. Os Estados Unidos passaram a condicionar a assinatura dos países a esse acordo à concessão de empréstimos, à liberação de vistos e ao apoio em negociações internacionais.

A operação chamada Projeto Cassandra, iniciada pelos Estados Unidos em 2008 e focada em conectar o Hezbollah ao tráfico internacional de drogas, demonstrou tanto a capacidade de alcance desse novo aparato penal quanto sua fragilidade. O Projeto Cassandra foi responsável pela prisão de dezenas de pessoas em diferentes países. A falta de solidez das acusações foi exposta em investigações jornalísticas, em especial uma extensa reportagem da agência independente ProPublica com a revista *The New Yorker*, que mostrou como informantes pagos estariam colaborando para conspirações encenadas pela DEA.

Na época, a criação dessa nova categoria jurídica, o "narcoterrorismo", pouco reverberou entre os assuntos políticos brasileiros. Do ponto de vista diplomático, a instrumentalização das acusações de terrorismo para ingerência americana sempre teve forte resistência do Itamaraty. Contudo, em março de 2016, uma década e meia depois da Convenção de Barbados, o governo brasileiro sancionou a Lei Antiterrorismo (lei nº 13260/2016). Foi um dos últimos atos do segundo governo Dilma, que sofreria impeachment em agosto daquele mesmo ano.

A lei foi consequência de anos de pressão para que o Brasil cumprisse o artigo 4 da Convenção de Barbados, que estabelece que os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) devem estabelecer parâmetros legais para combater e interditar o terrorismo em seus territórios. Atendendo às pressões, o governo brasileiro criou uma tipificação penal que facilita medidas para o sequestro de bens de pessoas acusadas de terrorismo, amplia a possibilidade de prisão temporária e estabelece penas que podem chegar a 30 anos de prisão. Também ampliou o conceito de "organização terrorista", incluindo pessoas e entidades que promovem, financiam, planejam, integram ou prestam auxílio a atos terroristas.

O principal caso baseado em acusação de terrorismo no Brasil nesse período talvez tenha sido a agora quase esquecida Operação Hashtag. A investigação sobre uma suposta preparação de atos de desestabilização da ordem social nas vésperas da Olimpíada de 2016 terminou na condenação de oito pessoas (apenas uma continua sob custódia). A operação foi fortemente contestada pela falta de provas sobre as intenções terroristas dos detidos. Reportagens levantaram suspeitas sobre possíveis infiltrações na operação, confiança excessiva em denúncias anônimas e espetacularização do uso da Polícia Federal.

Em novembro de 2016, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos marcou a ascensão contundente da extrema direita à cena política americana, produzindo uma nova era de polarização e tensões globais. Foi também o momento da gradual ampliação do foco geopolítico dos Estados Unidos – que passou a incluir, além do Oriente Médio, a América Latina.

Já em maio de 2017, Nicolás Maduro convocou uma Assembleia Constituinte, o que a oposição venezuelana denunciou como um artifício para aumentar os poderes do governo e driblar a oposição. A resposta à ação política de Maduro não foi apenas doméstica: em julho do mesmo ano, o recém-empossado Trump ameaçou a Venezuela com sanções econômicas e ação militar, caso Maduro prosseguisse com a reforma constitucional para viabilizar sua reeleição. Seria o início de uma série de anúncios e ações trumpistas dirigidas contra a Venezuela. Em maio do ano seguinte, Maduro foi reeleito em uma votação marcada por denúncias de fraude, boicote e alta abstenção.

A onda de extrema direita pilotada por Trump chegou ao Brasil em outubro de 2018, com a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Ao mesmo tempo, São Paulo e Rio de Janeiro elegeram governadores alinhados com essa onda: João Doria no primeiro estado e Wilson Witzel no segundo. Enquanto Doria fez sua campanha com base no

ines249

CAIO BORGES_2025

slogan BolsoDoria para se associar ao arrasa-quarteirão eleitoral bolsonarista, Witzel se notabilizaria, depois de eleito, por frases como “mirar na cabecinha” de bandidos e por comemorar assassinatos cometidos por policiais como se fossem gols em partidas importantes.

Em junho de 2019, Nayib Bukele assumiu a Presidência de El Salvador com uma plataforma de segurança pública radical que resultou no aumento catastrófico de encarceramentos. Em novembro, El Salvador expulsou diplomatas venezuelanos, reforçando tensões regionais, promovendo uma política externa de pleno alinhamento com as pretensões trumpistas e colocando-se como aliado de primeira hora das jogadas geopolíticas americanas no continente. No Brasil, a imagem de Bolsonaro prestando continência à bandeira dos Estados Unidos em maio de 2019 não deixou dúvidas sobre sua lealdade.

No último ano do governo Trump, as acusações de narcoterrorismo contra Maduro recrudesceram, com a oferta americana de 15 milhões de dólares feita em 2020 a quem ajudasse na sua captura.

O primeiro projeto de lei brasileiro a tentar incluir no arcabouço jurídico nacional a noção de narcoterrorismo data de junho de 2021, proposto pelo ex-deputado federal Delegado Antônio Furtado, à época no PSL. Ex-membro da polícia do estado do Rio, Furtado foi um dos eleitos na onda bolsonarista de 2018 e sua atuação legislativa esteve focada na pauta da segurança pública da capital fluminense. O texto de justificativa do projeto de lei nª 2175, que tentava mostrar o nexo entre tráfico de drogas e atuação terrorista, dizia:

Diferentemente da associação para o tráfico, tipificada no artigo 35 da Lei 11343/06, o narcoterrorismo destina-se a estabelecer controle territorial para fins de práticas de tráfico de drogas em diferentes modalidades de conduta, com o emprego sistemático de armas e explosivos nos meios de execução.

Ressaltamos que países como Peru, México e os Estados Unidos da América já possuem em seus ordenamentos jurídicos normas incriminadoras aplicáveis ao narcoterrorismo, garantindo maior efetividade da lei penal perante organizações criminosas que subjugam comunidades e cidades.

No Rio de Janeiro e em algumas metrópoles brasileiras, infelizmente gangues e facções criminosas ligadas ao narcotráfico perpetram atentados à coletividade e às forças de segurança pública com a finalidade de controle de territórios e de consolidação da mercancia de drogas.

O projeto, contudo, teve pouca tração no debate público e legislativo naquele momento. Ficou engavetado por três anos, voltando à apreciação apenas em 2024, quando Furtado já nem fazia mais parte do quadro de deputados (pois não conseguira se reeleger em 2023).

Nesse meio-tempo, a política latino-americana passou por dois movimentos simultâneos e opostos. De um lado, ocorreu a consolidação de lideranças de esquerda e centro-esquerda, com a eleição de Lula, Gabriel Boric (Chile) e Gustavo Petro (Colômbia), além de mais uma reeleição – contestada – de Nicolás Maduro. De outro lado, avançou a extrema direita, com campanhas baseadas na promessa do uso total da força contra a criminalidade e a corrupção. Foi o cenário na Argentina com Javier Milei, no Paraguai com Santiago Peña, no Equador com Daniel Noboa e em El Salvador com a reeleição de Bukele, que obteve mais de 80% dos votos.

Aqui, a dança diplomática seguiu a ordenação ideológica: Maduro, Petro e Boric estiveram em visitas oficiais ao Brasil entre 2023 e 2025 (quando os dois primeiros aproveitaram para fazer fortes críticas ao governo americano). No mesmo período, Milei, Peña e Noboa visitaram El Salvador, com a justificativa de ver *in loco* as soluções de segurança colocadas em campo por Bukele. O destaque nessa série de visitas institucionais foi a excursão realizada pela ministra argentina da Segurança Nacional, Patrícia Bullrich. Em junho de 2024, ela passeou pelo megapresídio de segurança máxima de El Salvador e fechou um acordo para copiar o “modelo Bukele” em seu país, muito embora o Índice de Paz Global aponte a Argentina como a nação mais segura da América Latina.

O debate sobre narcoterrorismo, mesmo com o projeto de lei do Delegado Furtado, a princípio pareceu não interessar os principais nomes da extrema direita nacional. Apesar de as duas operações policiais mais letais dessa década em São Paulo (a Operação Escudo, de 2023, e a Operação Verão, de 2024) terem ocorrido durante o governo de Tarcísio de Freitas, ele não utilizou na época o termo “narcoterrorismo” para justificar as ações de sua polícia. Atitude semelhante vinha tomando Cláudio Castro, cujo governo no Rio também é responsável pela alta letalidade dos policiais.

A situação mudou bastante em 2025. Em março, outro projeto de lei do narcoterrorismo foi protocolado na Câmara dos Deputados, o PL nº 1283, de autoria do deputado Danilo Forte (União Brasil-CE). O texto é quase o mesmo do projeto de 2021. Ambos querem enquadrar traficantes na Lei Antiterrorista de 2016, ampliando previsões de confinamento, uso do dispositivo da prisão temporária e o sequestro de bens dos acusados. Ao definir uma atividade como terrorista, abre-se a brecha para a ingerência de autoridades americanas no país, como previsto no texto da Convenção de Barbados, de 2002.

O campo bolsonarista também vislumbrou a ajuda dos Estados Unidos em um passo decisivo de seus planos. Em maio passado, tanto representantes do governo de Cláudio Castro – intermediado pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) –, como Guilherme Derrite, ex-Secretário de Segurança Pública e deputado federal (PP-SP), fizeram reuniões com autoridades americanas para tratar dos problemas de segurança no Brasil. Da parte de Castro, sabe-se que sua intenção era fazer pressão para que os Estados Unidos classifiquem o Comando Vermelho como organização terrorista. O encontro de Derrite com os americanos seguiu na mesma linha: emplacar no Primeiro Comando da Capital (PCC) o rótulo de narcoterrorista.

Ainda em 2025, o cerco americano à Venezuela se acirrou: em junho, um ex-diretor da agência de inteligência do governo venezuelano, Hugo Carvajal, preso em Miami, assinou um acordo de delação premiada e se declarou culpado pelo crime de narcoterrorismo. A delação de Carvajal foi propagandeada pelo governo americano como prova cabal do envolvimento do governo da Venezuela com cartéis do narcotráfico, como a facção Tren de Aragua e o Cartel de los Soles. A delação praticamente coincidiu com a decisão, no mês de agosto, do presidente Daniel Noboa de enquadrar as organizações criminosas venezuelanas na lista equatoriana de grupos terroristas, caminho também seguido pela Argentina e pelo Paraguai.

A contribuição mais direta ao cerco americano à Venezuela veio de Bukele, que intensificou um regime de colaboração com o governo americano para receber prisioneiros venezuelanos capturados em solo americano. Em uma destas operações, 137 cidadãos da Venezuela foram enviados diretamente dos Estados Unidos para o Cecot, prisão de segurança máxima salvadorenha. Em setembro de 2025, sob alegação de combate ao narcoterrorismo, as Forças Armadas americanas começaram uma série de ataques extralegais contra embarcações no Mar do Caribe, com várias vítimas.

O morticínio americano foi comemorado por Flávio Bolsonaro que, em um tuíte de 23 de outubro, disse que, além de sentir inveja do ataque, sugeria que o mesmo fosse feito com barcos na Baía de Guanabara. O tuíte, feito em tom de piada que desdenha do valor da vida alheia, ganharia camadas indescritíveis de morbidez quando, cinco dias depois, a mando de Cláudio Castro, a polícia do Rio de Janeiro produziu a maior chacina da história do país.

A associação das organizações criminosas brasileiras com o terrorismo extravasou as fronteiras do Brasil e chegou aos governos de extrema direita da região. Tanto a Argentina quanto o Paraguai colocaram o Comando Vermelho e o PCC nas suas listas de grupos terroristas a serem reprimidos em solo doméstico.

Se a dimensão quantitativa choca ao compararmos a chacina da Penha e do Alemão com outros eventos semelhantes, a faceta qualitativa do massacre e as reações a ele revelam que estamos em outro momento da relação entre política e forças policiais. Foi nessa virada de chave que a ideia de narcoterrorismo ressurgiu com força renovada no Brasil.

Hoje parece implausível até aquele esperado cinismo político das autoridades de tempos atrás, quando, depois de uma chacina cometida por policiais, elas surgiam diante das câmeras de tevê tergiversando sobre os crimes e prometendo investigar os excessos. O que vimos

ines249

na reação ao massacre no Rio foi o contrário: tanto Cláudio Castro, quanto seu secretário de Polícia Civil, Felipe Curi, classificaram a operação como um sucesso. Nas palavras de Curi, "o que as polícias do Rio enfrentam não é mais questão de segurança pública, é uma guerra irregular, assimétrica, uma questão de defesa e de soberania nacional".

Castro e Curi se pronunciaram com o objetivo (planejado) de associar diretamente as atividades das organizações criminosas cariocas ao terrorismo e, com isso, colocar em pauta a linha discursiva a ser usada pela extrema direita brasileira daqui para a frente. Fechando o ciclo do ensaio para potenciais intervenções no Brasil, a DEA, a agência antidrogas americana, enviou em 6 de novembro passado uma carta ao governo do Rio lamentando a morte dos policiais envolvidos na operação no Alemão, parabenizando a atuação policial e colocando-se "à disposição" do governo de Castro.

Tudo isso indica que a extrema direita está mirando no tema da segurança para as eleições de 2026, valendo-se do conceito de narcoterrorismo para se alinhar aos seus pares no mundo. Não por coincidência, as menções a Bukele e à experiência salvadorenha voltaram à boca de parte desse campo político.

No dia seguinte ao massacre no Rio, Derrite, em entrevista à CNN, citou Bukele como figura exemplar no combate ao crime organizado. O secretário também comentou que pretende visitar El Salvador no ano que vem. Dias depois da entrevista de Derrite, argumento parecido ecoou nas palavras de seu ex-chefe, Tarcísio de Freitas, que disse que o PCC "tem que ser classificado como um grupo terrorista".

A intenção de Derrite de visitar o mundo presidiário do bukelismo se materializou na agenda de outros próceres da extrema direita brasileira. Em novembro, El Salvador recebeu a visita de sete bolsonaristas em seu território nacional: o senador Flávio Bolsonaro e seu irmão Eduardo, além dos deputados federais Nikolas Ferreira (PL-MG), Nelsinho Padovani (União Brasil-PR), Delegado Marcelo Freitas (União-MG), Coronel Assis (União-MT) e Delegado Fabio Costa (PP-AL).

A comitiva de deputados também participou em El Salvador, entre 12 e 14 de novembro, do encontro anual do Fórum Parlamentar de Inteligência e Segurança, criado pelo Congresso americano em 2014. Em seu discurso durante o fórum, Nikolas Ferreira afirmou que as organizações criminosas brasileiras estão dentro do governo, agem como terroristas e são consequências do Foro de São Paulo e da eleição de Lula. Ele fez uma conexão direta entre terrorismo e traficantes: "O que eram antes guerrilhas, agora são facções."

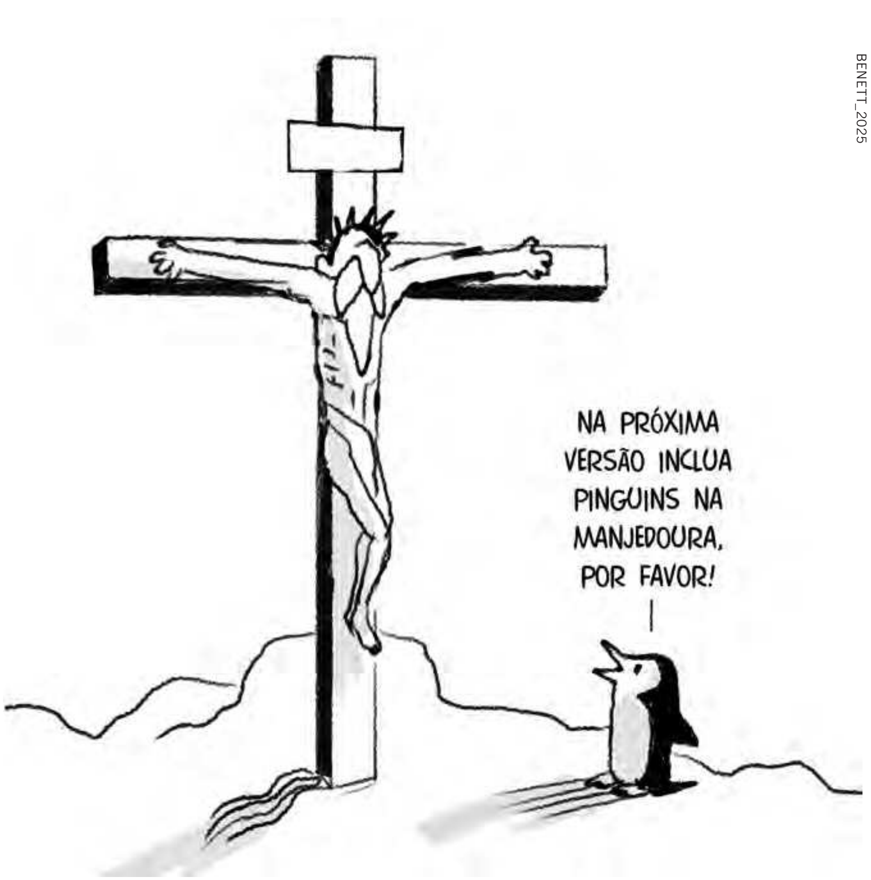
Até novembro passado, a discussão sobre a inclusão do crime de narcoterrorismo no direito penal brasileiro parecia ter entrado em compasso de espera. O projeto de lei do deputado Danilo Fortes foi aprovado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e também na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Agora, aguarda ser pautado para votação no plenário. Enquanto isso, o presidente da Câmara, Hugo Motta, escalou Derrite para relatar o Projeto de Lei Antifacção (PL 5582/25), apresentado pelo governo federal. Licenciado do seu cargo de secretário de Segurança de São Paulo, Derrite aproveitou do poder da relatoria para formular uma nova lei – a partir do PL do governo – que incluía o crime de narcoterrorismo no Brasil, entre outras propostas apressadas e equivocadas.

A esperteza não foi longe: de quadros da esquerda até representantes de setores empresariais reagiram negativamente ao arranjo da relatoria. Da parte da esquerda, a preocupação era de que as operações americanas no Caribe – motivadas pela acusação de narcoterrorismo contra as gangues venezuelanas – poderiam se repetir no litoral brasileiro em combate a um suposto narcoterrorismo (realizando o sonho de Flávio Bolsonaro). Isso fez soar o alarme de proteção à soberania nacional. Da parte do mercado, a preocupação mais premente era a de que a decretação da existência de organizações terroristas no Brasil levasse cidadãos e empresas a se submeterem às sanções previstas na Convenção de Barbados. Motta, então, curvou-se à ideia de que narcoterrorismo não era um tema a ser discutido na nova lei.

Derrite apresentou um novo projeto, e mais um, e outro mais, todos sem sucesso – até que alguma coisa se formou, a partir do projeto original do governo. A trapalhada demonstrou a inaptidão da direita e da extrema direita para lidar seriamente com o tema da segurança. Mesmo assim, cantaram sucesso, dando a crer que tinham forjado do zero um projeto todo seu. O governo, por sua vez, acabou sendo obrigado a se contrapor ao projeto que ele próprio havia criado. Mesmo sem a menção ao narcoterrorismo, o novo conjunto de leis mantém a inspiração bukelista de prender mais e por mais tempo.

O projeto aprovado em 18 de novembro institui o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil, estabelecendo penas de 20 a 40 anos de reclusão para delitos cometidos por organizações criminosas. A legislação tipifica também crimes como explosões a bancos e uso de violência para dominar territórios ou atividades econômicas, podendo a pena chegar a 66 anos para líderes ou quando houver agravantes. A nova lei classifica tais crimes como hediondos, vedando o direito à fiança, à anistia ou ao indulto, e dificulta a progressão de pena para integrantes de facções. O esforço para colocar e manter criminosos dentro da cadeia ignora o fato de que muitas organizações criminosas nasceram, se desenvolveram e se organizam dentro dos próprios presídios.

Cláudio Castro, Nikolas Ferreira, Tarcísio de Freitas e Guilherme Derrite formam apenas a face brasileira dessa aliança internacional que aposta na transfiguração do crime urbano em crime contra a segurança nacional, a fim de aprofundar as possibilidades de matar impunemente, prender de maneira indeterminada e fazer disso uma bandeira eleitoral. Seria mero cinismo não reconhecer que essa também é uma proposta política do governo da Bahia, há décadas sob controle petista e cuja polícia carrega índices preocupantes de letalidade.



BENETT_2025

A força desse discurso no campo da direita é uma óbvia correia de alinhamento com a geopolítica trumpista. Do lado americano, já parece ter ficado claro que, no Brasil, a preocupação com a segurança é uma pauta bem mais popular do que a defesa da salvação de Bolsonaro e dos golpistas do Oito de Janeiro – e que a primeira pode se encaixar melhor nos planos de intervenção do que a segunda.

Por ora, é um exagero dizer que a Venezuela será o novo Iraque. Ou que El Salvador venha a exercer no século XXI o papel que o Equador desempenhou na virada dos anos 1990, servindo de base militar para uma nova operação americana na América do Sul. O limite da prudência só permite fazer essa afirmação "por ora".

As operações militares no Rio de Janeiro, feitas pelo governo fluminense, e no Caribe venezuelano, realizadas pelo governo americano, embora incapazes de dar qualquer garantia efetiva de segurança, possuem um claro fundamento político-estratégico. Elas articulam a política doméstica com a esfera internacional, ao perseguir um duplo objetivo: consolidar na América do Sul uma base de lideranças reacionárias com variadas inspirações no governo de Bukele e estabelecer as bases para uma ingerência trumpista na Venezuela, abrindo o flanco da fronteira Norte do Brasil. Caso concretizada, a narrativa da extrema direita que equipara narcotráfico a terrorismo poderá resultar em ações violentas contra populações vulneráveis, intimidação das instituições democráticas e até mesmo na presença militar estrangeira em Roraima e no Amazonas, estados na fronteira com a Venezuela.

A dimensão geopolítica dessas ações, somada à proposta legislativa do narcoterrorismo ainda em circulação, exige uma resposta coordenada do governo Lula em duas frentes. No plano interno, é imperativo que o Executivo mobilize sua força política para conter a violência letal, adotando um modelo de segurança pública baseado em inteligência e prevenção – a exemplo da bem-sucedida Operação Carbono Oculto – e coibindo, de imediato, práticas estaduais de seus aliados que reproduzem a repressão indiscriminada, como na Bahia.

No setor diplomático, o canal de diálogo aberto por Lula com a administração Trump para negociar sanções financeiras não pode implicar a negligência diante de pressões exercidas sobre nações vizinhas. É crucial manter a vigilância, considerando que os movimentos fascistas internacionais dispõem de um amplo arsenal de estratégias de desestabilização. A campanha por trás da ideia de narcoterrorismo é apenas uma delas. ✪

ines249

GERAÇÃO DEMOCRACIA

PARTE FINAL_A BIBLIOTECA E AS RUÍNAS

O que fazer depois do fim das ilusões

JOSÉ HENRIQUE BORTOLUCI

Os olhos da santa eram vivos demais, e com seu pé esquerdo ela esmagava a cabeça de uma cobra. Ele, com 9 anos, usava uma batina branca, às vezes com uma estola vermelha jogada sobre os ombros, e esperava sua vez de atravessar a porta da sacristia e caminhar para o altar; ali, interpretaria o Messias multiplicando pães, ressuscitando mortos, pregando aos discípulos. Ele se lembra até hoje dos olhos vítreos da santa, azuis como o véu que ela usava; aqueles olhos que pareciam contemplá-lo, mesmo quando ele se movia pela sacristia escura, onde muitas vezes aguardava sozinho o momento de sua entrada teatral a cada domingo, nos últimos anos de sua infância e durante toda sua adolescência.

Os sábados eram os dias de decorar as falas de Jesus e de ensaiar para a encenação do dia seguinte. Hoje, ele não guarda na memória as falas de nenhuma peça, mas não se esquece do olhar da santa, que evitava a todo custo, mesmo que para isso tivesse que se fixar na cabeça esmagada da cobra que agonizava sob os pés da mãe de Cristo. Por anos sonhou com aquela face assombrada da imagem de Nossa Senhora, fria, imóvel, e antes de dormir rezava para que ela não aparecesse em sonho ou no escuro de seu quarto (era uma época de aparições de santas pelo país, nos anos de passagem de milênio, e a imagem de Jesus e de santos se plasmava em janelas ou em feridas, para aclamação dos fiéis e o deleite de programas de tevê).

Quando criança, ele gostava do papa que beijava o chão em cada país que chegava, o polonês carismático que falava várias línguas. O catolicismo era sua segunda escola, e sua avó dizia que religião mesmo era só a católica: as outras eram seitas. Além da igreja, a escola pública que frequentava e onde se sentia ajustado, mesmo sendo péssimo nos esportes – tão importantes para os seus colegas de turma, sobretudo os meninos – e mesmo sofrendo com sua miopia, que não parava de aumentar, ano a ano; ele preferia ser juiz no futebol da educação física, e sua baixa estatura não lhe dava nenhuma esperança nos outros esportes.

Aos 8 anos, descobriu a biblioteca pública da cidade. O futuro, então, parecia imenso, e cresceu ainda mais com suas primeiras viagens e com a internet. Antes disso, tinha dito à sua mãe que queria estudar em uma universidade, palavra que ela não entendeu bem. Aos 11, descobre os jornais. O Brasil era um mistério, e a vida era grande, mesmo com as tormentas financeiras da família, a inundação da cozinha nos dias de chuva, as doenças. Um futuro amplo, uma promessa distante, e ele ia conhecendo o mundo pelos livros que pegava na biblioteca, pelos jornais que devorava, pelos fascículos semanais das coleções que formaram sua primeira biblioteca pessoal, num mundo que ele observava bem próximo do nariz – o oftalmologista já tinha avisado que crianças com miopia tão alta quanto a dele tendiam à leitura.

Mais tarde, decidiu que era de esquerda, que seria um estudioso das humanidades, mesmo amando as ciências exatas, e entendeu que o papa polonês que amara na infância (e que tinha emprestado o nome ao seu irmão, João Paulo, ideia que partiu da avó que rezava o rosário todos os dias) tinha feito de tudo para calar o potencial transformador da Igreja Católica; pensou que queria ser um sujeito da história, que tinha que sair da cidade do interior e da casa dos pais o quanto antes.

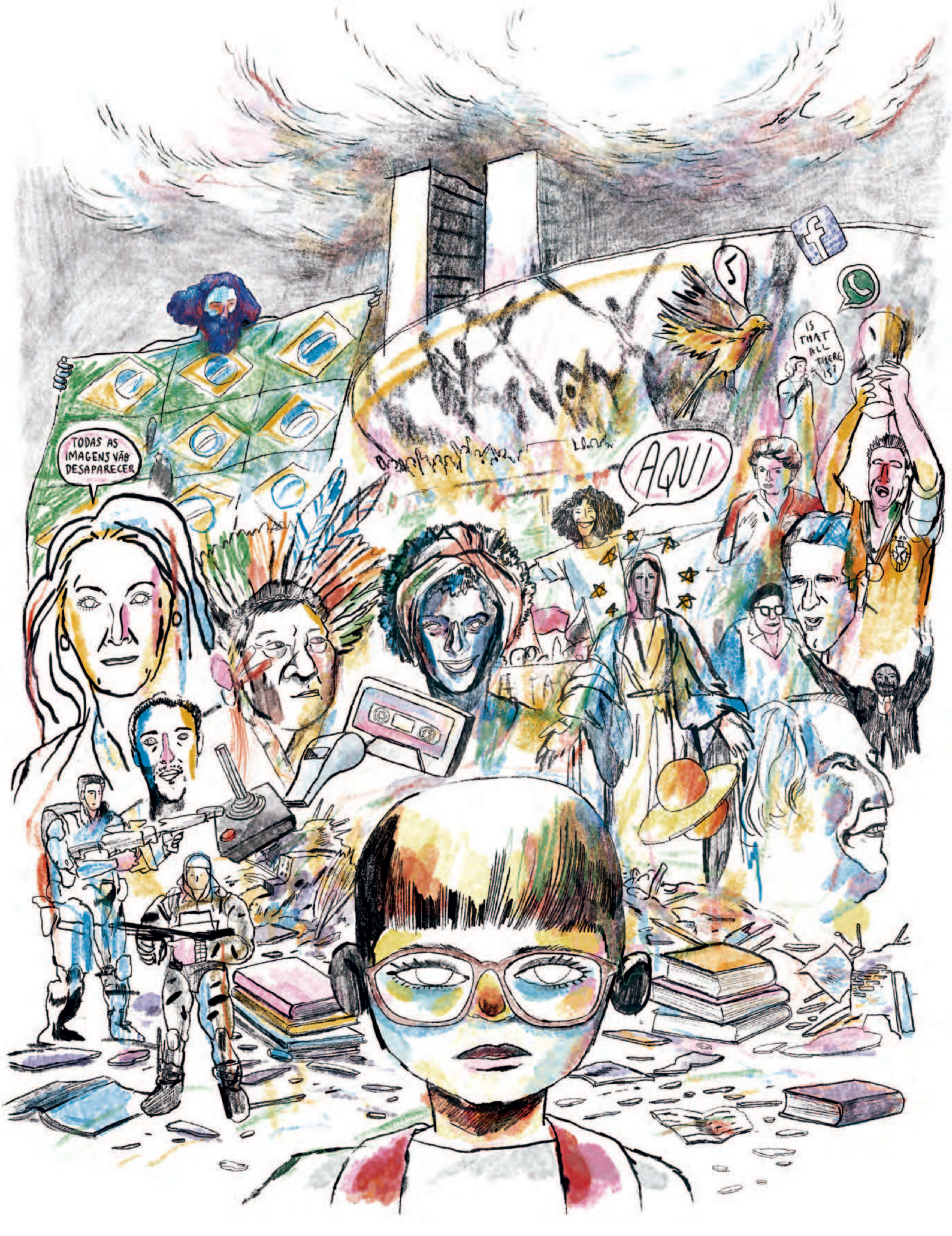
Votou pela primeira vez em 2002. Quando o presidente que escolheu foi eleito, estava numa olimpíada de astronomia numa cidadezinha no sudoeste da Rússia e saiu correndo emocionado pelos corredores do instituto em que fazia as provas, celebrando sozinho. Ao comentar com um astrônomo russo que, ao voltar ao Brasil, estudaria relações internacionais, e não física ou astronomia, viu o rosto dele se fechar em desapontamento: *No, no, astronomy is higher,* disse o cientista, apontando para o céu.

Escrever sobre uma geração é peregrinar por uma biblioteca e por uma ruína. Na primeira, consultamos as ideias e os acontecimentos edificantes que seguem vivos, mesmo que deixados num canto da estante de nossa imaginação e de nossa história. As estações de esperança, as vitórias celebradas coletivamente, os lutos necessários, concluídos ou ainda em curso.

Vasculho essa biblioteca e nela vejo um país que conseguiu em alguns de seus melhores momentos olhar para si e buscar soluções para os problemas coletivos: o aumento da escolarização, a diminuição da pobreza extrema e da mortalidade

ines249

PEDRO FRANZ_2025


TODAS AS IMAGENS VÃO DESAPARECER
IS THAT ALL THERE IS?
AQUI

Brasil: "Se queremos imaginar outros futuros, o presente coloca como tarefa repensar o próprio tempo e buscar referências que escapam à imaginação ocidental, historicista e linear"

ines249

infantil, a ampliação da presença de estudantes negros nas universidades, a punição recente a golpistas, os momentos de euforia na vitória da Copa do Mundo de 1994 (meu único momento de paixão pelo futebol), o irresistível desejo de estarmos juntos e de festejar, mesmo nos momentos mais sombrios. Essa biblioteca de júbilos permanece lá: ela pode ser consultada, revivida, pode animar lutas, projetos e movimentos futuros.

Agora, atravessamos a rua. No terreno em frente à biblioteca estão nossas ruínas: as oportunidades perdidas de punir ditadores e torturadores, a falência de nossa segurança pública, a matança de jovens negros, o contínuo assalto a povos indígenas e suas formas de vida, a perda de oportunidades históricas de aprofundar nossa democracia, a desigualdade obscena, a devastação ambiental. Talvez toda geração conviva com essas duas entidades, biblioteca e ruína, e a sua missão seja encarar ambas com seriedade, sem esperanças vãs, mas também sem fatalismos, preservando o acervo da biblioteca e o testemunho das ruínas. Ambas pedem um forte senso de responsabilidade e a disposição de transmitir o sentido delas para as gerações futuras, que somos responsáveis por formar.

A ruína e a biblioteca são também feitas de objetos. Desde os anos 1990, passamos a ser submersos em produtos que chegavam para transformar nossas vidas, alguns dos quais, depois de pouco tempo, seriam deixados de lado. A abertura econômica nos anos Collor e o Plano Real nos anos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso mudaram o patamar de acesso a geringonças e experiências de todos os tipos. Eu me lembro de uma professora na universidade, a última que vi fumando um cigarro em sala de aula, dizer: "A geração de vocês teve a sorte de não precisar tomar uísque nacional na juventude."

O videocassete (a emocionante ida às locadoras), o toca-fitas (gravar músicas da rádio para ouvir depois ou para dar de presente a amigos ou paqueras), os brinquedos da infância (Pogobol, ioiô, Pula-Pirata, Comandos em Ação), os videogames (que jogávamos em casa ou na casa dos vizinhos, Atari, Super Nintendo, Mega Drive, e as máquinas de fliperama que se espalharam pelas cidades antes de desaparecerem), os cacarecos importados da China que duravam uma estação (minigames, tamagotchis), os cadernos de capas brilhosas com imagens de surfe, os papéis de carta com cheiro de morango que as meninas colecionavam.

Junto desses objetos, as brincadeiras: na escola, no intervalo, era a vez do pega ladrão, de jogar bafo e forca, de preencher enquetes (nunca inocentes, uma das portas para os desejos adolescentes). Na sexta série, as brincadeiras na minha turma passaram a incorporar nossos incêndios hormonais naquela cidade tão católica no interior paulista. E, depois, as coisas da internet. Na infância, ainda não existia o mundo do eterno presente das redes sociais, da informação frenética ao alcance da mão, de uma realidade viciante que parece apresentar novidades a cada segundo, mas onde não há nada de novo.

Coisas desaparecem e outras nascem, e cada vez nos sentimos mais cansados das novidades que tomam todo o tempo dos mais jovens, e nossas coisas morrem assim como as ideias morrem ou hibernam (o socialismo, a terceira via, o presidencialismo de coalizão, a globalização). "Todas as imagens vão desaparecer", nos lembra Annie Ernaux, e já estamos observando esse cemitério de coisas, de imagens, de ideias, de pessoas.

Nos primeiros meses na universidade em São Paulo, a partir de 2003, ele viveu num alojamento que ficava no subsolo de um estádio de futebol no campus universitário, onde alunos recém-chegados e com pouco dinheiro eram abrigados, enquanto aguardavam a decisão definitiva sobre a moradia estudantil. O quarto era abafado, cheirava a mofo, e os dezoito rapazes, espremidos em beliches e cercados por pernilongos e visitas frequentes de baratas, bebiam até tarde e fumavam coisas novas para ele. Nunca tinha se sentido tão feliz. A nova cidade, a nova fase da vida e do país, a enormidade da universidade (onde "o centro está em toda parte", como dizia a inscrição altiva no entorno da torre central), a atração da política estudantil e da pesquisa.

Não tinha dinheiro para quase nada, e por isso passava os dias dentro do enorme campus, gastando muito pouco, mas querendo devorar tudo. Só conseguia se sustentar com as políticas de assistência estudantil e a ajuda de tios e conhecidos, e depois com as bolsas de iniciação científica e outros trabalhos pontuais. Discutíamos as novas políticas do governo, as acusações de corrupção, aprendíamos palavras novas ("dialética", "transcendência" e "imanência", "biopoder"), concorríamos em eleições estudantis, nos apaixonávamos – ele, platonicamente, que até então era seu jeito de conhecer a paixão. Desde o primeiro semestre, imagina que vai fazer doutorado e, talvez, que no futuro será professor daquela universidade ou de uma instituição no exterior. A primeira transa, o primeiro namoro, o otimismo dos tempos.

No doutorado, nos Estados Unidos, sofre de saudades. Chora ao telefone com o pai, que conhecia a dor da distância, mas jamais com sua mãe, que não lida bem com a tristeza dos filhos. O choro também corria quando andava pelas ruas de Ann Arbor, em Michigan, ouvindo Paulinho da Viola e Elza Soares nos dias quentes, The Smiths e Johnny Cash quando nevava. Em 2011, participa de protestos na onda do Occupy Wall Street, e em 2013 foge da polícia nos protestos de rua em São Paulo e no Rio, e sente a esperança de que algo novo podia surgir.

Termina o doutorado já com um emprego universitário no Brasil – lance de sorte e privilégio, uma vez que a expansão das universidades públicas pelo país começava a desacelerar e a crise econômica batia à porta. Sente, contudo, que algum mal-estar se aproxima, um desarranjo pessoal e coletivo. Em dezembro de 2015, ao observar a máquina que imprime as páginas de sua tese de doutorado, no saguão vazio da universidade, tem a sensação de ouvir por alguns segundos o ruído de um mundo desabando, seguido do silêncio frio que sucede as avalanches. Em sua cabeça ressoa a música de Peggy Lee: *Is that all there is?* Mas era só isso?

Escrevi em 2015:

Não creio ser exagero descrever o momento atual como uma constituinte às avessas; um processo difuso e multi-institucional de questionamento do pacto político que orientou os avanços, mesmo que lentos, da sociedade brasileira nos últimos 25 anos. O grande desafio para a reflexão e o ativismo político progressista nos próximos anos [...] refere-se à possibilidade da articulação de novas forças sociais capazes de fazer frente a esse ataque amplo às conquistas históricas do ciclo anterior de lutas políticas... Essa lista não para de crescer. Evidentemente, ameaças às garantias constitucionais sempre operaram no período posterior à Constituição de 1988, mas de guerras de guerrilha elas se tornaram uma verdadeira Blitzkrieg *política, legislativa, judicial e cultural. O punitivismo antipopular que move essa constituinte às avessas se soma a uma nova fórmula neoliberal, tão elegante quanto perversa: "A Constituição não cabe no orçamento." Em política, nada mais eficiente que uma mentira simples para encobrir verdades complexas.*

Isso foi antes do impeachment de Dilma Rousseff, do governo catastrófico de Michel Temer, dos quatro anos de Jair Bolsonaro, de uma nova Presidência de Lula, sequestrada por um Congresso formado pelo conluio entre golpismo e o velho fisiologismo, azeitado por fórmulas macabras como o orçamento secreto. Porém, sigo pensando que o desafio que apontei naquele texto segue o mesmo: a construção de novas forças populares, a mobilização social, a retomada da energia das ruas e assembleias, animadas por novas imagens de futuro e novos sentidos do possível.

Volto à oscilação cotidiana que me acompanha desde o primeiro ensaio desse dossiê. Nos meus dias menos inspirados, não vislumbro saída a não ser com a emergência desse "novo", a partir de outras bases, de um aceno de sentido coletivo de país – e então olho para os lados e pouco vejo. Nos períodos de maior ânimo político, tento pensar que esse "novo" já está em gestação – talvez em pequenos movimentos em periferias, em aldeias indígenas, nas universidades, no campo, em palcos e livros e em organizações comunitárias. Mas talvez o problema esteja em meus olhos. Possivelmente, eu não tenho as lentes capazes de ver o "novo" para além dessa multiplicidade de lampejos de vagalumes, na bela imagem de Pasolini, vagalumes que ainda não sabem como se juntar para formar um holofote com maior amplitude, como somar lutas e ideias para elaborar uma nova teoria sobre o papel do Estado na transformação do país, como vencer eleições, ocupar espaços, conquistar mentes e desejos, promover a justiça social.

Confio nesses lampejos que só notamos de perto, com olhar atento, a partir da observação da vida cotidiana de homens e mulheres, de suas formas de organização, de seus medos e crenças, de suas palavras e gestos ausentes nas grandes narrativas históricas – nesse caso, as narrativas sobre o processo vacilante e tortuoso da construção de uma democracia numa das mais complexas sociedades do planeta. Porém, sinto falta de algum tipo de holofote.

Talvez as duas ideias estejam corretas, e me agarro à esperança de que a oscilação entre esses dois diagnósticos – a necessidade de uma renovação no Brasil, e a renovação que já está em processo, mas não consigo ver na totalidade –, esse vai e vem repetitivo, é a disposição possível hoje, a solitária arma intelectual de que disponho, talvez a única com que cada um de nós possa contar no momento.

Entre os anos 1930 e 1960, intelectuais brasileiros se deixaram fascinar por dois enigmas: o problema do que definiria o Brasil como país e o questionamento sobre o que o futuro nos reservava. No primeiro jogo, multiplicaram-se as interpretações do Brasil, sempre tendo os países do Norte como o Outro, a partir do qual a nossa própria autoimagem era pensada. Escritores e intelectuais se questionaram se o futuro do país seria mais sertão ou mais litoral, mais católico ou mais protestante, mais atraso ou mais "civilização", mais Europa ou mais África.

Sérgio Buarque de Holanda peneirou nossa história na tese weberiana da racionalização do Ocidente para postular que nosso personalismo cordial nos afastava da trajetória do desenvolvimento dos países protestantes – éramos coração demais, razão de menos. Gilberto Freyre elaborou um otimismo aristocrático, branco, saudoso de uma suposta harmonia tensa entre as raças que daria o tom de nossa originalidade civilizacional (e, com isso, alimentava o persistente mito da democracia racial, que ainda pauta a imaginação conservadora). Caio

ines249

Prado Júnior nos situou na máquina do capitalismo global, em seu lado dependente e dominado, e os cepalinos assinalaram caminhos de desenvolvimento via substituição de importações e transformação estrutural da economia.

Em paralelo, intelectuais negros apontaram o caráter estruturante da escravidão e do racismo em nosso passado e no presente. Movimentos sociais e artísticos de esquerda imaginaram um futuro de desenvolvimento e modernização, seja por meio da aliança dos trabalhadores com as elites industrializantes, como propunha o Partido Comunista, seja pela via revolucionária, como alentavam movimentos radicais no campo, estudantes e setores minoritários dos trabalhadores. No cinema do início dos anos 1960, Glauber Rocha produziu a alegoria dessa revolução por vir, quando o sertão viraria mar na revolta coletiva que despontaria em algum rincão do país.

Muitos desses autores são parte de um paradigma da formação – a busca incessante de nossas raízes, do que nos faz ser o que somos – e vários deles se associavam de forma mais ou menos direta a algum tipo de nacional-desenvolvimentismo, um amálgama de diagnósticos e planos que vislumbravam a possibilidade de que o Brasil se tornaria uma grande nação, de que teríamos afinal um “povo brasileiro” e não um agregado de coletividades disformes e dispersas no território, de que atingiríamos um futuro de industrialização e prosperidade. Brasília era o teatro iluminado, um aceno para as vanguardas modernas, a alegoria material e viva dessa imaginação, unindo o traço do arquiteto comunista com a visão do presidente desenvolvimentista, como se disséssemos, com aço e concreto: o moderno se faz tanto no Planalto Central quanto em Paris ou Nova York.

O golpe militar de 1964 pôs fim à boa parte dessas ilusões, e a grande arte de fins dos anos 1960 narrou esse luto – Glauber, que em 1964 havia filmado *Deus e o diabo na Terra do Sol*, expôs as ilusões das nossas elites letradas e o fracasso de um projeto revolucionário em *Terra em transe*, três anos depois do golpe; a Tropicália cantou nosso amálgama de antigo e moderno, de nacional e de estrangeiro, tudo deglutido antropofagicamente. No regime dos generais e de suas elites civis associadas, sobrava apenas o semblante do nacional-desenvolvimentismo, a carcaça de cimento e aço, cercada da violência de um projeto de transformação por meio de grandes obras e da marcha para o interior, um “progresso” sem povo e sem liberdade, com o incremento exponencial das nossas desigualdades e o desmonte das modestas conquistas do período democrático anterior.

A democratização dos anos 1980 propôs uma equação nova para aquilo que poderíamos ser, ao mesmo tempo ousada e frágil: para vislumbrar um novo futuro, era preciso anistiar os torturadores e seus chefes, criar uma Constituição ampla que incorporasse interesses antagônicos, promover a criação de um sistema de competição política em que vários projetos de país pudessem entrar em disputa e que também servisse como mecanismo para a conquista do Estado – como vimos desde então na prática usual de partidos fisiológicos, cuja missão é vencer eleições, fazer acordos, ocupar cargos e se beneficiar da máquina estatal. Essa abertura de portas, com todas suas contradições e conflitos, permitiu inegáveis conquistas nas últimas décadas, muitas delas descritas nos textos anteriores desse dossiê. Ela possibilitou também a escrita de mais um capítulo de nossa história viciosamente circular, em que o progresso, a cada pequeno passo, repõe a brutalidade do passado com novas roupagens e novo vocabulário.

Aqui tudo parece que era ainda construção e já é ruína, cantou Caetano Veloso. O tempo pareceu revelar que a palavra “aqui”, nesse famoso trecho da música *Fora da ordem*, expandiu-se para abarcar novas geografias. Como se sabe, o verso é inspirado no espanto do antropólogo Claude Lévi-Strauss com a impermanência das cidades do país, e de São Paulo em particular, onde ele viveu nos anos 1930 – cerca de uma década depois da Semana de Arte Moderna, que ambicionou indicar o caráter vanguardista da civilização brasileira e sinalizar nosso destino de rompimento com o passado, ou ao menos com parte dele. Mário Pedrosa elaboraria esse vaticínio duas décadas depois, encantado pelo potencial da arquitetura e da arte que o país produzia desde a Semana de 1922: “Somos condenados ao moderno.”

O adágio de Pedrosa que, com o golpe de 1964, mostrou-se também uma espécie de ruína, nunca deixou de ser usado como epígrafe em teses acadêmicas e para estampar ensaios e manifestos. O que nem Lévi-Strauss nem Pedrosa podiam imaginar é que o moderno se revelou, com o tempo, o gerador de suas próprias ruínas, seja aqui ou no norte do planeta. De nosso tempo presente, podemos observar que o acúmulo de detritos é inseparável da modernidade capitalista global (o hiperenriquecimento de uns custeado pela miséria de muitos, a permanência de formas de trabalho análogas à escravidão, a devastação ambiental planetária, a fragilidade dos arranjos democráticos, a perseverança das guerras), e que o Brasil não pode mais ser visto como membro dessa parte do mundo que, pacientemente, aguarda pela modernização às margens do processo civilizador, já que, tanto aqui como lá, civilização e ruína dançam com os corpos colados.

Talvez o espanto do antropólogo francês se deva ao fato de que, na periferia do sistema capitalista e da modernidade, as ruínas se revelem de forma mais nítida e precoce, enquanto em seu centro reluzente a bonança econômica tende a iludir os olhares locais – como se aquela “obra de civilização” das belas capitais europeias nada tivesse a ver com as “obras de barbárie” da miséria no Haiti e nas periferias latino-americanas, com a espoliação dos povos africanos e a escravidão, com a violência colonial, com um capitalismo de devastação com sede no Norte.

Essa ilusão de ótica, ideologicamente conveniente, agora mostra seus inequívocos sinais de esgotamento, junto da já sabida crise da democracia, que assola a Inglaterra do Brexit, a França de Le Pen, a América de Trump, a Alemanha do partido de extrema direita AfD. Ou seja, se, setenta ou oitenta anos atrás, duas gerações inteiras de pensadores puderam imaginar que o Brasil estava na sala de espera da história – que logo seríamos como os Estados Unidos, ou a Europa, ou a União Soviética, que em breve sairíamos da condição do atraso e seríamos um outro país, bastando para isso trilhar o caminho certo –, hoje os modelos que vêm de fora nos parecem todos feridos de morte, e nossas visões de futuro já não podem contar com aquilo que parecia ser, para muitos, como faróis que, do Norte do planeta, nos guiavam.

Olhamos para longe e vemos que o centro do capitalismo já não se sustenta, que ele está desmoronando, com tantas crises que nos faltam dedos para contar quantas são. O plano de viabilizar no Brasil uma espécie de social-democracia – como ambicionava a Constituição de 1988 –, nutria-se em um projeto político de países do Atlântico Norte que hoje está decrépito. Depois, por um curto período, mantivemos alguma esperança de sermos parte de um Sul Global vigoroso, com a onda rosa na América Latina e a aproximação com a África e o Brics, mas essa onda se dissipou, e o Brics, em sua nova cara, já não tem como valores nem a democracia nem a sustentabilidade.

Assistimos boquiabertos ao lento colapso do Ocidente, os impasses e retrocessos no Sul, a crise climática que põe em xeque todos os modelos anteriores. Nessa escassez de cartilhas, no desamparo da ausência de um plano claro, talvez possa emergir o esforço – angustiante, mas promissor – de pensar o novo a partir de nossos próprios dilemas e soluções, com nossos olhares um pouco menos encantados pelas soluções de fora, com nossos espíritos um pouco menos seduzidos pelo desejo de sermos outro.

Nos anos seguintes ao doutorado, a partir de 2016, ele conheceu muitas cores da angústia, provou sua própria descida a regiões de sombras e em seguida esboçou tentativas de reconstrução. Em seu entorno, viu as certezas dos tempos de faculdade serem soterradas por uma onda de reação conservadora e depois de extrema direita. No dia 16 de novembro de 2016, escreveu em seu diário: “Resta-nos viver numa encruzilhada histórica que nos obriga a caminhar sem a mesma esperança de alguns anos atrás. Ou melhor, viver sem a espera sobrecarregada de que os modelos, sonhos, imagens do passado possam guiar passos futuros – sejam meus, sejam os da humanidade. Os fantasmas estão vivos, vivos demais.”

Sente-se um estrangeiro na universidade em que dá aula, na academia em geral (em que tinha depositado todos os seus esforços profissionais), em seu próprio país, em seu mundo, no tempo presente. Angústia e melancolia se alternam em sua vida por anos, tratadas com antidepressivos, psicanálise, poesia, amigos, encontros. A tragédia anterior com o tempo vai se transmutando em criação – uma expansão das formas de amar e de trabalhar com as palavras.

A política do país mergulhava tudo em um pântano de vulgaridade e violência institucional. Sua mãe, vendo o futuro presidente na tevê pela primeira vez, diz que ele parece “aqueles homens ignorantes de antigamente que batiam na mulher”. Depois da manifestação em homenagem a Marielle Franco, no dia seguinte a seu assassinato, depois de ouvir o silêncio da Avenida Paulista cortado pelos tambores do Ilú Obá De Min, voltando para casa, ele sente pela primeira vez o golpe frio do cano de um revólver em seu rosto durante um assalto (mas lhe levaram tão pouco). Começa a escrever versos e a guardá-los na gaveta e em cantos obscuros da internet. Depois passa a escrever outras coisas.

Observando o seu lado na política, sente-se frustrado com a mesmice, com o retorno de ideias já testadas, com a falta de perspectiva, com os nomes e caras e palavras e bandeiras que se repetem. A melancolia pessoal vai dando lugar a outra forma de melancolia – coletiva, política, geracional. O presente congelado das redes sociais, das telas mostrando diversos semblantes do nada, de um mundo de algoritmos e inteligência artificial e promessas vazias – imagens demais, coisas demais, o universo das mercadorias de plástico que atravessam o globo em poucos dias para chegar à sua porta. Em certo momento, tenta confiar na ideia de que ouvir outras pessoas de sua geração, indivíduos que, como ele, nasceram no momento da frágil transição da ditadura para o período atual, poderia ajudar a dar sentido àquele sentimento insistente de agonia.

Essa crise de futuros – que sustenta o impasse sobre o lugar do Brasil no mundo e na história – é também uma crise de temporalidade. Os modelos modernizantes do passado se nutriam de um otimismo do tempo linear, uma invenção europeia que prometia algum tipo de progresso para quem seguisse receitas de modernização provindas de Londres, Nova York ou, mais tarde, de Chicago ou do FMI. No começo dos anos 1990, sua versão mais pop prometia o fim da história. Uma forma inocente de ver esse colapso é dizer que ele ruiu com o Onze de Setembro e a guerra contra o terror, a crise econômica de 2008, a ascensão da extrema direita e todo o painel de crises dos últimos quinze anos. Algo disso é certo, mas essa é só uma parcela da verdade. É preciso pensar aquém e além desses marcos.

Se queremos imaginar outros futuros, o presente coloca como tarefa histórica repensar o próprio tempo e buscar para isso referências e sensibilidades que escapam à imaginação ocidental, historicista e linear. Pensadores e movimentos que há tempos refletem a partir das margens do pensamento hegemônico nos dão pistas de como desvelar essa armação ideológica. Manifestações culturais e tradições intelectuais negras e indígenas falam de um tempo circular, de morte e retorno, de amálgama do passado com o presente e o futuro. O pensamento indígena nos conclama a ver que a colonização da América já significava o fim de muitos mundos. Segundo Davi Kopenawa, em *A queda do céu*, o livro mais importante publicado no país nas últimas décadas, a invasão europeia das Américas prenuncia a hora desse iminente encontro com o fim do mundo – a própria "queda do céu", na cosmologia yanomami, seria um colapso temporal promovido pelos brancos (esse povo que, ao dormir, sonha com mercadorias e com dinheiro, na fala do intelectual indígena).

A arte hoje consegue sinalizar melhor essas outras temporalidades do que o nosso surrado vocabulário político. Se na Bienal de São Paulo de 1951 celebramos um otimismo concreto, racionalista, prenhe de futuro, com formas limpas e industriais, na Bienal de 2023 vimos um presente em que pulsam tempos ancestrais e releituras críticas do envelhecido otimismo excludente que aguarda, de pupilas dilatadas, os objetos sedutores vindos do além-mar. No corpo dançante de Luiz de Abreu na performance *O samba do crioulo doido*, a história brasileira se faz corpo, e a bandeira nacional se presentifica engolida de várias formas pelo dançarino, que coloca nossos símbolos e destinos em movimento junto com seu quadril. Na instalação *Pulmão da mina*, de Luana Vitra, vimos um futuro ancestral se reconstruir com a matéria metálica da mineração, em formas geométricas entrecortadas por delicados canários, com a sobreposição de camadas de saber oral transpostas para formas precisas e setas que apontam para futuros-passados a serem escritos. Na *Parede da memória*, de Rosana Paulino, e na voz subterrânea do *Falatório*, de Stella do Patrocínio, os signos calados do passado voltam na forma de espectros, multiplicando as imagens e ampliando os decibéis com que outros futuros podem ser costurados. Em *Kwema/Amanhecer*, Denilson Baniwa propõe novas conexões entre comunidade, representação e temporalidade, a partir de uma obra-plantação que germinou no meio da metrópole as sementes crioulas do povo Guarani, em tensão construtiva com a silhueta bruta do pavilhão concreto da Bienal, no Parque Ibirapuera, enquanto reconstruía as temporalidades da arte do encontro entre culturas.

Não creio que nenhuma obra de arte, nem mesmo a soma de todas elas, possa fornecer soluções para os dilemas colocados pelo passado e pelo presente do Brasil, para a imaginação de novos futuros, para formas de lidar com nossa biblioteca-ruína. Não podemos esperar da arte aquilo que só se pode fazer pela mobilização dos sujeitos, pela construção de coletividades, pela formulação de ideias e a disputa política entre projetos de país. Mas esses trabalhos artísticos são índices, acenos, figurações, que sinalizam possíveis formas novas de narrar a história e imaginar "coreografias do impossível", para retomar o título-tema da Bienal de 2023. Em momentos de crise de imaginação, isso não é pouca coisa.

De Joseph Brodsky, ensaísta russo que viveu a repressão do regime soviético: "Não importa o quão ousado ou cauteloso você escolha ser, ao longo da sua vida você inevitavelmente entrará em contato físico direto com o que se chama de Mal, [...] uma realidade social palpável sobre a qual você não tem nenhum controle." Por volta dos nossos 40 anos, cada um de nós já acumulou seus arquivos de males privados e coletivos. Juntos, já contemplamos esse mal de frente, no riso frio de alguns diante das vítimas da Covid ou dos assassinatos pela polícia nas inúmeras chacinas das últimas décadas. Brasileiros negros, indígenas e descendentes de vítimas da ditadura produzem manifestações culturais para construir memórias sobre nosso mal crônico, enraizado em nossa coluna vertebral coletiva.

Vemos esse Mal com letra maiúscula nas telas de celulares todos os dias (Gaza, Ucrânia, Sudão, Penha e Alemão...) e, como mais uma geração no fluir do tempo, testemunhamos a história como um acúmulo de tragédias. E seguiremos vendo: não há garantias, talvez nem mesmo sinais, de que na segunda metade de nossas vidas encontraremos um mundo de maior convivialidade, de paz ou mesmo com mais justiça social. Não me parece prudente apostar que irá emergir de um mundo radicalmente diferente do que temos hoje, mesmo que por certos períodos tenhamos a sensação de alguma calmaria e de bons ares, antes de sermos obrigados a anestesiar mais uma vez nossos sentidos à vista de um novo bombardeio.

Releio o parágrafo anterior e duvido de mim mesmo. Os sinais dos tempos vão e vêm, a história vive de nos surpreender, e essa visão trágica da história e da humanidade pode caducar assim que estiver impressa em papel. Muitas vezes, os sinais da mudança estão escondidos sob a poeira do presente e só podemos observá-los quando atravessam essas camadas espessas e vêm à tona, o que pode acontecer a qualquer instante. Espero por esses tremores, porém com mais sobriedade do que nos meus tempos de faculdade ou quando participava dos protestos de 2011 nos Estados Unidos e nos de 2013 no Brasil ou quando acompanhava com atenção a erupção de movimentos populares naquele período de promessas. Desconfio da palavra esperança – sempre desconfiei – e prefiro explorar outros léxicos – comprometimento, responsabilidade –, já que estes ainda podem nos indicar algum princípio ético, mesmo nestes tempos sem esperança alguma. Esses outros substantivos nos convidam de forma mais incisiva a refletir sobre as maneiras como nos implicamos no mundo.

Enquanto aguardo o ar do novo, entendo que devo olhar e escrever sobre esse Mal de que fala Brodsky. Me nego a abrir mão dessas imagens, me esforço para participar do projeto coletivo de catalogar as ruínas e tento lembrar que a melancolia das derrotas sofridas é o ponto de partida para a construção de novas imaginações, numa espécie de vingança do passado que só se dá no futuro. É preciso, quem sabe, recordar que a história é na maior parte das vezes feita de desencontros e aprender a contemplar as derrotas a partir de certa distância.

Fecho os olhos novamente. Tento colher mais cacos para montar uma arqueologia poética daquilo que chamamos "Brasil", a partir da memória de fragmentos, de encontros inesperados, desses que irrompem em uma terça-feira qualquer e depois nos seguem por aí, como assombrações, enquanto dobramos esquinas pelo resto da vida.

Um dia, enquanto lia um livro de contos de Machado de Assis sentado à mesa de um café, disposta na calçada, um morador de rua parou do meu lado, olhou para meu livro, me encarou e me disse: "Em dez anos você vai perceber que não entendeu nada disso aqui." Alguns anos antes, ouvi o cobrador de um ônibus lotado, parado no trânsito da Avenida Rebouças, em São Paulo, fazer um discurso sobre o Brasil que concluía dramaticamente assim: "Não se enganem, não, povo: o Brasil é trabalho, festa e putaria." Em Nova Orleans, durante um congresso, ouço um artista de rua brasileiro, perdido por lá, me dizer que não é brasileiro, não: "Sou baiano."

Em 2015, quando morei na Rua Frei Caneca por alguns meses vi famílias subirem em direção à Avenida Paulista com camisas verde-amarelas – e os casais gays na procissão me provocavam um incômodo particular. Depois me acostumei com aquelas cores representando uma enorme parcela do país no qual eu não me reconhecia. O mesmo verde-amarelo apareceu em 2024 vestindo Pabllo Vittar e Madonna num gigantesco show em Copacabana.

Num bate-papo antes de um show em Ann Arbor em 2009, na biblioteca da universidade em que fazia o doutorado, vi Gal Costa ensinar para um pequeno público, meio em inglês, meio em português, o que Dorival Caymmi quis dizer quando compôs que a baiana sabe mexer, enquanto ela mexia o corpo todo com as mãos na cintura, aplaudida timidamente pela plateia de gringos (ela depois me contou baixinho que estudava inglês; disse: "Já estou no intermediário 2"; e gargalhou). Nessa mesma universidade, uma aluna da Flórida me confidenciou ter ficado surpresa com o fato de eu ser brasileiro, porque ela, negra, sempre imaginou que todos os brasileiros fossem negros.

Nas eleições de 2018, reunimos amigos para assistir à apuração; choramos juntos e depois cantamos samba no quintal da casa em que morava com amigos no Butantã. Em um cinema da Rua Augusta, assisti, chorando, às cenas finais de *Arábia*, filme de Affonso Uchôa e João Dumans: um trabalhador lê em *off* trechos de seu diário, enquanto a tela mostra seu corpo diminuto no interior de uma metalúrgica flamejante. Ecoando tantas vozes, incorporando um país em corpo e palavra, ele diz:

Eu estou cansado. Quero ir pra casa... Queria que a gente abandonasse tudo. Deixasse as máquinas queimando, o óleo derramando, os pedaços de ferro abandonado, a esteira desligada, a lava quente derramando e inundando tudo... E a gente ia lá em casa, tomando água, dormindo à tarde... A gente ia tossir a fumaça preta e ia cuspir fora os pedaços de ferro do nosso pulmão.

Em meu primeiro Carnaval no Rio, enquanto ouço a bateria do Boi Tolo explodir no ar e fazer vibrar o concreto do prédio do Museu de Arte Moderna, renovo meu repertório do que é estar vivo.

O verso de Dante Alighieri, "no meio do caminho de nossa vida", retornou insistentemente à minha memória quando entrevistava meus companheiros de geração e escrevia cada um dos textos deste dossiê, mas também retornou nas conversas com amigos ou durante as minhas leituras diárias do noticiário. Há algo de perturbador nas palavras de Dante, como se o ato de marcar a vida em duas partes nos dividisse, mal equilibrando entre o antes e o depois do ponto de corte.

ines249

Por volta dos 40 anos, não somos apenas herdeiros de um mundo que não pudemos escolher. Já tivemos tempo, ao menos algum tempo, de participar da construção desse mundo, de remoldar os materiais do passado e adicionar, quem sabe, algumas camadas de tinta, alguns adornos, talvez até sugerir a construção de novos quartos e jardins no grande edifício da história, mesmo que ninguém tenha nos dado ouvidos.

Pessoas da minha idade ocupam lugares de destaque na política, na cultura, na sociedade, na economia. O atual presidente da Câmara, Hugo Motta, é quatro anos mais novo que eu. Homens e mulheres da minha idade dirigem empresas, redações, partidos políticos. As celebridades pop mais influentes já são mais novas que nós (Anitta tem 32 anos, Gusttavo Lima, 36; Marília Mendonça teria 30 anos hoje). Bilionários *millennials* e políticos com desejos imperiais projetam seu poder por territórios jamais sonhados por Gêngis Khan e por imperadores romanos (Mark Zuckerberg, da Meta, tem 41 anos; Sam Altman, da OpenAI, 40; J. D. Vance, o vice-presidente dos Estados Unidos, 41).

Pelo Brasil, pessoas da minha geração dirigem escolas, governam cidades, publicam livros, contratam e demitem funcionários. Há também, na mesma faixa etária, uma legião de empregadas domésticas, entregadores de aplicativos, caixas de supermercado, aspirantes a microempreendedores, professores, policiais, encarcerados. Já tivemos tempo de acumular nossas cicatrizes e de olhar o mundo com lentes diferentes daquelas da juventude. E hoje somos parte da corrente contínua de transmissão da história para gerações mais novas.

Em alguns anos, nossos pais, professores, chefes, líderes políticos mais velhos sairão de cena aos poucos, e nessa segunda metade da vida sentiremos algo da solidão que experimentam todas as gerações quando finalmente se veem como o único adulto na sala, como os mensageiros que conectam diferentes tempos: em poucas décadas, haverá poucas pessoas acima de nós que poderão nos lembrar das lições de outros tempos. Envelhecer, mesmo quando cercados de cuidados e de pessoas amadas, exige esse acerto de contas com a solidão histórica, com a tomada de responsabilidades, com a obrigação, muitas vezes, de guiar outras pessoas, mesmo quando o cenário é novo, as luzes estão baixas e o passado, depois da morte das ilusões e das certezas, manda seus recados na forma de sussurros enigmáticos que quase nunca sabemos decifrar.

Abro o computador hoje e o ruído do presente começa a pulsar na minha tela. Entro no site de uma revista literária americana e passo os olhos num artigo que começa assim: "O que aconteceu com o futuro? Quando o perdemos, e o que tomou o seu lugar?" Numa matéria de jornal brasileiro, leio que a maioria do mundo recuou em suas políticas climáticas; o Acordo de Paris está enfraquecido, a democracia liberal se esgarça, as guerras se tornam coisa do cotidiano e o adiamento do fim do mundo foge de nossos horizontes.

Numa outra aba, leio sobre a devastação que já acontece nos entornos da BR-319, que liga Porto Velho e Manaus, mesmo antes da planejada pavimentação da rodovia. Em meu e-mail, chega uma mensagem de um ex-aluno de 20 e poucos anos; ele quer conversar comigo e diz: "Tenho que pensar na minha vida nos próximos anos, porque não sei o que vai ser do mundo no futuro." Em outra mensagem, sou convidado para participar de um evento em que estarão presentes lideranças jovens de movimentos sociais periféricos e amazônicos que trabalham pela justiça social e climática. Abro o YouTube e o algoritmo me mostra um vídeo de Paulo Freire em que ele fala que não é possível viver sem um olhar para o futuro. Passo meus dias mergulhado nessa sucessão irrequieta de fechamento e abertura de caminhos, de desolação e ação, de melancolia e construção.

Penso em meus colegas de geração com quem conversei para este dossiê: a garra para a luta da Claudia, da Dayanna, do Erasmo; a força diante dos percalços da Juliana e da Patricia; o desejo insistente de uma vida melhor da Camila e do Nilton. Medito sobre meus amigos, colegas de trabalho, meus colegas de escola que seguiram os rumos mais diversos – e muitos seguem em Jaú, em trabalhos precários, adultos pobres, filhos de pais pobres, sempre a um passo de escorregar para a miséria e a quatro passos de se tornar classe média.

Eu me lembro das pessoas com quem conversei nesses últimos meses, enquanto montava um painel fragmentado de minha geração e refletia sobre o trabalho de construção de algo como uma democracia neste país. Alimento esses pensamentos, mesmo que eles não apontem para nenhuma direção certa, para nenhuma saída evidente. Mas também já não espero mais por soluções prontas, por palavras mágicas, por certezas. Me agarro a essas imagens e pensamentos e os convido a caminharem comigo. ✪

ARTE
NA BIO
As imagens de MARCELLO SERPA
VENDO
AFLUENTE
E NA
GRAFIA.
MARCELLO SERPA por Julius Wiedemann
VENDO
AFLUENTE

AFLUENTE

Num livro, a vida. No outro, a obra.
Marcello Serpa, por Julius Wiedemann,
como você nunca viu. Já nas livrarias.

VENDA EM WWW.AFLUENTE.ART

ines249

O INCONFORMADO

Um irmão morto e um homem que nunca aceitou “não” como resposta

ANGÉLICA SANTA CRUZ

Foi um deus nos acuda chegar de carro ao Cemitério Municipal Dom Bosco, na Zona Norte de São Paulo, naquela tarde quente, abafada e de trânsito pesado de 24 de março. Sentado no banco do carona, o engenheiro aposentado Gilberto Carvalho Molina recebia mensagens por WhatsApp de funcionários do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. “Você já está vindo?”, perguntavam. No volante, a diretora de Recursos Humanos, Paula Molina, a segunda de suas quatro filhas, avisava: “Pai, ainda vamos demorar mais uns vinte minutos pra chegar.” E, no banco de trás, outra filha, Marcia Molina, uma guia de turismo recém-chegada de viagem, ia colocando calças compridas mais adequadas para a ocasião enquanto avançava em uma marmita feita às pressas pela irmã. Ao longo do caminho, o trio perpetuava uma tradição familiar herdada do avô paterno: a de encarar situações difíceis com piadinhas distensivas. Tiravam sarro do atraso, do calor, do cheiro de comida no carro, de tudo.

Quando a trupe enfim chegou ao cemitério, o carioca Gilberto Molina foi cercado por um grupo de pessoas e imediatamente levado para um palco montado embaixo de uma tenda. As duas irmãs se entreolharam, surpresas. “Meu pai sempre foi muito discreto. A gente sabia que ele estava em São Paulo para receber uma homenagem por sua luta pela reparação aos parentes dos desaparecidos na ditadura militar, mas não tinha ideia de que ele representaria todas as famílias no evento”, lembra Paula Molina. “Até brincamos: parece que temos uma celebridade aqui.”

No palco, a ministra Macaé Evaristo fez um discurso que passava a limpo a história tortuosa das 1 049 ossadas encontradas na vala clandestina de Perus, como ficou conhecido o buraco de 30 metros de comprimento, 50 cm de largura e 2,70 metros de profundidade escavado no Cemitério Dom Bosco na década de 1970 – e onde foram parar corpos de opositores do regime militar e indigentes. O irmão mais novo de Gilberto Molina, Flávio, morto sob tortura em 1971, um dia antes de completar 24 anos, também foi enterrado – ou melhor, escondido – na vala.

A participação de Macaé Evaristo na cerimônia se encerrou com uma frase de natureza histórica: “O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em nome do Estado brasileiro, pede desculpas aos familiares dos desaparecidos políticos durante a ditadura militar brasileira, iniciada em 1964, e à sociedade brasileira pela negligência, entre 1990 e 2014, na condução dos trabalhos de identificação das ossadas encontradas na vala clandestina de Perus.” Foi aplaudida de pé. Abraçou Gilberto Molina, deu para ele uma placa de acrílico com o pedido de perdão e, depois, lhe passou a palavra.

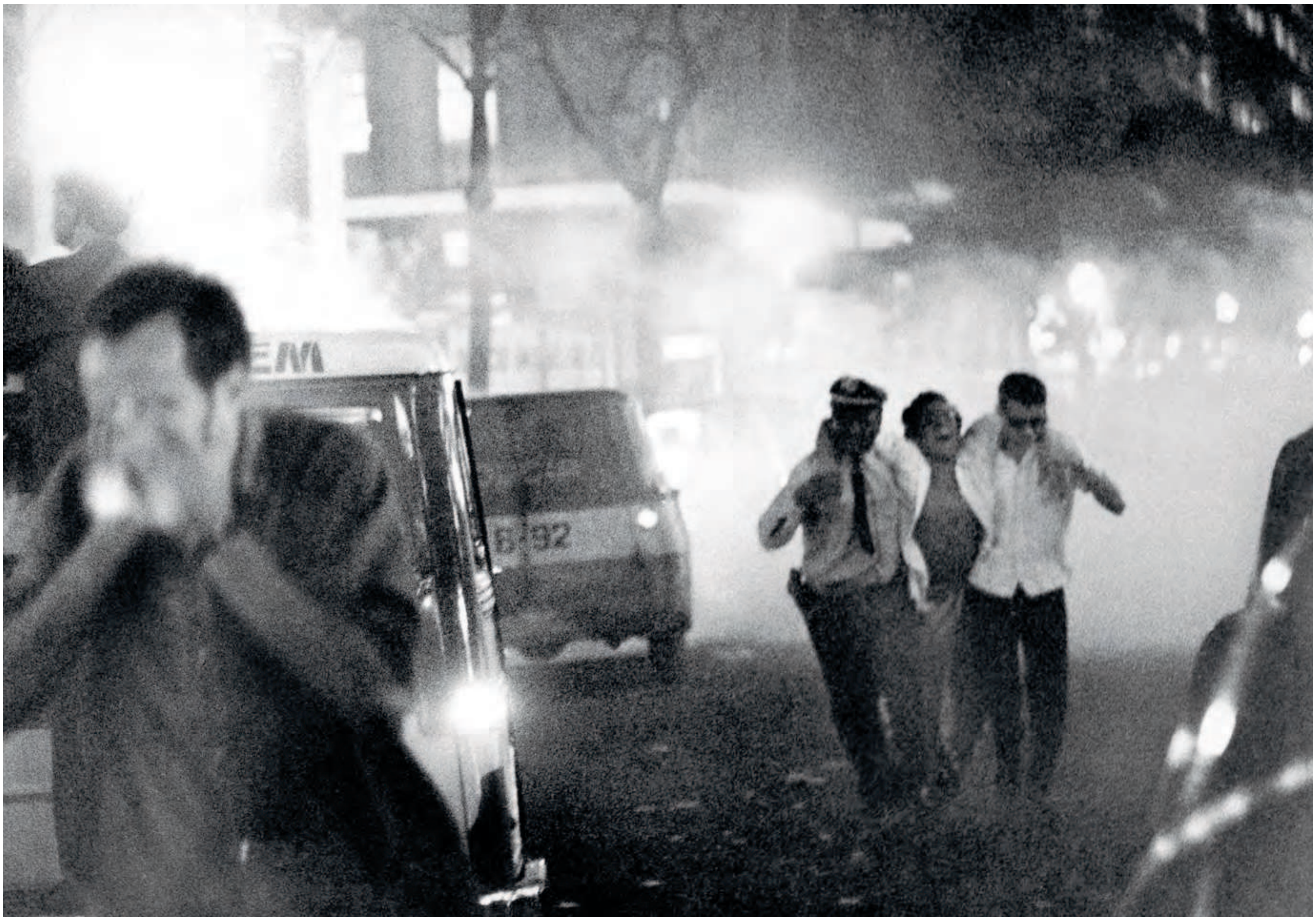
Diante do microfone, vestindo camisa social e calça jeans, o engenheiro aposentado contou como se transformou no primeiro familiar de um desaparecido político a ver a vala de Perus com os próprios olhos. Ele esteve no Cemitério Dom Bosco procurando pelo corpo do irmão em 1981, nove anos antes da existência do depositório clandestino vir a público. Foi recebido pelo então administrador do cemitério, Antônio Pires Eustáquio, o Toninho, que apontou para uma área gramada e disse que a administração anterior à dele havia exumado uma quadra inteira de covas e levado as ossadas para lá. “Perguntei se tinha certeza e ele disse: ‘Tenho, quer ver?’ Ele chamou uma retroescavadeira que abre as sepulturas, localizou o lugar direitinho e abriu um pequeno pedaço. Logo um pouco abaixo da superfície gramada apareceu um primeiro saco, apareceu outro... O Toninho tirava aqueles sacos rasgados. Tirou um fêmur desse tamanho e me perguntou: ‘Seu irmão era grande?’ Eu disse: ‘Era.’ De outro saco, ele tirou um crânio e me perguntou: ‘O seu irmão usava dentadura?’ Aí eu disse: ‘Não, Toninho, para.’ Minha perna começou a ficar bamba. [...] Comecei a ficar meio tonto e fomos lá para dentro. Tomei um cafezinho”, lembrou ele, ao microfone.

Os militares ainda estavam no poder, e São Paulo era governada por Paulo Maluf. Não havia clima político para fazer nada com a informação da vala atulhada de ossadas. Só em 2005, e 24 anos depois dessa cena e de uma sequência penosa de entraves, o engenheiro aposentado conseguiria identificar as ossadas do irmão.

Quando desceu do palco, Gilberto Molina foi cercado pela imprensa. Com medo de que o pai tivesse um mal-estar por causa do calor, as filhas se revezaram para levar água em copinhos plásticos, garantir que ele ficasse na sombra e até ajudar na ordem das entrevistas. “Começamos a brincar que éramos as assessoras de imprensa dele”, diz Paula Molina. Apesar das piadas de sempre, a cerimônia foi um pequeno marco na família. “Foi a primeira vez que vi meu pai contando as coisas que aconteceram quando nós éramos crianças”, diz ela. “Eu e a minha irmã, a gente só chorava...”

Gilberto Molina hoje tem 82 anos, cabelos brancos e usa um aparelho de surdez. Quando ficou viúvo, em 2014, foi morar em um apartamento menor na Tijuca, bairro onde mora há décadas. Por prescrição médica, precisa tomar dois litros de água por dia – e os goles são

ines249



EVANDRO TEIXEIRA_1968_ ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

Gilberto Molina (à direita) socorre um ferido numa passeata em 1968. Coube a ele contar aos pais que o irmão fora morto. O pai perguntou: "Por que mataram se ele já estava preso?"

fiscalizados de perto pela filha mais nova, Luisa. Gosta de fazer marcenaria em uma casa da família no interior de Minas Gerais. Às vezes se isola por semanas e sai do retiro voluntário distribuindo banquinhos entre amigos e familiares.

Por décadas, ele foi protagonista de uma versão tropicalizada de Antígona, a tragédia grega em que uma mulher desafia o poder de um Estado totalitário pelo direito de sepultar o próprio irmão. Ainda assim, construiu uma vida familiar venturosa. É definido pelos que o rodeiam como um homem carinhoso, pragmático, meticuloso e, antes de tudo, um inconformado – qualidade que lhe foi muito útil na missão de montar o quebra-cabeça que explicaria tudo o que foi feito de Flávio Molina a partir do momento em que ele saiu da casa dos pais, um apartamento de classe média em Copacabana, em 20 de julho de 1969. "No dia em que o homem pousou na Lua", gosta de frisar Gilberto Molina.

Por causa dele, o caso de Flávio Molina é singular. Demorou quase quarenta anos desde sua morte, mas sua família conseguiu quase tudo o que se oferece no Brasil em termos de reparação: refazer seus passos, encontrar seu corpo, identificá-lo, enterrar os restos mortais no jazigo da família, obter indenização, fazer retificações em certidões de óbito. Do ponto de vista jurídico, o engenheiro aposentado também conseguiu muito. Foi a partir de uma representação enviada por ele em 1999 que o Ministério Público Federal em São Paulo entrou no caso das ossadas de Perus e acabou abrindo uma ação civil pública que, entre outras coisas, resultou no pedido formal de desculpas feito pela ministra Macaé Evaristo, em nome na União. Os que acompanharam de perto as estações de sua via-crúcis para conseguir cada centímetro dessas reparações descrevem a história de um sujeito que não aceita não como resposta.

Ana Maria Müller, advogada com atuação épica na defesa de familiares de mortos e desaparecidos políticos e uma das fundadoras do CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia) do Rio de Janeiro, de sua casa na Ilha de Paquetá, onde mora desde que se aposentou, explica: "O Gilberto sempre foi o cabeça dessa busca na família dele. Era um cara abnegado. Não tinha dia, não tinha hora, passou a respirar essa história como se fosse indispensável para a vida. À medida que se envolveu, absorveu também o sentimento de que era necessário fazer justiça coletivamente, para dar sentido às histórias de todas as famílias que conviveram com esse drama inconcebível que é o desaparecimento de um ente querido e pelas mãos do Estado."

"É uma história comovente, a do Gilberto. Sempre com um jeito afetivo, cuidadoso, ele nunca desistiu – costumava repetir que precisava dar uma resposta para a mãe", afirma Marlon Alberto Weichert, um dos procuradores de São Paulo que entraram na batalha pela identificação das ossadas de Perus depois que Gilberto Molina enviou a representação de 1999 denunciando a paralisação nos trabalhos.

Flavia, a filha primogênita de Gilberto Molina batizada em homenagem ao tio, desaparecido, diz: "A busca por reparação era uma missão da vida do meu pai. Ele trabalhava porque tinha família, mulher, quatro filhas. Mas as horas que seriam de distração dele eram para correr atrás das pessoas, fazer contatos, ler muitas reportagens sobre o tema. Era algo que ele queria resolver." E Paula Molina resume: "Meu pai procurou muito, brigou muito por isso. O objetivo dele era, no fim, voltar para casa com algum sinal de esperança."

Em 1968, o fotojornalista Evandro Teixeira fez, para o *Jornal do Brasil*, fotografias que se tornariam registros célebres das manifestações estudantis que varreram as ruas do Rio de Janeiro durante meses. Uma delas mostra uma passeata dissolvida no Centro da cidade. A imagem é esfumaçada, os personagens mal parecem ter rosto. De uma névoa branca de gás lacrimogêneo, saem os contornos de um trio formado por um homem ferido, levado pelos ombros por duas pessoas. De seu lado direito, está um policial. Do lado esquerdo, vê-se um personagem com óculos escuros, calças pretas e camisa branca abotoada, em um efeito geral estranhamente arrumado para a situação. É Gilberto Molina.

Este ano, enquanto revirava arquivos em seu computador, ele achou uma cópia da foto. Enviou no grupo de WhatsApp que usa para falar com as filhas, com a descrição daquela tarde em que quase foi preso:

História longa... Final da passeata dissolvida com o pau quebrando, bomba estourando, gás lacrimogêneo e muita gente sendo presa. A polícia cercou um grupo de umas quinze pessoas contra a parede de um prédio na esquina da Rio Branco com a Presidente Vargas e eu lá. Uma repórter gritava, de fora do cordão de policiais, perguntando os nomes dos presos e eu respondi. Aí chegou um camburão e todos iam sendo empurrados pra dentro. Eu fui me afastando e me abaixei junto a um cara que estava recostado no chão e tinha apanhado muito. Ficamos os dois por último, chegou um oficial e levantou o cara. Eu o peguei do outro lado, fomos em direção ao jipe do oficial

ines249

ADÃO ITURRUSGARAI_2025

e pusemos o cara dentro. Eu ia entrar junto, mas o oficial me empurrou e foram embora. A foto é caminhando para o jipe.

As filhas de Gilberto Molina estranharam a mensagem – sempre concentrado nas buscas pelo irmão, ele não costumava contar que também teve certa atuação política no passado. “Eu, por exemplo, nem sabia dessa foto”, diz Paula. “Depois de ver essa mensagem pensei… poxa, será que meu pai poderia ter sido preso e sumido também?”

Elas cresceram em uma cobertura, também na Tijuca, cheia de mulheres, barulhenta e animada. O pai, sempre usando um bigodinho, se movimentava discretamente – e fazia piadas. Lembram dele se dividindo entre os programas em família e as viagens ou reuniões para falar de desaparecidos políticos. O sumiço do tio não era um tema proibido em casa, mas os detalhes da saga para identificar seus restos mortais eram discutidos apenas com a mulher, Vera. Certa vez, lembra Flavia, ele chegou em casa taciturno, passou direto pela sala, se trancou no quarto e caiu em um choro tonitruante. Outra vez, rememora Paula, ela ainda adolescente estava estudando no escritório do pai. Abriu uma gaveta, distraída, e deu de cara com fotografias da autópsia do tio, em que ele aparece com o rosto todo machucado, como quem apanhou muito. “Imagine, meu pai teve que andar todos esses anos com fotos de um irmão morto…”, diz ela. E teve o dia em que todas perceberam que o pai devia ter feito algo importante: o repórter Caco Barcellos resolveu entrevistá-lo. O jornalista que descobriu a existência da vala de Perus em 1990 queria saber como Molina conseguira ver as ossadas ainda em 1981.

Quando a ditadura militar começou, Gilberto Molina cursava engenharia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Acabou entrando em uma das organizações para onde iam os estudantes indignados com os rumos políticos do país. Alinhou-se à Ação Popular (AP). “Sou ateu e só entrei porque não sabia que ela era uma dissidência da juventude católica”, disse, achando graça, no primeiro dia em que recebeu a **piauí** em seu apartamento na Tijuca.

Ficou pouco tempo e era um soldado raso na organização. Junto com um punhado de colegas, escrevia panfletos com críticas ao governo e passava de carro jogando a papelada em lugares como portas de fábricas. Participava de comícios-relâmpago, fazia pichações. “Hoje o pessoal só precisa pegar um spray. Mas na minha época era muito mais elaborado!”, achou graça de novo, agora a caminho de um restaurante por quilo a algumas quadras de sua casa. “A gente tinha que comprar sebo de boi em açougues e pó preto para graxa de sapatos, ir para um lugar distante, botar tudo para ferver em uma lata. Ficava aquela coisa borbulhando. Depois a gente fazia canudos com cartolina amarrada com durex e melava nessa mistura. Um dia antes, procurava nos bairros os muros e paredes ideais para escrever. Na hora, alguém ia dirigindo um carro, os outros desciam e pichavam: ‘Abaixo a ditadura! Fora Médici!’”

Antes de Médici, numa manhã de 1968, logo cedo, Gilberto Molina foi preso mesmo, pego de surpresa por dois policiais, dentro de casa, sem saber direito por quê. Quando percebeu que seria levado para uma delegacia, pediu licença para se vestir, pegou alguns panfletos que tinha guardado e pediu ao irmão Flávio, que estava deitado na cama, que escondesse o material. Foi interrogado, mas não apanhou – os policiais fizeram uma acareação com outra pessoa, mostraram fotos de outras. Ele não conhecia ninguém. Ficou uma noite na cadeia, foi liberado e passou a responder a um processo na Justiça Militar. Seria absolvido anos depois.

Também em 1968, um ano antes de começar a cursar química na UFRJ, Flávio, quatro anos mais moço que o irmão, foi preso pela primeira vez. A polícia invadiu o campus da Faculdade de Filosofia durante uma assembleia estudantil e levou todos que conseguiu para o antigo campo de futebol do Botafogo. Foi fichado, solto no dia seguinte e também passou a responder a processo na Justiça Militar. Indignado, aprofundou a militância que começara em 1966, quando ainda era estudante ginasial e se engajou na política estudantil.

Dependendo da fase de suas vidas, a diferença de idade entre os irmãos poderia afastá-los ou deixá-los mais próximos. Na infância, saíam juntos para pescar na fazenda onde um tio vivia e trabalhava, a Santa Teresa, em Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Depois o convívio rareou, sobretudo quando estudaram em colégios internos em períodos diferentes. A certa altura, passaram a dividir o mesmo quarto no apartamento onde os pais moravam com a avó, no Posto 6, em Copacabana. De vez em quando, os dois enfrentavam debates acalorados com os pais, conservadores, durante as refeições – mas nunca entravam em detalhes sobre a atuação em organizações. “Era uma regra nessa época, para proteger as famílias.” Gilberto Molina pegava praia com o irmão mais novo e seus amigos de escola que também já atuavam em movimentos políticos – e nem assim se falava do assunto.

Quando terminou a faculdade, em 1969, Gilberto Molina foi contratado como engenheiro civil e transferido para uma obra. Foi uma mudança radical. Na paralela, se apaixonou pela estudante de arquitetura Vera, que seria sua mulher por mais de quatro décadas e mãe de suas quatro filhas. “Fiquei em uma daquelas bifurcações do destino: o que eu faço, continuo na organização? A vida foi naturalmente me levando para outro lado. Se eu fosse mais novo como meu irmão, que se engajou politicamente ainda no ginásio, provavelmente teria ficado e entrado na clandestinidade.”

No meio do ano, Gilberto e Vera se casaram. Fizeram uma pequena viagem de lua de mel e, na volta, ele chamou o irmão para ir até seu novo apartamento ver umas fotos. No meio da conversa, o telefone tocou. “Era alguém pedindo para falar com o Flávio, passei para ele. Ele conversou qualquer coisa e me disse: ‘Olha, vai lá em casa, diz pra mamãe que eu não vou dormir lá e pega uma bolsa com roupas para mim.’ Fui fazer isso naquela noite mesmo. Minha mãe perguntou: ‘É coisa de mulher?’ Eu disse: ‘Não, mamãe. Depois ele entra em contato com você.’”

Os irmãos marcaram um encontro para o dia seguinte, na Praça José de Alencar, no Flamengo. Flávio foi com um amigo da época de ginásio, Frederico Eduardo Mayr. Os dois eram inseparáveis. Nos arquivos que Gilberto guarda meticulosamente em seu computador, há uma fotografia em que eles aparecem com outros jovens, com ar orgulhoso, depois de uma escalada ao Pico da Bandeira. E é de autoria de Mayr um desenho, feito com caneta em março de 1967, que mostra Flávio sentado com as pernas cruzadas, usando camisa de mangas curtas, sandálias e óculos de grau de aros grossos. Aparece ali com um ar compenetrado, um jeito de jovem revolucionário de classe média. Mayr estudava arquitetura e também seria preso em São Paulo, torturado, morto e enterrado no Cemitério Dom Bosco. O retrato que desenhou do amigo viraria um quadro pendurado na casa de Álvaro Andrade Lopes Molina e Maria Helena Carvalho Molina que, além de Gilberto e Flávio, tiveram outros três filhos.

Dias depois, os irmãos se viram de novo, desta vez na Avenida Presidente Vargas. “Ele disse que ficaria longe por um tempo. Perguntei se ele precisava de dinheiro, ele respondeu que não.” Gilberto nunca mais voltou a ver seu irmão. Antes de entrar de vez na clandestinidade, Flávio foi fazendo despedidas que lhe pareciam dolorosas. Telefonou para o pai e pediu para vê-lo na “casa da vovó Gigi”. A avó já tinha morrido, o pai entendeu o recado. Encontrou o filho, também pela última vez, no Cemitério São João Batista, em Botafogo, no Rio. O estudante da UFRJ também foi ver a namorada, Leila, na porta da escola onde ela estudava. Disse a ela que faria uma viagem.

Depois das despedidas, Flávio passou a se comunicar apenas por carta. A família não sabia a qual organização ele pertencia, onde estava e o que fazia na clandestinidade. Em uma carta enviada para sua mãe, em agosto de 1969, Flávio dava pistas de que havia aderido à luta armada. “Mamãe, sei que você ainda não se acostumou com a minha ausência. O caminho que escolhi é bastante difícil e ambos devemos saber suportá-lo, devemos encarar a realidade como ela é. Estou fazendo algo que considero certo e necessário, e para isso saí de casa e abandonei os estudos.”

Em seguida, demonstra preocupação de que os dois irmãos mais novos o vejam como bandido e faz considerações sobre a sua escolha – prolixas e inflamadas, à moda da esquerda da época: “Tenho pensado muito em Cláudio e Celso sobre a minha ‘influência negativa’ na formação deles […]. Estou de cabeça erguida e quero que todos estejam. O ser humano que tem suas ideias e não as leva para a prática é um fraco, hipócrita e cabotino,

ines249

e isto eu não sou, pois o caminho obrigatório da teoria é a prática, e se esta se mostra diferente cabe, dentro desta prática, corrigi-la e formar uma nova teoria para buscar novamente a unidade.” E, lá pelas tantas, escreve sobre o treinamento que andara praticando na Fazenda Santa Teresa: “Peça ao titio desculpas pelos tiros que dei por lá (foi longe das galinhas), mas eu precisava melhorar a pontaria.”

O apartamento de Copacabana sentiu o peso da saída do terceiro filho dos Molina. “Meus irmãos mais velhos, Marta e Gilberto, já moravam fora. Talvez para protegê-lo, meus pais mandaram o caçula, Celso, para morar na fazenda do meu tio. Eu, adolescente, fiquei lá”, diz o químico Claudio Molina, 72 anos, o único irmão ainda vivo de Gilberto. Hoje aposentado depois de uma carreira longeva na Petrobras, ele lembra de dois eventos particularmente marcantes, pesados, desse período. O primeiro foi a visita de um homem que parecia um oficial de Justiça, para entregar um mandado de prisão. No segundo episódio, entrou um grupo de policiais à paisana no apartamento, fazendo perguntas, revistando tudo, abrindo o cofre da família. Todos com postura intimidatória. “Um deles era um cara muito abusado, arrogante. Sentou-se na poltrona onde o meu pai costumava ver televisão e me perguntou se eu tinha uma foto do Flávio. Eu disse que sim, fui lá dentro, fiz um certo suspense e mostrei uma foto dele bebê. Nunca esqueci a cara de raiva que ele fez.” Aos poucos, o pai e a mãe foram entendendo que sim, era verdade, a ditadura fazia dessas coisas. Gilberto tomou a frente da busca pelo irmão.

Em julho de 1970, os contatos feitos por Flávio cessaram de vez. A família ficou no vácuo, sem saber seu paradeiro. Até que, no dia 29 de agosto de 1972, o *Jornal do Brasil* e *O Globo* publicaram, no meio de pequenas notas, que ele havia morrido nove meses antes em São Paulo, em um confronto da polícia com “dois terroristas [*que*] pertenciam ao Movimento de Libertação Popular (Molipo)” e “a pretexto de protestar contra o aumento de ônibus”.

Como o irmão respondia a um processo na 2ª Auditoria da Marinha do Rio de Janeiro, Gilberto pediu que o advogado que o defendia, Alcione Vieira Pinto Barreto, perguntasse ao juiz auditor do caso se era verdade que ele estava morto. As autoridades responderam que “o noticiário de imprensa era infundado”. Gilberto passou a visitar quartéis, telefonar para hospitais e necrotérios perguntando pelo irmão. Nada.

Já trabalhando duro como engenheiro civil, Gilberto morou em várias cidades brasileiras com Vera, para acompanhar grandes obras de perto, como as de hidrelétricas. As meninas foram nascendo. “Fiquei um período meio perdido, sem saber como começar a correr atrás de notícias do meu irmão. Era uma época em que a gente demorava para contatar as pessoas, não tinha essa de mandar WhatsApp.” Em uma das fases em que voltou a morar no Rio, descobriu o CBA, que lutava pela anistia. Aos poucos, entrou em uma rede de contatos de militantes políticos e familiares de desaparecidos, que levantavam fiapos de informações e passavam uns para os outros.

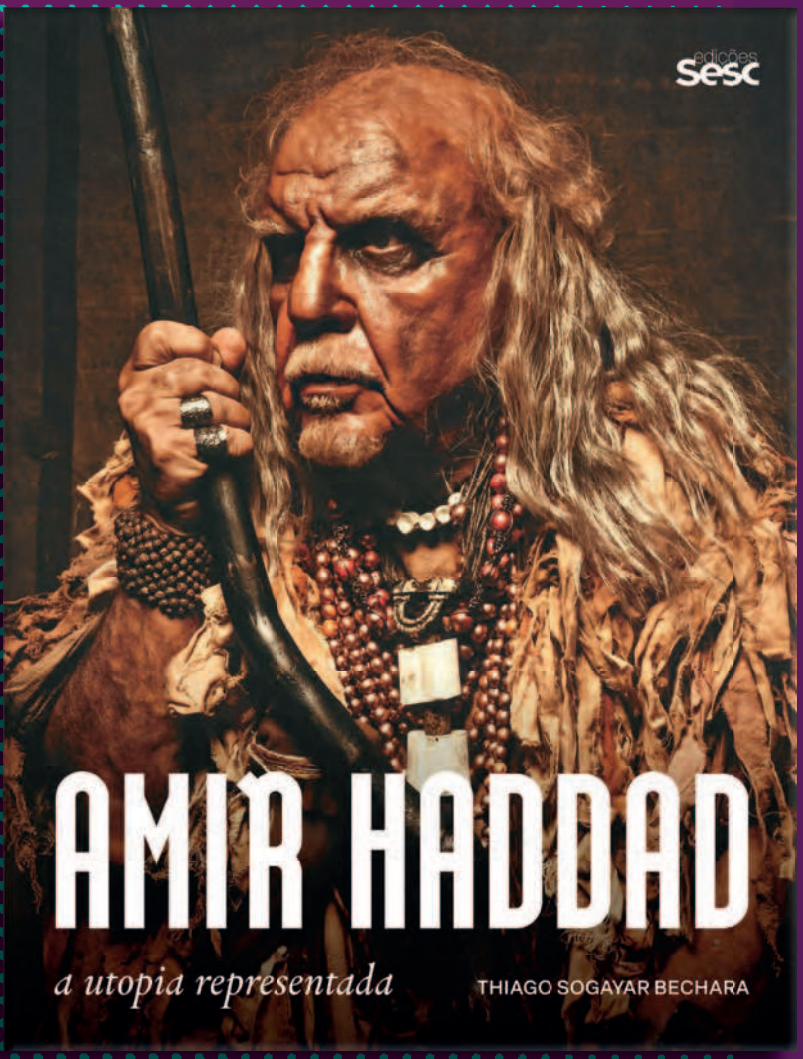
No CBA, alguém lhe passou o contato de um militante que tinha informações sobre o seu irmão e estava disposto a falar. Era o professor de história Rubim Santos Leão de Aquino. Os dois marcaram encontro, na hora do almoço, na frente da Igreja de Santa Luzia, no Centro do Rio. “Quando cheguei, vi um homem parado na esquina. Nos cumprimentamos, ele me levou para a sala onde trabalhava, em um prédio ali perto. Eu me sentei, ele começou a falar.”

Aquino contou tudo o que sabia. Flávio Molina participara da Ação Libertadora Nacional (ALN), a organização fundada por Carlos Marighella que, entre outras ações, fazia assaltos a bancos, as chamadas expropriações, para financiar a derrubada da ditadura e o início da revolução popular. Fizera parte do Grupo dos 28, como ficou conhecido um punhado de jovens que foram para Cuba participar de treinamento de guerrilha. Alguns deles resolveram deixar a ALN e abrir uma dissidência, o Molipo. Era o grupo do ex-ministro José Dirceu. Junto com o amigo de infância Frederico Mayr, Flávio aderiu à nova organização. Voltou ao Brasil em novembro de 1971.

Com rapidez extraordinária, o Molipo foi dizimado pela repressão – o que gerou especulações sobre a existência de um delator, que até hoje rendem assunto entre os sobreviventes. “Aquino disse que meu irmão foi levado para a delegacia da Rua Tutóia, em São Paulo, onde reinava o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Foi torturado e morto. Eu nunca tinha ouvido esses detalhes. E chorei ali mesmo, na frente dele”, lembra Gilberto. O DOI-Codi, que funcionava na rua Tutóia, foi o maior centro de repressão da ditadura militar. Pelas contas da Comissão Nacional da Verdade, cinquenta pessoas foram trucidadas em suas dependências apenas entre 1970 e 1975, período em que Ustra esteve no comando.

Gilberto digeriu as informações por alguns dias e foi à casa dos pais, contar o que descobriu. Era um domingo. “Minha mãe tinha ido à missa, o meu pai se sentou em uma poltrona, eu na outra. Falei: ‘Olha, tive a primeira comprovação testemunhal de que o Flávio morreu.’ Narrei todos os detalhes. Meu pai só fez uma pergunta: ‘Por que mataram, se ele já estava preso?’ Depois ficamos

POR UM TEATRO LIBERTÁRIO



Diretor, ator e pedagogo, um dos fundadores do Teatro Oficina e idealizador do grupo Tá na Rua, Amir Haddad revolucionou o teatro ao romper as fronteiras entre palco e público.
Com prefácio de Fernanda Montenegro e depoimentos de parceiros de vida e carreira como Renata Sorrah e Pedro Cardoso, esta biografia é um dos mais completos levantamentos já feitos sobre o percurso do artista, colocando em perspectiva suas percepções sobre o tempo vivido e seu pensamento estético.

saiba mais

edições sesc
/edicoessescsp

ines249

Feliz NATEU
SEM DEUS E COM MUITO PANETONE!
AS

ALLAN SIEBER_2025

lá, calados. Foi entardecendo. Minha mãe chegou e estranhou a gente ali no escuro. Quando soube de tudo, disse: 'Vou rezar.' Saiu e foi para o quarto."

Gilberto não sossegou enquanto não conseguiu uma confirmação oficial da morte do irmão. Em 1978, com apoio do CBA, ele incluiu as notícias de 1972 que davam seu irmão como morto nos autos do processo que ainda corria contra ele na 2ª Auditora da Marinha e pediu de novo esclarecimentos. O Conselho da Justiça Militar do Rio acabou repassando o pedido ao Dops de São Paulo. O então diretor-geral de polícia, Romeu Tuma, recolheu todas as informações disponíveis sobre o militante carioca em São Paulo e enviou a resposta.

O conjunto de documentos oficiais contava a costumeira história, cheia de furos, inventada por agentes da repressão para esconder mortes sob tortura. De acordo com os arquivos, Flávio havia sido preso em 6 de novembro de 1971, ao se encontrar com um militante. Interrogado, declarou que teria um encontro às 13 horas do dia seguinte com mais um integrante da organização, no bairro do Ipiranga. Os policiais, diz a papelada, o levaram até o ponto do encontro. "Conduzido até o local tentou a fuga, não conseguindo em face de ter sido baleado mortalmente", conclui o texto, bancando uma versão inteiramente mentirosa. Um exame necroscópico do IML mostrava as trajetórias de bala em seu corpo, e uma certidão de óbito informava que fora enterrado no Cemitério Dom Bosco, com o codinome de Álvaro Lopes Peralta. Os órgãos da repressão sabiam seu nome verdadeiro, como demonstrariam vários outros documentos encontrados depois nos arquivos do Dops, mas usaram o codinome. "Foi ocultação de cadáver mesmo, feita pelo Estado. A nossa família nunca foi avisada", diz Gilberto.

Quando soube do codinome usado pelo filho, a família matou a charada: Álvaro e Lopes eram, obviamente, uma referência clara ao nome do próprio pai, Álvaro Andrade Lopes Molina. Peralta era o apelido que Flávio recebera, quando criança, do seu padrinho.

Com a confirmação oficial da morte do irmão em mãos, Gilberto partiu para as etapas seguintes. Depois de ver a vala de Perus em 1981, agora queria identificar o corpo, para poder enterrá-lo no jazigo da família, e um atestado de óbito com seu nome corrigido. Em todas as correspondências e documentos oficiais que enviaria a partir dali, Gilberto sempre assinava com o nome da mãe. "Em respeito à dor dela, e porque o nome de uma mãe que perde um filho dessa maneira tem mais força", explica.

Depois da redemocratização, começou a frequentar o Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, do qual virou vice-presidente. Ia às reuniões religiosamente. Nas rodas de conversa, também contava as suas histórias difíceis, como aquela tarde em que chegou em São Paulo, foi até a Estação da Luz, pegou um trem até Perus e, de lá, um táxi – até ver as ossadas da vala clandestina do Cemitério Dom Bosco. Os encontros tinham um público flutuante. Muitos familiares de desaparecidos e ex-presos políticos iam por um tempo, depois sumiam. Surgiam pessoas misteriosas ou meio piradas, como um homem em desvario que, não se sabe se devido a alguma tortura que sofreu, enxergava um dragão em uma fotografia e acreditava que era um sinal. Alguns topavam receber acompanhamento de psicólogos voluntários ligados ao grupo. Um desses encontros foi marcado para um Domingo de Páscoa. Gilberto deu um jeito de ir mesmo assim.

No jornalzinho do Tortura Nunca Mais, assinava uma coluna de reflexões. Ele próprio colocava o jornal em envelopes, etiquetava e enviava para a casa das pessoas. Escrevia textos meio poéticos falando do sumiço do irmão e da dor da mãe e mandava para os grandes jornais. No começo, era publicado na seção de cartas dos leitores. Depois, passou a publicar nas seções dedicadas a artigos.

Usava as brechas em sua agenda de engenheiro para marcar encontros com gente que poderia lhe dar mais detalhes sobre o irmão. No Rio de Janeiro, conversou com a ex-guerrilheira Zilda Xavier Pereira, que participou da fundação da ALN e era mãe dos militantes Iuri e Alex Xavier, ambos presos e mortos pela ditadura. Ela contou como, sentada com Flávio em uma praça em Cuba, tentou demovê-lo da ideia de voltar ao Brasil com o grupo do Molipo.

Em São Paulo, aproveitou uma viagem de trabalho e foi com o irmão mais novo, Celso, conversar com a socióloga Ana Corbisier, que também aderiu à dissidência da ALN. Ela contou como era a vida deles em Cuba – treinamentos em matas, combates simulados, disciplina, táticas de guerrilha. E explicou que, sempre que voltavam ao Brasil, os guerrilheiros procuravam se descaracterizar. Antes de sua viagem de volta, Flávio mudou o corte de cabelo, trocou de óculos e deixou com ela um relógio de pulso que circulou na família Molina: era do pai, passou para Gilberto e acabou indo para Flávio. No encontro, Corbisier devolveu o relógio. "Dessa vez, eu estava tão interessado nos detalhes que não chorei", conta ele.

Até hoje se encontra, para tomar um chope, com Newton Leão Duarte, outro amigo de seu irmão que aderiu ao Molipo – e também aparece na foto do Pico da Bandeira. Duarte esclareceu a história rocambolesca por trás do telefonema misterioso que fez Flávio sair de casa. Do outro lado da linha, era um integrante da ALN avisando que Newton Duarte havia sido preso e recomendando: "É melhor a gente debandar!"

Gilberto relembra como as coisas aconteceram: "O Newton tinha sido designado para arrumar um carro para assaltar um banco. Arrumou um Fusca roubado, trocou a placa e estacionou em uma rua em Copacabana. Mas a placa não era compatível com o ano do Fusca. Policiais corruptos, que faziam parte de uma quadrilha de roubo de automóveis, viram aquilo. Acharam que era um bando rival entrando em sua área. Pegaram o Newton, começaram a interrogá-lo. Pela maneira como ele falava, pelas roupas, pelo endereço dele, se tocaram: 'Esse cara não é ladrão de carro, é terrorista!' Mandaram para o Dops, onde ele apanhou muito. Acabou preso por anos no presídio da Ilha Grande." Gilberto completa: "Pois é, foi assim que meu irmão teve que entrar na clandestinidade."

Juntando um depoimento aqui, um documento oficial ali, Gilberto conseguiu montar o panorama completo do trajeto feito pelo irmão. Abrindo arquivos de computador, ele conta a história que reconstituiu. Três meses depois de deixar a casa dos pais, naquele dia em que o homem pisou na Lua, Flávio saiu do Brasil pelo Uruguai – é o que mostra um certificado de vacinação tirado no país, com o codinome de Carlos de Campos, outra referência à história familiar: era a rua onde o padrinho que o chamava de Peralta morava, em Laranjeiras. O documento estava no auto de prisão de Flávio. Do Uruguai, ele foi para o Chile. "Lá, me disseram que eles sequestraram um avião para ir a Cuba." Gilberto nunca conseguiu checar essa informação, mas ela faz sentido – o sequestro de aviões por guerrilheiros que queriam chegar em Cuba era tão frequente que um Boeing 707 da Varig, de prefixo PP-VJX chegou a ser apelidado pelos próprios tripulantes de Expresso Cubano porque, por três vezes em um período de seis meses, foi desviado de sua rota por militantes armados com pistolas para pousar em Havana. Em 1971, Flávio voltou ao Brasil com dois passaportes falsos, ambos de Honduras. Um em nome de Álvaro Lopes Peralta. Outro, como Joaquim Villeda Leiva, nome falso que também usou para trocar dólares na Avenida São Luís, em São Paulo, como mostra um outro documento obtido por seu irmão. Se esse codinome também carregava alguma referência pessoal, ninguém da família Molina conseguiu pescar.

Em 1979, Gilberto Molina recebeu mais uma dica dessa rede de informações. Um ex-militante do Molipo que havia convivido em Cuba com seu irmão estava vivo, morando em Orvault, na França. Escreveu uma carta para ele perguntando se sabia detalhes sobre as circunstâncias da prisão de Flávio. E fez o de sempre: assinou com o nome da mãe. Em novembro, veio a resposta. Era um texto datilografado, comovente. "Não sei como falar com a mãe de um companheiro morto. Mais ainda, não sei como expressar-me frente à mãe de um companheiro tão querido."

O ex-militante contou que, por ter a mesma faixa de idade, se aproximou muito de Flávio no período de quase dois anos em que todos permaneceram em Cuba. "Ele era conhecido como Armando ou, mais carinhosamente, como o Comprido – pela sua altura [*Flávio tinha 1,86 metro*]", escreveu. Contou, carinhosamente, que também o chamavam de Pessimista, porque costumava salientar as possibilidades negativas dos assuntos. "E, por brincadeira, ele sem-

ines249

pre levava isso a sério, mesmo nas coisas menos importantes", completou.

Descreveu a última vez em que o viu, em um encontro por acaso, dentro de um ônibus em São Paulo – Flávio havia sido destacado para atuar na frente rural da guerrilha que esperavam fazer. Ele, na urbana. "Conversamos, trocamos ideias, apostamos no futuro. Ele estava com um pequeno pacote nas mãos. 'É uma granada daquelas, nunca cairei vivo.' Assim ele falava tranquilamente, com absoluta certeza."

Ao fim do texto, o ex-militante ficou mais efusivo. "Você perdeu, há quase oito anos, seu filho Flávio. Não serão minhas palavras – nem as de ninguém – que poderão devolvê-lo ou trazer mais consolo. Mas saiba que ele VIVEU como um homem. E soube morrer também. Ninguém foi por ele delatado, ele não abriu a boca, apesar das torturas [...] é um orgulho para mim o de haver militado com o Flávio." Perto do fim, passou o endereço de sua mãe no interior de São Paulo: "Ela é muito religiosa."

Gilberto adorou a carta. Leu para a mãe, emocionado. Mostrou para várias pessoas. Digitalizou e juntou, meticulosamente, ao seu arquivo de documentos. Em 2023, veio o baque. Ele comprou a segunda edição do livro *A Casa da Vovó – uma biografia do* DOI*-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*, escrito pelo jornalista Marcelo Godoy. Foi direto no índice onomástico, procurando por referências ao irmão. Encontrou, na página 287, uma nota de rodapé que o tirou do prumo. Entrevistado por Godoy, um agente de repressão falava de um informante do Molipo, com o codinome Camilo, que salvou sua cabeça ao entregar a de pelo menos três colegas. Entre eles, a de Flávio. O livro não mostra o nome real do militante apresentado como delator, mas cita a carta que ele escreveu, da França, para a mãe de Flávio. "Vi isso e telefonei para Godoy, que me contou os detalhes da apuração que fez sobre esse delator. Chorei a noite inteira."

Escreveu um e-mail para um grupo de amigos, contando: "Esta carta eu divulguei muito na época, porque ali constavam alguns passos do Flávio e era uma demonstração de respeito e sentimento pela perda de um companheiro [...] Até ontem eu via a carta com apreço, ao reler agora tive ânsias e sono perdido." Quando contou essa história para a **piauí**, disse: "Depois me lembra de te contar da vez em que eu achei que iria chorar pela última vez!"

Ao longo de décadas, Gilberto Molina revelou uma capacidade sobrenatural de não se abater diante da máquina de moer gente da burocracia estatal. Lidou com má vontade, incompetência, preguiça e um aparato especialmente talhado para favorecer o esquecimento. Flávio teve quatro atestados de óbito, muito diferentes entre si no que há de mais fundamental – o nome, a causa e o local da morte. Chegar à última versão foi uma maratona de tenacidade por parte de seu irmão.

O primeiro atestado, emitido no cartório do Ipiranga, bairro onde, pela versão oficial, ele teria morrido ao tentar fugir da polícia, vinha com o nome "Álvaro Lopes Peralta". Informava que ele havia sido sepultado no cemitério de Perus, colocava como causa da morte uma "hemorragia interna traumática" e dizia que ele havia morrido em uma esquina no bairro do Ipiranga. Com esse documento em mãos, Gilberto, de novo com o apoio do CBA, deu início a um processo de reconstituição de identidade e de reassentamento de óbito. Em 1981, com uma decisão judicial, conseguiu colocar na certidão o nome verdadeiro do irmão e de seus pais.

Em 2017, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) começou a retificar atestados de óbito das pessoas mortas nas mãos do aparato oficial da repressão, fazendo constar no documento a causa real da morte. Era uma das medidas de restabelecimento de memória e verdade recomendada em 2014 no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Em agosto de 2019, no entanto, o trabalho foi interrompido. Jair Bolsonaro demitiu a presidente da CEMDP e destrambelhou o órgão. Gilberto decidiu seguir sozinho. Começou a trocar e-mails com o cartório do Ipiranga. São mensagens infinitas, em que se fala da documentação necessária e não se chega a lugar algum. O pedido acabou recusado. Em burocratês, uma funcionária do cartório informou que a retificação só poderia ser feita pela via judicial. Gilberto respondeu: "Discordo peremptoriamente e tomarei as providências cabíveis."

Disparou e-mails pedindo ajuda e acabou envolvendo no caso as mais altas esferas. Acionou a Comissão de Direitos Humanos da OAB paulista, que oficiou o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, que por sua vez já havia determinado, em resposta a uma consulta feita pelo Conselho Nacional de Justiça, que todos os cartórios do estado deveriam atender a esses pedidos de retificação administrativamente – ou seja, sem esperar decisões judiciais.

Dez dias depois de causar esse vai e vem, o cartório entrou em contato com Gilberto avisando: o pedido dele seria atendido. Em janeiro de 2020, quase cinco décadas depois da morte do irmão, ele recebeu em casa a certidão de óbito com a causa real de sua morte: "Não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto de perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora do regime ditatorial de 1964 a

Ministério da Cultura, Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, e Pinacoteca de São Paulo

APRESENTAM

ATÉ
12 ABR 26

Trabalho de Carnaval

PINACOTECA
DE SÃO PAULO

Visite os três edifícios da
Pina com um só ingresso.

Entrada gratuita aos
sábados e 2º domingo
de cada mês.

Lei Rouanet Incentivo a Projetos Culturais
vale+ cultura

PATROCINADORES PLATINUM itaú Kinea uma empresa itaú
PATROCINADOR OURO RENNER
PATROCINADORES PRATA Stella Artois GOL
APOIO DE MÍDIA revista piauí

REALIZAÇÃO
PINACOTECA DE SÃO PAULO
CULTSP
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas
SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO SÃO TODOS
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Imagem: Isabella Matheus.

A Pitambeira dos 4 Cantos

ines249

PAPAI NOEL, PODE COMER TUDO O QUE TIVER NA GELADEIRA!
NINGUÉM PRECISA SE COMPORTAR BEM O ANO INTEIRO SE TRATAR BEM O PAPAI NOEL NO FINAL DO ANO.

ANDRÍCIO DE SOUZA_2025

1985." O local também foi corrigido: o DOI-Codi da rua Tutóia.

Certidão nas mãos, o engenheiro aposentado justifica a trabalheira: "É um papel? É um papel. O Flávio já tinha sido enterrado, já estava no sepulcro da família. Mas, para mim, é um dos documentos mais importantes. Simplesmente porque ele é justo."

Gilberto também correu atrás de indenizações. Em 1991, ajuizou uma ação, em nome da mãe, pedindo reparação por dano moral e material causado pela tortura, morte e ocultação do cadáver de Flávio. Em 2003, a União foi condenada a pagar 85 mil reais e recorreu, mas a família acabou recebendo em precatórios, em parcelas divididas ao longo de anos. E, em 1996, Flávio foi incluído no rol de desaparecidos políticos cujos familiares foram indenizados pelo governo, pela lei 9.140/95 — os Molina receberam cerca de 100 mil reais.

Nada, entretanto, foi tão labiríntico, doloroso e surreal quanto a batalha pela identificação do corpo do irmão. Com seu nome falso cheio de significados familiares, Flávio foi sepultado no Cemitério Dom Bosco, primeiro na cova número 14, rua 11, quadra 2, gleba 1 e número de registro 3 054. Em 1976, antes que a família soubesse que ele estava lá, foi transferido para a vala clandestina.

Quando a vala foi aberta, em 1990, a análise forense das ossadas ficou a cargo do Departamento de Medicina Legal da Unicamp. Gilberto achou que o processo ia ser rápido. Mas, junto com todos os outros restos mortais, o de seu irmão caiu em um jogo de empurra que durou mais quinze anos, passou por cinco legistas, três universidades e se transformou em um martírio tão longo e escandaloso que, em 2009, motivou uma ação do Ministério Público Federal pedindo a responsabilização de todos os envolvidos.

Até conseguir, a família Molina mandou material genético para oito exames de DNA, todos com resultados inconclusivos. Primeiro, houve um exame realizado pelo Departamento de Medicina Legal da Unicamp, onde os sacos plásticos com as ossadas acabaram empilhados em um galpão, tomados por lama em razão de uma inundação. Depois os exames foram repetidos no Laboratório de Genética Bioquímica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que em 1997 declarou que não teria condições de continuar o trabalho e despachou o material de volta para a Unicamp, em péssimo estado, com algumas amostras de sangue guardadas em vidros quebrados.

Em 2000, depois da denúncia de que estavam em condições precárias na Unicamp, as ossadas passaram para a responsabilidade do Instituto Oscar Freire, da USP, que seria auxiliado pela equipe do IML. Seguiram-se mais três exames de DNA, um feito por conta própria pela USP, outro contratado pela universidade, mas realizado pelo laboratório BioMol Latin America, na Colômbia ("Este duvidou até da maternidade dos irmãos", reclama Gilberto). Ainda houve um terceiro, em que um aluno bolsista da USP levou fios de cabelo da família para uma universidade da Inglaterra, sem qualquer registro oficial e sem resultados divulgados. Os Molina ainda enviariam amostras genéticas para exames feitos pela polícia técnica de São Paulo e, depois, por um laboratório particular na Argentina. "Era uma maluquice total. A mãe deles volta e meia ia para a casa da filha mais velha, em Resende, no Rio de Janeiro. Quando pediam material genético de novo, os filhos eram obrigados a removê-la, já doente. E o resultado nunca saía", lembra Ana Maria Müller, advogada e fundadora do CBA.

Em setembro de 2005, o Ministério Público Federal resolveu tomar a frente da análise dos restos mortais. Com verba disponibilizada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, contratou um laboratório particular, o Genomic Engenharia Molecular. O resultado saiu dez dias depois: as ossadas eram de Flávio Molina, com 99,99% de precisão garantida.

Álvaro Lopes Andrade Molina, o pai, havia morrido em 1985. Maria Helena, a mãe, estava cega e com movimentos limitados. Gilberto agradeceu aos dois procuradores que se empenharam no caso. Escreveu para a procuradora Eugênia Augusta Gonzaga e, no gabinete de Marlon Weichert, deixou um retrato 3x4 do irmão, usando terno e gravata, com uma dedicatória escrita no verso: "Ao dr. Marlon, com o agradecimento da família de Flávio Molina, pela dedicação e carinho que foram além do limite profissional. Muito obrigado."

Na manhã de 10 de outubro de 2005 houve uma cerimônia no Ministério Público de São Paulo, em torno da urna envernizada onde foram colocados os restos mortais de Flávio. No final do dia, teve outro evento, agora na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O sepultamento no jazigo da família, no Cemitério São João Batista, ficou para o dia seguinte. Foi simples e sóbrio. Ana Maria Müller perguntou se a flautista e professora de música Laura Rónai, na época vizinha de sua filha, toparia tocar na cerimônia. Ela foi e levou um de seus alunos. Ao som das flautas transversais, Maria Helena Molina acompanhou tudo em uma cadeira de rodas. Como já não enxergava, Gilberto descrevia para ela o que estava acontecendo. "Claro, foi ali no sepultamento que declarei que estava chorando pela última vez. Mas me enganei. Uma coisa assim não vai embora nunca", diz ele.

Dentre todas as reparações que conseguiu, faltou uma: identificar e punir os torturadores e assassinos de seu irmão. Gilberto, no entanto, está cansado. Aos poucos, foi deixando suas tarefas no grupo Tortura Nunca Mais para se dedicar à vida familiar. Três meses depois de ficar viúvo, sem prumo, tentou replicar a cultura de planejamento que aprendeu como engenheiro de grandes obras. Pensou bastante, sentou e fez uma lista de diretrizes para o resto de sua vida. Tomou coragem e reuniu as filhas para anunciá-las. São coisas privadas, das quais ele só revela uma: a decisão de entrar no aplicativo Tinder, para voltar a namorar. As filhas aprovaram a ideia. "Elas cantaram, juntas, a música dos Tribalistas, *Já sei namorar*", lembra. Em um dos almoços com a **piauí**, foi contando suas histórias amorosas – tem uma namorada, com quem está há cinco anos. "Na luta pela memória dos desaparecidos políticos, agora aquietei um pouco. Mas fico muito feliz em ver, pela primeira vez na história do Brasil, generais sendo condenados pelos seus atos contra a democracia. Já é um começo."

Na manhã de 8 de outubro, Gilberto Molina voou mais uma vez para São Paulo, convocado para participar de outra cerimônia organizada pelo Ministério dos Direitos Humanos e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Desta vez, era a entrega de certidões de óbito corrigidas para parentes de 102 vítimas da ditadura. Os que já tinham o atestado retificado, como Flávio, também foram contemplados. "Me disseram que agora seria uma versão 2025 do atestado, com redação mais precisa. Esses eventos mexem comigo e sempre digo que basta, mas acabo cedendo."

Molina chegou ao Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo São Francisco uma hora e meia antes do início do evento. Deu de cara com uma cena de filme. Ainda completamente vazias, as cadeiras do auditório estavam reservadas para os familiares com fotos de seus desaparecidos, penduradas nos encostos. Entre os homenageados, estavam Vladimir Herzog, Rubens Paiva e Carlos Marighella. Encontrou a fotografia de Flávio na quinta fileira e se sentou. "Não é o retrato dele de que gosto mais, nesse ele está disfarçado, na clandestinidade, com esse cabelinho feio", brincou.

Quando foram pegar os documentos, alguns familiares lembraram ao microfone dos anos custosos de buscas por qualquer notícia de seus mortos. Por vezes, pessoas da plateia choraram. Outros fizeram discursos inflamados. Gilberto disse: "Flávio foi assassinado um dia antes de completar 24 anos. Passados mais de cinquenta anos temos aqui mais uma gota de justiça. Uma gota porque os responsáveis por essas mortes e desaparecimentos estão impunes até hoje e provavelmente vão continuar. Então para que nunca mais aconteça, para que jamais se esqueça, ditadura nunca mais, sem anistia para golpista."

Sentado em um café no Aeroporto de Congonhas, pouco antes de voltar para o Rio, disse: "Eu estava pensando: as últimas pessoas vivas da família que conheceram o Flávio somos eu e o meu irmão. A maioria dessas pessoas que desapareceram era muito jovem, nem chegou a ter filhos. Essas histórias de quem se insurgiu contra uma ditadura não podem ficar para trás. Esses eventos simbólicos são importantes."

No dia seguinte, analisou com calma o novo atestado de óbito e comparou com o anterior, de 2019, para checar as diferenças. Na nova versão, o lugar de sepultamento aparece como Cemitério de Perus. Por WhatsApp, o irresignado disse: "Talvez eu peça outra retificação, só para incluir o Cemitério São João Batista." ✪

ines249

@quadrilhastvcanal

@CleideLifestyle

Do curau à quadrilha

No Brasil, o sabor vira encontro, o ritmo é alegria e tudo pode virar festa. O brasileiro ama celebrar e transforma qualquer momento em cultura, memória e afeto. No YouTube, cada região mostra sua tradição e seu jeito único de festejar. **E, com isso, 81% dos brasileiros conseguem encontrar conteúdos que refletem a sua cultura e perspectiva no YouTube.***

*(Oxford Economics 2024)

O Brasil está aqui. YouTube

ines249

1967–1982, PARA MEUS PAIS

Cartas de um cineasta quando jovem

EDUARDO ESCOREL

Em fevereiro deste ano, publiquei na **piauí** um conjunto de cartas que escrevi para meus pais em 1964. Eu estava com 18 anos e contei a eles, que viviam em Roma naquela época, o impacto causado no país e em mim pelo filme *Deus e o diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha. Aquele foi também o ano fatídico do golpe militar que me colocou em um dilema: deixar ou não o Brasil.

Em 1967, com 21 anos, retomei a correspondência com meus pais, que agora viviam em La Paz, com minha irmã caçula, Maria Luisa. Meu pai, Lauro Escorel, era embaixador do Brasil na Bolívia. Naquele mesmo ano, minha irmã mais velha, Silvia, ganhou o mundo, com a mochila nas costas. A terceira, Sarah, adolescente na época, estava semi-interna no Colégio Bennett, no Rio de Janeiro, com direito a sair nos fins de semana. Meu irmão, Lauro (cinco anos mais novo que eu), morava comigo no apartamento 601 da Rua Voluntários da Pátria, nº 100, em Botafogo. Em 1966, eu havia feito meu primeiro filme, obediente aos ditames do cinema direto, em parceria com Julio Bressane – o documentário *Bethânia bem de perto*, que teve duas pessoas na equipe de filmagem, ele e eu, desempenhando todas as funções.

RIO–LA PAZ, 1967

Faltam 10 dias para Castelo Branco deixar o governo
4 e 5 de março, *Tribuna da Imprensa*

5 DE MARÇO

Pai querido,

Acabamos *Terra em transe*[1] e já vimos, na quinta-feira, a primeira cópia. Está realmente muito bom. O embaixador Senghor,[2] que viu o filme com o representante da Unifrance,[3] saiu comovidíssimo. Somente umas quinze pessoas já assistiram ao filme, mas causou grande impacto nelas. Esta semana uma cópia deve seguir para Paris, onde a comissão de seleção do Festival de Cannes a assistirá, havendo expectativa de que possa ser convidado para participar do festival.

A minha operação das amígdalas correu só mais ou menos bem, com alguns contratempos que mamãe poderá lhe explicar.[4] Agora já estou quase que completamente recuperado; ainda um pouco fanhoso, mas bem.

Terminado *Terra em transe* e recuperado da operação, penso tirar uns diazinhos de férias e depois de concreto ainda não sei o que vai surgir. Recusei montar *Garota de Ipanema*[5] por vários motivos – cansaço e saúde entre eles.

Um grande abraço com saudades.

Decretada a nova Lei de Segurança do país
12 e 13 de março, *Jornal do Brasil*

14 DE MARÇO

Queridos pai e mãe,

As coisas aqui vão bem, ou melhor só mais ou menos bem. Sassá,[6] como era de se esperar, não conseguiu resistir muito tempo sem começar a criar pequenos problemas: a moça se recusa a passar qualquer fim de semana na casa de Rosita e Thiers[7] porque declara que é muito longe, que não vai poder ir às festas, que ninguém vai levá-la até lá depois das festas etc. Isso não representa nenhum problema enquanto eu estiver aqui no Rio, é claro; mas, se eu sair do Rio, como estava pensando em fazer na Semana Santa, ela não pode ficar aqui em casa sozinha e a situação complica. Ela me declara que você (mãe) disse a ela que poderia, quando quisesse, passar os fins de semana na casa da Edméa,[8]

---

[1] *Terra em transe* (1967), de Glauber Rocha.

[2] Henri Senghor (1928-2025), diplomata senegalês, anticolonialista e humanista.

[3] Amy Bakaloff Courvoisier (1907-84). Búlgaro de origem, mas de nacionalidade francesa e venezuelana, foi jornalista, poeta, escritor, crítico de cinema e representante do cinema francês na América Latina.

[4] Logo após a cirurgia, o contratempo havido foram coágulos de sangue se formando na garganta e que iam me sufocando. Era um sangramento localizado, decorrente de um corte mínimo ocorrido inadvertidamente durante a cirurgia. Para dar os pontos necessários e estancar o sangramento, seria necessário não anestesiar o local, pois do contrário o cirurgião não conseguiria ver o corte. E assim foi feito, a frio, com algumas enfermeiras tentando me manter imóvel e eu urrando, meus gritos ecoando pela Rua das Laranjeiras.

[5] *Garota de Ipanema* (1967), de Leon Hirszman, que já havia dirigido *Pedreira de São Diogo* (1962), *Maioria absoluta* (1964) e *A falecida* (1965). O principal motivo da minha recusa foi soberba imperdoável – estava me achando o tal por ter montado *Terra em transe*.

[6] Apelido em família de Sarah, minha irmã do meio, adolescente de 14 anos, na época.

[7] Rosita (1913-85) e Thiers Martins Moreira (1904-70), amigos de meus pais. Thiers, professor, escritor e pesquisador, foi catedrático de literatura portuguesa na Faculdade Nacional de Filosofia (extinta), posteriormente chamada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Dirigiu o Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa e o Serviço Nacional de Teatro (SNT). Escreveu, entre outros livros, *O menino e o palacete* (1954) e *Os seres* (1963).

[8] Edméa de San Tiago Dantas (1913-2010), viúva do político Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-64), ainda morava na famosa mansão da Rua Dona Mariana, próximo de onde meu irmão e eu morávamos.

ines249

RUTH TOLEDO_1975_DIVULGAÇÃO

Eduardo Escorel (primeiro à esq.) e o elenco de *Lição de amor*, de 1975: "Domingo fomos a um churrasco e aproveitamos a manhã em Petrópolis procurando possíveis casas para o filme"

mas a mim você simplesmente não mencionou essa possibilidade e então estou meio sem saber o que decidir para a Semana Santa: se desistir da minha viagem ou falar com a Edméa. Favor escrever com urgência a ela e esclarecer de uma vez por todas esse problema. [...]

Eu já escrevi duas cartas à Silvia,[9] ambas ainda sem resposta. Acredito que o diálogo entre vocês poderá se restabelecer aos poucos, dependendo só dela amadurecer e deixar de lado certas revoltas infantis completamente sem base. Você declara que o Luiz[10] é um menino imaturo e sem um eixo interior, e é verdade, mas a definição cai como uma luva para a nossa querida Silvia também. Esperemos que a Silvia (e isso depende um pouco também de um grande esforço de compreensão e adaptação por parte de vocês dois) consiga se enquadrar entre as pessoas que saem de um estado de perplexidade e desorientação para uma situação mais objetiva, concreta, dedicada a tarefas que realmente representam alguma coisa, para ela mesma e para os outros. O caso da Silvia é um típico reflexo de uma total desorientação.

Desculpem os "conselhos", mas são coisas nas quais eu acredito. Se vocês ficarem rigidamente dentro de certos conceitos não conseguirão nunca dar o apoio de que agora, mais do que nunca, ela está precisando.

Laurinho[11] segue estudando nestes primeiros dias. Estudando, mas não se matando. Acho que é o jeito dele mesmo. [...]

Calor incrível e racionamento confuso. Chuvas fortes no fim do período.

Eu continuo de férias. Lendo muito e só.

Se conseguir encontrar "guarida" para a Sassá devo ir passar a Semana Santa em Poços [*de Caldas*] com os cândidos sogros e Ana Luisa.[12]

Chuva volta forte e desabriga
90 famílias
19 e 20 de março, *Jornal do Brasil*

19 DE MARÇO

Soube ontem da morte do Lourival[13] pelos jornais. Gilda[14] telefonou hoje para Ana Luisa e disse que o corpo vai chegar quarta-feira e que A. Candido[15] deverá ir recebê-lo a pedido da Lourdes.[16] Terrível, não? Ana Luisa está pensando em ir para São Paulo na Semana Santa para visitar o Lucio.[17] Não sei ainda se poderei ir também, mas se for farei uma visita a Lourdes por vocês.

Achei muito curioso você (pai) comentar na sua carta que "graças à minha boa vontade" a Sassá poderá sair todas as semanas, considerando que eu não fui, em nenhum momento, consultado sobre esse problema e nem sobre os problemas todos que adviriam do simples fato de ela estar internada no Brasil, longe de vocês. Não tendo sido consultado, não vejo muito bem como posso ter qualquer autoridade sobre a Sassá, que não é exatamente uma menina dócil.

Cassações ameaçam Pedrossian,
deputados e mais um prefeito
19 de agosto, *Correio da Manhã*

20 DE AGOSTO

Cara a cara é um longa-metragem de ficção.[18] Estou trabalhando há já um

---

[9] Silvia, minha irmã mais velha, estava em viagem no exterior. Ela havia sido casada com o diretor de fotografia Luiz Carlos Saldanha de dezembro de 1964 até fevereiro de 1967. Reuniram-se outra vez em dezembro de 1967 e se separaram, em definitivo, em março de 1968.

[10] Luiz Carlos Saldanha foi meu colega no curso de cinema do diretor sueco Arne Sucksdorff (1917-2001), realizado no Rio, entre 1962 e 1963. Foi diretor de fotografia de *Maioria absoluta* (1964), de Leon Hirszman, e de *Jornal do Brasil* (1964), de Nelson Pereira dos Santos. Viveu em Roma a partir de 1964 e se casou com Silvia em dezembro daquele ano. Fez a direção de fotografia, com Giorgio Pelloni, do terceiro episódio da série *La via del petrolio* (1967), de Bernardo Bertolucci.

[11] Em 1966, meu irmão Lauro fez fotografias de cena na filmagem de *Terra em transe*. Em 1967, aos 17 anos, cursava o terceiro ano científico (equivalente, hoje, ao ensino médio) no Colégio Andrews e foi diretor de fotografia do curta-metragem *A falência*, de Ronaldo Duarte, premiado como Melhor Filme do 3º Festival Brasileiro de Cinema Amador do *Jornal do Brasil* – o prêmio não impediu a censura de interditar a exibição do filme em todo o país.

[12] Ana Luisa de Mello e Souza, na época. A partir de 1964, aluna da segunda turma da Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi).

[13] Lourival Gomes Machado (1917-67), professor, crítico e historiador da arte, além de cientista político, morreu em Milão, aos 49 anos. Foi amigo de mocidade dos meus pais.

[14] Gilda Rocha de Mello e Souza (1919-2005), ensaísta e professora de estética, mulher do crítico Antonio Candido.

[15] Antonio Candido de Mello e Souza (1918-2017), crítico literário, ensaísta e professor, autor de *Formação da literatura brasileira* e *Os parceiros do Rio Bonito*, entre outros.

[16] Maria de Lourdes Santos Machado (1914-2006), viúva de Lourival Gomes Machado.

[17] Lucio Gomes Machado, filho de Lourdes e Lourival. De 1957 a 1958, fomos contemporâneos no então ginásio do Colégio Rio Branco, em São Paulo. Em 1967, na mesma cidade, estava cursando o terceiro ano da Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie.

[18] *Cara a cara* (1967), primeiro longa-metragem de Julio Bressane.

ines249

NA VERDADE, O OURO É GERADO EM IA...
LAERTE
FELIZ NATAL!

LAERTE_2025

mês e pouco, mas esse é bem mais simples que TemT [*Terra em transe*] e já está quase pronto. O problema todo é que a fita é bem ruim e o meu trabalho por isso não é tão estimulante quanto no filme anterior. Glauber [*Rocha*] tem me escrito, uma fera com os últimos feitos do Ita [*Itamaraty*] (Sauer, Grieco[19] e cia.) em relação ao cinema. [...] Ele esteve no Canadá, fazendo parte do júri do Festival de Montreal e agora deve estar a caminho de Veneza para depois voltar ao Brasil. Além do trabalho da montagem, continua a preparação da nossa revista, que deverá lançar seu primeiro número só em novembro,[20] e estamos tentando (com o Joaquim Pedro)[21] organizar e conseguir produção e exibição (na TV Educativa do Gilson Amado)[22] de uma série grande de filmes sobre o tema geral de cultura brasileira.[23]

Esta semana deveremos começar a assistir (Ana Luisa e eu) a um curso que um professor italiano, Andrea Bonomi,[24] vai dar sobre o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss.[25] [...]

Quanto à nossa Sil querida, sinceramente acho que não adianta nada eu escrever para ela dizendo o que disse para vocês por que, do ponto em que ela está, acho que só se volta apanhando muito e descobrindo as coisas sozinha. De qualquer maneira, acho que escrevo assim mesmo, mas para onde agora, se vocês me dizem que não está mais em Barcelona?

Quanto ao Laurinho e o problema profissão, acho que vocês ainda estão raciocinando exatamente da mesma maneira que raciocinavam quando era eu que estava no momento de escolher, o que me parece um erro. Além do fato evidente de que cada pessoa é extremamente diferente da outra e de que existe uma situação social que gera necessariamente uma grande perplexidade no mundo (perplexidade que se reflete no adolescente como dúvida, incerteza), me parece que vocês jogam erradamente com os conceitos de realização profissional, conforto material, profissão. Conversa longa e difícil, que talvez seja melhor deixar aqui para o Rio. [...]

Pai, desde já pelos 50, um grande abraço. Nada de reflexões em torno do número de anos, pois afinal cinquenta é só metade de cem e, portanto, um princípio de vida.

Jango nega pacto com Lacerda
6 de outubro, *Correio da Manhã*

6 DE OUTUBRO

Escrevo para lhe dizer que Ana Luisa e eu queremos nos casar. Espero o seu consentimento e a sua aprovação para completar a unanimidade. Se assim for e você quiser escrever para Antonio Candido a respeito, por favor o faça. Eu não vou fazer nenhum pedido formal, mas talvez fosse simpático você escrever aos Candido. O.k.?

Talvez lhe pareça estranho eu ter manifestado este desejo tão pouco tempo depois que você viajou, mas por favor acredite que não foi intencionalmente. Apenas, essas coisas você sabe como são. [...]. A gente vai pensando e um dia se decide. Espero carta sua.

Um beijo em Maria Luisa[26] (diga que estou comunicando a ela também a nossa vontade).

1969-70

Marighella morre metralhado em São Paulo
5 de novembro, *Jornal do Brasil*

Em 1º, 2 e 3 de novembro, filmei a romaria de Finados, em Juazeiro do Norte, no Ceará, tema de Visão de Juazeiro, *segundo curta-metragem que dirigi, produzido por Thomaz Farkas. Jorge Bodanzky*[27] *fez a fotografia e Hermano Penna*[28] *o som.*

Antes do fim do mês, fui para Roma onde montei O leão de sete cabeças *e, em seguida, a Barcelona montar* Cabeças cortadas, *ambos de Glauber Rocha. Ana Luisa foi me encontrar em Roma, no início de janeiro de 1970, e seguimos juntos para Paris, onde montei* Un séjour, *de Carlos Diegues.*

Voltamos para o Brasil em julho de 1970 e, só então concluí Visão de Juazeiro, *antes de montar* Nelson Cavaquinho, *curta-metragem de Leon Hirszman.*

RIO–ASSUNÇÃO, 1971-72

China Popular estuda ONU preparando a sua admissão
11 e 12 de abril, *Jornal do Brasil*

12 DE ABRIL

Preciso pedir um favor a vocês; nós continuamos em situação financeira precária; pensando em como remediá-la, já que está mesmo difícil conseguir trabalho regular, falei com o Fernando Martins Moreira[29] sobre a possibilidade de obter um empréstimo no banco; ele me disse que, como eu não movimento uma quantia suficiente, eles só poderiam emprestar dependendo de quem fosse o avalista, e disse que você seria um avalista que eles aceitariam; embora eu preferisse resolver a situação sem recorrer a esse empréstimo, não sei se vai ser possível e por isso peço que me mande dizer o mais depressa possível se estaria de acordo em avalizar os títulos, pois, se estiver e eu chegar à conclusão de que não há outro jeito, ainda precisaria mandar os títulos para você assinar, o que leva algum tempo.

Gilda esteve aqui passando um fim de semana e está muito bem, agora que passou adiante a chefia do departamento;[30] Ana Luisa vai bem, com bastante trabalho; agora várias capas já foram aceitas e há indícios de que o campo talvez possa mesmo ser explorado com proveito. Eu, enquanto o trabalho não vem, vou aproveitando para me dedicar bastante à faculdade.[31] Laurinho tem escrito e sexta-feira telefonou; a situação deles melhorou um pouco e parece que agora não estão mais passando fome; pelo que ele disse deve estar de volta somente no fim do mês;[32] Silvia esteve aqui ontem e achei ela ótima, realmente há muito tempo que não a via assim; os elogios do Carpeaux[33] aos trabalhos dela acho que têm valido por dez sessões de análise.

Adorei sua carta, Lu.[34] Com mais calma, da próxima vez, escrevo só para você.

Beijos gerais em você e em Titiá.[35]

Arena em peso contra o divórcio
28 de abril, *Correio da Manhã*

27 DE ABRIL

Gilda telefonou dizendo que tinha estado com o Dante,[36] que gostara muito de

---

[19] Vera Regina Amaral Sauer (1912-89), diplomata, chefe da Divisão de Difusão Cultural do Itamaraty, em 1966. Donatello Grieco (1914-73), diplomata, chefe do Departamento Cultural e de Informações do Itamaraty de 1967 a 1969.

[20] Houve, de fato, reuniões para discutir o projeto de uma revista, mas, pelo que me lembro, nunca passamos disso.

[21] Joaquim Pedro de Andrade (1932-88), diretor, na época, de *Garrincha, alegria do povo* (1962), *O padre e a moça* (1966) e *Cinema Novo* (1967), entre outros. Eu havia sido seu assistente de direção, em 1965, em *O padre e a moça*, filme que depois montamos juntos.

[22] Gilson Amado (1908-79), educador, escritor e jornalista, pioneiro do rádio e da televisão com finalidade educativa.

[23] Mais um de inúmeros projetos nunca levados adiante.

[24] Andrea Bonomi (1940-2025), professor de filosofia da linguagem. Em 1967, publicou *Esistenza e struttura. Saggio su Merleau-Ponty*, primeiro livro de sua extensa obra.

[25] No bacharelado em ciências políticas e sociais, iniciado na PUC-Rio, no ano seguinte, fui introduzido à obra de Claude Lévi-Strauss (1908-2009) nas aulas do crítico literário e professor Luiz Costa Lima. Foram lidos trechos de *Antropologia estrutural* (1958) e *O cru e o cozido* (1964), primeiro volume de *Mitologias*.

[26] Com 10 anos, em outubro de 1967, Maria Luisa é minha irmã mais moça. Ela estudava no Saint Andrew's School, em La Paz, escola católica dirigida, na época, por padres. Dizia-se que havia um fantasma morando na residência da embaixada. Conversar com ele era a estratégia de Maria Luisa para não ficar com medo, caso estivesse sozinha no banheiro. Quando saía da embaixada com nossa mãe para fazer compras, às vezes as duas eram obrigadas a voltar logo por razões de segurança. Estava em curso na Bolívia, desde 1966, a Guerrilha de Ñancahuazú, da qual participavam bolivianos e cubanos liderados por Ernesto Che Guevara.

[27] Jorge Bodanzky, cineasta e fotógrafo. No início da carreira foi repórter fotográfico do *Jornal da Tarde* e das revistas *Manchete* e *Realidade*.

[28] Hermano Penna, cineasta iniciante na época, viria a dirigir *Sargento Getúlio* (1983) e *Fronteira das almas* (1986), entre outros.

[29] Fernando Martins Moreira (1937-2013), advogado, segundo filho de Rosita e Thiers Martins Moreira.

[30] Gilda de Mello e Souza foi diretora do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da USP, de 1969 a 1972, período em que fundou a revista *Discurso*.

[31] Eu havia retomado, em 1971, o curso de ciências políticas e sociais, após a interrupção feita em 1969 para montar os dois filmes de Glauber Rocha e o de Carlos Diegues.

[32] Aos 21 anos, Lauro estava em Alagoas, trabalhando pela primeira vez como diretor de fotografia de um filme de longa-metragem, *S. Bernardo*, de Leon Hirszman. Após cursar, em 1968-69, a Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi), em 1970 estudou fotografia no Instituto Brooks, em Santa Barbara, na Califórnia, e fotografia colorida em Nova York, antes de ser assistente de câmera de Dib Lutfi no filme *A catástrofe* (Das Unheil), do diretor alemão Peter Fleischmann (1937-2021), em que atuou também como intérprete.

[33] Otto Maria Carpeaux (1900-78), ensaísta e jornalista austríaco, naturalizado brasileiro. Em 1971, era editor da *Enciclopédia Mirador Internacional*. Silvia foi contratada como coletora de dados e promovida, depois, a redatora auxiliar.

[34] Apelido, em família, de Maria Luisa Escorel, minha irmã caçula.

[35] Adalgisa Dulce de Oliveira Escorel (1893-1972), tia do meu pai, foi quem o criou, depois da morte da irmã dela, Maria Carmelita Escorel Rodrigues de Moraes, em 1918, vítima da gripe espanhola. Nesse momento, meu pai tinha menos de 2 anos. Em 1971, Titiá foi levada para morar na embaixada em Assunção, onde morreu, no ano seguinte.

[36] Dante Moreira Leite (1927-76), psicólogo, professor e escritor, casado com Miriam Moreira Leite (1926-2013), socióloga, pesquisadora, professora e escritora, irmã da minha mãe. Dante publicou *O caráter nacional brasileiro* (1969) e *O amor romântico e outros temas* (1964). Miriam é autora de *Retratos de família* (1993), e *Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica* (2005), entre outros.

ines249

seu trabalho, pai; ele já lhe escreveu a respeito? Ela disse que eles [*Antonio Candido e ela*] gostariam muito de ler o trabalho e, diante disso, acho que o melhor seria você escrever primeiro dizendo o que está fazendo e perguntando se eles teriam tempo de ler.[37] [...]

Do que você diz na última carta me parece que o perigo é o que você mesmo reconhece: o de se deixar levar por uma identificação com o autor e, através de uma autoanálise, projetar nele suas próprias obsessões...

Quanto ao problema do dinheiro: peço a vocês apenas que avalizem, ou seja, assumo eu com vocês o compromisso de pagar. Só farei o empréstimo em último caso, mas do jeito que as coisas vão acho que vai mesmo ser necessário. Pensei em 7 a 8 mil cruzeiros, o que nos permitiria pagar as dívidas e viver uns dois meses e nesse tempo dar tratos à bola, sem a pressão das dívidas, para reorganizar as finanças. [...]

O roteiro com o Joaquim [*Pedro de Andrade*] também vai sendo retomado depois de um período de desânimo.[38] Tenho estudado regularmente e isso tem me feito bem; se não fosse a necessidade de ganhar a vida e pagar dívidas e inventar uma maneira de conseguir trabalho, estaria tudo perfeito. [...]

Aqui, a temperatura caiu brutalmente e estamos nos deliciando com um friozinho de dias lindos.

Laurinho, ao que tudo indica, deve chegar esta semana. Não tivemos mais notícia direta, mas parece que agora as filmagens vão mesmo chegando ao fim.

1972

Mina de carvão explode e soterra
468 na Rodésia
7 de junho, *Jornal do Brasil*

7 DE JUNHO

O trabalho apertou recentemente. Estou na arrancada final de *Quando o Carnaval chegar* (1972), filme do Carlos Diegues. É um musical com Chico [*Buarque*], Nara [*Leão*] e Maria Bethânia do qual você talvez já tenha ouvido falar através dos jornais.

Os inconfidentes foi exibido com repercussão excelente entre a intelectualidade mais cotada; Antonio Candido e Gilda adoraram.[39] Algumas restrições em outras áreas e um público restrito como já esperávamos. *S. Bernardo* só deve ser exibido no segundo semestre. [...]

Volto a lhe escrever logo em resposta mais detalhada à sua última carta com suas preocupações sobre o Laurinho. Acho que ele está bem de um modo geral.

Um beijo em você e em Maria Luisa com saudades.

Delfim quer do Nordeste maior
produção agrícola
24 de agosto, *Jornal do Brasil*

24 DE AGOSTO

Silvia passou por aqui ontem para apanhar as coisas dela e estava radiante com a carta que você escreveu, pai. Ela teve uma boa conversa comigo sobre o problema dela. [...]

Espero que essa troca de cartas possa reestabelecer o diálogo entre vocês de que ela com certeza necessita.

Escrevi hoje ao Laurinho via Liana;[40] se ele telefonar ou vocês escreverem digam a ele que falei com o Jabor[41] no dia 8 de agosto e ele me disse que o filme[42] estaria pronto no fim do mês. É provável que haja algum atraso, penso eu, mas a marcação de luz deverá ser feita ainda no mês de setembro.

RIO – COPENHAGUE, 1973-74

México para a busca de sequestrador
do cônsul
8 de maio, *Jornal do Brasil*

8 DE MAIO

Estivemos em São Paulo, aproveitando o fim de semana prolongado com o 1º de Maio; nossa estadia coincidiu com a volta dos Estados Unidos de Antonio Candido; por incrível coincidência, ele viu no Museu de Arte Moderna de Nova York o primeiro filme do Stangerup, *Give God a chance on sunday*[43] e, apesar do dinamarquês sem legendas, gostou muito. [...]

Ainda em São Paulo tivemos o choque de saber que o Rogério Noel,[44] com 21 anos, tinha morrido. Talvez vocês não saibam quem é: primo da Ana Luisa, amigo do Laurinho, fotógrafo de grande talento, ganhou vários prêmios no ano passado pela fotografia de um filme chamado *A culpa*. Não sei se o Laurinho já soube, mas imagino que não. Ele teve uma parada cardíaca. [...]. Um verdadeiro absurdo.

Em São Paulo vi um dos primeiros exemplares, ainda com acabamento (colagem da capa) à mão, de seu livro, pai.[45] Ontem, Gilda telefonou dizendo que a livraria já tinha recebido os exemplares definitivos e que dez já tinham seguido para aí. [...]

Quanto ao Laurinho, acho, pelo contrário, que ele deve encontrar uma maneira de manter um contato profissional mais regular com o Brasil. Não vejo maiores problemas de segurança pelo que ocorreu no passado, tudo dependendo naturalmente do que ele esteja ou pretenda fazer. Isso, só ele pode saber e avaliar os riscos. Me parece que ele está vivendo uma situação irreal e desenvolvendo uma atitude negativa em relação ao que é feito aqui – seja o que for. Está superexigente. Sem dúvida ele tem amadurecido muito. [...]. Pretendo escrever a ele, mais em detalhe, sobre essas coisas, respondendo à carta que ele me mandou e que gostei muito de receber.

Aqui, realmente a repressão recrudesceu muito em todos os campos: censura, polícia etc. O que tudo indica estar ligado com o problema da sucessão.[46] A disputa pelo poder, ainda que restrita, repercute dessa maneira. Das várias listas a que Castelo[47] se refere, eu também já ouvi falar de uma que aponta o homem da Petrobras[48] como líquido e certo, Sergio Corrêa da Costa[49] para Exteriores, Flexa Ribeiro[50] para Educação e Raphael de Almeida Magalhães[51] para Planejamento. Parece meio absurdo, mas é, pelo menos, uma das listas que correm pelo país.

Soube também que a embaixada em Buenos Aires vagou. Que ironia, hem? Quem sabe aguentam uns meses e mandam vocês para lá.

De Watergate realmente tem se falado muito. Segundo o Antonio Candido, é assunto exclusivo nos Estados Unidos. Aqui se tem reproduzido as matérias dos

---

[37] Referência à análise da poesia de João Cabral de Melo Neto que meu pai havia começado a escrever.

[38] Adaptação para o cinema de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, que não foi adiante.

[39] Minha memória e o artigo que Gilda escreveu sobre *Os inconfidentes* desmentem a afirmação de que ao menos ela tenha adorado o filme. O artigo chamou-se *Os inconfidentes* e foi publicado na revista *Discurso*, nº 3, em 1972 (e republicado no livro *Exercícios de leitura*, 1980).

[40] Liana Aureliano, economista e professora, foi uma das fundadoras e reitora da Faculdade de Campinas de Administração de Empresas e Ciências Econômicas (Facamp). É autora de *No limiar da industrialização* (1981).

[41] Arnaldo Jabor (1940-2022), diretor de *A opinião pública* (1967), *Pindorama* (1970) e *Toda nudez será castigada* (1973), entre outros filmes.

[42] *Toda nudez será castigada*, de Jabor, foi baseado na peça homônima de Nelson Rodrigues, que estreou no teatro em junho de 1965. Filmado em 1972, foi o segundo filme de longa-metragem do Lauro como diretor de fotografia. Lançado no ano seguinte, foi considerado imoral pela censura, que expediu um Comunicado de Proibição de Exibição e uma Ordem de Recolhimento dos Certificados, em todo o território nacional, o que levou a Polícia Federal a apreender os rolos da película nas salas de cinema. Em 1973, porém, o filme foi premiado com o Urso de Prata no 23º Festival Internacional de Cinema de Berlim, o que propiciou novo lançamento no Brasil, com cortes.

[43] Henrik Stangerup (1937-98), escritor e cineasta dinamarquês que eu havia conhecido, em Paris, em 1970. Depois, ele veio ao Brasil e estabeleceu uma relação forte com o país. Dirigiu *A terra é plana* (1977), filmado em Porto Seguro, na Bahia. É autor do livro *Na trilha de Lagoa Santa* (1999). O título original do filme visto por Candido é *Giv gud en chance om søndagen* (1970).

[44] Rogério Noel, nascido em agosto de 1951, morreu em abril de 1973. Foi diretor de fotografia do longa-metragem *A culpa*, dirigido por Domingos Oliveira, lançado em 1972.

[45] O livro do meu pai, Lauro Escorel, chama-se *A pedra e o rio: uma interpretação da poesia de João Cabral de Melo Neto*, e foi publicado em 1973 pela Duas Cidades.

[46] A quarta eleição presidencial indireta da ditadura militar estava marcada para 15 de janeiro de 1974 e o presidente tomou posse em 15 de março.

[47] Carlos Castelo Branco (1920-93), colunista do *Jornal do Brasil*.

[48] "O homem da Petrobras" é referência, supostamente velada, a Ernesto Geisel, presidente da empresa de 1969 a 1973, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici.

[49] Sergio Corrêa da Costa (1919-2005), diplomata, foi ministro interino das Relações Exteriores entre 1967 e 1968. Ocupou também, entre outros postos, o de embaixador em Ottawa (1962-66), Londres (1968-74) e representante permanente junto às Nações Unidas, em Nova York (1975-83).

[50] Carlos Otávio Flexa Ribeiro (1914-91), professor de história da arte e estética, foi deputado federal e subdiretor-geral da Unesco de 1967 a 1970.

[51] Raphael de Almeida Magalhães (1930-2011), advogado, executivo e político, veio a assumir o Ministério da Previdência e Assistência Social apenas em 1986, no governo de José Sarney.

MEGAN NORTHAM
INDICADA AO PRÊMIO CÉSAR MELHOR ATRIZ REVELAÇÃO
INÉDITO E EXCLUSIVO NO À LA CARTE
RABIA
AS ESPOSAS DO ESTADO ISLÂMICO
UM FILME DE MAREIKE ENGELHARDT
18 DE DEZEMBRO
DISPONÍVEL NO À LA CARTE
ASSINE
R$ 12,90 MENSAL
R$ 141 ANUAL
ASSISTA NO STREAMING DOS MELHORES FILMES
WWW.BELASARTESALACARTE.COM.BR
À LA CARTE

ines249

ELOAR GUAZZELLI_2025

jornais americanos e talvez o caso todo sirva para iluminar em algumas poucas almas a ideia da caducidade de um regime autoritário-repressivo como o nosso.

Terroristas apoiam Campora mas se negam a depor armas
25 de maio, *Jornal do Brasil*

25 DE MAIO

Anteontem chegaram os exemplares da capista[52] de *A pedra e o rio*; já demos um para as três irmãs e outro para Inez,[53] de modo que a distribuição começou; imagino também que os membros da lista que você elaborou já devem estar recebendo seus exemplares; os do autor, provavelmente remetidos por navio, devem, logo mais, estar chegando. [...]

Receberam minha carta para o Laurinho? De tudo aquilo o mais importante é que, a não ser que ele esteja disposto a se desligar inteira e definitivamente, ele deve trabalhar aqui, pois na verdade ele não está preparado ainda para as exigências profissionais e políticas que uma situação como a de lá impõe. Quanto à segurança, tudo depende do que ele esteja fazendo, ou pretendendo fazer, lá, aqui e *in between*. [...][54]

Hoje devemos saber os resultados de Cannes; pelo que diz o JB, o nível foi muito baixo com exceção dos três *hors-concours* Losey-Bergman-Truffaut; de modo que a exclusão dos filmes brasileiros da mostra competitiva fica evidentemente mais por conta dos interesses comerciais-políticos do festival do que do valor dos filmes. Ser subdesenvolvido continua um agravante sério, também no mundo dos espetáculos.

Estudantes enfrentam polícia no Uruguai
7 de julho, *Jornal do Brasil*

7 DE JULHO

Há vinte dias me chamaram para fazer esse documentário sobre Santos Dumont. Até esse dia eu não sabia quase nada sobre ele, de modo que, de lá para cá, tenho dedicado todo meu tempo a me informar sobre ele, a selecionar fotografias e cenas de atualidades da época, ver locais para filmar etc. Estou totalmente dedicado a isso já que temos um prazo muito curto para fazer o filme. Por isso não tenho escrito.

Assim que Santos Dumont deixar retomo a correspondência mais regular.

Terror mata assessor militar de Allende
28 de julho, *Jornal do Brasil*

28 DE JULHO

Cheguei quinta-feira de uma semana de filmagem: estivemos em Ribeirão Preto, Campinas, São Paulo, São José dos Campos, Santos Dumont (antiga Palmira, perto de Barbacena) e Petrópolis. Apesar de quase 2,5 mil km rodados em uma semana, essa parte é relativamente pequena dentro do filme,[55] cujo principal material é formado de fotografias e cenas de atualidades do princípio do século e dos voos de Santos Dumont.

Realmente, você tem razão, pai; o tema não poderia ser mais delicado, principalmente no momento. Há uma profusão de filmes sobre o mesmo assunto, além das festividades oficiais.[56] [...] Normalmente, eu nem poderia pensar em aceitar tal incumbência; mas como a ideia partiu da TV Educativa, eu achei que havia uma boa margem de autonomia. Até agora tudo tem corrido bem e não tem havido interferências, embora o momento crítico vá ser quando o filme estiver montado ou quando sair a primeira cópia.

Quanto ao resultado, ainda não posso avaliar bem. A dificuldade em fazer um filme sobre o mesmo assunto de quatro ou cinco outros é enorme; além do desgaste que ele sofre diante de tanta repetição. Vamos ver como me saio dessa.

Meu longo silêncio se explica então pela necessidade de me pôr a par de um assunto em que era totalmente ignorante; passei o último mês todo dedicado a estudar o homem e a reunir documentação iconográfica. A figura real, da qual nenhum dos filmes dá ideia, é fascinante e trágica. Como os tempos que correm não são nem para verdades, nem para tragédias, é provável que eu tenha que superar certos obstáculos para poder ao menos ser sincero. [...]

Atrás de caricaturas procurei o Herman Lima,[57] que falou de você com muita simpatia, lembrando-se de um artigo que você pediu a ele certa vez de Buenos Aires. Ele está muito doente, saindo de um ataque de angina, mas foi de uma simpatia e boa vontade absolutas comigo. [...]

Ficamos, todos, satisfeitos com os grandes elogios feitos ao seu livro, pai; segundo me disse o Humberto,[58] eles preveem a saída maior a partir de agosto, início de um novo semestre. Imagino que façam, então, alguma publicidade. [...]

Acho que vocês estão exagerando com a preocupação a respeito dos filhos. [...] Problemas há e haverá sempre; esperemos que nenhum se agrave e se torne uma tragédia. Mas, de qualquer modo, não tem sentido vocês ficarem preocupados, com o pensamento permanentemente voltado para o que está ocorrendo aqui. *No news, good news*; infelizmente, quando algo de realmente ruim ocorrer vocês podem ter certeza que vão saber rapidamente. Enquanto isso, "curtam" a Dinamarca e a Europa. O.k.? (Esta é a bronca nº 1 desta carta. Agora, a bronca nº 2 dirigida mais especialmente a você, mãe).

Não tem nenhum sentido você ficar insistindo tanto a respeito da faculdade. Lembre-se que quando resolvi entrar na faculdade foi uma decisão exclusivamente minha. Agora, é pouquíssimo provável que deixe de completar o curso. Não posso, no entanto, deixar passar oportunidades profissionais que dificilmente aparecem duas vezes, nem de arranjar trabalho remunerado para viver. Tenho muito poucos créditos para completar (só três cadeiras), embora dois deles sejam trabalhosos (uma cadeira de estatística e a monografia que tenho que redigir). Pretendo continuar tentando conciliar minhas atividades, mas se não for possível fazer esse pouco neste semestre passarei para o ano que vem, até que aos poucos chegue lá. Na ordem das prioridades, o trabalho está à frente da faculdade.

Nixon causa decepção com suas explicações
17 de agosto, *Tribuna da Imprensa*

17 DE AGOSTO

Jacyntho[59] jantou conosco terça-feira passada. O incorrigível padrinho chegou com duas horas de atraso; mas foi tudo bem; Maria Luisa e Silvia também estiveram aqui. [...] Conversamos muito e ainda devemos nos falar por telefone antes dele partir para a Europa.

O trabalho com o Santos Dumont continua absorvente. Vou a São Paulo neste fim de semana fazer a filmagem das fotografias. Depois será a montagem por umas três semanas. Difícil ser original em 15 minutos e com as pressões da imagem oficial. Por enquanto, tenho tido autonomia absoluta, mas temo que no final haja alguma reviravolta. O homem era uma boa figura, mistura de *dandy* e esportista, muito mais do que cientista. Milionário sem preocupações e muito doente. Corajoso e imaginoso antes de tudo.

O *Opinião*,[60] apesar de tudo, continua a sair. Esta semana publicaram um depoimento meu.[61] Como sempre nes-

---

[52] Ana Luisa Escorel é autora do projeto gráfico da capa do livro de Lauro Escorel.

[53] Inez Cabral, cineasta, escritora, diretora de curtas-metragens e organizadora de *Notas sobre uma possível "A casa de farinha"* (2013), longo poema que João Cabral de Melo Neto, seu pai, deixou inacabado, e da antologia *A literatura como turismo* (2016), com poemas dele comentados por ela.

[54] Não mandávamos, Lauro e eu, cartas pelo correio diretamente um para o outro com receio de que fossem censuradas.

[55] *O que eu vi, o que nós veremos* (1973), meu terceiro documentário de curta-metragem.

[56] As celebrações naquele ano do centenário de Alberto Santos Dumont (1873-1932).

[57] Herman Lima (1897-1981), crítico de arte e estudioso da caricatura no Brasil. Autor de *História da caricatura no Brasil*, em quatro volumes, publicado em 1963.

[58] Humberto Geraldo Pereira, editor da Duas Cidades.

[59] Carlos Jacyntho de Barros (1916-2007), chefe do cerimonial do Itamaraty entre 1967 e 1969, embaixador em Helsinki (1969-73) e em Berlim Oriental (1974-76). Foi padrinho de batismo de Maria Luisa e de casamento de Silvia, minhas irmãs.

[60] Um dos principais jornais da chamada imprensa alternativa, com artigos de oposição ao regime militar. Foi lançado pelo editor Fernando Gasparian em 1972, com projeto gráfico de Elifas Andreato. Seu editor-chefe foi o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira. As restrições impostas pela censura levaram o jornal a encerrar sua atividade em 1977.

[61] Meu depoimento fez parte de uma série chamada *Dez anos de cinema nacional* e foi publicado no nº 40 do *Opinião*, em 1973. Nele, escrevi: *É muito propalada uma certa 'união' entre os integrantes do Cinema Novo. Existe realmente uma amizade entre as pessoas que de qualquer modo perdura, apesar de divergências menores. Agora, nos termos da atuação cinematográfica, que seria o que mais interessa* [...] *tenho a impressão de que essa 'união' já desapareceu. Hoje, as pessoas estão entregues a caminhos e soluções individuais, estão praticamente sem contato umas com as outras. Não se trabalha mais em função de princípios comuns. Difícil pensar em qualquer unidade no momento presente. E isso há anos atrás. Quem fazia cinema sentia-se participante de algo que estava acontecendo no Brasil.* [...] *O Cinema Novo não existe mais, não existe nada que possa configurar um movimento, um princípio de solidariedade, uma referência comum.*

ines249

DANIEL KONDO_2025

ses casos, o *copydesk* faz o que quer com o texto e o resultado é que ficou tudo um pouco truncado, sem falar das coisas mais contundentes que sumiram. Mandarei um xerox [...] pelo Jacyntho.

Junta começa a esmagar resistência no Chile
13 de setembro, *Jornal do Brasil*

17 DE SETEMBRO

Depois de passar a semana voltados para os trágicos acontecimentos chilenos, foi bom, ao menos, poder, no fim de semana, saber que o Laurinho estava bem. Transmiti a ele no domingo à noite o que vocês tinham dito e dei o telefone daí para que ele tentasse se comunicar diretamente com vocês. Espero que ele resolva logo a situação, pois me disse que tinha como se identificar não sendo necessário mandar nada daqui. Continuo planejando vê-lo antes que ele vá para os USA, mas ainda não sei quando será.[62] [...]

Estou enfrentando, finalmente, as agruras de querer trabalhar no Brasil. A TV Educativa está criando os maiores problemas a propósito do texto da narração que escrevi para o documentário sobre Santos Dumont. Uma censura absurda e pusilânime, principalmente porque feita em função de uma hipotética reação. Não querem que se diga que ele se matou, que a mãe se matou, não querem ênfase no fato dele ter se transformado num pacifista etc. Estou tentando ainda reconquistar algumas coisas, mas como estão as coisas vou mesmo ter que engolir alguns desses sapos e aprender a lição: não fazer mais esse tipo de filme. O que tem seu lado grave, pois reduz ainda mais as limitadas possibilidades de trabalho. E agora, nem a mirífica alternativa chilena. Vamos mal... vamos mal...

O Santos Dumont, além de absorvente, está levando, com essas complicações da narração, muito mais tempo que o previsto. Tenho que começar a me dedicar a isso senão não dá tempo.

Além disso, estou montando uma adaptação de *Os condenados*,[63] do Oswald de Andrade, dirigida pelo Zelito;[64] ele, simpático; o filme, bem fotografado, mas nada de excepcional. O romance é muito ruim, de maneira que seria necessária uma mão de mestre para transformá-lo em algo de interesse maior.

1974

Vicente Dale Coutinho será ministro da Guerra
19 de fevereiro de 1974, *Tribuna da Imprensa*

19 DE FEVEREIRO

Realmente demorei a escrever; em parte por estar cheio de trabalho e de pequenas providências, em parte por querer falar da Silvia e ajudar vocês a encaminharem todos os problemas que surgiram ligados a ela, mas sem saber muito bem o que dizer e como ajudar. Por isso meu silêncio.

Estou me sentindo muito bem livre de obrigações de assistir aulas e fazer provas – um alívio. Estive, depois de ter colado grau, trabalhando no roteiro de *Amar, verbo intransitivo*,[65] que, como filme, deverá se chamar *Lição de amor*. A produção está encaminhada e se não houver contratempos e/ou adiamentos deveremos começar a preparação do filme em fins de maio para filmar em julho. Recebi hoje carta do Laurinho disposto a vir fotografar o filme, de maneira que por esse lado estou garantido e ele terá um bom pretexto para voltar e uma boa maneira de ir se reintegrando.

O [*Luiz Carlos*] Barreto[66] me chamou de novo para montar um filme sobre o Pelé. Tendo desistido de fazer a famosa série planejada (da qual eu tinha montado dois pilotos), ele e a TV Globo resolveram agora, em cima da hora, fazer apenas um filme longo para ser exibido aqui e na Europa antes da Copa do Mundo![67] Desta vez temos um vasto material de arquivo com jogadas realmente sensacionais do Canal 100,[68] mas eu acabei ficando com a sobrecarga de inventar um filme a partir desse material e do que o Luiz Carlos tinha filmado para os pilotos, pois ele anda ocupadíssimo. Estou quebrando a cabeça para ver se consigo organizar o material de alguma maneira interessante no prazo curto de um mês, pois eles precisam das cópias até 15 de abril para poder negociar a tempo!!!

Saiu o segundo volume das memórias do Pedro Nava, *Balão cativo*,[69] a meu ver tão bom quanto o primeiro. Se vocês já não tiverem posso mandar pelo primeiro portador. Além disso, na área cultural, a revista *Argumento*,[70] depois de ter saído o nº 3 foi proibida pela censura. Há quem tenha esperanças de que depois do dia 15 a proibição poderia voltar atrás. [...]

Quanto aos ministros restantes devem ser anunciados na quinta-feira; jornais e revistas aqui apontam para Exteriores o Silveirinha[71] como mais provável. Salvo surpresas de última hora.

Silvia chegou bastante bem; o comportamento manifesto parece indicar um esforço de reequilíbrio. Ela tem vindo bastante aqui, está contactando pessoas atrás de trabalho, procurando onde morar, já arranjou uma tradução, que está fazendo, enfim tentando organizar a vida. Ficamos todos ansiosos, na esperança de que ela se firme, querendo ajudá-la, mas ao mesmo tempo não podendo querer controlar a vida dela.

Tem sido ótimo o carro;[72] além de facilitar enormemente os deslocamentos e as pequenas tarefas cotidianas, tem permitido lindos passeios pelo Rio que Ana Luisa conhecia menos ainda do que eu. Já estou guiando bastante bem, já fui até Teresópolis, e toda hora me pergunto como foi possível ficar tanto tempo sem saber dirigir e ter carro. [...]

O prêmio do Laurinho[73] ainda não foi depositado. Assim que tiver sido eu aviso vocês.

Geisel já dá 2 expedientes no escritório
1º de março, *Jornal do Brasil*

1º DE MARÇO

Depositei hoje no Bradesco Cr$ 8.350,00 correspondentes ao prêmio do Laurinho. Pelo que me disse em carta recebida hoje, ele está precisadíssimo desse dinheiro.

Afinal confirmou-se o Silveirinha; isso influi nos seus planos?...

Silvia nos parece continuar bem e agora animada com a perspectiva de um emprego na Abril; o Houaiss[74] deu uma carta de apresentação que deve ajudá-la bastante. Segunda-feira ela tem uma entrevista na Abril. Vamos ver.

Laurinho tem escrito e parece cada vez mais inclinado a voltar. [...] O Peru parece ser = ao Brasil, só que mais sub.

Oficial japonês surge após 29 anos na selva
11 de março, *Jornal do Brasil*

A revista Visão, *de 11 de março de 1974, definida no editorial como "número*

---

[62] Lauro estava no Chile quando o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 derrubou o presidente Salvador Allende. Em janeiro de 1972, ele havia sido preso por sua militância política, no Rio de Janeiro, e levado para o infame quartel da Rua Barão de Mesquita. Libertado na segunda semana de fevereiro, chegou a trabalhar como assistente de Dib Lutfi, na filmagem de *Quando o Carnaval chegar,* antes de embarcar para o Chile, em maio de 1972, indo ao encontro de amigos e de uma atmosfera acolhedora.

[63] *Os condenados*, primeiro romance de Oswald de Andrade, publicado em 1922.

[64] José Viana de Oliveira Paula, conhecido como Zelito Viana, produtor, entre outros, de *Terra em transe* e *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (1969). Como diretor, fez, além de *Os condenados*, *Minha namorada* (1970) e *Terra dos índios* (1979), entre outros.

[65] *Amar, verbo intransitivo*, primeiro romance de Mário de Andrade, publicado em 1927. O roteiro para este filme, dirigido por mim, foi escrito em parceria com o diretor Eduardo Coutinho (1933-2014).

[66] Luiz Carlos Barreto, repórter e fotógrafo da revista *O Cruzeiro*, foi produtor de inúmeros filmes, como *O assalto ao trem pagador* (1962), *O padre e a moça* (1965), *Terra em transe* (1967), *Isto é Pelé* (1974) e *Lição de amor* (1975), esse último com a participação da Embrafilme. Também foi diretor de fotografia de *Vidas secas* (1963) e *Terra em transe*.

[67] *Isto é Pelé* foi lançado em maio, antes da Copa do Mundo na Alemanha Ocidental, entre 13 de junho e 7 de julho de 1974.

[68] Cinejornal criado em 1957 por Carlos Niemeyer, exibido toda semana em cinemas e que inaugurou um novo estilo de filmar jogos de futebol.

[69] *Baú de ossos*, primeiro volume das memórias de Pedro Nava, havia sido publicado em 1972. *Balão cativo*, foi lançado, na verdade, em 1973, e não em 1974. A série continuaria nos anos seguintes com *Chão de ferro*, *Beira-mar*, *Galo das trevas*, *O círio perfeito* e *Cera das almas* (póstumo).

[70] A revista *Argumento* teve quatro números mensais, entre 1973 e 1974. O lema da revista era "Contra fato há argumento". Deixou de ser publicada por causa das intervenções da censura.

[71] Antônio Francisco Azeredo da Silveira (1917-90), diplomata, ministro das Relações Exteriores no governo Geisel, de 1974 a 1979.

[72] Meu primeiro carro, um Fuscão cor de camarão que ganhei de presente, dado por meus pais.

[73] Prêmio pela direção de fotografia de *S. Bernardo*, dado pelo Festival de Gramado. Com a quantia em dinheiro recebida, Lauro comprou as latas de filme com as quais fez o documentário de curta-metragem *Teatro de la calle*, em Lima.

[74] Antônio Houaiss (1915-99), professor e filólogo. Diplomata, foi aposentado em 1964 e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Foi editor-chefe da *Enciclopédia Mirador Internacional*.

ines249

LYA NAZURA_2025

de reflexão... aos dez anos da deposição do regime janguista”, publicou declaração de Glauber Rocha, na qual ele afirma:

“Arte no Brasil de 1964-74: são dez anos de Bode, daquele Demoz que crava fundo as patas no dorso da plebe. Reagimos, o sangue correu em Jardim das Piranhas, Antônio das Mortes falou ao terceiro mundo, esperamos agora, sobretudo Eu, que sou protestante, Luz e Ação. Acho que Geisel tem tudo na mão para fazer do Brasil um país forte, justo e livre. Estou certo inclusive que os militares são os legítimos representantes do povo. Chegou a hora de reconhecer sem mistificações, moralismos bobocas, a evidência: Costa [e Silva] *era quente, frias eram as consciências em transe que não viram pintar as contradições no espelho da história. Em 1968 eu era albuquerquista e Antônio das Mortes é o profeta de Alvarado e Khadafi.* [...]

Chega de mistificação. Para surpresa geral, li, entendi e acho o general Golbery um gênio – o mais alto da raça ao lado do professor Darci [Ribeiro]. *Que Celso Furtado é a metáfora do terceiro mundo dragado pela Wall Street Scout. Que Fernando Henrique é o príncipe de nossa sociologia.*

Que leio e curto a revista Argumento. *Que Chico Buarque é o nosso Errol Flynn. Que entre a burguesia nacional internacional e o militarismo nacionalista eu fico, sem outra possibilidade de papo, com o segundo. De Cinema Novo? O novo é sempre viveterno e* São Bernardo *ainda surpreendeu incrédulos da geração 1950. Não tenho nada de pessoal contra tropicanalhistas: detesto a finura sutil dos machadianos, o revisionismo time-life da moçada abrilhantada. Sou um homem do povo, intermediário do cujo, e a serviço. Força Total pra Embrafilme, Ordem e Progresso.”*

Esse texto delirante causou impacto em mim, especialmente os elogios aos militares à frente da ditadura instaurada desde 1964.

A segunda etapa do meu aprendizado em cinema teve início depois da edição de Isto é Pelé.

Silveira prega diplomacia com realismo
27 de abril, *Jornal do Brasil*

27 DE ABRIL

Pelé deve ser responsabilizado pelo meu silêncio. Terminamos quinta-feira a mixagem, após um mês de virada contínua numa corrida contra o tempo para que o filme pudesse ser lançado antes da Copa do Mundo. Agora, só falta a fase de copiagem no laboratório, censura etc., e se tudo correr bem o filme deve ser lançado dia 13. De qualquer modo, a minha participação agora diminui e estou tentando recuperar o sono para já começar a enfrentar novos projetos.

Dentro das limitações do projeto (um filme feito de material de arquivo e de cenas filmadas por outros, sem roteiro prévio, em suma, o típico filme de montagem),[75] acho que o resultado é bem satisfatório. Luiz Carlos Barreto ao menos parece bem satisfeito, vamos ver se as rendas não o decepcionam.

Além disso, estou com uma agenda digna do Kissinger: o *Lição de amor* continua de pé para a mesma época; filmagem em julho, o que significa iniciar a preparação em fins de maio. A produção será do Barreto associado com a Embrafilme e mais um coprodutor minoritário.[76] Devo passar cinco dias em Salvador, do dia 20 a 25, participando de um seminário de cinema na universidade; devo montar o filme do Joaquim Pedro[77] de agora até começar a preparação do *Lição de amor* e, ainda por cima, parece que agora finalmente vão sair os tais documentários de que creio ter lhes falado (o meu tema é Fortificações Portuguesas no Brasil). Enfim, só mesmo o Kissinger. [...]

Aqui a boataria anda solta. [...] Ainda é impossível saber se vai haver alguma mudança, embora haja sinais disso. Não acredito, no entanto, que seja uma coisa para já, mas sim para quando o atual governo estiver mais consolidado. De qualquer modo também não acredito que essas mudanças de que se fala signifiquem grande coisa.

Silvia foi para Brasília assustada com a nova vida. Não nos escreveu, mas segundo vovó,[78] que nos telefonou, ela está muito deprimida. Até um certo ponto isso é natural, resta saber se ela terá forças para reagir ao impacto da capital. [...]

Vimos finalmente *Day for night*,[79] que me pareceu bastante bom. Quanto ao inferno da profissão, acho que é mesmo meio infernal [...] do qual é difícil se livrar [...], uma espécie de permanente desafio cujos resultados podem ser fatais.

Vovó esteve aqui em visita-relâmpago, como sempre. Almoçou e partiu, praticamente. Conversamos muito sobre os antepassados russos com planos de algum dia fazer uma viagem às origens mais remotas.

Tentarei com mais calma escrever para vocês de São Paulo ou Poços.

Nixon firma nova Carta Atlântica em Bruxelas
26 de junho, *Jornal do Brasil*

26 DE JUNHO

Estamos aqui vivendo meio em função do futebol; hoje, finalmente, uma vitória, embora ainda sem convencer (a vitória contra o Zaire não conta). A verdade é que não parece haver nenhum grande time jogando, sendo a Holanda, a Polônia, a Alemanha Ocidental e o Brasil, apesar de tudo, os melhores. Mas se formos comparar qualquer desses times com o nosso de 1958 ou 1970 não haveria nem termo de comparação.

Nos dias de jogos, a vida para, e temos tido com isso sucessivos feriados, sempre com a expectativa de que um time tão medíocre formado de grandes jogadores finalmente acorde [...], o que a esta altura parece difícil, e apesar da torcida ninguém ousa imaginar uma final com o Brasil em campo.

Estou na etapa final da montagem do filme do Joaquim [*Pedro de Andrade*], *Guerra conjugal*. Espero viajar para filmar as fortificações dentro de quinze ou vinte dias. Em princípio, irei de carro, a Natal, João Pessoa, Recife e Salvador, sendo a viagem para uns 25 dias, mais ou menos. Ainda não fiz a escolha definitiva de que fortificações filmar, mas esta semana ainda tudo deverá estar resolvido.

Domingo fomos a um churrasco na casa de um amigo em Nogueira. Aproveitamos e passamos a manhã em Petrópolis procurando possíveis casas para o *Lição de amor*. Por enquanto, não encontramos nada satisfatório. Uma casa com jardim grande em volta, tipo Avenida Higienópolis anos 20. Difícil, não?

Ana Luisa vai retomando contato com os clientes enquanto distribui seu livro, que finalmente saiu.[80]

Silvia telefonou e também me pareceu bem; enfrentando a análise individual que parece ser para valer. Ela anuncia uma escapada para o aniversário da Maria Luisa e já nos ofereceu acomodação no apartamento para o qual deve ter se mudado esta semana.

Spínola destitui os ministros e amanhã forma gabinete
12 de julho, *Jornal do Brasil*

12 DE JULHO

Silvia me escreveu e mandou a crítica do Wilson Martins.[81] Realmente lisonjeira, mas como crítica não gostei. Ele não dá nenhuma contribuição pessoal para a compreensão do João Cabral ou do seu livro. Limita-se a falar superficialmente do método e fazer uma síntese das suas ideias. De qualquer modo, leu o livro e escreveu, o que já é simpático, tendo em vista a indiferença geral nos tempos que correm.

Laurinho também escreveu e telefonou dizendo que embarcaria para Nova York por estes dias. Parece que os adiamentos do *Lição de amor*[82] atrapalharam algum plano dele. Infelizmente, muita coisa não depende de mim e até se chegar realmente a iniciar as filmagens muita coisa acontece. Espero que tudo se arrume e que ele possa realmente vir seja quando for que se iniciem as filmagens.

Como vocês veem, ainda não viajei. Problemas burocráticos no MEC impedi-

---

[75] Feito com apenas algumas cenas filmadas por Barreto e José Medeiros (1921-90). Medeiros foi fotógrafo da revista *O Cruzeiro* e diretor de fotografia de *A falecida* (1965), *Roberto Carlos em ritmo de aventura* (1968), *Xica da Silva* (1976) e *Memórias do cárcere* (1984), entre outros filmes.

[76] Corisco Filmes.

[77] *Guerra conjugal* (1974), filme com roteiro e direção de Joaquim Pedro de Andrade, baseado em contos de Dalton Trevisan (1925-2024).

[78] Minha avó materna, Anna Lifschitz (1902-88), nascida em Secureni, no Império Russo, cidade que desde 1991 faz parte da Ucrânia, com o nome de Sokyryany.

[79] *A noite americana* (1973), de François Truffaut.

[80] O livro *Brochura brasileira: objeto sem projeto*, de Ana Luisa Escorel, publicado em 1974 pela José Olympio e o Instituto Nacional do Livro.

[81] Wilson Martins (1921-2010), professor e crítico literário, autor, entre outros de *História da inteligência brasileira*, em sete volumes. Fez crítica literária de 1954 a 1974 no jornal *O Estado de S. Paulo*.

[82] As filmagens de *Lição de amor* só foram iniciadas, afinal, em janeiro de 1975.

ines249

ram que eu conseguisse receber até agora a primeira parcela do contrato. Isso, em parte, foi bom, pois permitiu que eu terminasse o filme do Joaquim [*Guerra conjugal*] agora já praticamente pronto, em parte atrapalhou minha vida pois quanto mais demorar esse filme, mais demorará o *Lição*. Agora calculo que seja possível viajar até o dia 29 deste mês e estar de volta até 26 de agosto. [...] As recomendações da mamãe são engraçadas, em se tratando de um filho que já tem filha e que se aproxima dos 30, mas de qualquer maneira serão seguidas.

Quanto ao *S. Bernardo*, parece que com as rendas e os prêmios estaria sendo atingida a soma necessária para levantar a falência: o que não significa que receberíamos todo o dinheiro que nos é devido, mas pelo menos uma parte.

Angola rejeita proposta de independência
11 de agosto, *Jornal do Brasil*

11 DE AGOSTO

Estou finalmente de partida depois de duas semanas intensas de preparativos; vou amanhã de madrugada para Natal e venho voltando por João Pessoa, Recife e Salvador, prevendo estar de volta lá pelo dia 2 ou 3 de setembro.[83]

Escrevi ao Laurinho comunicando essas datas e pedindo que ele confirmasse minha presença aqui para programar sua chegada. Pretendo ir recebê-lo, embora sinceramente acredite que ele chegará tranquilamente.[84] Guardei sua carta, pai, com a relação de suas *acquaintances*.

É claro que na viagem para o Norte Ana Luisa não vai. [...] Vou com um rapaz chamado Murilo Salles[85] (fotógrafo) e um auxiliar geral deve se incorporar à equipe no meio do caminho, vindo de outra filmagem.

Entre 1974 e 1982, escrevi três roteiros e dirigi os filmes Lição de amor *(1975),* O arremate *(1977), adaptação de um conto de Aercio Flavio Consolin, e* Ato de violência *(1980), a partir de roteiro feito por mim e pelo meu ex-professor de filosofia e amigo Roberto Machado. Nesse período, também montei* Vereda tropical *(1977), de Joaquim Pedro de Andrade,* Terra dos índios *(1979), de Zelito Viana, e* Eles não usam black-tie *(1981), de Leon Hirszman.*

RIO–MADRI, 1982

Argentina ocupa as Ilhas Falkland
3 de abril, *Jornal do Brasil*

5 DE ABRIL

Estamos aqui em meio a mais um turbilhão cinematográfico, só que desta vez é para valer. Vocês devem ter sabido da demissão do Celso Amorim[86] e das repercussões do filme *Pra frente, Brasil*,[87] ainda não liberado pela censura. Agora, em meio a articulações para fazer o sucessor, há a expectativa de saber o que será da Embrafilme daqui para a frente. Com isso tudo nem foi possível falar com os Sabino[88] antes deles embarcarem.

Sábado, em horário inteiramente improvável (23h30) foi ao ar, na TVE, o programa *Cinema Rio* com a minha participação.[89] O programa em geral estava razoável e meu pequeno filme bastante bom. Não sei quantas pessoas terão visto, mas houve até manifestações de alguns amigos. Mesmo assim, tivemos antes que passar por alguns percalços. A transmissão estava prevista para o dia 31 de março. Às sete da noite, a direção [*da* TVE] "lembrou-se" que era o dia do aniversário da gloriosa. Julgaram então "inconveniente" a transmissão naquela data! Sábado estava prevista a repetição que acabou sendo a estreia do programa. Depois de protestos e telegramas, conseguimos que o programa seja repetido na próxima quarta-feira, embora de novo só para os corujas, às 23 horas. E o pior é que tudo isso foi provocado por um filme sobre parto com algumas imagens fortes e o meu filme por mostrar as consequências de uma chuva de verão. Realmente, não é possível saber que país é este?

O outro filme documentário[90] continua saindo do forno. Vencidos os últimos percalços devemos ter a primeira cópia em alguns dias.

Além disso, crise financeira absoluta [...], eu, há uns dois meses que ando fracativo. [...] De qualquer modo, não estou contando isso para preocupá-los, pois parece que essa precariedade é mesmo meu destino. [...]

Haig teme que não haja tempo para fazer a paz
13 de abril, *Jornal do Brasil*

13 DE ABRIL

Imaginem que só agora consigo sentar para terminar esta carta. O filme [*Pra frente, Brasil*] acabou proibido e da demissão [*do Celso Amorim*] para cá iniciou-se uma difícil negociação, via Aloísio [*Magalhães*],[91] em que me envolvi até o pescoço. Agora estamos na expectativa de uma solução vinda do Olimpo brasiliense dentro dos próximos quinze dias. Tudo indica que, apesar da gravidade dos fatos e da repercussão em áreas tão sensíveis poderemos ter um desdobramento positivo, pelo menos no que diz respeito ao nome para o cargo de diretor-geral [*da Embrafilme*] que tudo indica será o nosso grande amigo Calil.[92] [...]

Finalmente chegou a melhor época do ano...
Paula Villar

PAULA VILLAR_2025

Hoje comecei a montagem do filme do Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer* – e com isso abre-se a perspectiva de algum alívio nas finanças.

Por aqui, além da Embrafilme e do futebol, o grande assunto natural são as Ilhas Malvinas. Há até voluntários querendo embarcar solidários com nossos irmãos do Sul. Que dilema, hem? Apoiar o Império ou o regime militar? Tudo indica que os americanos resolverão a questão entre seus dois grandes aliados, mas está dando o que falar.

Espero poder retomar o contato com o Fernando [*Sabino*] quando ele voltar. No que diz respeito ao *Encontro marcado*,[93] estou mais inclinado a não achar grande interesse em uma adaptação para o cinema. Mas confesso que não sei bem se não estarei avaliando mal a questão diante do extraordinário sucesso editorial do livro. [...]

Essa carta, a última que meu pai guardou, encerra minha correspondência com meus pais. De Madri, ele foi removido para Brasília, onde dirigiu o Instituto Rio Branco, de 1985 a fevereiro de 1987, quando requereu aposentadoria por tempo de serviço, antes da data compulsória. Em 1986, havia sido professor titular da disciplina Introdução à Diplomacia no mesmo instituto.

Eu, por minha vez, fiz o documentário Chico Antônio, o herói com caráter *(1983), completei a montagem de* Cabra marcado para morrer *(1984) e dirigi o longa-metragem* O cavalinho azul *(1984). Também fui diretor de Operações da Embrafilme por um ano, em 1986, na gestão do diretor e pesquisador de cinema Carlos Augusto Calil, que desde 1985 passara a ser o diretor-geral da estatal, tendo o crítico José Carlos Avellar como diretor de Operações Não Comerciais.*

A partir de 1987, teve início a terceira etapa do meu aprendizado de cinema.

A interrupção da correspondência pode ser atribuída, em parte, à maior proximidade de meus pais e à intensidade do trabalho feito nesse período, ou apenas à perda do hábito de escrever cartas. ✪

Nota: Agradeço aos que colaboraram para levantar parte substancial das informações contidas nas notas de rodapé – em especial minhas irmãs e meu irmão, mas também colegas, amigas e amigos.

---

[83] Para as filmagens de *Relação da visita feita às fortificações portuguesas do litoral nordeste do Brasil*, curta-metragem lançado em 1974.

[84] Quando Lauro voltou ao Brasil, em dezembro de 1974, nosso pai estava esperando por ele, no pé da escada do avião.

[85] Murilo Salles, diretor de fotografia de *Tati, a garota* (1973) e *A estrela sobe* (1974), ambos de Bruno Barreto, seria também o diretor de fotografia de *Lição de amor* (1975). Em 1984, passou à direção com *Nunca fomos tão felizes*, seguido de *Faca de dois gumes* (1989) e vários outros.

[86] O diplomata Celso Amorim foi diretor-geral da Embrafilme entre 1979 e 1982. Foi ministro das Relações Exteriores (de 2003 a 2010) e ministro da Defesa (de 2011 a 2014). Hoje é assessor-chefe da Presidência para Política Externa.

[87] *Pra frente, Brasil* (1982), filme com roteiro e direção de Roberto Farias (1932-2018), conta a história de Jofre (Reginaldo Faria), um homem comum que é preso e torturado. Depois de ganhar os prêmios de Melhor Filme e Melhor Edição no 10º Festival de Gramado, em março de 1982, foi considerado pela censura como "capaz de provocar incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades e seus agentes" – e teve sua exibição vetada. Por ter sido produzido com financiamento da Embrafilme, resultou na demissão de Celso Amorim, sucessor do próprio Roberto Farias na direção-geral da estatal. Em fevereiro de 1983, o filme estreou nos cinemas sem cortes.

[88] O escritor Fernando Sabino (1923-2004) e sua mulher, Lygia Marina de Moraes.

[89] O curta-metragem *Primeira página* (1982).

[90] *Jubileu* (1982), documentário de média-metragem sobre a procissão do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, em Minas Gerais.

[91] Aloísio Magalhães (1927-82), artista plástico e designer. Foi secretário da Cultura, no Ministério da Educação e Cultura (MEC), e, no início da década de 1980, atuava como presidente da Fundação Nacional Pró-Memória.

[92] Carlos Augusto Calil acabou permanecendo no cargo de diretor de Operações Não Comerciais da Embrafilme. O nomeado foi Roberto Parreira, que havia sido diretor executivo da Fundação Nacional de Artes (Funarte).

[93] Romance de Fernando Sabino, publicado em 1956.

ines249

TEIA DE ABUSOS

Modelos acusam agente e maquiador de assédio sexual

JOÃO BATISTA JR.

Desde que 38 mulheres denunciaram que foram sexualmente assediadas ou estupradas pelo francês Gérald Marie, então poderoso chefe europeu da Elite, uma das maiores agências de modelo do mundo, sabe-se que as modelos são alvo constante de predadores sexuais. Desde que treze modelos masculinos e assistentes revelaram que foram sexualmente assediados pelo peruano Mario Testino, um dos mais famosos fotógrafos de moda do mundo, sabe-se também que nem só as mulheres são vítimas de abusos criminosos no universo da moda. No Brasil, um mercado em que agências e modelos proliferam cada vez mais, a situação não é diferente. Como os modelos e as modelos trabalham numa atividade que vende a beleza física, explora a sensualidade e incita o desejo, a fronteira entre o que é aceitável e o que é abusivo sempre foi tênue – mas nada prepararia Clemerson de Souza para o que estava por vir.

Em um sábado de 2019, aos 17 anos, 1,88 de altura, pele morena, olhos verdes e dentes alvíssimos, ele estava se preparando para deixar o shopping center em Natal, no Rio Grande do Norte, onde acabara de participar de um concurso de modelos promovido pela maior agência do Nordeste, a Tráfego Models, quando um dos jurados lhe procurou. Era Anderson Meira Medeiros, então com 39 anos, representante da agência paulista Another, patrocinadora do concurso. Clemerson de Souza não ficara entre os finalistas, mas o agente, conhecido como Anderson Meyer, achou que o jovem tinha potencial e convidou-o para uma sessão de fotografia no dia seguinte.

Na manhã de domingo, as fotos foram feitas no estacionamento do mesmo shopping, onde havia vários candidatos a modelo. Meyer fotografou um a um, em poses e roupas diversas, inclusive apenas de sunga. Nem se preocupou em pedir a presença ou a autorização de um responsável para fotografar quem era menor de idade, como manda a praxe no setor. Concluídas as fotos, feitas com celular, Meyer aparentemente fez contato com a Another e logo deu um retorno positivo para Souza. “Em dez minutos, ele me disse que todo mundo da agência tinha me aprovado”, me disse Souza, em setembro passado. Por WhatsApp, tratariam de sua ida para São Paulo.

Clemerson Vitor Leocádio de Souza, que cresceu na periferia pobre de Natal, ficou empolgado. Finalmente, aparecia uma chance de mudar de vida. Ele trabalhava desde os 12 anos, abastecendo prateleiras de um mercado e vendendo água e sanduíche na praia. Tinha 4 anos quando sua mãe sobreviveu a uma tentativa de feminicídio por parte do seu pai. A mãe casou-se pela segunda vez, teve uma filha diagnosticada com autismo, o novo marido também era violento, e a pobreza continuava a fustigar a família. “Para mim, trabalhar nunca foi uma opção. Era obrigatório”, diz Souza. Como modelo em São Paulo, ele vislumbrou ganhar o suficiente para ajudar a mãe a se separar de novo e ter uma vida independente.

O agente Anderson Meyer voltou para São Paulo e deixou orientações claras para Souza. Até maio de 2020, quando faria 18 anos e teria idade para se mudar para a capital paulista, Souza deveria deixar o cabelo na cor natural, usar cremes para acabar com os cravos do rosto, treinar em academia para tornear o corpo e mandar fotos sem camisa e de sunga, de modo que o agente pudesse acompanhar a evolução do seu físico – no mundo da moda, qualquer gordurinha pode ser fatal para a carreira. Uma vez que Souza estivesse em São Paulo, Meyer pagaria seu *book* fotográfico (que não sai por menos de 2 mil reais), bancaria três meses de aluguel em uma república de modelos (que custava 300 reais por mês) e daria uma ajuda de custo mensal, que não foi estipulada.

No Natal de 2019, entretanto, a situação familiar de Souza se deteriorou. Ele testemunhou uma briga – mais uma – do casal e protestou contra o padrasto, que o expulsou de casa. Abrigado na casa de uma amiga, Souza fez contato com Meyer para saber se podia antecipar a viagem para São Paulo. O agente comprou para ele uma passagem de ida. No dia 31 de dezembro, o jovem despediu-se da namorada e conseguiu embarcar sozinho, apesar de ser menor de idade e não ter autorização dos pais. Era sua primeira viagem de avião. No início da noite, poucas horas antes da virada do ano, desembarcou no Aeroporto de Guarulhos, onde um Uber encomendado por Meyer foi apanhá-lo. O rapaz levava uma mala pequena e 100 reais na carteira, mas estava feliz e curioso para conhecer a república de modelos onde ficaria hospedado.

Quando o carro de aplicativo estacionou numa rua do bairro Higienópolis,

ines249

MONTAGEM BETO NEJME COM FOTOS DE DIVULGAÇÃO

O maquiador Marcos Costa e o agente Anderson Meyer: Nos últimos anos, muitas agências de modelo criaram canais internos e regras de *compliance*; poucas marcas contratam menores de idade

Souza animou-se. "Vi o prédio e pensei que a minha vida iria mudar mesmo, que teria uma boa estrutura para trabalhar." Entrou no prédio e, no andar combinado, apertou a campainha. Meyer abriu a porta. Não era a porta da república de modelos, mas do apartamento do agente, que estava sozinho. Na hora, o rapaz pensou: "Acho que me fodi." Ele conta que tentou manter a calma. "Eu não podia demonstrar raiva ou receio. Não conhecia nada nem ninguém na cidade. Tentei manter a naturalidade. Se ele me mandasse embora, eu não saberia o que fazer."

Meyer o abraçou e disse que tinha comprado algumas peças de roupa para Souza vestir no Réveillon. Entregou uma camiseta, uma calça e uma cueca. Orientou o garoto a tomar banho na sua suíte, dizendo que o banheiro social estava interditado. A porta de correr do banheiro da suíte estava sem trinco. O adolescente tomou banho de cueca, com receio de alguém aparecer ou de estar sendo filmado.

Dois amigos de Meyer, ambos do mercado de moda, chegaram para a ceia. Um deles era Zeca Barreto, 49 anos na época, agente da Mega, a maior agência de modelos do Brasil. O outro era Eduardo Assis, produtor de moda. "O Anderson me olhava de cima a baixo, dizendo que eu era lindo, forte, moreno de olho claro. Na hora, pensei em ligar para a minha mãe, mas ela já estava com problemas demais. Ele falava que eu era um achado, que ia bombar muito e que todas as marcas iriam me querer. Eu achei que ia mudar a minha realidade e a da minha mãe também. Eu só falava 'obrigado'."

Depois da ceia, todos foram para a Avenida Paulista ver a queima de fogos. No caminho, Meyer pediu que Souza andasse de mãos dadas com ele dizendo que o lugar era perigoso. Ao fim dos fogos de artifício, os dois convidados da ceia foram embora. Meyer e o adolescente voltaram para o apartamento. "Eu nunca tinha passado o Ano-Novo sem minha mãe. Daí o Anderson foi tomar banho, e eu liguei para ela. Quando ele voltou e me viu no celular, ficou bravo. Disse que modelos precisam ser desapegados, que quem sente saudades de casa e dos parentes acaba não dando certo." Depois, o agente convidou o adolescente para dormir com ele na suíte. "Na minha cama tem espaço", disse, segundo o relato do jovem, que recusou o convite e dormiu no sofá.

Na manhã do dia 1º de janeiro, Meyer falou ao adolescente que estava planejando ir a Santos, no litoral paulista, com os mesmos amigos da noite da virada. Meyer deu uma sunga para o jovem, que se recusou a usá-la, porque era muito pequena. Souza conta que, na praia, Meyer o fitava sem parar e dava risadas com os amigos, como se tivesse ganhado um troféu. Quando decidiu tomar banho de mar, o rapaz foi acompanhado por Zeca Barreto, que, dentro da água, sugeriu que ele fizesse uma "simpatia de Ano-Novo": bater o pênis no mar três vezes seguida. Ele se recusou, cada vez mais assustado com o que acontecia.

Na noite do dia 1º, já de volta a São Paulo, mais uma vez Meyer convidou Souza para dormir em sua cama. Ele não quis e voltou ao sofá. De madrugada, incomodado com o vento que vinha da varanda, ele acordou duas vezes para se cobrir, depois que o lençol escorregou do sofá. Então, acordou uma terceira vez e deparou com Meyer sentado no sofá, vestindo um *jockstrap* – modelo de cueca que deixa as nádegas de fora – e alisando a sua coxa, "já perto da virilha", com um lubrificante. A tevê estava ligada em um filme pornô. "Quando vi tudo aquilo, surtei. Não bati nele, mas falei: 'O que você tá pensando? Você me trouxe da minha cidade para isso?'", recorda o jovem. Meyer disse que o tinha trazido para ser seu namorado e que se separara de seu companheiro justamente para começar uma nova relação com Souza. "Nunca foi falado de namoro, eu vim a São Paulo para trabalhar", respondeu o jovem. Meyer insistiu. Perguntou se o rapaz o estava repelindo porque ele era "velho" e "gordo". Souza retrucou: "Não. É porque sou hétero, e vim aqui para trabalhar." Quando já era de dia, o agente pediu que ele arrumasse suas coisas e despachou-o de Uber para a república de modelos.

Na tarde do dia 2, assim que chegou à república, Souza soube que, em vez de um quarto, ele dormiria em uma garagem transformada em dormitório. No mesmo dia, contatou Meyer e perguntou se ele não tinha medo de trazer um menor de outro estado para fazer "aquele tipo de coisa". O agente disse que estava se sentindo ameaçado e chamaria um advogado. "Quando conheci esse menino, o Clemerson, perguntei se ele queria registrar um boletim de ocorrência",

ines249

NUNCA GANHEI NENHUM PRESENTE.
ADÃO

ADÃO ITURRUSGARAI_2025

me disse a governanta da república de modelos, que pediu para ser identificada apenas com as suas iniciais. Ex-diarista, C.E.M.S. saiu do interior de São Paulo para acompanhar a filha que, ainda criança, fora aprovada para trabalhar como modelo em uma agência.

Com receio de não conseguir trabalho, Souza não quis procurar a polícia. Chegou a fazer o *book* fotográfico financiado por Meyer, que, entretanto, nunca lhe ofereceu um contrato como modelo. Um dia, Meyer chamou Souza na Another para dizer que não via perspectivas para ele ali. “Ele falou que não tinha jeito, que não ia ter tesão de me vender para o mercado”, conta. Meyer disse que, depois dos três meses de aluguel pagos por ele, Souza teria que se virar por si próprio.

Sem emprego como modelo, o jovem conseguiu uma vaga como *bartender*, mas teve que mentir sua idade. Ganhava pouco. Às vezes, seu almoço e seu jantar eram apenas bananas. Alguns colegas de república perceberam que ele não comia direito e compartilhavam as refeições. As coisas se agravaram durante a decretação da quarentena na pandemia. Souza entendeu que não dava para seguir em São Paulo. Para voltar a Natal, foi preciso que sua namorada fizesse um empréstimo. E, assim, o sonho de ser modelo se transformara em martírio.

Em agosto de 2024, depois de cinco anos de vida autônoma, a Another foi anexada à agência Mega, que lançou modelos como Isabeli Fontana, Raquel Zimmermann e Ana Beatriz Barros. Com a fusão, Luiz Pretti e Anderson Meyer, responsáveis pela Another, se transferiram para o escritório da nova agência. A mudança não foi bem recebida por todos. Modelos que haviam trocado a Another pela Mega não gostaram de ver Meyer integrando o comitê responsável por contratar novos talentos – e com ascendência hierárquica sobre esse elenco jovem.

D.C., de 40 anos, não demorou a entender a reação adversa. Ele era modelo na Another, mas, com a fusão, passou a trabalhar com os jovens modelos masculinos da Mega, coordenando os *books* fotográficos, dando aulas de passarela e aconselhando os mais novos sobre o mercado. Na nova função, teve mais contato com o elenco jovem. Em junho passado, recebeu uma mensagem de WhatsApp de um rapaz de 20 anos. Ele reclamava que Meyer havia pedido que fizesse fotos sensuais no estúdio da Mega, onde é proibido fotografar sem roupa. Contou que, na sessão, Meyer tinha “ficado de gracinha” e disse que outro colega havia passado pela mesma situação. D.C. ligou para esse outro colega.

Foi o início da descoberta de uma teia de abusos e assédios. “Esse novo modelo me contou coisas absurdas, como oferta de dinheiro pelo Anderson para fazer sexo oral e vantagens de trabalho se os dois virassem namorados.” D.C. acabou se tornando uma espécie de confidente da turma. “Por eu ter três filhas, ser heterossexual e trabalhar nesse mercado há muitos anos, o pessoal se sentiu à vontade para falar comigo”, diz. Nas conversas, um modelo foi levando ao outro. Em questão de dias, D.C. falou com outros três jovens, que relataram histórias parecidas e complementares.

Em contato com um advogado, D.C. foi orientado a procurar o RH da Mega e informar sobre todos os casos. No dia 4 de julho, ele contou tudo o que ouvira para outro *booker* da Mega, Danilo Sanchez, de 43 anos, que também gerenciava a carreira de jovens modelos. D.C. exibiu *prints* de conversas e áudios que os rapazes haviam lhe fornecido. Ao tomar pé de tudo, Sanchez ficou possesso, segundo me contou quando conversamos em um restaurante no bairro do Paraíso, em setembro: “Eu me vi no lugar dos pais daqueles jovens e quis ir a fundo para saber mais do caso, depois de ler *prints* e escutar áudios.”

No fim de semana, Sanchez resolveu falar com dez ex-colegas de trabalho de Meyer, entre eles agentes, fotógrafos, produtores e C.E.M.S., a governanta da república. Também ligou para vários modelos, perguntando se já tinham sofrido algum assédio da parte de Meyer. O resultado das conversas foi robusto: 18 modelos aceitaram falar e autorizaram que a conversa fosse gravada. “As histórias eram parecidas. As vítimas disseram ter sido contatadas por mensagens de visualização única, dessas que apagam logo após a leitura”, diz Sanchez. (Hoje, o material, ao qual a **piauí** teve acesso parcial, está com o Ministério Público e a Polícia Civil, que investiga o assunto.)

Um dos casos aconteceu há quase dez anos. O modelo, que hoje atua fora do Brasil, mostrou *prints* de conversas com Meyer no Instagram em 2017, quando venceu um concurso para trabalhar na agência Oxygen, da qual o agente era sócio na época. “Gosta de bucetinha rosinha? Kkk Vou te apresentar umas putinhas amigas. Posso assistir um dia você em ação?”, lhe escreveu Meyer. O agente propôs pagar para o modelo agenciar algum parente heterossexual: “Se [*você*] tiver um primo hétero, mas que ame $, me apresenta que viro amante secreta dele e ajudo sem ninguém saber. [...] Já percebi que a família aí tem potência kkk quase um Kid Bengala kkk.”

Outro modelo, contratado em Minas Gerais quando tinha acabado de completar 18 anos pela mesma Oxygen, revelou ter sido assediado várias vezes por Meyer, que, ao conhecê-lo, disse que o rapaz era muito parecido com um ex-namorado. Na conversa gravada por Danilo Sanchez, esse modelo relatou: “Ele [*Meyer*] falou que estava procurando um outro [*namorado, parecido com o antigo*], como se fosse um fetiche, sabe? Então, a gente fica naquela posição, sem poder falar nada”, disse ele. Seu primeiro ensaio fotográfico feito pela agência foi sem roupa, algo que lhe causou estranheza. “Eu ouvi dele coisa do tipo: na moda existem dois caminhos, um fácil e outro difícil. O difícil seria você batalhar duro até conseguir o que almeja, sabe? O outro seria a troca de favores sexuais.” O modelo nunca cedeu aos assédios.

No Instagram, Meyer conversou com ele nos seguintes termos:

– Me acha uma bicha fofa? – pergunta o agente.

– É sim kkkkk bobo – responde o modelo.

– Fofa gorda? Ou fofa legal? Ou Fofa que dá para comer kkk?

– Fofa legal, carismático, divertido, humilde e com senso de humor.

– Ixi, essas coisas é que ninguém come aff [*emoji de carinha triste*].

Um rapaz de Mato Grosso do Sul, que se mudou para São Paulo para trabalhar na Oxygen, contou para Sanchez o que ouviu assim que foi apresentado a Meyer. O rapaz tinha 18 anos e, logo na primeira conversa, Meyer perguntou qual tipo de modelo ele gostaria de ser, nos seguintes termos: “Se eu ia deixar ser chupado por uma bicha ou se ia me foder trabalhando.” O modelo cortou qualquer investida. “Foi um choque de realidade. Eu era pintor de parede antes, nunca tinha escutado nada parecido com isso.”

Outro modelo afirmou que Meyer pedia fotos dele pelado, via rede social, e sempre lhe dizia que o caminho mais fácil para ascender na moda era o da “troca de favores”. Outro, ainda, disse que, ao recusar o convite para transar com Meyer, escutou dele uma segunda proposta: fazer sexo com uma mulher na sua frente. Um modelo do interior de São Paulo relatou que em 2018, quando foi fazer as fotos pela primeira vez, Meyer lhe disse que “no meio da moda eu teria de comer viado, que eu era um pedaço de carne”. O rapaz tinha 18 anos, filho de um vendedor e uma costureira, e Meyer sabia de sua situação financeira precária. O jovem também relata ter ido a um bar com o agente e outros modelos, quando Meyer apontou para um homem que descreveu como “filho de um dono de banco” e disse que ele “poderia mudar a minha vida”. “Eu fiquei em choque.” O modelo deixou o bar.

Os relatos de abuso não se restringem aos homens. C.E.M.S. conta que, em 2019, Meyer, ainda na agência Another, levou duas meninas, uma delas entre 16 e 17 anos – “não sei ao certo, mas certamente era menor”, disse ela –, para uma festa numa residência chique de São Paulo. “A menor me ligou chorando, pedindo socorro, dizendo que homens mais velhos queriam que as duas bebessem e ficassem de lingerie ou biquíni. Elas se recusaram”, contou C.E.M.S. “Eu liguei para o Anderson dizendo que, se essa garota não chegasse em casa em meia hora, eu chamaria a polícia.” A jovem voltou pouco depois do telefonema, mas teve que se mudar dias mais tarde para uma república de modelos mais velhas, porque Meyer queria que ela adquirisse um jeito de “mulherão”.

Depois de colher os relatos, Danilo Sanchez ligou para Anderson Meyer. A conversa que tiveram

ines249

em 6 de julho passado, domingo, foi gravada. Durou 12 minutos. Sanchez começou assim:

Chegou até mim, através de modelo. Isso que [você] *está fazendo na Mega não vai ficar barato. Isso é crime sexual. Você traz um cara lá da pqp, sem dinheiro, moleque, que nem perfil de modelo tem.* [...] *São meninos que são modelos da Mega, que estão passando por essa situação, que vão na sua casa. Não são só homens, há menores de idade. Quando o moleque não te quer, você chama amiguinha para ir junto.*

Claramente nervoso, Meyer negou ter assediado sexualmente os jovens, mas assumiu ter se relacionado com modelos e subordinados em troca de dinheiro. "Eu não nego que dei dinheiro e já sustentei vários", disse ele a Sanchez. Quando indagado se coagia os meninos a fazer sexo oral, o agente disse: "Eles sabem o que fazem, eles são adultos." Dos 18 rapazes ouvidos por Sanchez, apenas Clemerson de Souza ainda era menor de idade quando aconteceram os fatos relatados.

No dia seguinte, uma segunda-feira, quando chegou à Mega às 8h30, Sanchez foi comunicado que, em pleno fim de semana, Meyer esteve no local e retirou algumas pastas e seu computador. Quem contou a Sanchez sobre a movimentação de Meyer foi um segurança da agência, de acordo com uma troca de mensagens à qual a **piauí** teve acesso. Informado do que estava acontecendo, Eli Hadid, o dono da Mega, marcou uma reunião com Meyer para a tarde da mesma segunda-feira. O agente apareceu com dois advogados e negou ter cometido assédio. Disse que o propósito de Sanchez era levar todos os modelos para uma agência concorrente.

Hadid deixou a sala de reunião para conversar com Sanchez, que não só negou que estivesse atuando para outra agência, como falou que levaria o caso para a esfera criminal por estar muito abalado com os abusos e assédios. Ao retornar à reunião, Hadid disse a Meyer: "Se alguém nessa sala sabe toda a verdade, esse alguém é você. O que prefere fazer?" Meyer decidiu deixar a empresa, sem qualquer acordo rescisório. "Fora da Mega, ele pode se defender junto às autoridades competentes", me disse Hadid. "Não falo do caso dele, mas de modo geral: aqui dentro, nenhum modelo pode ser fotografado pelado, nem jamais um agente pode oferecer dinheiro em troca de sexo, ponto final."

Aparentemente, Meyer chegou à reunião decidido a pedir demissão. Tanto que, antes disso, Meyer mandou mensagem para quatro rapazes agenciados pela Mega que sublocavam uma quitinete alugada por ele no bairro do Bixiga e pediu que deixassem imediatamente o local. "Os garotos foram avisados por WhatsApp e tiveram de ir para casa de amigos ou parentes. O que o Meyer queria esconder, limpando sua sala na Mega e encerrando uma república de modelos?", indaga Sanchez. O agente disse que um dos modelos estava fumando maconha no local, algo que ele disse não tolerar.

No dia 19 de julho passado, Sanchez fez um post em seu perfil do Instagram com o título *O mercado da moda é sério*, no qual falava, que nesse ramo cheio de "profissionais apaixonados por arte, moda, cinema, imagem, criativos", havia "uma minoria medíocre". E acrescentou: "Vocês, modelos, saibam que uma agência de modelos sem modelos é só parede." Seis dias depois, Sanchez criou uma lista de transmissão no WhatsApp com mais de duzentos modelos da Mega, para os quais enviou a gravação da conversa com Meyer.

A postagem e o áudio levaram mais quatro modelos a procurarem Sanchez para formalizar suas denúncias, fazendo o total de denunciantes subir de 18 para 22. Entre eles, estava um modelo de 32 anos que hoje trabalha na Ásia (ele pediu que a **piauí** não revelasse o país). Em 2014, quando tinha 21 anos e morava no interior de São Paulo, o jovem foi descoberto em uma rede social por Meyer, que o convidou para fazer um teste na capital. Uma vez aprovado, lhe disseram que a campanha de moda iniciaria no dia seguinte. "À noite, saímos para jantar eu, ele e mais dois modelos". Daí, foram à casa de um estilista e, a certa altura, o jovem disse para Meyer que havia decidido ir embora. Meyer lhe deu o endereço da casa dele.

"Cheguei lá sozinho e fui dormir para trabalhar no dia seguinte, mas notei que a tranca do quarto estava quebrada", contou ele a Sanchez. Ele decidiu se deitar de calça. Horas depois, quando ainda dormia, sentiu um peso na região de sua genitália. "Quando abri o olho, vi o Anderson ajoelhado na cama tentando abrir a minha calça. Daí xinguei o filho da puta. Ele falou 'shhhh', pedindo silêncio e dizendo que iria me dar dinheiro. Sorte que não achei uma faca, senão teria picado ele", disse o modelo. O rapaz deixou o apartamento e ligou para o pai, que saiu da cidade onde morava, a 180 km de São Paulo, para buscá-lo. Ele não quis fazer denúncia nem contou à família o que acontecera. Ele autorizou a **piauí** a ter acesso ao seu depoimento a Sanchez, mas não quis dar entrevista.

No conjunto dos 22 depoimentos, Danilo Sanchez soube de outro acusado de assédio sexual: o prestigiado maquiador Marcos Costa, que havia três décadas trabalhava na Natura, a gigante dos cosméticos. Costa está entre os profissionais de beleza mais bem-sucedidos do país, mas seis modelos contaram

COMPLEXO
THEATRO MUNICIPAL
DE SÃO PAULO
TEMPORADA
2026
LASTROS
E RASTROS

Ministério da Cultura, **Prefeitura de São Paulo**, através da **Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa**, **Fundação Theatro Municipal** e **Sustenidos** apresentam

Entre os vestígios do passado e os traços do futuro, o seu lugar é aqui.

ASSINATURAS DO THEATRO MUNICIPAL PRORROGADAS!

Neste Natal, presenteie com arte.

Assine a Temporada 2026 do Theatro Municipal de São Paulo **até o dia 15/12** e garanta descontos em ingressos, prioridade na escolha dos melhores assentos e benefícios em instituições parceiras.

Acompanhe nossas redes sociais:

Theatro Municipal
@theatromunicipalsp
@theatromunicipal
@municipalsp
@theatromunicipal

Praça das Artes
@pracadasartes
@pracadasartes

Municipal Online
/theatromunicipalsp

Lei Rouanet Incentivo a Projetos Culturais
cultura vale+
apoio: revista piauí
realização: SUSTENIDOS Organização Social de Cultura
FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL
PREFEITURA DE SÃO PAULO SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249

ANDRÉ DAHMER_2025

que foram assediados por ele – alguns dos quais já prestaram depoimento na investigação da Polícia Civil. E, aparentemente, havia uma operação conjunta entre o maquiador e o agente Anderson Meyer.

Interrogado pela polícia, um dos modelos contou que, em 2019, quando ainda trabalhava na Another, foi enviado por Meyer até o apartamento de Costa para fazer um teste de trabalho em nome – supostamente – da Natura. Ao chegar no local, estranhou ter encontrado apenas o maquiador, mas nenhuma equipe de teste, geralmente integrada por produtor, fotógrafo e figurinista. O jovem foi então convidado a entrar em uma "sala de reunião", que, na verdade, era um quarto de hóspedes. Estranhou ainda mais quando Costa ligou a tevê do quarto com um filme pornô.

No quarto, ainda segundo o depoimento policial, o maquiador lhe entregou uma cueca asa-delta e mandou que se trocasse na sua frente. Em seguida, Costa pegou um barbeador e, a pretexto de aparar os pelos pubianos do modelo, abaixou-se na frente dele e fez menção de praticar sexo oral. O modelo se afastou, dizendo não ser "esse tipo de pessoa" e que iria embora. Costa então se levantou e lhe deu de presente um óleo de cabelo da Natura. O garoto entendeu que era um agrado, a fim de comprar o seu silêncio, e voltou diretamente para a república de modelos administrada por C.E.M.S.

A governanta da república, que também já foi chamada para depor, relatou outros episódios envolvendo Meyer e Costa. Ela disse que três rapazes lhe contaram que, por orientação de Meyer, se deslocaram até o apartamento de Costa, onde foram recebidos com a tevê exibindo filmes pornô. Em seu depoimento, C.E.M.S. disse que a explicação de Costa era sempre a mesma: "[É] para você ter ereção e ficar bonito na cueca para tirar fotos."

Um modelo gaúcho – que não conhece a governanta nem Anderson Meyer – contou seu caso à **piauí**, em entrevista por telefone. Entre 2010 e 2011, quando tinha 23 anos, o jovem foi contatado por Costa por meio do Facebook. "Ele se apresentou como maquiador da Natura e pediu para eu dar um Google para comprovar quem ele era." As conversas migraram para o Skype, quando Costa pediu que o modelo ficasse apenas de cueca. Como avaliação física é comum no mundo da moda, o jovem não achou o pedido descabido. Mas, já com alguma experiência como modelo da Ford Models, ele achou estranho que o maquiador famoso tivesse lhe procurado diretamente, e não via agência, como é praxe no mercado. "Fiquei com medo de questionar e perder o trabalho", diz.

Costa enviou para o rapaz a passagem aérea de Porto Alegre a São Paulo e deu como endereço de trabalho o seu apartamento nos Jardins. "Eu me lembro como se fosse hoje", diz o modelo. "Ele usava uma calça tailandesa larga e estava na frente do computador." Havia uma empregada na casa, que deixou o local em seguida. Costa pediu para ele tomar banho em uma suíte e, em seguida, vestir "cueca ou sunga" para fazer as fotos, que foram tiradas dentro do banheiro pelo próprio maquiador. "Daí ele falou que a minha perna estava peluda e pediu para aparar. E veio depilando a minha perna na direção da virilha, afastando para o lado o pênis por cima da sunga."

O modelo ficou paralisado. Costa percebeu seu desconforto e disse que o "cliente", cujo nome nunca mencionava, definira um pagamento de 50 reais por dia ao modelo, mas que ele decidira aumentar o cachê, por conta própria, para 100 reais. "Eu voltei para o quarto pensando que tinha alguma coisa errada. O cara nada de mencionar o nome do tal cliente. Eu tinha vindo do Rio Grande do Sul para um trabalho fechado, não para um teste." Ele prossegue: "Depois, fui à casa de uns amigos modelos em São Paulo e, chegando lá, falei o nome do Marcos Costa. Um deles deu uma risadinha. Na hora, percebi que eu tinha caído em uma furada."

No dia seguinte, Costa entrou em contato para cancelar o trabalho, dizendo que o "cliente" tivera um imprevisto. Semanas depois, o rapaz entrou em contato com o maquiador e pediu para ter acesso às fotos feitas no banheiro. Nunca as recebeu e ainda foi excluído por Costa do Facebook. "Levei um tempo para perceber que aquele trabalho não existia. Aquilo foi me causando uma revolta", diz ele. "Quando fui contatado por uma pessoa que se apresentava como maquiador da Natura, pensei que me abriria portas. Até hoje tenho receio de que ele me prejudique, mas estou feliz por ter sido procurado para falar do assunto. Esse assédio ainda tem impacto na minha vida."

Depois que colheu os depoimentos dos modelos, Danilo Sanchez procurou a Natura para avisar que, durante a investigação interna da Mega, o maquiador Marcos Costa tinha sido acusado de assédio sexual. A empresa pediu mais informações, mas Sanchez achou mais conveniente manter os detalhes em sigilo. No final de setembro, Costa ainda representou a empresa em um evento em Paris. Em seguida, os fatos se precipitaram.

No dia 8 de outubro, a **piauí** fez contato para ouvir a Natura sobre o caso. No dia seguinte, a empresa tomou uma providência concreta: suspendeu o contrato com Costa e notificou o maquiador para retirar de suas redes qualquer menção à companhia. Em nota à **piauí**, a empresa afirmou: "Os processos de seleção de modelos da Natura são conduzidos exclusivamente por agências homologadas e equipes internas da empresa." Em outras palavras, os testes que Costa promovia em sua casa não eram em nome da Natura, mas uma iniciativa pessoal do maquiador.

Em sua defesa, Costa nega ter usado o nome da Natura para fazer *castings* com modelos em seu apartamento. "Não faço *casting* de marca nenhuma na minha casa", ele me disse, em conversa por telefone. O maquiador contou que faz "ensaios autorais", sempre por meio de agências, e negou ter pedido aos modelos para ficarem nus. Também negou depilar os jovens, entregar cuecas cavadas e exibir filmes pornôs na tevê. "Eu entrego roupão quando tem de fazer algo artístico, ao lado de fotógrafo e de outros modelos inclusive, dentro da minha casa." As pessoas que o acusam dizem que não havia ninguém na residência de Costa, fora ele mesmo, quando estiveram lá.

Perguntei ao maquiador onde as fotos dos "ensaios autorais" são publicadas. Ele afirma que estão em seu perfil no Instagram e que, além disso, sairão em livro. (No seu perfil no Instagram, a **piauí** não encontrou nenhuma dessas imagens, apenas fotos de maquiagem.) Perguntei se ele de fato conhecia um modelo que o acusou em depoimento à polícia:

– Um menino que está na Mega? Há muito tempo nos conhecemos – respondeu Costa.

– Ele nunca pisou na sua casa? – indago.

– Não lembro de ele ter vindo em casa, são vários castings – disse Costa, voltando a dizer que só faz trabalho autoral em sua casa. – Nada a ver com marca.

Nos dias seguintes à nossa conversa, o maquiador contratou a advogada Laura de Azevedo Marques para fazer sua defesa. "Marcos não foi intimado, não foi notificado e soubemos de um inquérito que é sigiloso através da reportagem. Não temos conhecimento oficial da existência de uma investigação, e a defesa será feita nos autos", disse a advogada. Na São Paulo Fashion Week de outubro passado, já demitido da Natura, Costa assinou a maquiagem do desfile do estilista mineiro Ronaldo Fraga, que se inspirou em Milton Nascimento.

Nos últimos anos, muitas agências de modelo criaram canais internos e regras de *compliance*. Poucas marcas contratam menores de idade. E, quando um menor entra em estúdio, é obrigatório que esteja acompanhado por um responsável da família ou da agência. *Castings* dentro de residências, sem a presença de testemunhas, são vetados. "A indústria da moda está entre os cinco maiores setores da economia brasileira. É inadmissível alguém no mercado tentar usar de poder para assediar modelos, prometer carreiras estreladas ou dinheiro em troca de benefício particular", afirma Anderson Baumgartner, dono da Way, a agência que representa nomes como Carol Trentini e Alessandra Ambrósio. "Nós, agentes de modelos, tiramos pessoas de suas casas para começar uma jornada de trabalho. Temos a obrigação de zelar pela segurança de todas elas. Oferecer dinheiro por sexo é inaceitável", diz Hugo Marcel, que hoje trabalha como agente do potiguar Clemerson de Souza.

Vestindo calça jeans e camisa verde, Anderson Meyer recebeu a **piauí** em uma tarde de outubro, ao lado

ines249

de dois advogados, Mailson Mendonça e Kátia Santos, na sala de um *coworking* na região da Avenida Paulista. O agente de modelos estava nervoso e abatido – e agradeceu à reportagem por procurá-lo. “Estou sendo vítima de um massacre, essa é a chance de me defender”, justificou. Meyer disse que está sendo perseguido por seus dois ex-colegas da Mega – D.C. e Danilo Sanchez. Acredita que ambos têm algo contra ele, mas não sabe o que seria. Contou que, desde o início das denúncias, tem tido crises de pânico e anorexia nervosa, e já foi a um hospital algumas vezes para tomar soro. Disse que, em momentos mais graves, até já tentou suicídio.

Sobre as acusações de Clemerson de Souza, disse que havia encerrado um namoro e confirmou que pretendia ficar com o rapaz de 17 anos. Acrescentou que foi “ingênuo” por acreditar que ele e Souza estavam vivendo uma relação amorosa. Para justificar sua posição, colocou um áudio de uma mensagem que o jovem lhe enviou:

Nunca me interessei em fazer academia. Você perguntou se eu era muito mulherengo, sim, ocupava muito meu tempo com meninas. Inclusive tô até me relacionando com menina... Você falou que não é ciumento, né? Só Deus sabe se vai dar certo com ela. Eu já cheguei a entrar em carros de homens que me ofereceram dinheiro, mas eram homens mais velhos, mais de 50 anos, como nunca tinha feito, ficava nervoso. Mas com você, combinando de agora, eu acho que é diferente.

Meyer disse que, de fato, sugeriu ao jovem algumas melhorias em sua imagem para que começasse a trabalhar como modelo, mas não necessariamente na sua agência na época, a Another. “Ele poderia ir para outra agência ou trabalhar em shopping.” Disse que comprou passagem aérea para o rapaz ir para São Paulo quando soube que ele fora expulso de casa pelo padrasto. Meyer admitiu que nunca falou com a mãe de Souza, mas afirmou que o próprio rapaz não queria. O agente tampouco informou à Tráfego Models, que promovera o concurso em Natal, sobre a ida de Souza para São Paulo. “O Anderson sempre foi muito honesto e correto comigo, mas quem me conhece sabe que abomino esse tipo de relação entre agentes e modelos”, disse George Batista, sócio da Tráfego, ao confirmar que, de fato, não sabia da mudança de Souza para São Paulo.

Na versão de Meyer, ele nunca alisou o corpo de Souza, nem usou cueca *jockstrap*, nem ofereceu dinheiro a ninguém em troca de sexo. “Só se eu estivesse bêbado, pois não me recordo de nada disso”. Ele admitiu que, na madrugada de 1º de janeiro de 2020, tentou beijar Souza na sua casa, mas o rapaz se esquivou. Ali, ele entendeu que não haveria uma relação entre os dois. “Então eu preparei o sofá para ele dormir.” O agente mostrou à **piauí** uma troca de mensagens entre ele e Souza na madrugada, enquanto os dois estavam em cômodos diferentes do apartamento:

– Se preferir, não fazemos nada. Desculpa se fiz algo que não gostou – escreveu Meyer para Souza, às 2h48.

– Hey, Anderson, eu realmente tô afim, sim, até porque foi combinado e eu tenho palavra. E não estou fazendo só em troca do que tem a oferecer, carreira e tals, consequentemente dinheiro – respondeu Souza, às 3h43.

Clemerson Souza mantém suas acusações contra Meyer. Quando voltamos a falar, ele disse que não se lembra das mensagens na madrugada de 1º de janeiro de 2020 e levanta um ponto. “Agora, uma coisa é curiosa: se eu escrevi que ficaria com ele, por que ele me expulsaria da casa dele no dia seguinte, justamente por não ficar com ele? Isso não faz o menor sentido”, disse. “Eu estou com a minha consciência tranquila.” Acrescentou que nunca lhe passou pela cabeça ter relação amorosa com Meyer. “Ele dava algumas investidas, me chamava de lindo e gostoso. Eu não queria perder a oportunidade. Mas nunca ele falou: ‘Eu quero ficar com você.’ Eu vim a São Paulo para trabalhar como modelo. Não vim para namorar com ele.” Souza também negou que Meyer tenha pedido para falar com a sua mãe antes de levá-lo para São Paulo e que tenha tido relações sexuais com homens. “Pela minha aparência e por ser pobre, já fui muito assediado por homens da minha cidade, mas nunca fiz nada.”

Em sua defesa, Meyer afirmou que nunca teve problemas com o modelo que hoje trabalha num país asiático e lhe acusa de assédio. Disse que, depois de conhecer o rapaz em um concurso, passou a receber dele mensagens de cunho sexual. Meyer mostrou uma delas, cuja leitura dá a entender que o rapaz lhe mandou uma foto de visualização única mostrando seu pênis ereto. Em outra, o modelo lhe enviou uma imagem semelhante, à qual Meyer reage assim: “Onde é isso, seu delícia? Olha essas coxas, passo mal. Tô loca para dar para vc, sabia?” O rapaz diz que está num motel. Meyer então lamenta que ele não tenha feito um vídeo “em ação”. Como o modelo não quis dar entrevista, a **piauí** não pôde colher sua reação à versão de Meyer.

Além do rompimento do contrato do maquiador Marcos Costa, o pedido de demissão de Meyer o levou a desistir de continuar no ramo da moda. “Não me vejo mais em uma agência de modelos”, diz ele. Zeca Barreto, o agente que sugeriu a Souza a simpatia de Ano-Novo de bater o pênis três vezes na água do mar, foi demitido da Mega. Eli Hadid, o dono da agência, justificou: “Agentes não confraternizam com menores justamente para não ter qualquer tipo de problemas.”

Clemerson de Souza, hoje com 23 anos, mora em São Paulo e já desfilou na Itália e na Índia. Sua namorada, a mesma de quando tinha 17 anos, está concluindo o curso de direito em Natal e, depois, mudará para São Paulo. A mãe e a irmã de Souza já não vivem com o padrasto. O modelo está longe de ter uma situação financeira estável, mas ajuda a família como pode. “Ainda estou no corre para melhorar de vida, mas todo mês, o que sobra eu mando para as duas em Natal.”

A teia de assédios virou um caso de polícia quando Anderson Meyer entrou com uma representação civil contra Danilo Sanchez e D.C., pedindo indenização de 15 mil reais e solicitando que Sanchez fosse obrigado a apagar sua postagem no Instagram, aquela em que deu o título *O mercado da moda é sério*. Depois, fez uma representação criminal contra os dois ex-colegas por calúnia e difamação, entre outros crimes. Argumentou que está sofrendo um linchamento moral, com danos graves à sua imagem.

No documento, Meyer diz que os ex-colegas da Mega ameaçaram e coagiram as pessoas a mentir e fazer acusações: “A motivação, ao que tudo indica, reside em sentimentos como inveja, desejo de protagonismo e busca de projeção à custa da reputação alheia.” O objetivo de tudo, segundo ele, seria tirá-lo da agência Mega. Meyer chega a pedir a prisão preventiva de Danilo Sanchez e D.C. Incluiu testemunhas a seu favor, como um modelo, um fotógrafo e duas agentes.

Foi em resposta a essa representação criminal que Danilo Sanchez decidiu, no dia 31 de julho, apresentar uma denúncia online ao Ministério Público. Na denúncia, contou sobre a conduta de Meyer e encaminhou todos os áudios e *prints* com os relatos de assédio dos 22 modelos. Poucos dias depois, a denúncia foi acatada e a investigação encaminhada à 5ª Delegacia de Polícia de São Paulo, onde Sanchez deu depoimento no dia 26 de agosto, quando a polícia já estava de posse de todo o material fornecido antes ao Ministério Público. Até agora, oito pessoas já depuseram na delegacia.

Na segunda semana de novembro, o inquérito policial ganhou novos elementos. O ex-agente de uma modelo mineira mandou um áudio à garota pedindo a ela que não falasse à imprensa nem prestasse depoimento à polícia contra Meyer. O ex-agente, que hoje vive no México, é amigo de Meyer e estava fazendo o papel de mensageiro, como ele próprio diz à modelo: “O seu nome está lá [*no inquérito*], o próprio Meyer me falou: ‘Pede para ela não falar contra mim.’ Eu peço em nome dele para [*você*] não fazer isso [...] Ninguém tem que saber o que a gente viveu no passado, não acho legal você se envolver. [...] Até porque uma coisa puxa outra, puxa você, puxa eu...” Os áudios, aos quais a **piauí** teve acesso, foram juntados ao inquérito policial. ✪

DOE SEU IR
FAÇA PARTE
DO PROGRAMA
DO **MAM RIO**

AMIGOS MAM

Agora é possível se tornar **Amigo do MAM** através de doação do Imposto de Renda.

Você tem acesso a benefícios especiais: convites para eventos, visitas com a curadoria, gratuidade e descontos em museus, casas de show e teatros parceiros.

Fortaleça um museu vivo, aberto e diverso.

participe
mam.rio/amigos

ines249

OLHOS EMPRESTADOS

Duas irmãs unidas pela literatura (e pelo telefone)

ARMANDO ANTENORE

Elas nasceram em março e convivem há nove décadas. A mais velha é carioca. A mais nova, paulistana. Na infância, brincavam de roda, pulavam corda e andavam de bicicleta em ruas de terra. Otimistas incuráveis, gostam de mesas bem-postas, festas, praia, flores e moda. Na juventude, assinaram a revista francesa *L'Officiel*, bíblia da alta costura que impulsionou a carreira de Yves St. Laurent, Christian Dior e Pierre Balmain. Também estudaram ciências sociais, um atrevimento para as moças da época, que dificilmente cursavam faculdade. Casaram-se em 1956 com homens que ainda consideram muito gentis. Viraram mães e avós, mas não tiveram bisnetos. Depois de viúvas, descartaram outras uniões conjugais. Embora sejam irmãs – as primeiras numa família de cinco filhos –, juram que nunca brigaram. Quem as vê juntas, sempre tão entrosadas e risonhas, não duvida.

Com 96 anos, Rilda Machado Lorch desconhece as benesses e os incômodos da fama. Em contrapartida, Ruth Machado Lousada Rocha, de 94, está sob os holofotes desde a meia-idade, já que se tornou um mito da literatura infantojuvenil no país. De 1976 para cá, publicou 218 livros, que venderam 40 milhões de exemplares. *O reizinho mandão*, *Nicolau tinha uma ideia* e *Marcelo, marmelo, martelo* figuram entre seus clássicos. Traduzida em 25 idiomas e integrante da Academia Paulista de Letras, Ruth Rocha – nome que adota profissionalmente – recebeu várias honrarias, incluindo oito prêmios Jabuti e a Comenda da Ordem do Mérito Cultural, entregue pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. No primeiro semestre de 2024, renovou o vínculo com a Salamandra, editora do grupo espanhol Santillana. O acordo despertou a atenção da mídia por se estender até 2039, quando a escritora completará 108 anos. Numa entrevista para o *Fantástico*, da TV Globo, Ruth declarou que negociou a renovação sem se preocupar em fazer cálculos sobre a passagem do tempo. Ela própria estranhou a displicência matemática, que classificou de engraçada, e ponderou: "Evidentemente, não vou cumprir o contrato."

O envelhecimento, insensível como de hábito, trouxe danos oculares à autora. Um glaucoma lhe causou sérios prejuízos numa das vistas e diminuiu a capacidade da outra. Em consequência, Ruth deixou de ler com desenvoltura. As palavras agora perdem a nitidez e os olhos se cansam depressa. Lógico que o problema a chateou. A escritora, afinal, descobriu o prazer da leitura ainda menina e o cultivou sem tréguas pela vida afora.

Assim que soube da dificuldade, Rilda propôs uma compensação à irmã. Ruth a visitaria todos os sábados. As duas bateriam papo e, depois, almoçariam. Quando terminassem a refeição, a mais velha leria para a mais nova. "Escolha qualquer livro. Minhas predileções não estão em jogo", salientou Rilda. O esquema funcionou às mil maravilhas, apesar dos trinta e tantos quilômetros que separam a dupla. Ruth mora nos Jardins, bairro rico de São Paulo, enquanto a irmã se refugia em Aldeia da Serra, um condomínio arborizado, fora da capital. "Costumo usar os serviços de um taxista bastante prestativo", diz a autora. "Ele me leva para onde preciso, aguarda na porta e me traz de volta."

Em 2020, porém, a pandemia azedou o arranjo fraterno. O isolamento social impediu as irmãs de se encontrarem. Rilda não recuou e decidiu continuar as leituras por telefone. Detalhe: em vez de emprestar os olhos à irmã mais nova apenas no sábado, iria fazê-lo com uma frequência bem maior. Desde então, diariamente, às 16 horas, liga para Ruth e lê o que a escritora quiser até as 17. "Telefono inclusive nos fins de semana", frisa Rilda. "Não me dá trabalho nenhum. Pelo contrário: sinto imensa alegria. Eu também amo literatura. E sou uma desocupada, né?", ironiza. "A Ruth, não. Está sempre cheia de compromissos. O que me custa ajudá-la?"

As duas só abdicam da reunião literária se houver imprevistos. Tamanha regularidade já permitiu que compartilhassem 65 livros, entre biografias, reportagens, ensaios, ficções e relatos de divulgação científica. "Se não me falha a memória, começamos com um romance russo", afirma Rilda. "Talvez *Os irmãos Karamazov*, do Dostoiévski, ou *Guerra e paz*, do Tolstói. Não importa… Certo mesmo é que a gente leu os dois." Na contramão do século XXI, as leituras jamais ocorrem por celular. A dupla prefere aparelhos fixos.

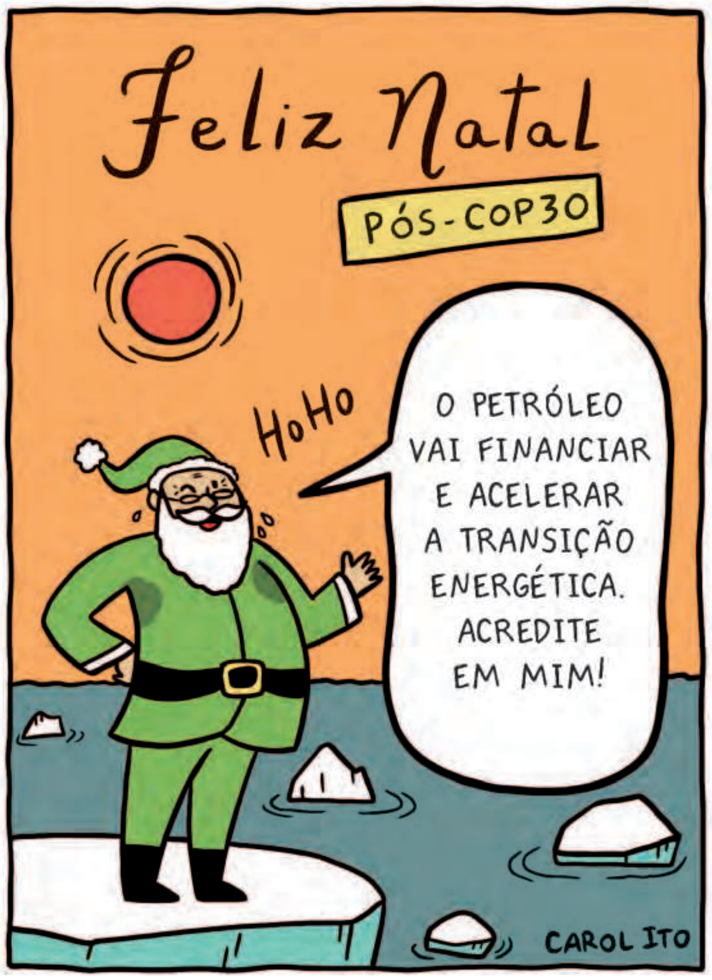
O apego das irmãs pelas palavras se deve, em parte, às habilidades narrativas de um ferroviário calvo e baixinho que lhes marcou a infância: o Vovô Ioiô. Paraense de raízes baianas e primo distante do poeta Castro Alves, o avô materno de Rilda e Ruth vivia na Zona Norte do Rio de Janeiro, idolatrava Getúlio Vargas e não dispensava cigarro forte nem feijão preto, pimenta muito ardida e cerveja gelada. Ele deslumbrava as crianças da família com uma porção de histórias intrigantes, ora extraídas do folclore

ines249

BOB WOLFENSON_2025

Rilda Machado Lorch, de 96 anos, que lê diariamente pelo telefone para a irmã de 94, a escritora Ruth Rocha (à dir.): "Não há nada melhor do que a leitura. Ler aumenta a vida", diz Ruth

ines249


Feliz Natal
PÓS-COP30
HoHo
O PETRÓLEO VAI FINANCIAR E ACELERAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA. ACREDITE EM MIM!
CAROL ITO

CAROL ITO_2025

nacional, ora de contos populares europeus ou árabes.

O curioso é que o carismático narrador alterava as tramas originais para ambientá-las numa Bahia fantasiosa, onde existiam lugarejos como um tal Caixa-Pregos. Vovô Ioiô sempre dava um jeito de os casos acabarem em festas magníficas, normalmente de casamento, que esbanjavam babas de moça, cocadas, pés de moleque, brigadeiros e paçocas. “Imaginem uma farra das boas”, sugeria o ferroviário à garotada. “Havia tanto doce por lá que resolvi trazer alguns para vocês. Botei os mais deliciosos numa bandeja e saí de fininho. Só que, descendo a Ladeira do Escorrega, tropecei e… perdi tudo!”

O pai de Rilda e Ruth, o proctologista carioca Álvaro de Faria Machado, também gostava de contar histórias, às vezes fictícias, outras vezes reais. Nos sábados e domingos, logo depois do almoço, fazia questão de permanecer à mesa com os cinco filhos e a mulher, a dona de casa Esther Sampaio Machado, igualmente carioca. “A gente gastava horas ali, conversando sobre os mais diversos temas”, recorda a escritora. Durante os papos, o médico relatava de maneira serena e didática o que estava acontecendo no Brasil e no exterior. Um dia, por exemplo, abriu o mapa-múndi e explicou a Segunda Guerra, ainda em curso.

Leitor compulsivo, Álvaro adorava romances de capa e espada, cujos enredos se passavam na Europa, entre o final do Renascimento e o período napoleônico. Traições, vinganças, suspense, intrigas políticas e duelos de esgrima temperavam as aventuras. “Meu pai apreciava sobretudo a série *Les Pardaillan*, do Michel Zévaco”, lembra Ruth. O jornalista, escritor, cineasta e anarquista corso lançou os dez livros da coleção no começo do século XX, de início como folhetins, e atingiu um tremendo sucesso. Os episódios, que se desenrolam de 1553 até 1614, abordam inúmeros fatos históricos da França e da Espanha. Na autobiografia *As palavras*, o filósofo Jean-Paul Sartre revelou que, quando menino, venerava “o talentoso” Zévaco: “Seus heróis representavam o povo; construíam e desfaziam impérios, anteviam a Revolução Francesa [...], protegiam por bondade d’alma reis infantes ou reis loucos [...] e esbofeteavam os reis perversos.”

Atualmente fora de catálogo, as traduções em português de *Les Pardaillan* seduziram algumas gerações de brasileiros. Álvaro comprava os volumes da série assim que chegavam às lojas e, depois de saboreá-los, os emprestava para os filhos. O status de primogênitas garantia que Rilda e Ruth devorassem as aventuras antes dos irmãos, bem mais jovens.

Graças à mãe, as duas conheceram Monteiro Lobato e o Sítio do Picapau Amarelo na primeira infância. Embora não se interessasse tanto por literatura quanto o marido, Esther mantinha a rotina de ler em voz alta as peripécias de Dona Benta, Tia Nastácia e companhia. “Nós ouvíamos aquilo absolutamente fascinadas”, afirma a escritora, que virou fã de Emília, a boneca tagarela. “O bom humor da personagem influenciou muito o meu estilo.” As leituras maternas se mostraram tão cativantes que *Reinações de Narizinho* continua sendo o livro infantil preferido de Ruth.

“Tivemos pais disciplinadores, mas nada controladores. Eles nunca censuravam o que a gente lia. Podíamos explorar qualquer título nas estantes da sala – uma liberdade que contribuiu para aguçar nossa afeição pela literatura”, avalia Rilda. Como Álvaro e Esther valorizavam o estudo, toda a prole concluiu o ensino superior. O casal proporcionou às três filhas as mesmas oportunidades que os dois filhos receberam. “Crescemos num lar afetuoso e democrático. Lá o preconceito não prosperava”, diz Ruth.

Ainda bebê, Rilda deixou o Rio e desembarcou em São Paulo, onde a família acabou se enraizando. Pouco depois dos 15 anos, a adolescente visitou a recém-inaugurada Seção Circulante da Biblioteca Municipal (hoje Biblioteca Mário de Andrade). Localizado no Centro paulistano, o acervo reunia milhares de livros que os usuários consultavam *in loco* ou pegavam emprestados. “Fui por recomendação de um professor e carreguei a Ruth, que não desgrudava de mim.” Mal avistou o mundaréu de volumes, a futura escritora de somente 13 anos se empolgou: “Vou ler todos!”

Não leu, claro, mas se transformou em frequentadora da seção e fisgou ali preciosidades inexistentes nas prateleiras domésticas dos Machado. Primeiro, enveredou pelas ficções históricas e crônicas de Paulo Setúbal – àquela altura, um autor de renome. Em seguida, desbravou *As vinhas da ira* e os demais romances do americano John Steinbeck, repletos de críticas sociais. Descobriu, ainda, os versos de Olavo Bilac e outros “poetas antiguinhos”.

Na mesma época, “levou uma trombada” de *As cidades e as serras*. O colégio lhe solicitou um arrazoado sobre o clássico do português Eça de Queirós, lançado em 1901. A trajetória de Jacinto, o protagonista do romance que se desilude com a modernidade urbana, impactou Ruth profundamente e consolidou a paixão da jovem pelo universo literário.

Rilda também usufruiu um bocado da Seção Circulante. “Li *Casa-grande & senzala*, do Gilberto Freyre, quando tinha 16 ou 17 anos. Salvo engano, garimpei a obra na Biblioteca Municipal.” Em paralelo às leituras densas, a adolescente se permitia desfrutar de “uns livros tontos”, como os de M. Delly, pseudônimo dos irmãos Frédéric Henri e Jeanne Marie Henriette Petitjean de la Rosiére. O duo francês, católico fervoroso, encantou zilhões de mocinhas com quase 180 dramas de amor em que a coragem, a honra e a virtude sempre venciam. Entre as décadas de 1930 e 1960, a Companhia Editora Nacional, fundada por Monteiro Lobato, publicou traduções de parte da coleção.

Logo que terminou o ensino médio, Rilda tomou a decisão de estudar letras, mas rapidamente se decepcionou com a faculdade. Não suspeitava que iria detestar o aprendizado minucioso da gramática luso-brasileira. Enquanto a irmã penava, Ruth frequentava a Escola de Sociologia e Política, na USP. Certa manhã, chamou a mais velha para ver uma aula do professor Mauro Brandão Lopes sobre parlamentarismo inglês. “Fiquei tão envolvida pelo assunto que resolvi mandar a gramática às favas”, diz Rilda. Abandonou as letras e ingressou na mesma escola de Ruth. Por tabela, abraçou o movimento estudantil. Nacionalista, proclamava-se de esquerda, embora rejeitasse o comunismo (“nenhum regime ditatorial me agrada”). No auge do ativismo, se elegeu vice-presidente do centro acadêmico, vaiou Carlos Lacerda – o inimigo número um de Getúlio Vargas – e militou ao lado de rapazes que mais adiante iriam ocupar cargos significativos, caso de Almino Afonso (ministro do Trabalho no governo de João Goulart), Rubens Paiva (deputado federal pelo antigo PTB) e José Gregori (ministro da Justiça na gestão de FHC).

Depois de fazer ciências sociais, Rilda começou uma especialização em economia, que interrompeu para se casar com um químico e empresário de origem judaico-alemã. “No fim das contas, não exerci a profissão de socióloga nem a de economista. Como gerei três filhas, uma atrás da outra, cuidei exclusivamente das meninas por uns dez anos. Só então decidi trabalhar na fábrica do meu marido. Ele produzia extintores de incêndio.” No princípio, Rilda executava serviços de escritório. Assim que se inteirou melhor dos processos industriais, criou um “puxadinho” dentro da fábrica, onde manufaturava cachepôs cromados.

As empreitadas do casal floresceram até a década de 1980, quando as coisas desandaram em decorrência da hiperinflação. O país derreteu, e a fábrica fechou. O marido de Rilda abriu outros negócios, mas nenhum decolou. Ela acabou arrumando um emprego administrativo na Fepasa, estatal que controlava o sistema ferroviário de São Paulo. “Também me dediquei à tradução de livros em inglês. Eram sempre romances água com açúcar, daqueles de arrancar lágrimas. Eu não me sentia capaz de enfrentar textos muito complicados.”

Rilda afirma que, ao contrário da irmã, jamais cogitou escrever ficção. Nem por isso se esquivava de fantasiar diante das crianças nos encontros familiares. “Ela narrava histórias divertidas para a gente”, diz a sobrinha Mariana Rocha, filha única de Ruth. As tramas giravam em torno de Lúcia, uma garota com superpoderes. Além de voar, a personagem tinha o dom da invisibilidade e chupava um sorvete que nunca terminava.

“Por ser a primeira dos cinco irmãos, Rilda adotava uma postura matriarcal quando jovem”, relata o jornalista Alexandre Machado, o caçula do quin-

ines249

teto, que festejou 80 anos em outubro. “A gente costumava viajar para o litoral sem os nossos pais e ficar sob a responsabilidade dela. Numa das viagens, Rilda ordenou que comêssemos verdura. Pronto: nós a apelidamos de Mamãe Bronquinha, e o apelido permanece até hoje.”

Enquanto cursava a Escola de Sociologia e Política, Ruth teve aulas com a psicanalista Virgínia Bicudo, pioneira entre as professoras universitárias negras do país, e com o historiador Sérgio Buarque de Holanda. O autor de *Raízes do Brasil*, ensaio obrigatório sobre a formação da identidade nacional, impressionou a aluna não só dentro da classe. Em 1949, alguns estudantes fizeram uma excursão por Belo Horizonte e Ouro Preto. Buarque de Holanda se encarregou de acompanhá-los. Mais de seis décadas depois, em janeiro de 2012, Ruth – que participou do passeio – o evocou num artigo publicado pela *Folha de S.Paulo*. Contou que, ao longo da jornada, o professor se revelou “alegre, informal, um ótimo companheiro”. “Ele cantava conosco e jogava nossos jogos.” No hotel de Belo Horizonte em que todos se alojaram, havia um piano. Para surpresa dos jovens, o historiador não o deixou passar em branco. Tocou com descontração, ainda que precariamente.

Da capital mineira, pupilos e mestre viajaram de trem até Ouro Preto, aonde chegaram à noitinha. No dia seguinte, Ruth e duas colegas encontraram Buarque de Holanda tomando café da manhã sozinho. Ele sugeriu ciceroneá-las pela cidade. “Foi uma maravilha!”, resumiu a autora na *Folha*. O professor apanhou o *Guia de Ouro Preto* – que o poeta Manuel Bandeira escrevera em 1938 –, alugou um carro e percorreu lugares marcantes do município: as igrejas de Santa Ifigênia e São Francisco de Assis, a Basílica de Nossa Senhora do Pilar, a Ponte dos Suspiros, o Largo do Rosário, o Chafariz de Marília… À medida que visitava os pontos turísticos, Buarque de Holanda chamava a atenção para detalhes que as três moças não notariam por conta própria.

Na excursão, durante as cantorias dos alunos, o historiador se espantou com o fato de Ruth conhecer modinhas do período imperial. “Eu também sabia um monte de marchas carnavalescas”, diz a escritora. Uma tia e a avó Neném, mulher do Vovô Ioiô, lhe ensinaram o repertório. “Sempre gostei de cantar”, prossegue Ruth. “Quando criança, me apresentei em programas infantis de rádio.” Depois, já adulta e por mero hobby, interpretava *hits* de Ella Fitzgerald, Sarah Vaughan e Billie Holiday no Café Piu Piu, casa noturna do Bixiga, o bairro paulistano de influência afro-italiana. Os espetáculos, semanais, ocorriam às segundas-feiras. Em família ou rodas de amigos, a autora ainda se arriscava no violão. Dedilhava principalmente o cancioneiro de Noel Rosa. Agora não toca nem canta mais. “Sofro de artrose nas mãos e perdi a voz.”

A maternidade nunca a impediu de trabalhar fora. O marido da escritora, um industrial e desenhista, confeccionava artefatos de couro. Entre as décadas de 1950 e 1970, Ruth engrossou o orçamento doméstico como funcionária do tradicional Colégio Rio Branco, em que estudou na adolescência. Exerceu primeiro a tarefa de bibliotecária, apesar de já ter o diploma de ciências sociais. “Criei um elo muito forte com os alunos menores. Eles viviam no meu pé: ‘Dona, quero um livro engraçado! Dona, me arranje uma história de aventura!’ Eu amava.” Mais tarde, se tornou orientadora educacional e fez uma pós-graduação na área.

Em 1965, virou colaboradora da *Claudia*. A revista feminina, editada pela Abril, procurava alguém que redigisse artigos sobre educação. Por estar se destacando no Rio Branco, Ruth ocupou o espaço. Passaram-se quatro anos, e a orientadora educacional recebeu outra missão da Abril: bolar, também como *freelancer*, exercícios que desenvolvessem o raciocínio e a psicomotricidade das crianças. Uma nova revista da editora, voltada para meninos e meninas, iria divulgá-los. Assim, Ruth integrou a equipe precursora da *Recreio*, projeto que nasceu quinzenal e, após onze números, se converteu em semanal. Rapidamente, a publicação atingiu a tiragem de 800 mil exemplares mensais.

Com a máxima “Leia e pinte, corte e brinque”, a revista oferecia um cardápio sortido: desde reportagens, contos e poemas até brindes, quadrinhos e os tais exercícios – passatempos, adivinhações e testes. A Abril retirou o produto do mercado na década de 1980 e o ressuscitou no início do século XXI. Em 2014, vendeu a marca para a Editora Caras (atual Grupo Perfil), que hoje a explora sobretudo via internet.

Durante a primeira encarnação, a *Recreio* lançou e alavancou nomes essenciais da literatura infantojuvenil, como Joel Rufino dos Santos, Ana Maria Machado, Sylvia Orthof e Marina Colasanti. Todos assinavam narrativas coloquiais, que geralmente espelhavam o cotidiano dos pequenos leitores. Certos textos, porém, mergulhavam no fantástico e retratavam manifestações do folclore brasileiro. De maneira um tanto enviesada, Ruth logo ingressou no time de autores.

Ela nunca havia escrito ficção antes de chegar à revista. Quer dizer: havia, sim – nas longínquas reda-

Amigos do INHOTIM

INHOTIM

Saiba mais em

Ser **Amigo do Inhotim** nunca foi tão fácil.

Doe seu Imposto de Renda e garanta benefícios exclusivos.

Com adesão até o dia 29/12/25, você garante a dedução na sua próxima declaração.

AMIGO

ines249

FELIZ NATAL
&
CURIÇAWARA
NUSOKEN
PORANTIM
HARY
KARIMÃ
PINDORAMA
SATERÉ MAWÉ

CYNTHIA BONACOSSA_2025

ções escolares. Depois que se tornou mãe, resolveu criar histórias outra vez, mas somente para distrair a filha. Não cogitava botá-las no papel. "Mariana se interessava demais pela realidade. Ficava intrigada com objetos corriqueiros e me fazia perguntas do tipo: 'Qual a origem do garfo? E da mesa? E do cinzeiro?' Eu nem sempre sabia a resposta", conta Ruth. Por isso, disparava umas explicações amalucadas, que atiçavam a imaginação da garota.

"Verdade!", reitera a filha, de 63 anos. "Minha mãe também lia bastante para mim." Entre as obras prediletas da menina, sobressaíam as de Monteiro Lobato e *Flicts*, o best-seller de Ziraldo. Mariana se recorda, ainda, de um livrinho do poeta Jacques Prévert, *L'opéra de la lune*, que Ruth traduzia do francês no decorrer da leitura em voz alta. "Tão bonito… As ilustrações de Jacqueline Duhême me tiravam o fôlego. Pareciam telas do pintor Marc Chagall", compara a filha.

A atriz e jornalista Sônia Robatto, que idealizou e dirigia a *Recreio*, costumava ouvir as respostas mirabolantes de Ruth para Mariana. "Você é uma excelente contadora de histórias! Por que não escreve?", indagava. Ruth desconversava: "De jeito nenhum! Não consigo..." Um dia, meio de gozação, meio a sério, Robatto trancou a subordinada (e amiga) numa sala com uma máquina de datilografia: "Você só vai sair daqui quando escrever alguma coisa." Ruth concebeu, então, *Romeu e Julieta*. A trama, baseada na tragédia de William Shakespeare, tratava de duas borboletas – uma azul, outra amarela – que não podiam se divertir juntas porque tinham cores diferentes. "Logo de cara, quis me posicionar contra o preconceito, um assunto que debati muito na Escola de Sociologia e Política." A *Recreio* publicou o texto em 1969 e inaugurou a carreira literária da colaboradora. "Eu já estava com 38 anos. Comecei tarde."

A partir daí, a revista abrigou tanto os exercícios quanto diversas ficções de Ruth, que se transformariam em livros no futuro: *Teresinha e Gabriela*, *O dono da bola*, *O nosso amigo Ventinho*, *Marcelo, marmelo, martelo*… "Perdi a inibição de escrever à medida que escrevia. A profissão escolhe a gente, e a gente inventa a profissão", diz a autora. Ela abraçou as novas atribuições com tamanho entusiasmo que, em 1972, decidiu largar o Colégio Rio Branco e se dedicar apenas à indústria cultural. Depois de uma breve passagem pela revista infantil *Bloquinho*, da Bloch Editores, voltou para a *Recreio*, agora como funcionária. Subiu degraus e alcançou o cargo de redatora-chefe. Em seguida, fez um estágio sobre editoração nos Estados Unidos e comandou o departamento de publicações infantojuvenis da Abril.

A escritora desempenhou outras atividades executivas dentro da empresa até 1981, quando a deixou. Continuou atuando na mesma área por onze anos e fundou, inclusive, uma editora, a Quinteto, da qual acabou se desligando. Hoje o negócio pertence à FTD Educação. Ruth ainda trabalhou como comentarista política. Integrava a bancada fixa de um telejornal vespertino na TV Gazeta, de São Paulo. Em 1995, se aposentou de tudo, menos da literatura. Desde então, reserva todos os esforços à escrita.

Seu primeiro livro – *Palavras, muitas palavras…* – é uma cartilha com rimas e saiu em 1976: ***C** de casa/**C** de cola/De coruja e de cartola/**C** de cobra/E de chinelo/De camelo e de castelo.* Já a obra mais recente, de 2023, reúne vários gêneros de textos (poemas, fábulas, provérbios) para discorrer sobre os primatas e o evolucionismo. Chama-se *O grande livro dos macacos*.

Além dos títulos originais, a bibliografia de Ruth abrange traduções do inglês e releituras de contos populares estrangeiros, a exemplo de *O patinho feio*, *Ali Babá e os quarenta ladrões*, *Chapeuzinho Vermelho*, *A Pequena Polegar* e *Cachinhos Dourados*. A autora também adaptou a *Ilíada* e a *Odisseia*, épicos do grego Homero. O marido dela, Eduardo Rocha, ilustrou ambas as versões. Com um pé no lúdico e outro no reflexivo, as produções da escritora inspiraram músicas, peças teatrais e uma série da Paramount+ (*Marcelo, marmelo, martelo*).

A literatura infantojuvenil brasileira vivia uma reviravolta quando a *Recreio* despontou. Até as duas últimas décadas do século XIX, a maioria das ficções para crianças e adolescentes do país vinha da Europa, principalmente da França e da Alemanha. As editoras que mais as ofereciam ficavam no Rio de Janeiro: a Garnier, do francês Baptiste Louis Garnier, e a Laemmert, dos irmãos alemães Henrique e Eduardo Laemmert. Quase sempre, as tramas chegavam aqui em português lusitano, repletas de termos como "mariola" (patife), "treita" (pegada) e "caçoula" (caçarola). A disparidade linguística dificultava a compreensão da meninada e tornava os livros enfadonhos. Havia poucas exceções à regra – caso da coletânea *João Felpudo*, best-seller que o psiquiatra alemão Heinrich Hoffmann redigiu em 1844 para o filho. As dez narrativas curtas, rimadas e ilustradas ainda estão no mercado e têm um claro viés moralizante por demonstrar o quanto garotos desrespeitosos, esnobes ou travessos podem quebrar a cara. Conforme anunciou o *Jornal do Commercio* em dezembro de 1860, a edição que a Laemmert acabava de lançar se distinguia pelo português mais palatável, fruto da tradução de um desembargador brasileiro, Henrique Velloso de Oliveira.

A partir de 1880, o panorama mudou. Na época, a tipografia se encontrava em franca expansão. Novas técnicas de impressão reduziam os custos de produção e barateavam os livros. Os ideais republicanos avançavam, as populações urbanas cresciam, e a escola ganhava força como instituição encarregada de transmitir conhecimentos e valores às futuras gerações. Sob a ótica dos editores, o cenário em ebulição convertia os leitores mirins numa oportunidade lucrativa de negócio, ainda que o índice nacional de analfabetismo continuasse altíssimo. Ultrapassava os 85%, segundo o censo de 1890.

A Laemmert encomendou, assim, uma adaptação de *As mil e uma noites* para o militar, jornalista e professor Carl Jansen. Ele nasceu em Colônia, na Alemanha, e lutou como mercenário durante um dos conflitos que sacudiram o Cone Sul da América: a Guerra do Prata (1851-52). Quando deixou o campo de batalha, decidiu não voltar à terra natal. Casou-se em Porto Alegre e, mais tarde, trocou a capital gaúcha pelo Rio, onde ensinou alemão no prestigioso Colégio Pedro II. Por dominar o português, aceitou pinçar alguns contos do clássico oriental e traduzi-los para os jovens brasileiros. Ninguém menos que Machado de Assis prefaciou a antologia, publicada em 1882. De acordo com os editores, Jansen extraiu das histórias os trechos que julgou imorais ("as escabrosidades"). Também resumiu as tramas, abdicou de frases na ordem indireta, fugiu de palavras complicadas e substituiu a primeira pessoa do narrador pela terceira.

O êxito do lançamento possibilitou que o professor vertesse e adaptasse para a garotada outros quatro clássicos da literatura adulta, agora europeus: *Robinson Crusoé*, *Dom Quixote de la Mancha*, *As viagens de Gulliver* e *Aventuras do Barão de Münchhausen*. Como ocorreu com *As mil e uma noites*, três dos livros continham prefácio de escritores famosos – Silvio Romero, Ferreira de Araújo e Rui Barbosa. A estratégia buscava legitimar os títulos diante dos pais que os comprariam. Na apresentação de *Robinson Crusoé*, o sergipano Romero lamentou que, quando pequeno, se alfabetizou "em velhos autos, velhas sentenças fornecidas pelos cartórios dos escrivães forenses". Os estudantes careciam, afinal, de leituras mais apropriadas à idade deles. O prefaciador comparou aqueles documentos maçantes com "clavas" que lhe esmagavam "o senso estético", embruteciam "o raciocínio" e estragavam "o caráter".

No rastro da Laemmert, o fluminense Pedro da Silva Quaresma – que enveredou pelo mercado livreiro em 1879 – publicou uma coleção infantojuvenil de enorme sucesso. Os oito volumes tinham preço acessível, quase nenhum apuro estilístico e uma linguagem que reproduzia a das ruas cariocas. O editor se valeu desses recursos para atrair um público que a concorrência mal atingia: as famílias de baixa renda. O volume inaugural, *Contos da carochinha*, apareceu em abril de 1894. Com 5 mil exemplares, a primeira edição se esgotou num piscar de olhos. Entre os títulos seguintes, lançados em 1896, havia coletâneas de prosa (*Histórias da avozinha*, *Histórias da baratinha* e *Histórias do arco da velha*), de peças (*Teatrinho infantil*), de poemas

ines249

(*Álbum das crianças*) e de brincadeiras tradicionais (*Os meus brinquedos*). *O castigo de um anjo*, adaptação de um conto do russo Liev Tolstói (*Do que vivem os homens*), completava a série.

O jornalista Alberto Figueiredo Pimentel escolheu e retrabalhou boa parte dos textos. As coletâneas de prosa reuniam narrativas populares da Europa e causos do folclore nacional. Além de entreter, as obras estimulavam sentimentos e práticas edificantes: o respeito pelos familiares, a caridade e a rotina de exercícios físicos. Ironicamente, Figueiredo Pimentel escrevia romances naturalistas, como *O aborto* e *Suicida!*, que os críticos tachavam de pornográficos.

Nas décadas finais do século XIX e nas duas primeiras do XX, as crianças e os moços também dispunham de ficções criadas por brasileiros. Os cariocas Olavo Bilac e Júlia Lopes de Almeida, o mineiro Afonso Celso, o sergipano Manuel Bomfim e o maranhense Coelho Neto engrossavam a turma dos raros escritores que se dedicavam àquele público. Eles usavam a literatura não apenas para louvar os estudos, o trabalho, a honestidade e a disciplina, mas sobretudo para enaltecer as belezas naturais do país e o patriotismo. Estetas de carteirinha, reverenciavam as normas cultas da gramática e, sempre que possível, exaltavam as singularidades do português. Em 1907, num conto do livro *Histórias de nossa terra*, Júlia Lopes de Almeida decretou: "Nenhuma outra língua há de tão nobre estrutura! De sonoridades variadíssimas, opulenta nos seus vocábulos, maleável como a cera ou dura como o diamante, a língua portuguesa é a mais bela expressão da inteligência humana. Defendei-a!"

Na terceira década do século passado, Monteiro Lobato entrou em cena e revolucionou o mercado editorial destinado à criançada. De 1920 a 1947, o paulista de Taubaté – que já escrevia para adultos – concebeu todos os enredos da bem-sucedida coleção *Sítio do Picapau Amarelo*. Irreverentes e engenhosos, os 22 títulos da série inovaram por tratar os pequenos sem paternalismo excessivo e representá-los de maneira pouco estereotipada. Até então, nas ficções brasileiras, meninos e meninas agiam como seres puros e virtuosos ou negligentes, levados e cruéis. Lobato preferiu deixá-los mais complexos.

Ora sagazes, ora ingênuos, os protagonistas mirins do *Sítio* – Pedrinho e Narizinho – questionam, aprendem e ensinam. Conversam com qualquer um em pé de igualdade e não são meros receptores de preceitos morais. As tramas normalmente se desenvolvem no interior de um Brasil ainda bastante agrário. Ali não existe grande diferença entre o real e o fantástico. Humanos convivem em harmonia com um rinoceronte, um burro e um porco falantes, uma espiga de milho pertencente à nobreza (o Visconde de Sabugosa) e uma boneca de pano rebelde (a tagarela Emília). A personagem contesta, inclusive, as decisões do próprio autor e introduz a metalinguagem na literatura infantojuvenil do país.

Escritas em português informal, muito próximo da oralidade, as histórias agregam elementos que não costumavam se misturar, como a mitologia greco-romana, as fábulas europeias, as lendas indígenas, os saberes caipiras, o cinema americano e os quadrinhos. Também propõem discussões sobre ciência, ética, filosofia, economia e política, mas sem abusarem do tom professoral. Hoje, Lobato enfrenta uma avalanche de ressalvas em razão do apreço que nutria por teorias eugenistas e racistas. Mesmo assim, é impossível negar o pioneirismo e a inventividade de seus livros.

O triunfo do *Sítio*, aliado à maior escolarização dos brasileiros e à consolidação das classes médias urbanas, fortaleceu a literatura infantojuvenil e fez brotar uma nova leva de autores na década de 1930. Parte deles compunha a segunda geração do modernismo. Enquanto seguiam os princípios de ruptura linguística e temática na prosa adulta, figuras como Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Érico Veríssimo se aventuravam em ficções para a garotada. Os dois primeiros exploraram o filão apenas pontualmente. Já Verissimo assinou doze títulos do gênero e recebeu aplausos tanto dos leitores quanto da crítica. Escritores que não participaram do movimento modernista também prosperaram naquela ocasião. O cronista e dramaturgo Viriato Corrêa, por exemplo, publicava obras de teor cívico-patriótico para os jovens desde o começo do século XX. Desfrutava de certa reputação, mas só se consagrou em 1938 com o romance de formação *Cazuza*. A narrativa confessional, de inspiração autobiográfica, une o regionalismo à nostalgia sem arriscar experimentações. Transformou-se em best-seller e frequentou colégios do país inteiro durante cinquenta anos.

Entre as décadas de 1940 e 1960, a ficção para crianças e adolescentes atravessou uma fase ambígua, conforme o livro *Literatura infantil brasileira – História & histórias*, das ensaístas e professoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman. Por um lado, autores e editoras aproveitaram o crescimento do mercado e se especializaram no nicho, o que elevou a quantidade de lançamentos. Por outro, quase nada digno de nota surgiu em termos de estilo e conteúdo. Os escritores, menos preocupados com questões artísticas e mais com as demandas da indústria cultural,

Ministério da Cultura e Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, apresentam

FUNK
UM GRITO DE OUSADIA e LIBERDADE

A nova exposição temporária do Museu da Língua Portuguesa

EM CARTAZ de TERÇA a DOMINGO, das 9H às 18H
entrada permitida até as 16H30

Museu da Língua Portuguesa

Saiba mais em:
WWW.MUSEUDALINGUAPORTUGUESA.ORG.BR

EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA
"FUNK: Um grito de ousadia e liberdade"

Lei Rouanet Incentivo a Projetos Culturais
vale+ cultura

Patrocínio Máster
PETROBRAS
motiva

Patrocínio
VALE

Apoio
instituto ultra
itaú
CAIXA

Concepção
MUSEU DE ARTE DO RIO
OEI
PREFEITURA RIO Cultura

Museu da Língua Portuguesa

Gestão
idbrasil Organização Social de Cultura
Museu da Língua Portuguesa

Concepção e Implantação
Fundação Roberto Marinho

Realização
CULTSP
SP SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO SÃO TODOS Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249

Curso de Mandarim
(cultura, costume e etiqueta)
*Única escola reconhecida pelo Consulado da China.
*Professores naturais da China com mestrado e doutorado pela USP
*Traduções/Narração:
Português/Chinês/Inglês
CHINBRA - Centro de Língua e Cultura Chinesa
11-3675-6898/ 3589-8688
www.chinbra.com.br

Banco de Leite Materno
RECEBEMOS DOAÇÕES DE LEITE MATERNO, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA BEBÊS EM UTIS NEONATAIS.
TAMBÉM ORIENTAMOS MÃES COM DIFICULDADES DE AMAMENTAR.
APOIAMOS A AMAMENTAÇÃO E NECESSITAMOS DE LEITE MATERNO PARA BEBÊS INTERNADOS EM UTIS NEONATAIS.
BANCO DE LEITE MATERNO
Instituto Fernandes Figueira
Av. Rui Barbosa, 716 – Flamengo
Tels (21) 2554-1703 / 2554-1943
Rio de Janeiro/ RJ
www.redeblh.fiocruz.br

A SENHORA DAS ESPECIARIAS
Geléias exóticas, chutneys, antepastos, temperos para alta gastronomia
Para paladares exigentes: geléias de rosas, abacaxi com pimenta, alfazema, cachaça; chutneys de maçã com castanhas, manga; pasta de alho-poró etc.
Rua Capitão Antônio Carlos, 195. Centro - Gonçalves - MG
Encontrável em outros estados, ver lista no site.
www.asenhoradasespeciarias.com.br
gourmet@asenhoradasespeciarias.com.br. Tel.: (35) 3654-1450

COMIDA CASEIRA DO SERTÃO
CARNE DE SOL [NA CHAPA, NA NATA E FEITO PAÇOCA] · ARROZ DE LEITE · FEIJÃO DE CORDA · CUSCUZ EM FLOCO · MACAXEIRA COZIDA · PIRÃO DE QUEIJO · CAJUÍNA · DOCES · COMPOTAS · QUEBRA-QUEIXO · MANTEIGA DE GARRAFA · MELADO DE CANA E UMA BODEGA CHEINHA DE DELÍCIAS NORDESTINAS
RUA ARRUDA ALVIM, 187
ACEITAMOS DÉBITO, CRÉDITO, SODEXO E ALELO
SEG. A SEX. 12H - 15H | SÁB.: 12H - 16H. [11] 2649-3612
JESUÍNO BRILHANTE

sucumbiram às fórmulas gastas e não honraram o legado inquieto de Lobato. Os assuntos se repetiam, a linguagem não ousava, o maniqueísmo dava as cartas e o tom doutrinário imperava. As tramas ignoravam o avanço da urbanização e deslocavam as ações para o campo ou a selva. Os enredos teimavam em retratar os pequenos como criaturas desprotegidas que exigem tutela e amparo constantes. Projetava-se na infância e na adolescência uma imagem que ratificava as expectativas dos adultos e rebaixava a meninada "à condição pueril e à indigência afetiva e intelectual", de acordo com Lajolo e Zilberman. Três autores marcaram o período: Maria José Dupré, Francisco Marins e Lúcia Machado de Almeida.

Na segunda metade dos anos 1960, a literatura infantojuvenil recuperou gradativamente o ímpeto transgressor. A tendência se prolongou durante as décadas de 1970 e 1980, que equivalem à "era dourada" do gênero. Ruth e a *Recreio* contribuíram para o fenômeno. Com a expansão da tevê, a juventude da época lia cada vez menos. O Instituto Nacional do Livro, órgão já extinto, tentou combater o problema e coeditou um número expressivo de títulos que buscavam seduzir a população escolar. Fundações privadas trilharam o mesmo caminho e implantaram programas de incentivo à leitura.

Vários especialistas colocam Ruth Rocha entre os principais representantes da "era dourada". Junto da autora, se encontram Lygia Bojunga Nunes, Ana Maria Machado, Bartolomeu Campos de Queirós, Pedro Bandeira, João Carlos Marinho e Ziraldo. Os sete assimilaram as lições de Monteiro Lobato sem nunca abrirem mão de um estilo próprio. No caso das ficções de Ruth, os aspectos que mais as caracterizam são:

- A escritora brinca com o idioma. Repete palavras de modo divertido e cria rimas inesperadas em meio à prosa. "Como diria o Conselheiro Furtado, quero deixar consignado que está tudo errado…", protesta o Senhor Caracol num trecho de *A primavera da lagarta*. Às vezes, Ruth literaliza expressões de origem metafórica para causar efeitos cômicos. "Professora, céu da boca tem estrelas? Barriga da perna tem umbigo? Pé de alface tem calos?", indaga uma personagem de *Teresinha e Gabriela*. Já em *Marcelo, marmelo, martelo*, a autora questiona o sentido e a etimologia de vocábulos corriqueiros. O protagonista rejeita os nomes das coisas, que lhe parecem tremendamente inadequados. Decide, então, rebatizar o mundo. Travesseiro e cachorro se tornam cabeceiro e latildo. Colher vira mexedor, e casa, moradeira.
- A ironia sutil ou a piada rasgada sempre eclode nos livros da escritora, incluindo os que abordam situações amargas. "Menina, como você se chama?", alguém pergunta em *Teresinha e Gabriela*. "Eu não me chamo, não, os outros é que me chamam", responde a garota.
- Ruth instiga a imaginação dos leitores e os convida a interferir nos enredos ("Vou parar por aqui a história que estou contando. O que se seguiu depois, cada um vá inventando").
- A autora resgata ditados populares – "sua alma, sua palma", "cala boca já morreu" – para manter viva a tradição oral, mas também para lhe conferir novos significados.
- Os cenários rurais perdem relevância nas tramas, que frequentemente se passam em cidades médias ou grandes.
- Os livros expõem e discutem mazelas contemporâneas. A relação é longa: machismo, preconceito racial, avanço tecnológico desenfreado, consumismo, desigualdade social, individualismo excessivo, desrespeito à natureza…
- As narrativas valorizam as mulheres e minorias. Injetam nelas o bom senso e o vigor necessários para a solução de problemas coletivos.
- As crianças retratadas pela escritora têm voz ativa. Pensam, opinam, escolhem e contestam. "Se você dobra a criança, vai gerar um adulto passivo", adverte Ruth.
- A autora considera que o aprendizado resulta da convivência. Seus personagens se transformam porque interagem entre si. A sociabilidade os ensina mais que lições de moral ou discursos pedagógicos.

A escritora se notabilizou, ainda, por histórias que satirizam a figura do monarca. Nos contos de fadas, os soberanos geralmente se mostram éticos, sensatos e generosos, atributos bem distantes das altezas que protagonizam quatro elogiadas obras de Ruth: *O reizinho mandão* (1978), *O rei que não sabia de nada* (1980), *O que os olhos não veem* (1981) e *Sapo vira rei vira sapo ou "A volta do reizinho mandão"* (1982). As tramas constituem a "tetralogia real" da autora, em que os governantes são truculentos, arbitrários, incompetentes e mimados. Um deles não só determina a prisão de todas as verdades como proíbe os cidadãos de adotarem o nome Arthur. Outro briga com qualquer um que arrisque criticá-lo. Para não levar mais broncas, o povo se cala por tanto tempo que perde a capacidade de falar. Há também o monarca relapso que é ludibriado pelos ministros preguiçosos e o que manifesta um estranho distúrbio óptico. Ele consegue enxergar os súditos grandalhões, mas não os pequeninos.

Nos quatro livros, os reis acabam vencidos ou modificados graças à união dos plebeus. A população dos reinos encabeça revoluções que derivam de estratégias inteligentes. O soberano enxerga apenas os grandalhões? Os pequeninos tratam de subir em pernas de pau e se fazem avistar. O monarca ordena que prendam todas as verdades? Os súditos insistem em alardeá-las para que a prisão encha e desmorone de tão superlotada.

Ruth publicou a "tetralogia real" no período da ditadura militar. Os livros, portanto, soam como alegorias do autoritarismo que oprimia os brasileiros e reiteram o apoio da autora à democracia. Em 1989, pouco depois da redemocratização, a escritora lançou nova trama provocativa: *Uma história de rabos presos*. O enredo se desenrola num lugarejo bem remoto, a Egolândia, onde os ricos e os políticos comungam de interesses escusos. O prefeito favorece o coronel, que favorece o vereador, que favorece o secretário, que… Os corruptos trazem sempre a palavra "eu" no nome: Egomeu, Euclides, Eulália, Euler, Eurico, Filisteu, Irineu, Neuza, Romeu e Tadeu. Um dia, nascem caudas em todos os que promovem o "toma lá dá cá". São tantos os rabos emaranhados que, durante a campanha eleitoral, fica impossível desatá-los.

Em março passado, numa reportagem do site *PublishNews*, Ruth mencionou a influência que sofreu (e ainda sofre) de Lobato. "Continuo a maior fã dele", ressaltou logo antes de informar que não presenteia mais ninguém com os títulos do *Sítio*. Decidiu vetá-los depois de dar seu livro infantil favorito, *Reinações de Narizinho*, para uma garota negra. "A menina voltou e disse: 'Não gostei. Tem coisas muito feias ali. Tem negro beiçudo, tem não sei o quê.'"

Apesar do transtorno visual e da artrose nas mãos, a autora frisa que goza de "bastante saúde". "Andei perdendo um pouco da audição e agora preciso de bengala. Nada grave, né? Completei 94 anos e me sinto como se estivesse com 93", zomba. "Faço parte de uma família longeva. Meu pai alcançou os 91 anos. Minha mãe atingiu os 96, e minha avó, os 98." Um quarteto de assistentes – "a Dalva, a Maria Rita, a Damares e a Maria Emília" – se reveza para cuidar da escritora, que mora sozinha num apartamento espaçoso. "São moças ótimas! Minhas amigonas." Ruth conta que recebe visitas regulares dos dois netos e da filha. "Todos me tratam direitinho. Não posso reclamar."

À semelhança da irmã, Rilda também se considera muito saudável. "Botei um marcapasso há um tempão e mal me recordo dele. Uso óculos, lógico, além de aparelho nos ouvidos por causa de uma surdez precoce. A cabeça permanece funcionando. Não tenho dores na coluna ou nos joelhos nem insônia. Se acordo de madrugada, pego o tablet, checo as notícias do *Estadão* e durmo outra vez." Ela vive num sobrado com a filha do meio e uma vira-lata caramelo, a Havana. Preserva o hábito de costurar, jogar sudoku ("nível médio ou médio plus") e acompanhar telejornais. "Admiro o William Waack, da CNN."

Ruth já se dedicou à costura, mas largou as agulhas "séculos atrás". Dei-

ines249

xou igualmente de cozinhar. “Eu preparava uns pratos de sucesso: macarrão à primavera, *coq au vin* e pudim de leite.” Hoje conserva mesmo é o gosto por comer e beber. “Adoro sorvete e café.” A autora segue o noticiário sobretudo pela GloboNews e, desde 2023, não escreve com a frequência de antes. “Me faltam ideias, sabe? Espero que, uma hora, surja um bom lampejo.” Entre a escrita e a leitura, prefere a segunda. “Não existe nada melhor do que ler. A leitura aumenta a nossa percepção do mundo, o nosso vocabulário, a nossa alegria. Ler aumenta a vida.”

No quarto de onde Rilda liga para a irmã, veem-se três porta-retratos. Um exibe as duas, ainda crianças, com fantasias de Carnaval. Outro mostra as meninas no Parque Trianon, em São Paulo, perto de uma empregada doméstica. Ruth parece emburrada. “O vestido dela estava pinicando”, justifica a mais velha. Na terceira foto, a dupla já chegou à adolescência.

Para selecionar os livros que apreciam juntas, as irmãs se baseiam em indicações de parentes, da mídia ou de amigos. Rilda apoia o volume escolhido numa mesa robusta que herdou dos pais. Com a mão esquerda, segura o telefone. Com a direita, coloca uma régua sob a linha que vai ler. Ruth a escuta numa cadeira de balanço, próxima à luminária da sala. “Minha leitura não é tão profissional quanto a dos audiobooks. Leio devagar e sem bancar a atriz. Não interpreto os personagens, compreende? Priorizo o tom natural. Busco caprichar na dicção, mas acabo tropeçando aqui ou ali: ‘Desculpe, me atrapalhei. Vou recomeçar.’ Como nenhuma de nós prestará vestibular amanhã, não precisamos devorar os livros da noite para o dia. Podemos ir no nosso ritmo”, diz Rilda. “Ela lê perfeitamente”, elogia Ruth. “Tem um jeito expressivo e uma voz bem mais nítida que a dos audiobooks.”

Durante as leituras, as duas comentam trechos que as intrigam ou emocionam. Às vezes, dispersam e abordam outros assuntos. Logo, porém, retomam o fio da meada. “Somos muito conversadeiras...”, admite Rilda. “Falamos de tudo: do passado, do presente, das filhas, dos netos, dos sobrinhos, do país.” Quando não gostam de um livro, o abandonam antes do fim sem qualquer hesitação.

No rol dos 65 títulos que terminaram, não há só novidades. “Relemos umas coisinhas também, obras espetaculares de que a gente não se lembrava mais”, afirma Ruth. A lista reúne apenas prosa e é de um ecletismo fascinante. Alguns exemplos do que a dupla já compartilhou, por categoria:

- Ficção brasileira – *A muralha* (Dinah Silveira de Queiroz); *Bambino a Roma* (Chico Buarque); *Grande sertão: veredas* (Guimarães Rosa); *Sargento Getúlio* (João Ubaldo Ribeiro); *Solução de dois Estados* (Michel Laub).
- Ficção estrangeira – *A metamorfose* (Franz Kafka); *Memorial do convento* (José Saramago); *Número zero* (Umberto Eco); *Nunca* (Ken Follett); *O avesso da vida* (Philip Roth); *O mesmo mar* (Amós Oz); *Submissão* (Michel Houellebecq).
- Biografia – *A imperatriz de ferro: a concubina que criou a China moderna* (Jung Chang).
- Memórias – *Uma terra prometida* (Barack Obama).
- Divulgação científica – *Por que sonhamos* (Dr. Rahul Jandial); *Revolução das plantas* (Stefano Mancuso); *Sapiens* (Yuval Noah Harari); *Sete breves lições de física* (Carlo Rovelli).
- Antropologia – *Encontros* (Eduardo Viveiros de Castro).
- História – *Copacabana: a trajetória do samba-canção* (Zuza Homem de Mello); *Escravidão – Volume 1* (Laurentino Gomes).
- Reportagem – *Trágica e bela: uma viagem pelas 1001 faces da Pérsia e do Irã* (Lúcia Araújo).
- Sociologia – *A dominação masculina* (Pierre Bourdieu).

Um dos netos de Ruth, Pedro Rocha Colzani, também empresta os olhos à escritora, só que presencialmente. Duas vezes por semana, o rapaz lê durante uma hora para a avó. “Começamos as leituras uns três anos atrás e, até agora, concluímos dezoito livros. Cinco deles são do Ítalo Calvino, romancista que admiramos demais”, diz Pedro.

“Um monumento à amizade.” Alexandre Machado, o caçula dos irmãos, define assim as reuniões telefônicas de Rilda e Ruth. “A iniciativa de ambas me comove. Há tanto amor, tanta solidariedade, tanto carinho envolvidos… Elas selaram um compromisso diário e o respeitam desde 2020! Quantas pessoas honrariam um pacto do tipo? E justo num momento em que existe uma guerra aberta contra o hábito de ler.”

Condenado à morte por desvirtuar a juventude ateniense, Sócrates aguardava a execução quando avistou uma flauta de prata em cima de um banco. O filósofo resolveu apanhar o instrumento e explorá-lo. Um discípulo que lhe fazia companhia perguntou: “Eis que o carrasco já prepara o teu veneno. Vais desaparecer em breve e ficas tocando uma flauta? Por quê?” Sócrates respondeu: “Porque quero aprender uma ária.” Ruth diz que, como o filósofo, procura manter a curiosidade acesa. “Sempre acho que posso aprender mais uma ária.” Rilda assina embaixo. “Costumo brincar com a Ruth: ‘Veja lá, hein? Trate de não morrer. Nós ainda temos muitos livros para conhecer.’” ✪

Ministério da Cultura, Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, apresentam

¡Cancha brava!

Futebol sudamericano en disputa

exposição temporária
em cartaz
Terça a domingo
das 9h às 17h
(permanência até às 18h)

Museu do Futebol
Praça Charles Miller, s/n,
Estádio do Pacaembu - São Paulo, SP
Estacionamento zona azul - 3h por R$ 6,67

MUSEU DO FUTEBOL

Lei Rouanet
Incentivo a Projetos Culturais
vale+ cultura

Patrocínio
mercado livre
ARKEMA
GOODYEAR
EMS
itaú

Apoio
globo
PINHEIRO NETO ADVOGADOS
Zanchetta
sabesp

Museu do Futebol

Gestão
idbrasil Organização Social de Cultura
MUSEU DO FUTEBOL

Concepção
Fundação Roberto Marinho

Realização
CULTSP
SP SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249

VERDADE LUSOTROPICAL

Os livros didáticos de Portugal e a dificuldade de lidar com o passado colonizador

JOÃO SUNDFELD, de Lisboa

Ao folhear o livro *HGP em ação 6*, um dos materiais didáticos aprovados para o ensino de história e geografia para o sexto ano em Portugal, o aluno se deparará com uma imagem peculiar – e bastante famosa no Brasil. No canto da página 25, há uma ilustração de Anastácia, uma mineira escravizada que viveu no século XVIII – um símbolo do movimento negro e espécie de figura religiosa comemorada tanto por umbandistas como por alguns católicos no Brasil e no continente africano. A Escrava Anastácia, forma popular pela qual é conhecida, aparece na ilustração com uma mordaça de ferro que cobre sua boca. “Curioso!”, diz a legenda da imagem. “A alguns escravos, que trabalhavam nas minas de ouro e de pedras preciosas, eram colocadas máscaras para impedir que engolissem as pepitas.”

Na verdade, a legenda está errada. O artefato que cobre a boca de Anastácia é a máscara de Flandres, um instrumento de tortura para puni-la por ter se recusado a ser estuprada pelo senhor. O erro da legenda se explica: a existência de estupros durante o processo colonial costuma ser ocultada nos livros didáticos portugueses (ou manuais escolares, como costumam ser chamados no país), que preferem enfatizar os aspectos positivos da miscigenação, numa perspectiva lusotropicalista. Essa teoria não científica do lusotropicalismo, criada pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, argumenta que Portugal, à diferença de outros países europeus, foi um colonizador mais pacífico devido à sua capacidade de se adaptar e se miscigenar nas colônias. No *Novo HGP 6*, vemos ainda uma imagem da Seleção Brasileira em amistoso contra a Rússia em 2013 com jogadores brancos, pardos e negros. Aparentemente, a foto ilustra os efeitos do encontro entre colonos e povos originários na população brasileira. De novo, não há qualquer menção a violências sexuais.

João Paulo Oliveira e Costa, professor de história da Universidade Nova de Lisboa, uma das principais instituições de ensino público do país, considera que o silêncio dos livros didáticos está correto. Para ele, nem é comprovado que as mulheres indígenas tenham sido estupradas por colonos portugueses. “O nosso pensamento europeu tem uma visão muito catastrófica do sexo. Na maior parte das civilizações, o sexo não tem os problemas que tem para nós”, diz. “Para ser violação, era preciso que as pessoas não gostassem e que não estivessem disponíveis, e a maior parte das pessoas na África, na América e na Ásia estava muito mais disponível do que nós imaginamos com o nosso pensamento judaico-cristão sobre o sexo.”

Camila Loureiro Dias, professora de história do Brasil Colônia da Unicamp, tem uma opinião diferente. “É importante ter clareza de que a miscigenação no Brasil ocorreu dentro de um contexto de relações assimétricas, marcadas por submissão, violência e escravização.” Gustavo Velloso, professor de história da USP e especialista em América indígena, concorda com Dias, apesar de reconhecer que o processo colonial “não foi um grande estupro”. “Em se tratando de práticas não só ilegais, mas também imorais, o registro documental que elas deixam é quase nenhum. Quem comete um estupro e depois registra que fez isso?”, questiona. “Não dá para quantificar quanto dessas relações sexuais envolveram ou não a violência. Mas o fato é que elas envolveram desigualdade de forças e é difícil a gente pensar que esse tipo de relação foi harmônica.”

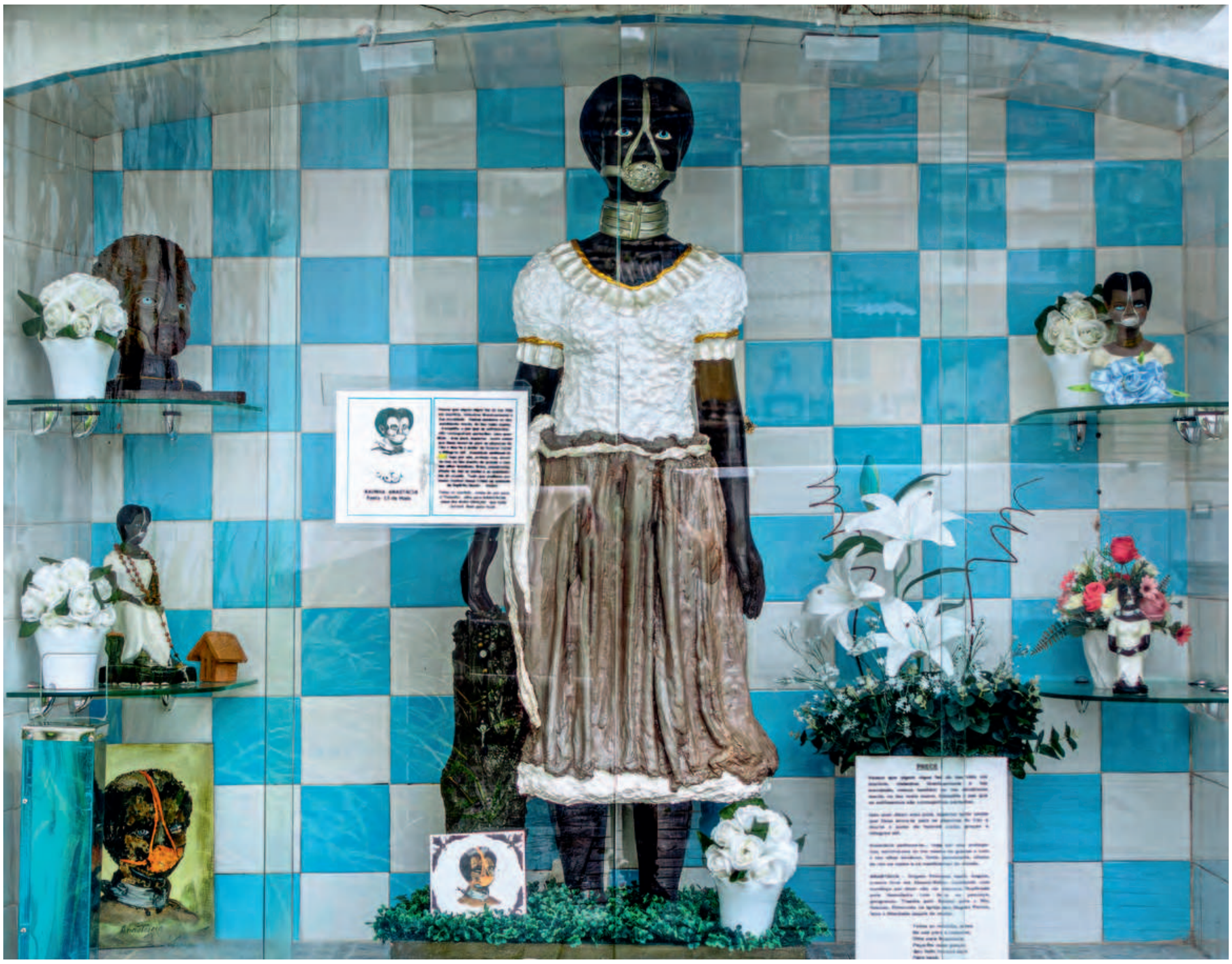
Mas há exceções ao silêncio. Entre os raros livros que citam explicitamente o estupro, está o *GeoHistória 5*, dirigido aos alunos de quinto ano em Portugal. A descrição é sumária, uma vez que o material é destinado a crianças de cerca de 10 anos, mas está lá. “A miscigenação resultava, muitas vezes, de relações forçadas entre brancos e negros, indianos e indígenas”, diz o manual escolar, que também menciona que esta era uma forma de “enraizar a presença branca” nas colônias, mas que as crianças que nasciam neste contexto “eram vítimas de preconceito e discriminação”.

“É preciso falar das coisas como elas são e como elas aconteceram”, diz a autora do *GeoHistória 5*, Ana Isabel Moreira, professora na Escola Superior de Educação Jean Piaget e no Instituto Politécnico de Leiria, duas instituições de ensino superior que buscam conjugar o ensino teórico com atividades práticas. “Isso é uma forma de aprendizagem e de sensibilização, de compreensão para uma situação que atualmente também é uma realidade.”

“Não sei explicar por que é que os outros não colocaram [*a violência sexual*], mas sei dizer por que é que nós colocamos”, completa Cláudia Pinto Ribeiro, coautora do livro e professora de história na Universidade do Porto, considerada uma das melhores de Portugal. “Tratamos as coisas pelos nomes, porque estamos a cumprir as referências dos documentos normativos e porque queremos dar a nossa contribuição para que a mística imperial do Estado Novo tenha um contraditório.”

A escolha por mencionar o tema do estupro partiu das autoras e não encontrou restrições dentro da Porto Editora, que publicou o material. O livro, no entanto, não foi bem recebido pelas instituições de ensino. No ano letivo 2024/2025, foi adotado em apenas 57 das 1 097 escolas básicas públicas existentes no país. Para 2025/26, piorou um pouco: o número caiu para 53.

ines249


PAUL TELLES_SEARCHABLEMUSEUM.COM

Anastácia na Igreja de N. Sra. do Rosário dos Pretos, em Salvador: obras didáticas em Portugal ocultam ou relativizam o número de africanos traficados

O Estado Novo a que Cláudia Ribeiro se refere é a ditadura de extrema direita que, sob a liderança de António de Oliveira Salazar na maior parte do tempo, governou Portugal de 1933 a 1974. Na época, Portugal, apesar de não ter a mesma relevância política dos séculos anteriores, ainda era um império colonial, e o colonialismo era encarado como uma política de Estado. Foi nesse período que o lusotropicalismo cresceu e se consolidou.

Nos anos 1960, ganhou força o slogan *Portugal uno e indivisível do Minho ao Timor*. O Minho é a província mais ao Norte do país. O Timor-Leste, pequeno país na Ásia, foi território lusitano até 1975. As políticas coloniais se mantiveram apesar da pressão internacional e de anos de guerras de independência movidas pelas então colônias, que só conseguiram a liberdade depois do fim da ditadura salazarista.

Até meados dos anos 2000, não existia qualquer verificação dos livros didáticos usados nas escolas portuguesas. Cada editora podia produzir o seu livro divulgando as informações como queria. Foi só a partir de 2006 que passou a existir um processo de certificação por parte do Ministério da Educação. O ensino do período colonial, no entanto, começou a ser alterado apenas há cerca de quinze anos, quando novos historiadores passaram a questionar aquilo que era ensinado aos alunos nas escolas. "Temos feito um bom caminho neste sentido. A nossa tradição no ensino da história, durante muitos anos, era a tradição herdada do Estado Novo", diz João Costa, ministro da Educação entre 2022 e 2024. "Começamos [*nos últimos quinze anos*] a encontrar referências ao que eram os barcos negreiros, ao que eram as condições de escravatura."

Em 2015, depois de 41 anos de democracia, em uma eleição em que nenhum partido conseguiu maioria absoluta, António Costa, na época líder do Partido Socialista, de centro-esquerda, foi escolhido como primeiro-ministro de Portugal. O novo governo – coloquialmente chamado de "Geringonça", por causa da amplitude da coalizão governista – imediatamente tratou de revisar o currículo dos ensinos básico e secundário (equivalentes aos ensinos fundamental e médio no Brasil).

A primeira ação, iniciada antes mesmo do término do ano eleitoral, consistiu em analisar os currículos escolares para verificar as mudanças que precisariam ser introduzidas. João Costa foi um dos líderes desse processo. Para cada disciplina, ele convidou a associação de professores responsável para atualizar as definições curriculares, o que resultou numa série de diretrizes chamada de Aprendizagens Essenciais (AE). O documento final detalha os tópicos que devem ser abordados pelos livros e pelos professores nas salas de aula. "Eu tinha duas preocupações", disse João Costa à **piauí**. "Fazer essas transformações de forma progressiva para dar tempo de haver formação de professores e [*evitar*] entrar nas guerras comerciais com as editoras [*de livros didáticos*]."

A partir de julho de 2021, as novas diretrizes tornaram-se o único documento curricular vigente e introduziram conceitos importantes ao ensino de história em Portugal. No quinto ano, por exemplo, quando os alunos têm o primeiro contato com os acontecimentos dos séculos XV e XVI – o auge da expansão marítima portuguesa –, eles são apresentados a pontos como "submissão violenta de diversos povos" e "tráfico de seres humanos", algo inédito nas escolas do país.

No sexto ano, ao tratar dos séculos XVIII ao XIX, as diretrizes mandam "relacionar os movimentos migratórios livres e forçados (comércio de escravos) com a cultura do açúcar e com a exploração mineira". Apesar disso, quando tratam da mineração no Brasil, as diretrizes não incluem qualquer menção aos bandeirantes. "Falamos do Brasil nos séculos XVI, XVII, XVIII e, a partir dali, há partes que nós consideramos que são da história do Brasil, e outras que são da história de Portugal. Os bandeirantes ficam no meio do caminho", diz Miguel Barros, presidente da Associação de Professores de História (APH), entidade responsável pelo novo currículo.

Embora o colonialismo seja tópico obrigatório até o fim do nono ano, a "submissão violenta dos povos" e o "tráfico de seres humanos" só voltam a ser mencionados no oitavo. No ensino secundário (ensino médio no Brasil), os estudantes selecionam áreas de especialização. Os alunos do décimo ano que optam por línguas e humanidades seguem aprendendo história, mas, a partir desse ponto, as diretrizes de ensino não incluem a submissão de comunidades locais, apenas o tráfico de pessoas. No 12º ano, o último do ensino secundário, o processo colonial no Brasil deixa de ser ensinado.

O livro com a ilustração da Escrava Anastácia não é antigo. Foi publicado em 2017 e exemplifica a banalização do período colonial nas escolas do país – mesmo muitas décadas depois do fim da ditadura de Salazar e alguns anos após a reforma proposta pelo governo de António Costa. Na mesma página 25 do livro que fala de Anastácia nas minas de ouro, está a única explicação sobre a exploração do ouro brasileiro em todo o livro. A mineração do ouro brasileiro aparece em poucos livros e, quando aparece, a explicação é curta e superficial. Como as editoras portuguesas foram obrigadas a seguir as novas orientações desde julho de 2021, esperava-se que o assunto ganhasse maior veracidade nos novos livros didáticos. No entanto, isso não aconteceu. A **piauí** analisou dezoito livros

ines249

VERSÕES NATALINAS
UMA BATALHA APÓS A OUTRA
E.T.
©GALHARDO
A ÁRVORE DA VIDA
O AGENTE SECRETO

CACO GALHARDO_2025

usados entre o 5º e 11º ano, aprovados para 2024/25.

Em 1500, Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil. Alguns livros dizem que se tratou de um evento acidental. Outros informam que não se sabe com certeza se os portugueses já sabiam da existência da América do Sul. É certo, porém, que os navegadores encontraram povos que, para eles, eram novidade. E eram muitas etnias diferentes, com suas próprias características, identidades, culturas e idioma. Ainda hoje, no entanto, a estrutura dos povos indígenas e a sua organização político-social são descritas como inferiores. “Não se tratava de um espaço ocupado por populações com formas muito complexas de organização”, descreve o *Percursos da história 10*. Eram “tribos seminómadas, com formas de organização econômica e política mais simples que as europeias”, ensina o *História sob investigação 8*. Além disso, os indígenas foram “mais permeáveis à cultura europeia do que os povos do continente asiático, dotados de níveis de organização e de conhecimento bastante avançado”, cita o *Percursos da história 10*.

Em *O fio da história 8*, voltado para alunos do oitavo ano, aparece essa passagem: “Estavam organizados em tribos. Tudo era de todos, pois não existia a propriedade privada. Andavam nus, pois tinham um clima quente, enfeitavam-se com penas de aves e pintavam a pele. Acreditavam em espíritos benignos e malignos, e veneravam os seus antepassados.” Não há detalhes sobre a existência de diferentes culturas dentro do território brasileiro. Para João Paulo Oliveira e Costa, responsável pela revisão científica de *O fio da história 8*, essa descrição é “uma linguagem para criar uma ideia básica nas crianças. Esse texto não tem nenhuma adjetivação. Nunca diz que isso é melhor ou pior do que a Europa”. A ausência de adjetivação da passagem acima, porém, só intensifica a forma caricatural com que as tribos indígenas são apresentadas, e, portanto, não é um signo de neutralidade – contrasta, por exemplo, com a riqueza de detalhes geralmente dada às descrições de civilizações europeias.

Camila Dias, da Unicamp, acredita que “é uma concepção de certa forma estereotipada”, que simplesmente reproduz “a documentação dos portugueses quando chegaram aqui; a primeira coisa que eles escreveram foi isso”. Para ela, essas afirmações “tendem a homogeneizar uma situação que, na verdade, era muito mais complexa e muito mais diversa”. Afinal, os povos indígenas tinham sociedades dinâmicas e estruturadas. Como se sabe, viviam no território brasileiro diferentes comunidades com diferentes culturas bem definidas. Na região costeira, aonde os portugueses chegaram, se destacavam os guaranis e os tupinambás. Os dois grupos tinham semelhanças e diferenças. Ambos, por exemplo, eram falantes da mesma família linguística, o tupi-guarani. Mas os tupinambás tinham tradições como a guerra, que era um “momento importante das suas formas de sociabilidade e de construção do reconhecimento de si enquanto coletivo”, diz Gustavo Velloso, da USP.

Na educação portuguesa, esta complexidade não aparece. Dos dezoito manuais examinados pela **piauí**, treze tratam especificamente da chegada dos portugueses ao Brasil e apenas dois contam com alguma explicação sobre a heterogeneidade indígena, mas nenhum deles dá maiores detalhes sobre a organização e cultura desses povos. Não há menção a quais comunidades compunham o território nacional, suas tradições políticas e religiosas ou como era a relação entre os diferentes povos originários.

A maior parte dos livros usa o termo “índio” ao se referir a estas populações (entre os dezoito livros analisados, dez usam o termo, sendo que dois sequer fazem menção aos povos originários). A expressão é rejeitada no Brasil, onde é considerada genérica e colonial. De acordo com o manual de comunicação do governo federal brasileiro, os órgãos públicos devem usar a palavra “indígena”. Em Portugal, a visão sobre o termo é outra. Em muitos casos, “índio” ou “ameríndio” é considerado mais respeitoso, enquanto “indígena” remete à falsa ideia de primitivismo associada durante anos – e até hoje – a essas populações.

Do total de dezoito livros analisados pela **piauí**, apenas quatro dão algum tipo de detalhe sobre o que as AE definem como “a submissão violenta de diversos povos”. E destes, dois dão enfoque apenas às violências perpetradas contra africanos escravizados. “Os manuais, de fato, ignoram [*este tópico*]. Acham que podem passar ao lado, porque não é assim uma coisa muito concreta”, diz Barros, presidente da APH. “O objetivo é mesmo que não seja concreto. É para ir à procura de fontes primárias para ilustrar essas violências.” Muitos livros citam o uso de armas, explicam que a relação com outros povos nem sempre foi pacífica e não entram em pormenores.

Portugal não é a única potência colonial retratada nos livros escolares do país. As ações da Espanha, rival nos séculos XV e XVI e responsável pela ocupação do restante do território latino-americano, também são ensinadas. Há, porém, uma diferença notória de tratamento. Pelos livros, os espanhóis “dizimaram populações indígenas”, “destruíram as civilizações lá existentes” e “grande parte da população indígena foi exterminada devido à guerra”. Ao falar das ações portuguesas no Brasil, o tom é mais brando e, muitas vezes, os agressores são colocados num coletivo mais amplo. Em vez de portugueses, são designados como “os europeus”.

A ideia de que a colonização espanhola foi mais agressiva do que a portuguesa existe no país há muitos anos. É parte da ideologia lusotropicalista. “No Brasil, as coisas foram igualmente violentas, mas de uma forma mais contínua”, diz Pedro Cardim, professor de história da Universidade Nova de Lisboa. “Na América espanhola, dava-se um choque brutal entre as forças espanholas e dois grandes impérios. No Brasil, o que se vê é uma guerra quase contínua de desgaste e de destruição que, em muitos casos, terminou por ditar o desaparecimento de muitos povos.”

Cardim foi revisor científico do livro *Hoje há história! 8*, publicado em 2022, cujos autores tentaram ofertar às escolas um livro mais plural, com detalhes sobre os povos que foram impactados pela presença portuguesa. Isso, no entanto, não é cumprido de forma integral. Quando trata da África, o material se diferencia dos demais: cita diferentes populações, culturas e faz até uma rara menção a universidades existentes no continente. Na América do Sul, porém, os detalhes são escassos e os povos originários são até excluídos da sessão que trata das civilizações encontradas pelos europeus. Neste caso, o livro foca nos impérios invadidos pelos espanhóis – Inca e Asteca. Ainda assim, Cardim julga que “houve a preocupação de escolher os termos de forma a fazer com que o livro não reproduzisse uma certa associação entre povos ameríndios e primitivismo”.

A escravatura e o tráfico de pessoas são temas fundamentais das AE, obrigatórios em todos os livros escolares que abordam a colonização. Ao revisar *Hoje há história! 8*, Cardim conta que teve grande preocupação em não colocar seres humanos como meros produtos. “Fiz essa avaliação, muitas vezes sugerindo mudanças de frases que não podiam estar daquela maneira, ligadas, por exemplo, à banalização de uma pessoa escravizada. Em *O fio da história 8*, por exemplo, há passagens assim: “Portugueses traziam escravos, malagueta, marfim e o tão desejado ouro. Estes produtos eram trocados por trigo, sal, tecidos e objetos de adorno.” Claramente, a frase desumaniza as pessoas escravizadas e evita discutir detalhes da ação de Portugal, tão relevante no tráfico transatlântico. Frases deste tipo estão presentes em sete dos dezoito livros analisados pela **piauí**.

As condições vividas nos navios negreiros são explicitadas em nove livros, mas todos os dezoito ao menos mencionam o assunto. Além de textos e relatos da época, estes materiais contam com imagens que exemplificam o que foi vivido por aqueles que foram retirados à força de países africanos. O motivo para a busca por estas pessoas na África, de acordo com a maioria dos livros, é a necessidade de mão de obra. O “trabalho nas fazendas, nas plantações de açúcar e nas minas originou a intensificação do tráfico de escravos, substituindo os indígenas, que não se adaptaram ao trabalho forçado nos engenhos de açúcar”, diz *Somos história 8*. Há quem trate o trabalho escravo como uma troca entre escravizado e senhor. *HGP em ação 6* afirma que eles “trabalhavam de sol a sol, a troco de alimentação e do local onde habitavam – a senzala”.

A ideia de que os indígenas “não se adaptaram” à escravidão é algo comum nesses materiais, apesar de ser um conceito incorreto. “Não se adaptaram assim como os escravos africanos não se adaptaram”, diz Luís Miguel Duarte, professor de história da Universidade do Porto e revisor científico do *Vamos à história 8*.

ines249

CAIO BORGES_2025

"Eles foram retirados das comunidades, separados das famílias e obrigados a trabalhar à força num trabalho violento que não tinha nada a ver com eles. Certamente não se adaptaram."

"É uma perspectiva tradicional que tem um fundo racista", diz Velloso, da USP. "Dizer que os indígenas não se adaptaram à escravidão supõe a ideia subliminar de que os africanos se adaptaram. E quem é que se adapta à escravidão? É duplamente racista, porque além de supor uma adaptabilidade dos negros à escravidão, supõe uma fragilidade físico-biológica inata às populações indígenas."

Além disso, a grande maioria dos livros costuma ignorar um fator fundamental para a consolidação do tráfico de pessoas escravizadas – os valores gerados pelo tráfico. "Em Portugal, havia muitas pessoas do interior do país que nunca nem viram o mar, mas que punham X dinheiro a render no comércio dos escravos. Eram pessoas que investiam como se investe na Bolsa de Valores", diz Oliveira e Costa. Nos livros, não há menções a esses investimentos, e mesmo o funcionamento mais geral de uma economia escravocrata é mencionado em apenas seis livros – e de maneira superficial.

O número de pessoas traficadas por Portugal tampouco aparece. O país é conhecido por ter sido o principal traficante de escravizados no mundo, totalizando cerca de 5 milhões de indivíduos. Ninguém traficou tanto quanto Portugal. Esta quantidade, contudo, é ocultada ou relativizada, com livros citando "milhares", "milhões" ou "mais de um milhão".

Há outro ponto que, além de ocultar fatos históricos, aparece como algo positivo: os missionários católicos. Eles são apresentados como figuras que chegaram ao Brasil junto às expedições portuguesas com o objetivo de catequizar os indígenas. A violência exercida pelo poder colonial português e os abusos cometidos nesse processo são ignorados. Também não aparece a informação de que aí reside uma das causas para a grande extinção de culturas durante o período da colonização.

"Missionários procuravam índios para os cristianizar e proteger da escravatura", diz o *Novo HGP 6*. "Os missionários foram determinantes nesse processo de evangelização, associado ao ensino e à assistência", descreve *Percursos da história 10*. "Dizem sempre que a parte boa é que ensinaram as criancinhas a ler e escrever. Acho que é uma visão um bocado simpática", diz Luís Miguel Duarte, da Universidade do Porto. "Convertiam-lhes à força. Eu tenho dificuldade em ver aspectos positivos nesses processos." Os métodos de conversão forçada das populações não são mencionados em nenhum manual, apesar de haver passagens genéricas que citam que nem sempre o processo foi pacífico.

"Na verdade, não é que eles [*missionários*] defendiam a liberdade dos indígenas. Eles defendiam que eles tivessem o controle das relações de trabalho com os indígenas", diz Camila Dias, da Unicamp. "Os jesuítas criaram todo um esquema de catequização dos indígenas que passou por alguns processos de adaptação, mas acabaram consolidando um modelo em que eles reuniam indígenas de vários povos distintos numa espécie de vila que se chamava aldeamento, onde eles colocavam estes indígenas para estudar, aprender o Evangelho e trabalhar seguindo uma disciplina rigorosa." Isso, no entanto, nem sempre era alcançado em sua plenitude devido a diversas formas de resistência, como "fugas, revoltas e a manutenção de práticas culturais e espirituais próprias, desafiando o controle missionário".

Segundo Velloso, "os jesuítas, assim como membros de outras ordens religiosas, tinham suas próprias fazendas, os seus próprios negócios e os seus próprios escravos. Manuel da Nóbrega e outros tantos missionários jesuítas consideravam impossível fazer qualquer trabalho evangelizador sem submeter indígenas ao cativeiro". As violências tampouco acabaram com o passar dos anos e séculos, e foram uma motivação fundamental para a descoberta de jazidas de metais preciosos pelos bandeirantes.

Como o bandeirantismo não consta nas AE, os alunos portugueses não aprendem como estas duas situações – a violência e a mineração – estão relacionadas. Quando o bandeirantismo é mencionado, soa como pacífico. Eles eram um "grupo de aventureiros portugueses", segundo o *Máquina do tempo 6*. Eram "expedições de colonos armados" que tinham o objetivo de "procurar novas riquezas", de acordo com *HGP em ação 6*. Na maioria dos livros, nem se explica por que os bandeirantes andavam armados. "Eles [*os bandeirantes*] não alargaram nada, porque as viagens que fizeram não instalaram bases coloniais", diz Velloso. "Foi um processo de expedições sistemáticas de aprisionamento de indígenas para abastecer com mão de obra a economia agrícola do planalto do Piratininga." Só dois dos dezoito livros analisados falam da violência dessas expedições.

Segundo Miguel Barros, da APH, os professores de escola em Portugal não costumam consultar os documentos curriculares fornecidos pelo Ministério da Educação e tampouco levam fontes primárias para a análise dos estudantes. Por isso, para mexer no currículo, é preciso ter calma e lutar contra a mentalidade preexistente em parte da sociedade portuguesa – não à toa as AE foram trabalhadas por mais de dois anos antes de passarem a valer. João Costa, o ex-ministro da Educação, admitiu à **piauí** que a resistência a mudanças no currículo é de fato forte, com professores que preferem "contar a história de Portugal da perspectiva dos portugueses".

As AE serão revistas em breve. O processo está sendo conduzido por um novo governo, uma vez que a Aliança Democrática – uma coligação de direita – venceu as eleições em 2025 (sem maioria absoluta), elegendo 91 deputados, enquanto o Chega, de extrema direita, se tornou a segunda força parlamentar, com sessenta deputados.

A atualização das diretrizes já estava prevista desde 2018, e as entidades responsáveis não encontraram empecilhos na formulação dos novos temas de ensino. Em outubro do ano passado, o novo Ministério da Educação se reuniu com as entidades de professores, que puderam mandar sugestões até fevereiro deste ano. A **piauí** teve acesso às mudanças nas propostas pela APH para o ensino de história. Uma das alterações sugeridas para todos os anos escolares é mudar "escravo" para "pessoa escravizada". Faz parte da tentativa da APH de combater a desumanização das vítimas do tráfico. Em 2018, a medida foi rejeitada. Agora, foi aceita pelo governo.

A menção à miscigenação para o quinto ano foi retirada. Para o sexto, acrescentou-se a importância do "legado africano nas sociedades portuguesa e brasileira", enquanto no oitavo a atuação dos missionários católicos passou a ser vista como "uma prática de colonialismo cultural". As ações dos bandeirantes também foram incluídas e ganharam espaço – algo que não estava previsto inicialmente, mas acabou sendo alterado depois das perguntas feitas pela **piauí**. As atualizações no ensino secundário foram mais sutis. Uma das sugestões da APH é que os professores e os materiais didáticos realcem "a importância do tráfico de pessoas escravizadas para as economias coloniais", algo que não constava nas AE de 2018.

Apesar das mudanças, os exemplos sobre violências perpetradas pelo império português no processo colonial continuam ausentes. Foi uma escolha consciente. A APH entende que os docentes precisam ter autonomia e "inteligência suficiente" para transmitir corretamente os acontecimentos desde o século XV até o XVIII.

Enquanto isso, os estupros continuam sendo um tópico sensível. Atualmente, em meio à ascensão da extrema direita, ganham força os discursos racistas e xenofóbicos. Para não alimentar os extremistas, houve cautela em tratar o assunto, já que existe o temor de que os movimentos nacionalistas usem a relação entre portugueses e a violência sexual demagogicamente, pintando os progressistas como antipatrióticos e redobrando a aposta no discurso de que são os imigrantes os culpados pelo aumento da violência e de crimes sexuais no país. A APH entende que o tópico do estupro está contemplado pela "submissão violenta dos povos".

Esperava-se que as novas AEs fossem divulgadas até setembro, mês que marca o início do ano letivo. Contudo, o Ministério da Educação, com o apoio da APH, optou por enviar o novo documento a uma equipe independente de especialistas em didática da história, o que atrasou o processo. As novas AEs, então, entrarão em vigor no país apenas em 2026/27, embora as mudanças já estejam sendo parcialmente testadas por algumas escolas. Enquanto isso, diz Miguel Barros, "o mito do bom colonizador continua a imperar por aí". ✪

ines249

UMA ARARA CHAMADA LEAR

Como uma ave de nome inglês uniu cientistas e sertanejos nos cafundós da Bahia

FERNANDA EZABELLA

Entre o zum-zum das mamangavas e o tilintar dos sinos dos bois, uma gargalhada ecoa pelos cânions avermelhados no interior da Bahia. É Erica Pacífico, pendurada em cordas de rapel, ao lado de seu colega Máximo Cardoso de Macedo. Os dois descem por um paredão de arenito cravejado de buracos, um dos quais ela se prepara para explorar.

De binóculos, observo tudo ao pé do rochedo. Pacífico entra de cabeça e rasteja pela cavidade, deixando apenas as pernas agitadas do lado de fora – até que some por completo dentro do buraco. Pendurado na corda, Cardoso espera, de olho na paisagem: um tapetão verde de arbustos preenche o vale dos cânions.

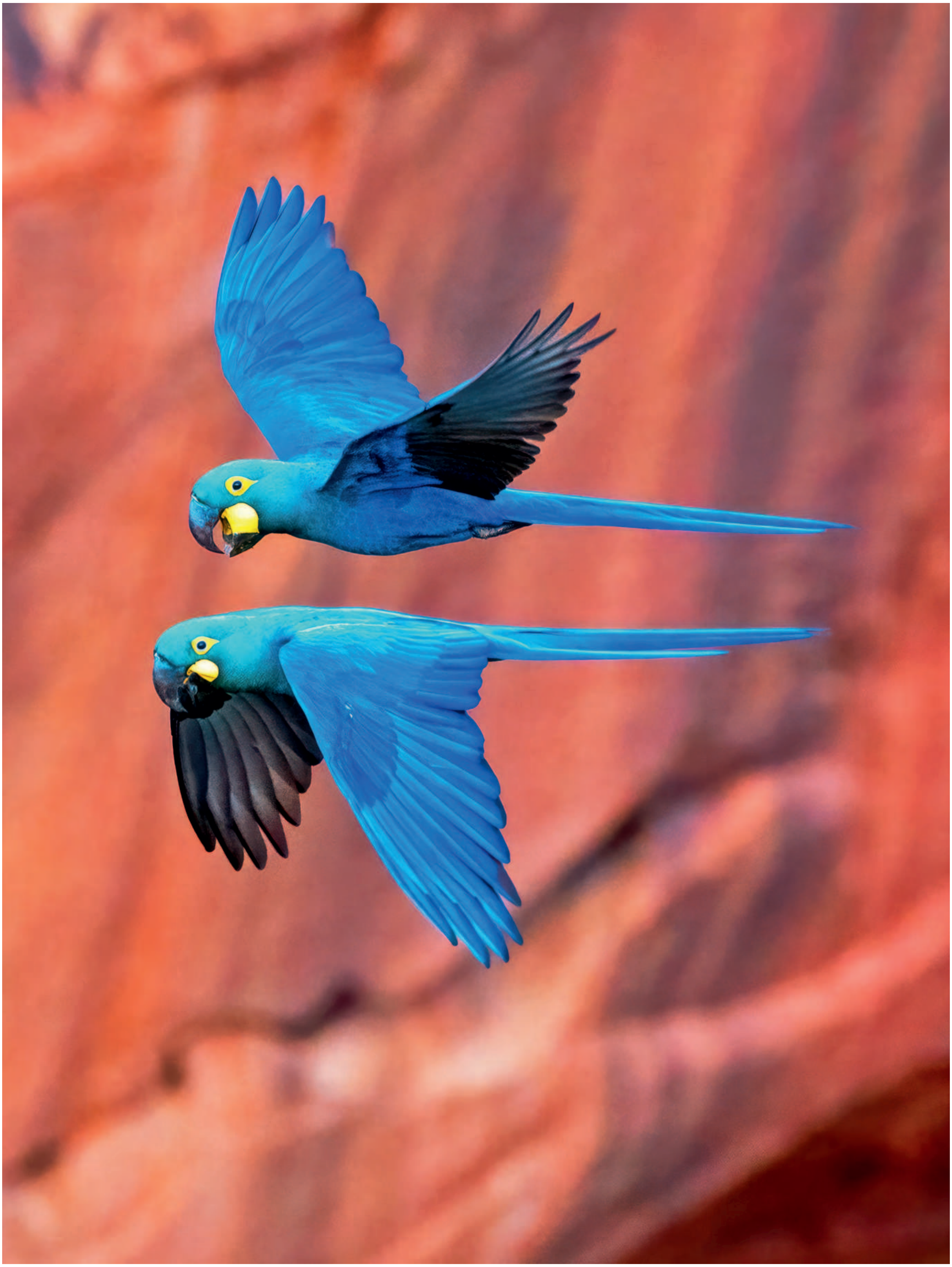
Bióloga paulista de 44 anos, Pacífico tem um carisma oceânico e um riso que vem sempre à tona. Ela fez das profundezas do sertão nordestino sua segunda casa, desde que resolveu estudar um dos animais mais raros do Brasil, a arara-azul-de-lear. A ave cambaleava rumo à extinção nos anos 1980, com menos de cem indivíduos na natureza. Hoje, prospera com mais de 2,5 mil, graças aos esforços de conservação de cientistas e sertanejos, financiados por entidades nacionais e estrangeiras.

Um casal de araras-azuis-de-lear no topo do paredão observa a movimentação da dupla nas cordas. De vez em quando, corta o silêncio com uma vocalização estridente. O bicho emana simpatia. Seu bico curvo parece um sorriso. E sua bochecha amarela vibrante, da mesma cor da mancha em formato de gota ao redor dos olhos, lhe dá certo aspecto cômico, além de fazer um belo contraste com as penas azuis.

Avistar uma arara-azul-de-lear na natureza é um evento. Por mais de cem anos, a ave foi o maior mistério da ornitologia da América do Sul e uma obsessão de naturalistas de todo o mundo, que desconheciam o seu paradeiro. Alguns chegaram a duvidar de sua existência. Mas, no último dia de 1978, ela foi finalmente encontrada por cientistas perto dos paredões de arenito da Toca Velha, um pontinho do mapa no nordeste da Bahia. O local era um dormitório de araras.

É exatamente ali que Pacífico se encontra no momento, enfiada numa caverna apertada, naquela manhã quente de junho. A região é hoje parte da Estação Biológica de Canudos, criada pela Fundação Biodiversitas nos anos 1990. Do fundo do buraco, a bióloga tira dois filhotes de arara-azul-de-lear. Eles são colocados em sacos de pano e, depois, em um cesto de transporte. Pesquisadora pós-doutoranda no Instituto de Biologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Pacífico é professora colaboradora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Em 2008, começou a estudar a espécie e hoje lidera o Grupo de Pesquisa e Conservação da Arara-azul-de-lear, que conta com outras três biólogas.

Para entrar nos ninhos, ela protege a cabeça com um lenço, leva uma



DANIEL LÓPEZ-VELASCO_ORNIS BIRDING_2021

Araras-azuis-de-lear na Estação Biológica de Canudos, na Bahia: toda manhã, centenas delas fazem uma grande revoada em busca de seu principal alimento, o coquinho da palmeira licuri

ines249

1 Feliz Natal tropical
em clima de aquecimento global
FABIANE.

FABIANE LANGONA_2025

lanterna presa à testa, usa máscara, repelente e veste duas calças e duas camisas. A camada dupla de roupas serve para se livrar logo da camada superior, caso saia do buraco infestada de parasitas, como um percevejo hematófago comum nos ninhos.

As cavernas, ou tocas, variam de 5 a 18 metros de profundidade, com até 1,20 metro de altura. Ficam em média a 53 metros de altura nos paredões e são usadas também por outros animais, como o papagaio-verdadeiro, a coruja-de-igreja, o urubu, o morcego e a tarântula. Nada disso parece atrapalhar Pacífico. “Ela passa por cima de regurgito de urubu”, diz Cardoso, de 39 anos, assistente de campo que nasceu no município de Canudos, onde fica Toca Velha, e trabalha há quinze anos no projeto. “Uma vez ela saiu podre do buraco, parecia que tinha se lambuzado na carniça. Vomitei lá de cima do rapel. E ela nem aí, não sentia nada”, conta o assistente. “Eu evito entrar. É meio assustador.”

O cesto com os dois filhotes chega pela corda de rapel até as mãos do assistente de campo João Carlos Nogueira, em terra firme. Ele o leva até uma lona amarela estendida na sombra, sobre a areia avermelhada. Sentindo o peso do pacote, declara: “Os bichos são grandes. Todo cuidado é pouco.” Sobre a lona, há uma parafernália de instrumentos: tubinhos de coleta de sangue, fitas de medição, régua, balança. Tem também as anilhas que serão colocadas nas patas dos filhotes.

Enquanto esperamos a dupla do rapel chegar, Nogueira abre o cesto e pega o primeiro saco. À beira dos 70 anos, ele faz lembrar o sertanejo descrito por Euclides da Cunha. Apesar de baixinho e magro, Nogueira é, “antes de tudo, um forte”, como escreveu o autor de *Os sertões* (1902) sobre os habitantes da região. Mas é também carinhoso e brincalhão. “Saaaaai, desgraça”, reclama dos pernilongos que nos cercam a manhã toda. “Vou fazer um cigarro muito doido e vou ver se embebedo essas muriçocas tão arretadas pelas minhas orelhas.” Ele é um homem de poucas palavras, mas de muito chamego com as araras. Ajoelhado na lona, coloca o filhote deitado de barriga para cima e segura as asas com as mãos. Com o polegar esquerdo, faz um carinho discreto no pescoço da arara. “Ô bicho valente, né, minha peia”, cochicha para o animal.

Pacífico chega descabelada, suada, e logo começa os trabalhos: anilhar, medir, pesar os filhotes. Eles também recebem um colar com medalhinhas de metal que trazem números bem visíveis: 147 e 148. Isso ajuda os biólogos a identificar as araras de longe quando fazem monitoramento da espécie. Com noventa dias de vida e cerca de 800 gramas cada, os filhotes devem em breve alçar seu primeiro voo para fora dos ninhos.

A bióloga coloca um filhote de pé no seu colo, enquanto escreve os dados numa prancheta. A arara fica quietinha, sem nem vocalizar. “Mansa, né?”, comenta Pacífico, após notar meu espanto ao ver um bicho selvagem reagir de modo tão calmo. “Na verdade, ela está com medo.”

Além da beleza e raridade, a arara-azul-de-lear tem um papel ecológico fundamental. Como dispersora de sementes, ajuda na regeneração da vegetação do semiárido baiano, a Caatinga. Monitorar a espécie, portanto, é monitorar também o meio ambiente. Proteger um significa proteger os dois. As abelhas não nativas que se apossam dos ninhos, a falta de alimento e o tráfico ilegal são ameaças antigas às araras – sem falar dos novos perigos, como eletrocussão na rede de energia elétrica.

Os procedimentos nos filhotes levam pouco mais de uma hora. Eles voltam para as sacolas de pano e para dentro do cesto. Cardoso retorna às cordas de rapel e sobe o paredão para soltar as araras na boca da toca onde estavam. A equipe retorna para a base de campo da Estação Biológica de Canudos.

É uma construção com apenas uma sala e um quarto, sem luz nem água corrente. Os banhos ali são de canequinha, assim como a limpeza das louças, com água tirada de uma cisterna. Todos se revezam na cozinha nos três dias de expedição. No menu, cuscuz, feijão, frango, ovo, farofa e até feijoada. No final da tarde, os sinos dos bois voltam a tocar, quando meia dúzia deles passa a galope em frente à casa. A estação faz divisa com uma comunidade de fundo de pasto, um sistema tradicional de uso coletivo da terra. Os moradores deixam os bois e bodes livres para pastoreio e, sem cercas na região, muitos acabam invadindo a área de proteção. Nogueira volta de uma caminhada com um presente: uma sacola transbordando de mangas.

Em junho, quando a Caatinga entra em sua estação de seca, a vegetação ainda segue verdinha e florida, o oposto da mata branca e espinhosa dos tempos de estiagem, entre setembro e dezembro. Nogueira me guia em um tour pela redondeza. Da raiz do pé de jurubeba, ele faz um chá bom para gripe. Da moita de cansanção, ele avisa para ficar longe: é uma planta urticante. E de um umbuzeiro provamos uma fruta verde, bem docinha.

A arara-azul-de-lear ganhou seu sobrenome em homenagem ao artista e poeta inglês Edward Lear (1812-88). Ele foi o primeiro a desenhá-la, a partir de alguma ave que se encontrava em cativeiro em Londres. Em 1832, a ilustração apareceu no seu livro sobre os psitacídeos – a família das aves de bico curvo, como papagaios, periquitos e araras. Coloridos e espertos, muitas vezes bons de imitação, esses bichos sempre foram extremamente populares em todo o mundo, o que turbinou o seu tráfico para as elites europeias desde a época da colonização. Em inglês, a pronúncia de “lear” soa como “líer”, mas muitos no Brasil preferem chamar pela versão aportuguesada “le-ar”. Tem ainda quem fale “liri”, alusão à segunda parte do seu nome científico, *Anodorhynchus leari*. “A gente fala de qualquer jeito mesmo”, diz Pacífico, que realmente varia a pronúncia. “Mas, para os moradores daqui, só tem uma: é apenas a arara-azul.”

O Brasil tem o maior número de espécies de psitacídeos do planeta e por pouco não nos chamamos Terra Papagalli, nome registrado em mapas antigos. O maior psitacídeo do mundo em comprimento vive no país, a arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*), que pode chegar a até 1 metro com a ajuda de sua longa cauda. Ela é bem parecida com a arara-azul-de-lear (que não passa dos 75 cm), mas tem marcações amarelas em formato menor. Como se distribui por uma área mais ampla, que inclui o Pantanal, a Amazônia e o Cerrado, além da Bolívia e do Paraguai, a arara-azul-grande é mais conhecida e popular que a arara-azul-de-lear, uma raridade exclusiva dos cafundós da Bahia.

De fato, foi difícil encontrar o lugar onde ela vive. Quando o naturalista francês Charles-Lucien Bonaparte (1803-57), sobrinho de Napoleão, fez a descrição oficial da arara-azul-de-lear, em 1856, baseou seus estudos em exemplares empalhados na França e Bélgica. Ele deu o nome científico e deixou no ar o enigma sobre sua origem: só se sabia que era proveniente do Brasil. O mistério foi decifrado pelo alemão naturalizado brasileiro Helmut Sick (1910-91), um dos nomes mais influentes da ornitologia no Brasil. Sick morava no país desde 1939 e encafifou com a ave misteriosa. Fez quatro expedições em busca da arara-azul-de-lear até chegar à cidade baiana de Euclides da Cunha, em dezembro de 1978. Ele seguia os passos do colega Olivério Mário de Oliveira Pinto (1896-1981), considerado o pai da ornitologia brasileira, que em 1950 havia encontrado a ave em cativeiro numa residência de Pernambuco, proveniente de Juazeiro, a 230 km de Euclides da Cunha. Com a ajuda dos locais, que já conheciam o bicho havia tempos, Sick finalmente achou a ave voando livre em seu hábitat natural. Foi uma das maiores descobertas da ornitologia no século XX.

“Inóspita” e “de reputação muito negativa” foi como Sick e seu assistente de campo Dante Martins Teixeira descreveram a região na publicação *American birds*, em 1980. “Foi o cenário da Guerra de Canudos (a maioria dos soldados morreu de sede) e o esconderijo do infame cangaceiro Lampião”, escreveram eles sobre o local. Dante Teixeira e Luiz Pedreira Gonzaga, o outro assistente da expedição, se tornariam professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A chegada do trio mudou para sempre a vida das araras – e também dos sertanejos. “Lembro de tudo: o Sick estava com uma blusazinha escura, meio amarronzada, e uma calça jeans. Não era muito alto, era meio forte”, conta Dorivaldo Macedo Alves, o Dorico, que tinha 15 anos na época. Seu pai, Elizeu Pereira Alves, foi quem

ines249

guiou os cientistas forasteiros por mais de dez dias pelas veredas da Toca Velha até acharem o dormitório das araras. “Foi o primeiro branco, o primeiro gringo que vi. A gente morava no mato, dificilmente via pessoas assim. Foi um acontecimento”, continua Dorivaldo, hoje com 62 anos e amigos em vários países. “A arara trouxe muita gente: americano, japonês, argentino, italiano, inglês. Vinha mais gente para ver arara do que para visitar a cidade que tem a história da Guerra de Canudos.”

Elizeu Alves se tornou o primeiro guarda-parque de uma reserva da região, função que o filho também exerceu por 31 anos, virando um cobiçado assistente de pesquisa. “Antes a vida era muito sofrida”, diz Dorivaldo. “A gente mudou de patamar através da arara. Meu pai se empregou, o salário era bom.”

Cardoso, o assistente e colega de rapel de Pacífico, também se lembra do trabalho de seu avô de criação, José Cardoso de Macedo (1938-2024), outro guarda-parque que ajudou a guiar muitos cientistas. “Eu ficava era admirado de ver tanta gente pra proteger um bicho só. Ficava sem entender nada”, diz Cardoso, que tem duas tatuagens de araras-azuis, uma da grande e outra da de-lear.

Em meados dos anos 1980, um novo personagem entrou em cena. Dessa vez, era uma mulher – e com os bolsos cheios de dinheiro. A médica radiologista americana Judith K. Hart era apaixonada por psitacídeos e se comoveu com a causa das araras baianas, então “criticamente em perigo” de extinção, segundo a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês).

Hart passava temporadas monitorando as aves de longe, acampada sozinha na Toca Velha, para assombro dos sertanejos. Ela ficou muito amiga de Elizeu Alves. O filho dele, Dorivaldo, a carregava num jegue para montar acampamento debaixo de um jatobá. “De três em três dias, a gente levava água e pão para ela”, lembra Dorivaldo. “Ela era brava, mas engraçada. Sabia umas coisinhas em português. Sabia dizer ‘água’ e sempre falava, brincando: ‘Pobre jegue, pobre jegue!’ Porque ela era pesada.” Quando Elizeu morreu em 1998, aos 76 anos, Hart visitou o túmulo do amigo. “Ela ficou sentada na cova conversando com ele. Meu pai tinha um carinho grande por ela também.”

Com dinheiro próprio, Hart ajudou a Fundação Biodiversitas a comprar as terras que abrigam a Estação Biológica de Canudos, em 1993. Em 2007, com verba da American Bird Conservancy e outros doadores internacionais, o tamanho da reserva cresceu para 1,5 mil hectares, tamanho de quase dez parques Ibirapuera. Pacífico chegou no ano seguinte e, de cara, teve que enfrentar Hart. Nem de longe seria o único confronto da paulista por aquelas paragens.

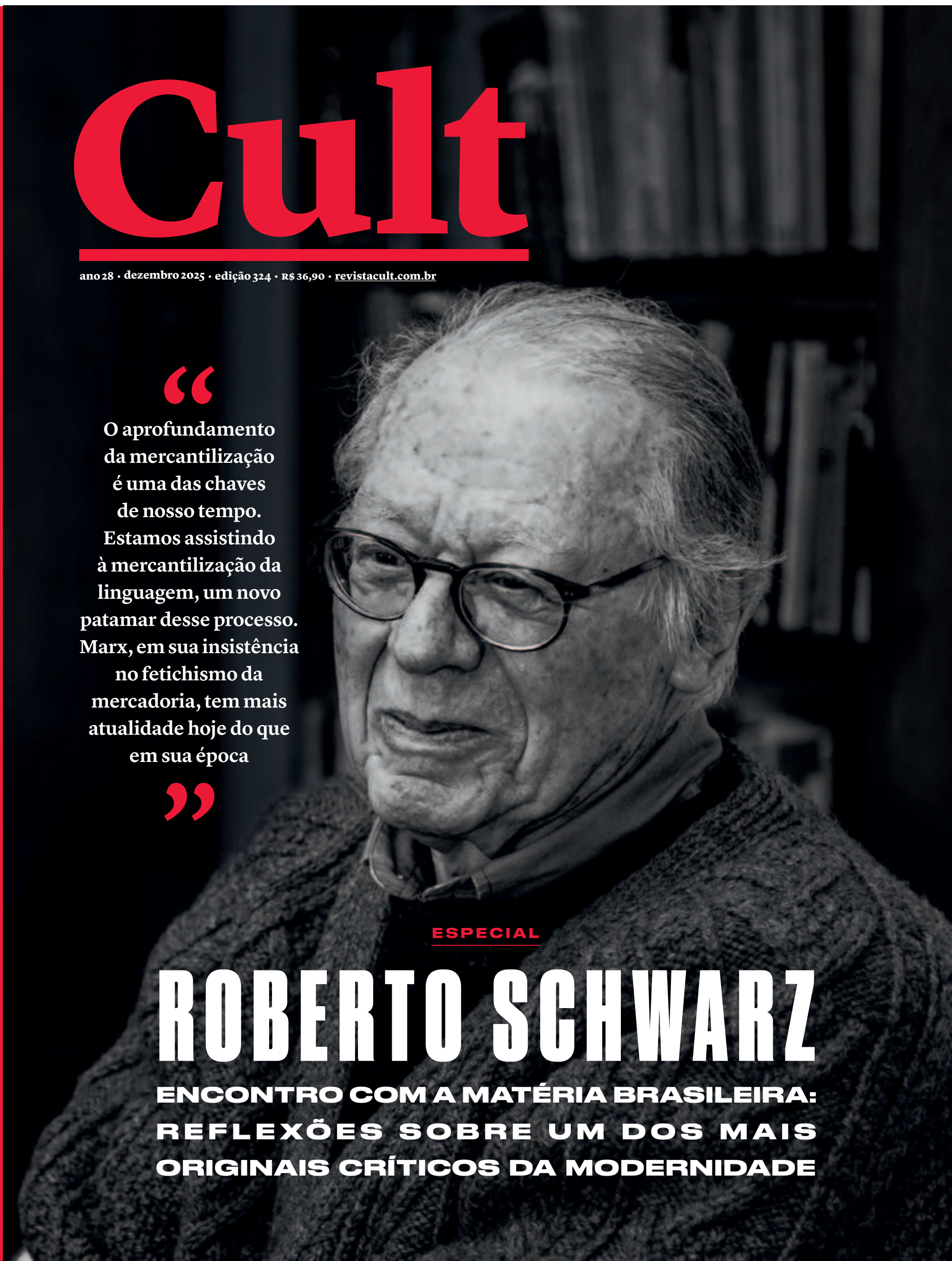
Erica Pacífico vinha de um universo paralelo. Havia começado a carreira no Zoológico de São Paulo e tinha paixão por outro tipo de aves, bem menos populares, ainda que mais imponentes: os catartídeos, a família dos urubus e condores. Mas logo ela debandaria para o lado dos psitacídeos.

Por três anos, Pacífico trabalhou como responsável técnica da Fundação Lymington, um criadouro na cidade paulista de Juquitiba, especializado em reabilitação e reprodução de aves ameaçadas. O local havia recebido um macho debilitado da ararinha-azul, uma espécie também nativa da Caatinga baiana, mas que estava extinta na natureza. A função da bióloga era ajudar o animal, que havia vivido décadas numa residência no Colorado, nos Estados Unidos, e pareá-lo com uma fêmea nascida em cativeiro na Alemanha.

O objetivo era formar um casal que se reproduzisse e levar os filhotes para um programa de reintrodução. O bicho inspirou o filme de animação *Rio* (2011), além de uma reportagem (*Presley não morreu*, **piauí_106**, julho de 2015). Mas o pareamento não deu certo e, desgastada com a experiência e as penosas tratativas com órgãos ambientais, Pacífico voltou aos estudos. “Resolvi que queria estudar biologia reprodutiva das aves, mas na natureza. E, como a ararinha-azul estava extinta, fui atrás de outras.”

Primeiro, ela pensou em estudar os urubus-rei da Caatinga baiana. Depois vieram as araras-azuis-de-lear, ideia de seu orientador de mestrado, o biólogo Luís Fábio Silveira, hoje curador da seção de aves do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (USP). Um colega dele procurava alunos para pesquisar as araras na Estação Biológica de Canudos, e Pacífico topou. Ela escreveu um projeto focado na reprodução da ave, iniciativa que deu calafrios em Judith Hart. “Foi um climão horroroso”, diz o orientador Luís Silveira, ao se lembrar da conversa que teve com a americana. “Ela balançava a cabeça e dizia: ‘Nas minhas araras ninguém bota a mão.’ Ela achava que as araras nunca mais voltariam aos ninhos se a gente entrasse. E a gente já sabia que não funciona assim com as aves.” A Biodiversitas acabou autorizando os trabalhos, para a ira de Hart.

Pacífico chegou em Canudos e, pela primeira vez, pisou no sertão. Até aquele momento, ela nem cuscuz tinha provado. “Cheguei com a corda, duas cadeirinhas de rapel e muita vontade”, recorda a bióloga. “Nunca tinha feito rapel. Pensava: se traficante de araras entra no ninho, eu também consigo.”



NAS BANCAS, LIVRARIAS E EM CULTLOJA.COM.BR

APONTE A CÂMERA DO CELULAR PARA O QR CODE ACIMA E FAÇA SUA ASSINATURA

Cult

A MAIS LONGEVA REVISTA DE CULTURA DO BRASIL

REVISTACULT.COM.BR CULTREVISTA REVISTACULT

Cult

ano 28 · dezembro 2025 · edição 324 · R$ 36,90 · revistacult.com.br

“O aprofundamento da mercantilização é uma das chaves de nosso tempo. Estamos assistindo à mercantilização da linguagem, um novo patamar desse processo. Marx, em sua insistência no fetichismo da mercadoria, tem mais atualidade hoje do que em sua época”

ESPECIAL

ROBERTO SCHWARZ

ENCONTRO COM A MATÉRIA BRASILEIRA: REFLEXÕES SOBRE UM DOS MAIS ORIGINAIS CRÍTICOS DA MODERNIDADE

ines249

GABRIEL PARDAL_2025

CADÊ AQUELE ICEBERG QUE HAVIA AQUI?
BEM-VINDO
PARDAL

Nogueira, assistente que trabalha há mais tempo com Pacífico, lembra do dia em que a avistou pela primeira vez – a bióloga tinha então 27 anos. “Ela era magrinha. Magrinha mesmo. Mas era danada. Ô mulherzinha forte, viu?”, conta. Ela, por sua vez, se lembra de Nogueira como um guru. “Ele encontrou a maior parte dos ninhos, registrou comportamentos inéditos e levantou hipóteses ainda não questionadas”, diz Pacífico. “Foi meu segurança, meu amigo e meu médico com seus fitoterápicos incríveis.”

Com 1,75 metro de altura e pele bronzeada, a bióloga se mistura bem entre os locais, formando com eles uma trupe de Indianas Jones do sertão. Por quatro anos, ela estudou os paredões e rodou a região ao lado de Nogueira. Dorivaldo e José Cardoso de Macedo também ajudavam, além de um ou dois estagiários de biologia. Localizaram 38 ninhos nas cavidades e acompanharam 68 filhotes. As tocas ficavam tanto na Estação Biológica de Canudos quanto na vizinha Estação Ecológica Raso da Catarina, a cerca de 40 km de distância. De ninho em ninho, ela analisou os padrões de reprodução: quantidade de ovos em cada postura (média de três por ano), frequência de eclosão (média de 1,5) e desenvolvimento dos filhotes (apenas um, em média, era criado). Os estudos viraram a dissertação de mestrado de Pacífico na USP, em 2011.

Na época, a espécie já se recuperava, graças à criação das reservas e à inclusão dos guarda-parques, conseguindo o feito raro de melhorar de status de conservação: de “criticamente em perigo” para “em perigo”, com mais de 1,2 mil indivíduos. “Hoje a população está muito bem, obrigada. Está crescendo. A meta é chegar nos 3 mil”, diz Pacífico, lembrando que no Censo mais recente, de 2024, foram contados 2 548 indivíduos. “A principal demanda é a melhoria da qualidade do hábitat.” De fato, a Caatinga sofre muito. Esse bioma único do Brasil e que ocupa mais da metade do Nordeste brasileiro já teve 46% de sua área desmatada e dispõe de menos de 2% de áreas protegidas. A pecuária extensiva, além do uso do fogo na agricultura, tornou escasso o principal alimento da arara, o coquinho da palmeira licuri.

Todo dia, ao amanhecer, centenas de araras deixam seus dormitórios nos paredões da Toca Velha, numa grande revoada azul em busca do licuri. É uma performance barulhenta de tremer os ouvidos. As vocalizações percorrem os cânions e servem de despertador na base de campo. Elas podem voar até 110 km atrás de alimento e devorar cem coquinhos por dia. Diversos programas tentam recuperar os licurizeiros, com as plantações protegidas por cercas, a fim de impedir que bois, bodes e cabras devorem os brotos verdes das palmeiras. Dorivaldo diz que a falta de água impede o sucesso de muitas iniciativas, embora a palmeira seja resistente à seca quando madura.

Na falta da fruta, as araras-azuis-de-lear adoram os milharais, para desespero dos agricultores. “Se você chega hoje na sua roça e vê cinco araras, pode esperar que amanhã vai ver trinta. E, depois de amanhã, mais cem. Elas comem que nem um trator, devoram a roça”, diz Dorivaldo. “A gente sabe que o bichinho é inocente, mas muitas pessoas reclamam com razão. Querem aumentar a população de araras, mas então que se preocupem também com a alimentação. Do jeito que vai, o povo vai meter bala mesmo. Pode chegar num ponto que não tem futuro.”

Outro problema são as abelhas africanizadas que infestam o sertão. Em 2016, o grupo de pesquisa observou cerca de cem colmeias em áreas de nidificação de araras. Com ajuda de outras organizações, a equipe tratou metade das cavidades, atirando veneno com uma besta (um tipo de arma normalmente usada em caça). Cardoso manejava a besta e, no dia seguinte, descia de rapel para limpar as tocas, aplicar repelente e remover as colmeias, vestido de apicultor e armado de defumadores. “Elas atacam, mas estando bem protegidinho, não tem problema”, diz Cardoso. É possível que as abelhas tenham contribuído bastante para a extinção da espécie em outras localidades, uma vez que as aves, já com baixo índice de reprodução, tinham menos espaço para ninhos.

Agora, o vilão mais preocupante é a rede de energia elétrica, que se expandiu na zona rural com o programa do governo Luz para Todos, ao mesmo tempo que crescia a população das araras-azuis-de-lear. Ao menos 160 araras morreram eletrocutadas desde 2022. Só neste ano já foram 35. Pacífico acredita que o número é maior, já que muitas mortes não são registradas. Ela explica que as aves gostam de se empoleirar nos cabos e postes para descansar ou se alimentar depois de coletar frutos. A solução para esse problema é teoricamente simples: aumentar a distância entre os cabos de transmissão para que as araras não encostem em dois ao mesmo tempo, o que causa choque, e também inverter a posição do transformador de energia do poste. A Neoenergia Coelba, que atende cerca de 300 mil pessoas nos nove municípios da região, diz que já gastou 40 milhões de reais em adaptações em 5 mil torres de energia desde 2022 e que pretende continuar com esse trabalho. O Ministério Público do estado pressiona por mais mudanças.

Os estudos dos ninhos e o monitoramento contínuo fizeram avançar como nunca o conhecimento da espécie. “É um caso de grande sucesso de conservação de animais no Brasil, não só de aves”, diz o biólogo Silveira, mentor de Pacífico. “A Erica é um dínamo. Poucas pessoas no Brasil dariam conta do que ela faz. E no começo era tudo ainda muito mais precário. Eu ficava sem dormir imaginando ela se virando lá na Caatinga.”

Hart, que era do contra, encontrou Pacífico apenas uma vez, num alojamento da Estação Biológica de Canudos que hoje é usado para receber turistas que desejam ver a grande revoada. Foi quando a equipe voltava de campo, trazendo um filhote de arara num cesto. A ave era a segunda a cair de um ninho do paredão e a única a sobreviver. “O bichinho chegava na frente da toca pra tomar Sol ou pra chamar os pais, sapateava, escorregava e caía. A gente já tinha salvado um e devolvido pro mesmo ninho, mas ele caiu de novo e morreu”, recorda Pacífico. Dorivaldo desceu de rapel até a cavidade e corrigiu o declive do ninho com uma camada de cimento. Depois, o filhote foi devolvido ao ninho. A bióloga conta que Hart observou a dedicação da equipe e gostou. “Ela viu que a gente estava fazendo um trabalho para dar certo, para ajudar as araras.” Hart morreu em 2020, aos 87 anos.

Pacífico foi mais longe com as aves, literalmente. Na sua pesquisa de doutorado, defendido na Espanha, começou a investigar a distribuição geográfica histórica da espécie. Através de entrevistas com mais de cem moradores idosos, encontrou novos locais com dormitórios, além de seis áreas onde a espécie havia desaparecido. Uma delas ficava a 320 km de Canudos, na Área de Proteção Ambiental (APA) do Boqueirão da Onça, região vizinha ao parque nacional de mesmo nome, também na Bahia.

Hart foi a primeira a fazer uma expedição de peso ao Boqueirão em busca de araras-azuis-de-lear, com ajuda dos sertanejos, incluindo Dorivaldo, em 1993. O grupo passou treze dias procurando pelas aves até encontrá-las. Contaram 31 indivíduos. Quando Pacífico foi até lá, em 2012, restavam apenas duas. Elas são até hoje facilmente reconhecidas pelos moradores do lugar, que as apelidaram de Maria Careca e Maria Cabeluda, já que uma delas perdeu as penas da cabeça. Mas, como o casal não se reproduz, a população estava funcionalmente extinta no Boqueirão. “Voltei maquinada, queria repopular o Boqueirão”, diz Pacífico. “Eu era uma lunática. Não tinha como fazer, não tínhamos essas araras em cativeiro no Brasil. Estavam todas no Catar ou na Espanha.”

Foi quando os ventos fortes da região trouxeram a Enel Green Power à Caatinga, de olho num novo parque eólico. A empresa foi atrás de Pacífico para monitorar as áreas usadas pelas aves. Como só haviam sobrado as duas que não procriavam, a bióloga fez uma contraposta à empresa: reintroduzir os bichos e marcá-los com GPS.

Com o apoio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e outras instituições, além de recursos financeiros da Enel, o projeto no Boqueirão foi iniciado. Em 2019, a equipe trouxe as primeiras aves da Fundação Loro Parque, um zoológico e centro de pesquisas com a mais diversa coleção de psitacídeos do mundo, nas Ilhas Canárias, na Espanha. Agora, mais de trinta anos depois da expedição que durou treze dias, exatamente o mesmo número de araras-azuis-de-lear

ines249

daquela época voam livres pelo Boqueirão – 31 aves.

A paisagem do Boqueirão da Onça é diferente da de Canudos. Ainda estamos na Caatinga, só que nas alturas, em elevações que passam dos mil metros. Em vez de paredões avermelhados e dramáticos de arenito, aqui as montanhas de quartzo e calcário são cinzentas e suntuosas. Em junho passado, a temperatura era amena, com manhãs frias e neblina.

A base de campo do Boqueirão tem certos luxos, como água corrente e luz de fonte solar. A casa de dois quartos fica em Cercadinho, uma comunidade no município de Campo Formoso onde os vizinhos cuidam de suas roças durante o dia e se reúnem nas ruas à noite para prosear. Além de gerar a base de campo, o Grupo de Pesquisa e Conservação da Arara-azul-de-lear, liderado por Pacífico, construiu um recinto de soltura para fazer a reintrodução das aves. O espaço é um grande viveiro feito com blocos de cimento e tela de arame galvanizado, de 6 metros de altura, 6 metros de largura e 15 metros de comprimento. Mais de 25 instituições apoiam o projeto de soltura, em parcerias intermediadas pelo ICMBio.

O viveiro fica na propriedade de Jonas Cezário que, junto com o irmão, ajudou Hart em suas expedições nos anos 1990. A família cuida de uma roça caprichada, com mamona, milho, mandioca e, claro, licuri. Antes de serem soltas, as araras passam por um período de adaptação no recinto. A primeira soltura ocorreu em 2019. Seis aves que haviam nascido sob cuidados humanos na Fundação Loro Parque voltaram para a natureza. Mesmo depois de livres, elas continuam frequentando o exterior do recinto. Vão visitar alguns novos moradores, socializar e aproveitar a comida no local, o que facilita o monitoramento dos biólogos. Certa manhã de junho, oito habitavam o viveiro no Boqueirão, empoleiradas juntinhas num tronco. Todas tinham sido resgatadas do tráfico ilegal em operações no Suriname e no Togo em 2023 e 2024. Segundo a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, uma arara-azul-de-lear pode chegar a valer mais de 200 mil reais.

Enquanto Cardoso e o assistente de campo Guilherme Feitosa, de 28 anos, traziam cachos de licuri para dentro do viveiro, sete araras deram o ar da graça do lado de fora, pousadas no topo da grade. Fátima, arara que leva a medalhinha 4J, estava bem na porta de entrada. "Essa eu reconheço pelo jeitinho da cabeça", diz Pacífico. No Boqueirão, a meta é liberar cinquenta indivíduos num período de dez anos e chegar a 250 araras livres.

A verba para o projeto foi uma condicionante ambiental para a construção do Parque Eólico Delfina, da Enel Green Power, no Brasil, a cerca de 100 km do viveiro. A companhia investiu 400 milhões de dólares em noventa torres de vento de 80 metros de altura para atender 390 mil residências. As araras receberam 4 milhões de reais, um dinheiro que também levou a melhorias na comunidade, como um poço para coleta de água e internet.

Mas a parceria desencadeou uma enxurrada de críticas. Ativistas alegam que as aves ameaçadas podem se chocar com as torres e suas pás, mesmo com as recomendações da bióloga à empresa. No entanto, até hoje nenhuma morte foi registrada no parque eólicos no Boqueirão, de propriedade da Enel, e no da região de Canudos, controlado pela multinacional francesa Voltalia, com a qual o grupo de pesquisadores fez um acordo em 2020. Nesta última, um identificador de voo foi instalado para parada automática das turbinas no caso de aproximação das aves. "Fui massacrada", lembra Pacífico. "O foco do problema foi totalmente desviado para as energias renováveis, enquanto as araras continuavam morrendo nos postes de energia elétrica de média e baixa tensão."

Para entender melhor o deslocamento das araras, o projeto marcou cada uma das araras a serem reintroduzidas com um GPS. Assim seria possível mapear as áreas frequentadas e protegê-las. "Mas deu tudo errado", conta Pacífico. "Os bichos destruíram os GPS em 2 minutos." Psitacídeos são particularmente difíceis de marcar com GPS porque estão sempre limpando e alisando as penas com seus bicos afiados, às vezes com ajuda dos parceiros, danificando ou arrancando o aparelho. Cada *bio-logger* (nome técnico do GPS preso nos animais) custa 1,3 mil euros (cerca de 8,3 mil reais) e pesa 15 gramas, sendo que uma arara-azul-de-lear pesa em média 850 gramas.

Até que uma arara chamada Poti se adaptou bem ao aparelho. Resgatada do tráfico no Rio Grande do Norte, ela passou um tempo no viveiro e foi solta em 2021. Por mais de quatro anos, mapeou diversas áreas de uso das araras no Boqueirão. "A Poti foi um marco para a espécie. Ela nos deu *insights* cruciais", diz a bióloga Fernanda Riera Paschotto. Ela trabalha com Pacífico desde 2015 e, em junho, defendeu sua tese de mestrado no Instituto de Biociências da USP com os dados coletados dos GPS da Poti e de outras dez araras (três deram mais de dois anos de dados, enquanto as restantes deram em torno de 10 a 30 dias).

Riera verificou que os locais de descanso e alimentação das aves estão predominantemente fora de áreas protegidas e, com frequência, em espaços agrícolas e perto de linhas de distribuição de energia. Há registros de Poti em áreas a menos de 5 km do parque eólico, embora não frequentes. "Esse padrão de uso do espaço reforça a alta vulnerabilidade das araras a pressões humanas", diz Riera. "É um conhecimento essencial para o planejamento de ações de conservação."

Os dias de Poti como cartógrafa, no entanto, estavam contados. Em junho passado, quando eu conversava com Pacífico no alto de um andaime, monitorando as araras de binóculos, ela notou que Poti estava em apuros, com um cordão pendurado no corpo. Era a fita de amarração do GPS, que havia sumido. A ave estava visivelmente incomodada. Logo, uma operação foi montada para resgatá-la.

Poti tinha sido vista fazia pouco tempo pareada com outra fêmea, que provavelmente ajudou a arrancar o GPS da parceira. A homossexualidade em psitacídeos é pouco conhecida e chega mesmo a confundir os biólogos, já que os casais procuram ninhos e copulam (sem gerar ovos férteis). "A cópula das araras não é igual à da galinha, uma em cima da outra", explica Pacífico. "Elas se aproximam, vão encostando uma na outra, encostando, até encostar cloaca com cloaca, e giram a cauda", descreve a bióloga, girando as mãos como se fossem as caudas. "A vocalização muda completamente. É um trinado, *trum, trum, trum, trum*, cada vez mais rápido."

Na manhã seguinte, chegamos antes das 7h no viveiro. Cardoso trouxe um cacho de licuri para usar de isca e o colocou numa parte lateral alta, em uma câmara separada do espaço principal. Poti chegou meia hora depois e ficou bicando a corda vermelha que fecharia a porta do aviário com ela dentro. "Será que ela sabe que a corda é para ela?", pensou Cardoso em voz alta.

Fátima, a arara da medalhinha 4J, também apareceu para comer, assim como o casal Asa Cruzada e Maria Amassada, o primeiro da reintrodução a ter filhotes no Boqueirão. Poti roubou um coquinho da isca e foi saboreá-lo no topo do recinto. Ela usa o pé como se fosse uma mãozinha e segura o fruto para cortá-lo. Depois, com a ponta do bico, tira a polpa e a engole.

Quando Poti voltou para pegar mais um coquinho, Cardoso puxou a corda, e a porta bateu com o bicho dentro. Feitosa entrou na câmara para pegar a ave com uma rede e a trouxe para uma salinha de concreto na entrada do recinto. Depois, segurou Poti de barriga para cima, enquanto Cardoso cortava a fita do GPS perdido. Em seguida, foi colocada uma medalhinha no pescoço da ave, número 108. Pacífico entrou em cena, preparando uma série de exames de rotina, colhendo sangue e *swabs* de bico e cloaca. Às 8h10, Poti estava pronta para voltar aos céus do Boqueirão. "Como é linda", disse a bióloga mirando o bicho, que estava quietinho, de olhos arregalados, nas mãos do assistente. "Obrigada por tudo o que você fez por nós", continuou Pacífico. "Vai ser livre, vai. E fique bem longe dos postes que dão choque, combinado?" E Poti saiu voando. ✪

MINISTÉRIO DA CULTURA, ICATU e PORTO apresentam

QUEM ESTÁ NO CONTROLE?

Direção LEONARDO BRANT

O novo documentário do Fronteiras do Pensamento investiga as tensões entre tecnologia, poder e sociedade e o que isso revela sobre o nosso presente.

Em breve no nosso canal no YouTube. Acesso pelo QR Code:

L CONTEÚDO LIVRE PARA TODOS OS PÚBLICOS.

PATROCÍNIO
Lei Rouanet Incentivo a Projetos Culturais
DelosBureau
FRONTEIRAS DO PENSAMENTO
ICATU
Porto

REALIZAÇÃO
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249

CHEIRO DE MOLEQUE

Aquele sim era o lugar ideal para um pivete sem dono crescer

RENÊ BIONOR

Naquela manhã indescritivelmente quente de 22 de abril de 1985, a Beira-Linha acordou triste devido à confirmação da morte, na noite anterior, do recém-eleito presidente da República, Tancredo Neves. Era o primeiro civil na Presidência, depois de o país passar um longo período sob as botas de militares em uma violenta ditadura. Mas, estranhamente, Tancredo nem chegou a assumir o poder, pois acabou internado às pressas na véspera do dia de tomar posse. As más-línguas dizem que ele já havia morrido bem antes.

No início da tarde, ao tentar pegar uma pipa que tinha ficado presa no alto do telhado de um barraco vizinho, acabei sofrendo uma queda de quase 3 metros de altura. A travessura deixou meu rosto quase desfigurado por causa do choque contra uma parede que, com seu improvável ângulo de aproximadamente 80 graus, só podia estar sendo sustentada por Deus e pela dupla camada de chapisco grosso.

Lembra do seu Tinga? Aquele tiozinho muito solitário, meio treteiro e meio manco, mas que jamais cambaleava ao passar perto de alguma novinha? Pois então! Se existe algum culpado pela quase tragédia que me atingiu, foi ele, visto que o que tinha construído e dado o nome de “telhado” não passava de um emaranhado de finas lâminas de zinco enferrujadas, remendadas por pedaços de telhas de amianto de segunda linha, sustentadas por ripas de madeira apodrecida, recolhidas das constantes inundações que ocorriam ao longo da bacia do Córrego do Onça, em Belo Horizonte, no início dos anos oitenta. E tudo isso coberto por um vasto tapete de folhas secas provenientes de uma exuberante mangueira que cobria o imenso quintal de seu Tinga. Aquele telhado, sim, era uma armadilha eficiente, não as geringonças que fazíamos para capturar rãs no buracão.

Não lembro quem me socorreu, mas me lembro perfeitamente do semblante ameaçador do meu pai ao me examinar e constatar que, embora eu tenha ficado ainda mais feio, iria sobreviver. Como castigo, meu pai não me levou ao hospital. Disse que, se na hora que ele acordasse, eu ainda precisasse, me levaria. Certamente tomou aquela decisão por não saber que, para o mal ou para o bem, a forma mais eficaz de ensinar é o exemplo. E esse é certamente o motivo de eu ter tido a ideia de contar essa história.

Logo após o incidente, quando eu ainda me contorcia de dor, encolhido no colo de minha mãe, que descrevia e lamentava o ocorrido para dona Antônia, nossa vizinha, fomos surpreendidos por dois forasteiros entrando por aquele beco apertado e caminhando apressadamente na nossa direção, em busca de informações sobre um “tal Nenego”.

Os mais antigos dizem que Juventino, meu pai, mais conhecido na quebrada como Nenego, tinha tanta ambição quanto os demais carroceiros que no final do século passado percorriam a Beira-Linha recolhendo material reciclável, a cada curva criando uma expectativa para, na próxima reta, superar a frustração. Disposição nunca lhe faltava, nem para farra, nem para as tretas, nem para o trampo – fazendo dele uma das pessoas mais requisitadas na quebrada que adotou como sua. Sujeito de hábitos simples, modos cativantes e totalmente desprovido de vaidades momentâneas – tanto que nem a falta dos dentes o impedia de exibir um sorriso exuberante, emoldurado pelos lábios protuberantes herdados de pretos concebidos nos cafezais da região.

Nenego nasceu e cresceu em Passabém, cidadezinha localizada às margens de algum afluente de algum afluente de algum afluente do Rio Doce, onde, além de trabalhar duro conduzindo tropas cargueiras, arrumava tempo para arrendar um pequeno canavial em que produzia, consumia e vomitava sua própria cachaça. Recém-casado, seguiu o destino reservado aos inúmeros camponeses que rumaram para os grandes centros urbanos naquele período de industrialização nacional: tornou-se mais um favelado.

Na capital, além de gambiarreiro profissional, trabalhou também como vigilante noturno durante a pavimentação da Avenida Cristiano Machado no início dos anos setenta. Mas foi quando montou seu próprio “Carrefour” – como eram apelidados os humildes botecos puxa-faca na Beira-Linha – que a vida fatalmente começou a deslanchar. Lugar animado e acolhedor, mas que, por capricho do destino, veio a desencadear sua morte prematura, ao despertar a cobiça dos tais forasteiros, que, naquele dia cinzento, estavam à sua procura para lhe tomar o revólver calibre .38 que ele cuidadosamente guardava para a segurança da sua família e de seu comércio.

Quando aqueles homens atiraram e mataram Nenego, deixando num total desamparo a minha mãe, Raimunda – conhecida como dona Rai –, com seus três filhos e pouca vivência na cidade grande, a vida mostrou mais uma vez que é ela quem escolhe o roteiro da viagem, não o viajante.

Viver na Beira-Linha era como fazer parte de uma grande família dividindo um barraco de um cômodo sem banheiro. Tudo junto e misturado. Após a morte do marido, apesar das dificuldades, mas com a ajuda de alguns vizinhos, especialmente do seu Zé-da-Meia – grande amigo e parceiro de meu pai –, dona Rai seguiu seu caminho. Humilde e com seu “jeitinho doce” (como diziam) conquistava o respeito e a admiração de todos que buscavam seus serviços de costureira. Habilidade muito requisitada pelas moças querendo encurtar ainda mais os shorts, pelos boyzinhos desejando incrementar a calça *baggy* e pelas jovens mães solteiras que precisavam remendar a fralda do filho. Porém, devido a seu jeitinho, alguns se aproveitavam e deixavam de pagar por seus serviços, ignorando o fato de que qualquer centavo fazia diferença no orçamento daquela mãe e seus três filhos.

Viúva jovem e bonita, dotada de vastos conhecimentos culinários, além de herdeira de um dos poucos barracos rebocados e do único boteco que tinha ventilador, dona Rai percebeu que morar na Beira-Linha estava se tornando cada vez mais perigoso, atraindo os piores tipos de homens – os avarentos, os pervertidos e os medíocres. Desalmados que passavam o dia bebendo no balcão do bar, do qual ela também cuidava, aporrinhando-a e fazendo falsas promessas, com o intuito no fundo de se apropriar do boteco e, de quebra, do barracão de Raimunda.

Cosme Aparecido é o meu irmão do meio e meu amigo mais longevo. Por causa da diferença de idade entre nós, sempre o considerei como um filho, ou seja, o explorei bastante. Có, como era seu apelido, era um moleque favelado raiz, crescendo num terreno fértil: jogava bola descalço, pegava traseira em ônibus e caminhões de gás, roubava fruta nas feiras e nos quintais vizinhos; enfim,

ines249

EDSON IKÊ_2025

ines249

APESAR de TUDO
FELIZ NATAL
DEU CARTÃO RECUSADO, SENHOR...
CAIXA
GALVÃO BERTAZZI 25

GALVÃO BERTAZZI_2025

era o que dava mais trabalho para a dona Rai. Mas não fazia o trabalho sozinho. Junto dele estava sempre a sua trupe travessa, formada por Testão, Claudinho, Cara-Larga, Niquito, Dinho, Zeantonio e mais um monte de pivetes dos quais eu não consigo me lembrar agora. Era prazeroso vê-los em ação, melhor ainda tentando descolar o primeiro beijo nas brincadeiras de correio elegante nas animadas festas juninas promovidas por dona Laura, que, além de torcedora fanática do Mulambinho F. C., mantinha um terreiro em sua casa. Lugar bastante frequentado e muito discriminado.

Juliana é minha irmã caçula. Uma menina doce e sossegada, que precisou de muita determinação para sobreviver ao amor excessivamente protetor de dona Rai. A vigilância sobre ela era intensa. Namorado tinha que ser discreto e persistente. Pegar na mão, nem pensar. O que não impediu Ju de namorar bastante. E um desses namorados foi Claudinho, grande parceiro do Có e filho primogênito de dona Ilca, uma senhora que revolucionou a quebrada ao chegar, por trazer consigo, além de Claudinho e seu irmão Juninho, quatro filhas namoradeiras, que iludiram muito nego na região.

Depois da morte do meu pai, tia Lúcia, irmã caçula de dona Rai, veio da roça para morar com a gente. Lúcia tinha o astral de um apresentador de programa de auditório. Inclusive, lembro que ela chegou a me levar ao saudoso programa da Tia Dulce, exibido na TV Alterosa, no início dos anos oitenta. Nesse dia inesquecível, fui convidado a subir ao palco para participar de uma brincadeira em que eu e outras crianças tínhamos que nos inclinar para trás e tentar passar debaixo de uma vareta bamba, que a cada vez ia ficando mais baixa. Não fui o campeão, mas fiquei orgulhoso por ter sido entrevistado por Tia Dulce e ainda ter ganhado de presente uma bandeja de iogurte Itambé como prêmio de consolação.

De todas as nossas tias, Lúcia era a mais animada. Onde quer que estivesse, estava junto sua alegria. Por ter permanecido solteira, se tornou uma típica tia: adorava as crianças e era adorada por elas. Depois que se mudou para Beira-Linha foi madrinha de mais de vinte crianças. Ganhava a vida costurando e trabalhando como empregada doméstica. Acostumada ao serviço pesado da roça, achava moleza lustrar pisos sintecados.

Não sei o que seria da gente sem ela, visto que era quem botava ordem na casa, fazendo com maestria o papel de pai, já que dona Rai – muito mansinha – não botava medo em ninguém. Nas épocas das vacas magras, era tia Lúcia quem garantia o nosso sustento. Às vezes, nosso único desjejum era pão dormido e restos de comida que ela trazia das casas onde trabalhava. Quando ela surgia na curva da Beira-Linha carregando um embrulho qualquer, a alegria era geral.

Eu e meu amigo Pezão costumávamos sair para coletar carcaças de pneu e sucatas de metal nas margens do poluído Córrego do Onça. Material que vendíamos no Topa Tudo que funcionava do outro lado da BR, pouco depois de uma usina. Trabalho sujo e pesado, mas que nos garantia alguns trocados para pagar pelo pão com linguiça, o refrigerante Del Rey de uva e a ficha de sinuca no lugar mais agitado e democrático da quebrada: o Bar do Genilson.

Tempo bom, infância animada, aquele sim era o lugar ideal para um pivete sem dono crescer. A liberdade era mais sagrada que o vinho que frei Carlos tomava escondido na sacristia do Salão Comunitário. Éramos uma turma unida e numerosa, por isso não tínhamos problemas em desbravar novos territórios. Aonde quer que fôssemos, éramos respeitados – e desfrutamos muito disso. Cada dia da semana a travessura ocorria num lugar diferente. Chegávamos da escola, comíamos o que tinha para comer e partíamos.

Geralmente éramos comandados por Pezão, o mais destemido da turma, juntamente com seu irmão mais velho, Berot, fato que diversas vezes resultava em violentas batalhas entre os dois para definir quem seria o líder da vez, quase sempre vencidas por Pezão, que, com seu metro e meio só de pernas e agilidade de atacante da escolinha de futebol do Jair, dominava com facilidade o irmão afoito.

– Ne-ne-nenen, da próxima vez q-q-que eu te-t-t pegar, aca-c-c-cabo com sua raça – repetia Berot todas as vezes que apanhava do irmão, sem disfarçar a gagueira que ficava ainda mais evidente sempre que ficava nervoso.

Rolávamos no chão de tanto rir.

Algumas vezes nos reuníamos em frente ao Bar do Genilson, noutras os encontros aconteciam na Boca do Beija – que, juntamente com o Salão Comunitário, eram os pontos de encontro da quebrada – para passar o tempo jogando bola, fumando guimbas e bolando finos que nos ajudavam a fazer planos para dominar o mundo. Nas férias escolares, bastava esperar pelo forte cheiro de moleque sem dono começar a impregnar o ar de forma natural. Acho que nunca mais senti tal cheiro. E era muito bom!

Entre inúmeras possibilidades, certa vez optamos por fazer um rolê diferente, desses que se faz poucas vezes na vida: íamos dar um *tchibum* na distante Lagoa dos Borges. Até hoje não sei se aquele lugar tinha algum proprietário, se esse tal Borges existiu, e muito menos o porquê de chamarem aquela poça barrenta de lagoa. Mas para nós era como se fosse uma excursão a Guarapari.

Eu me lembro que essa lagoa ficava muito além dos nossos passeios habituais, porém era do tipo que valia a longa caminhada: vastos descampados, árvores retorcidas, nascentes cristalinas, animais silvestres, olarias abandonadas e uma cachoeira de – literalmente – perder o fôlego. Pois sua água pastosa cinza-chumbo exalava um odor insuportável, por causa da poluição despejada ao longo do seu percurso por mais de cinquenta bairros. Uma pena! Se corresse água limpa na esplendorosa queda de mais de 300 metros na diagonal daquele paredão rochoso, certamente o lugar seria o mais lindo cartão-postal de Belo Horizonte.

Mas, naquele dia, voltamos a respirar e seguimos. Até que, enfim, avistamos a lagoa, que, para nossa tristeza, já havia sido ocupada por outro pessoal. A turma do Ribeiro estava se divertindo como se não houvesse amanhã. De tão à vontade, se divertiam pelados. Tirando aquelas bundas desbotadas, o visual era lindo: ao fundo, uma enorme planície onde a vista se perdia por um vasto e exuberante tapete de gramíneas verdinhas; a cor da água em contraste com o Sol da meia-tarde variava entre o verde lodo e o amarelo barranco, tendo ao centro vários pontinhos escuros, como um mamão formosa maduro cortado ao meio. E algumas roupas deixadas na beira.

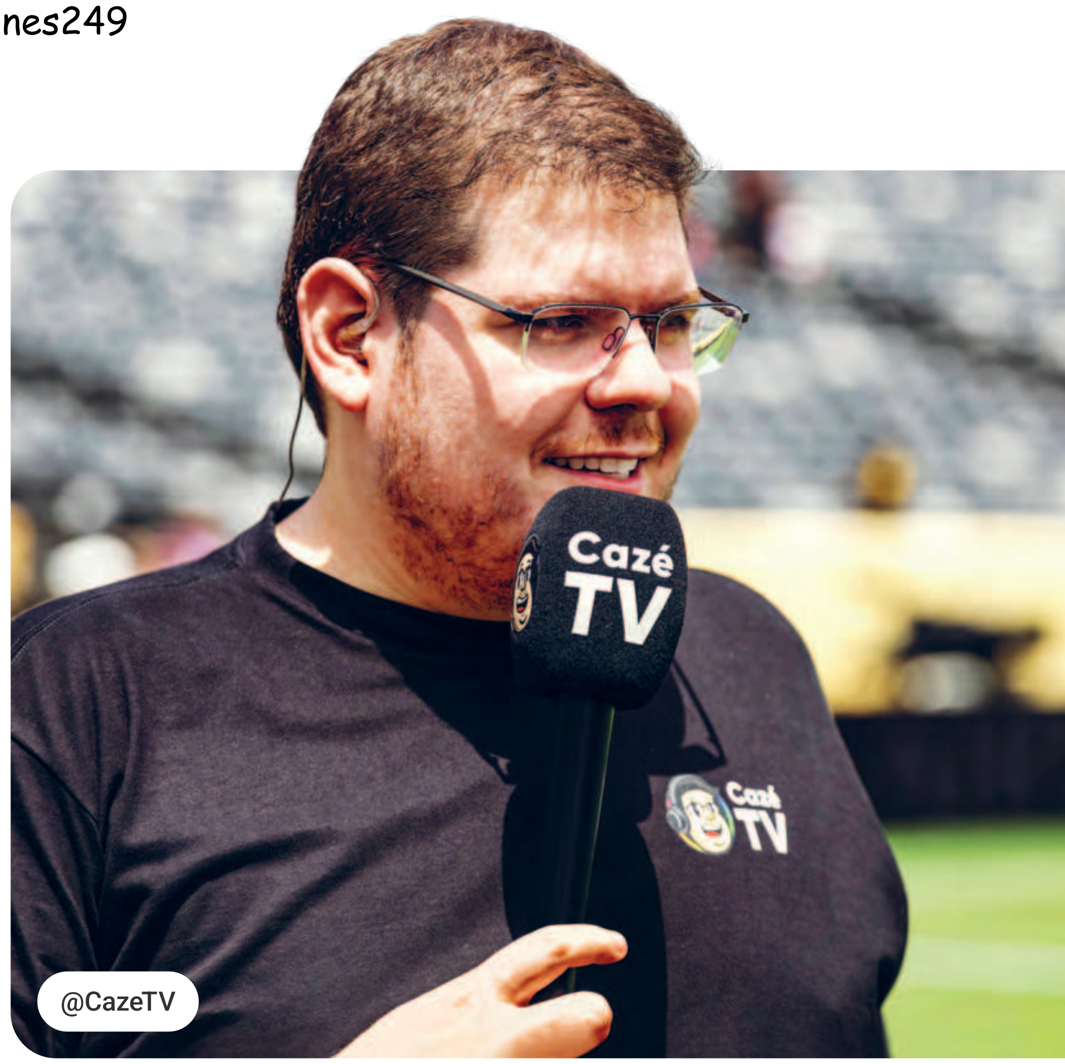
Assistimos a tudo aquilo pensando no que poderia ser feito para resolver a equação. Estávamos em superioridade numérica, mas tirá-los à força não nos pareceu uma boa ideia, visto que eles eram bem mais folgados que nós. Sugerimos então dividir a lagoa. Porém, isso não estava nos planos daqueles filhos da puta, que, com o dedo médio em riste, nos disseram: “Vaza, menó.”

Cabisbaixos e desapontados, demos meia-volta e rumamos para casa. Não lembro qual foi o idiota que deu a ideia de sacanear os caras, com o que os outros ainda mais idiotas toparam. Pegamos as roupas deles de fininho e partimos sorridentes, nos gabando da façanha. Por excesso de ingenuidade ou por arrogância, em momento algum nos passou pela cabeça a hipótese de que a turma do Ribeiro iria se dispor a correr atrás do prejuízo. Um erro que nos custou vários hematomas. Pois, quando aqueles caras saíram da água e sentiram a falta de suas roupas, deduziram o óbvio e dispararam em nossa captura. De surpresa, fomos alcançados por peladões raivosos, que desencadearam naquela planície inabitada uma porradaria sem precedentes. Pela primeira vez tivemos que correr de uma briga. Talvez por terem que correr e brigar sacolejando livremente os bagos, eles pareciam dotados de força sobrenatural.

Feridos e exaustos, chegamos na Beira-Linha com cara de quem tinha visto o diabo na cruz. Os veteranos logo quiseram saber do ocorrido. Em prantos, contamos sobre a covardia que havíamos sofrido e rapidamente formou-se um bonde da vingança. Espumando de raiva, eles partiram em caravana rumo à lagoa – iam dar uma lição nos folgados. No entanto, algumas horas depois voltaram tão ofegantes quanto nós. E pior: só de cuecas. Além de arrebentar os veteranos, a turma do Ribeiro fez com nossos heróis vingadores o que nós havíamos feito com eles.

Apesar daquela desventura juvenil, seguimos nossa jornada desbravando a periferia da capital. Mas, por medo ou precaução, não voltamos mais à Lagoa dos Borges. Tenho certeza de que naquele dia nos foi ensinada à força a mais importante lição de nossa jovem existência. Com esse aprendizado, nunca mais enfrentamos alguém que estivesse pelado. ✪

ines249



Da várzea ao estádio

O Brasil transforma qualquer jogo em react, resenha, trilha sonora, meme, narração, análise, debate e até terceiro tempo. Por aqui o futebol é vivido em todo lugar, dentro e fora do campo. E, no YouTube, o brasileiro torce, curte e compartilha a sua paixão de um jeito só seu. **Não à toa, mais de 85% do tempo de visualização dos conteúdos de canais brasileiros vem do próprio país.***

*(dezembro de 2024)

O Brasil está aqui. YouTube

ines249

poesia_SYLVIO FRAGA

LUISA FANTINEL_2025

MIRANTE MIRÓ

Um passarinho que voa me impressiona.
Um peixe que nada me impressiona.
Uma criança que anda, corre, me impressiona.
Uma árvore que cresce me impressiona.
Uma casa que se desmancha me impressiona.
Um Sol que sobe, que desce, me impressiona.
A Lua que nos arrebanha me impressiona, me arrebanha.
Um bebê que me olha me impressiona,
ele guarda um tempo que com o tempo, desmancha.
Calor guardado no vento me impressiona.
A maioria dos poemas não impressiona ninguém.
Alguns poemas me impressionam mais do que o Sol.
Um passarinho em silêncio me impressiona como um peixe em silêncio.

LUAS

Falam muito no coice do cavalo,
mas conhece o chute da vaca?
Temem a mordida do cão,
mas conhece a dentada do burro?

Fico olhando pela janela com meu gato
repetindo um groove à exaustão
até a melodia se abrir.
Você sente ela chegando lá do silêncio –

ela desce o tronco devagar
e por alguns segundos
seus olhos brilham,
é quando vocês se veem.

IGARAPÉ

O copo de água esfria o mundo,
a coisa solta que somos deseja um rumo
como as veias que nos desenham.
Nossas raízes crescem
na direção de algumas pessoas.
Lá vai meu filho, um riachinho!
A mãe viajou então dormimos juntos.
Quase sonhando, imagino nossos sonhos
coagulando em sais de liberdade
que saímos à noite pra lamber
sobre quatro pernas.
As grandes embarcações em meus olhos não o alcançam.
Ouço minha respiração firmar quase nula
como quem rema devagar pelos rios mais ínfimos
que chegam mais longe na floresta.

GUARÁ

O Cerrado tem, para olhos barrocos, muito pouco.
Espaços largos, pedras grandes, céu vasto,
árvores baixas, rios oblíquos, cachoeiras geladas.
Arroz com feijão, cachaça, limão,
o espanto de laranjas no céu com rosas
sobre a tela do dia morto,
a faísca do lobo indo de lá para lá
sob o filete de luz
entre nuvens pesadas e a terra sedenta
onde cabe apenas uma carta
que você manda pra você.

MARCADOR

Eu media juventude
pela idade de jogador de futebol.
Agora aos 37
chega o ocaso da minha sonhada carreira.
Me aposento emocionado,
aceno do gramado,
ninguém grita meu nome
então escuto os pássaros,
dou a volta olímpica, só uma,
tenho que buscar meu filho na escola,
ele e sua juventude –
como pode de repente
tudo estar começando?

STEWART ROAD

A flor da bromélia sobe em galhada
como o chifre do veado norte-americano
que eu espreitava criança,
consolado por nossas vidas paralelas.

Saíamos de carro em noite gelada
para vê-los paralisados no farol
ou saltando na meia-luz dos gramados.

Lembro da magia e minha mãe lá,
luvas de lã no volante,
problemas abrindo
e fechando na cabeça, como guelras.

POR UM MOMENTO DE SONHO

Range baixinho
o balanço do meu filho.
– Mais alto, vovó, muito alto!

Ela pede o telefone pra tirar foto
mas ninguém se mexe.
Range o pássaro enferrujado.

No meio da tarde
vislumbro a suave arquitetura do infinito
acolchoando o nada.

Há sempre uma gota no queixo dele
ameaçando,
espécie de orvalho. ✪

ines249

INDICADO AO OSCAR©
COLIN FARRELL

DO VENCEDOR DO OSCAR©
EDWARD BERGER
DIRETOR DE
NADA DE NOVO NO FRONT E **CONCLAVE**

BALADA DE UM JOGADOR

小人物之歌

OFFICIAL SELECTION
tiff50
TORONTO INTERNATIONAL FILM FESTIVAL 2025

SÓ NA NETFLIX | JÁ DISPONÍVEL

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

ines249

casa
natura musical

Verão
2026

Teresa Cristina   Nação Zumbi
Sidney Magal - Baile do Magal
Fat Family - Baile Charme   Ritaleena
Bloco do Johnny Hooker   Mari Froes
Mariana Aydar - Forrozin   CJOTA
Jaloo - Gala Profana   Getúlio Abelha
Arrigo Barnabé e Sabor de Veneno
Supercombo   Cory Wong (EUA)
Núbia e Célia Sampaio   NandaTsunami
Bruna Alimonda - Baile do Diabo Louro
Bloco Pagu   Silibrina e Antonio Nóbrega
Confraria do Pasmado   Rodrigo Alarcon
Ilú Obá De Min   Bloco Explode Coração
Bloco Beatles para Crianças

Ingressos: casanaturamusical.com.br

Leitor piauí tem 20% de desconto* com o código PIAUI20

*Para aplicar o desconto, basta selecionar a promoção "LEITOR PIAUI" e digitar o código "PIAUI20".
O desconto é válido sobre o valor da entrada inteira e disponível para até 2 compras por CPF. Promoção limitada!

Cia Aérea Oficial: Azul   Patrocínio: Heineken

cartas_dezembro

piauí_230
novembro

LUCIDEZ NA FLORESTA

Mais uma edição recheada de excelentes reportagens, como o excelente relato do repórter Breno Pires sobre a venda de sentenças na Justiça ("*Verdadeiro comércio*", **piauí_230**, novembro), que provoca nojo e revolta na população contra esse podre poder, que desmoraliza a democracia, com seus juízes e desembargadores corruptos que proliferam no nosso país de Norte a Sul, aliados a políticos que raramente são punidos – e, quando tal fato raro ocorre, são afastados da ativa e aposentados com polpudos vencimentos.

Porém, na mesma edição, o texto de *A floresta e a obra*, parte VII da série educativa *Geração democracia*, do sociólogo José Henrique Bortoluci, é um alento ao transcrever a saga de um jovem brasileiro, Erasmo Alves Theofilo, cadeirante, paraense, natural de Medicilândia, que viveu na zona rural de Anapu, área conflagrada pela bandidagem que impõe o terror naquela região. Não obstante todas as adversidades que enfrentou como camponês e ativista, continua sua luta, agora em melhores condições, pois está incluído no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Estado do Pará. Seus relatos são antológicos e lúcidos, principalmente o fecho, que demonstra sua decepção política com o que ocorre no país:

Ser brasileiro hoje é viver num país hipócrita. Saímos de um governo de morte e caímos num governo que prometeu ser esperança, mas que decepciona. O que me resta? Não desistir e tentar não ser hipócrita. Viver de um jeito que respeite quem veio antes – povos originários, quilombolas, camponeses – e que seja uma forma de resistir ao massacre que continua.

DIRCEU LUIZ NATAL_RIO DE JANEIRO/RJ

CHARLATANISMO MEDIEVAL

Em seu artigo na **piauí** de novembro (*Lula contra as direitas*), Fernando de Barros e Silva critica Merval Pereira pelo fato de este ter vaticinado o fim do governo Lula, terminando por acusar o articulista de "trabalhar para rico". Com o devido respeito, Merval nada mais fez senão reverberar o sentimento predominante na inteligência nacional (e captado pelas pesquisas de opinião), que dava como certa a vitória da extrema direita nas eleições de 2026, tendência revertida após o tarifaço de Trump contra o Brasil (resultado que se deve mais à conhecida incompetência do bolsonarismo do que à desconhecida competência do lulismo). Do meu modesto ponto de vista, a opinião de Merval foi razoável e abalizada pelo retrato do momento. Acusá-lo de "trabalhar para rico" é um argumento tão falacioso quanto cheio de vacuidade, pois nada diz ou diz o óbvio: o jornalismo, afinal, é coisa de rico, aqui compreendido como aquela seleta faixa da sociedade capaz de bancar a assinatura de periódicos e, por conseguinte, o salário de seus profissionais. Quanto ao sentido alegórico da expressão "trabalhar para rico", a narrativa de que a esquerda trabalharia para os pobres nada mais representa senão uma fantasia pueril, um charlatanismo medieval que tem levado seus entusiastas a recorrentes derrotas nas urnas.

PEDRO LEMOS_FLORIANÓPOLIS/SC

NOTA ONTOLÓGICA DA REDAÇÃO: Mas ao jornalista cabe espelhar ou questionar o retrato do momento?

LITERATURA

A retomada discursiva sobre a opinião da ensaísta, tradutora e professora de letras aposentada da USP, Aurora Fornoni Bernardini (*Murro em ponta de faca*, **piauí_230**, novembro, de José Falero), expõe o lado vulgar e frenético das redes sociais, sempre ávidas em julgar, corroborando a sociedade do espetáculo. Quanto à opinião da professora, foi bom para reacender o debate literário, nestes tempos de opiniões acomodadas e uniformes, ainda que seja bom lembrar: é uma opinião subjetiva, ainda mais em se tratando de questões literárias.

ERIVAN AUGUSTO SANTANA_TEIXEIRA DE FREITAS/BA

José Falero, grande escritor, explica tudinho sobre a falsa polêmica e dá uma chacoalhada na preguiça e no conforto fácil de muitos que escrevem livros nestes tempos de ira e tédio. Valeu, como sempre, **piauí**.

FÁTIMA PONTES_NITERÓI/RJ

NOTA RANCOROSA DA REDAÇÃO: José Falero fez uma importante defesa dos críticos literários. Ótimo. Mas ainda está para nascer, no Brasil, quem dê a cara a tapa para defender os respondedores de carta.

ines249

ESQUIZOFRENIA

Após a leitura, entusiasmado, do artigo abaixo, resolvi fazer uma divulgação entre amigos e colegas. Inicialmente fiz uma "leitura dita dinâmica" e depois reli o artigo pontualmente. Achei por bem encaminhar a esta Redação:

O título do artigo *Ela tinha esquizofrenia* (**piauí_230**, novembro) chama atenção, visto que quem tem o diagnóstico de esquizofrenia nunca deixa de tê-la: não há cura.

Na minha clínica, atendo neuróticos e psicóticos (estes com pouca demanda). Quando atendo a estes últimos, o faço sempre em parceria com um psiquiatra. O artigo me foi muito revelador, pois não tenho acompanhado pacientes com sintomatologia psicótica, nem tampouco me atualizado em "psiquiatria moderna". Eu desconhecia o termo "psicose autoimune – uma forma mais branda ou incompleta de encefalite que se manifesta apenas por sintomas psiquiátricos".

O artigo faz menção, também, a uma publicação de 2015 (Editora Belas Artes), chamada *Insana: meu mês de loucura*, uma autobiografia da jornalista Susannah Cahalan, "a 217ª paciente no mundo a ser diagnosticada com encefalite antirreceptor NMDA"; "uma proteína no cérebro que afeta o humor e a memória – como um corpo estranho, e então produzia anticorpos para atacá-lo".

Uma boa sugestão, a leitura, tanto para leigos – já que traz um histórico da psiquiatria, seus principais autores e sua evolução para os dias atuais – bem como para profissionais da área de saúde.

ADELSON ROBERTO ARAÚJO DA SILVA, PSICÓLOGO E PSICANALISTA_SÃO PAULO/SP

MITO-BRASIL

Nesta semana terrível, tentando entender a tragédia chamada "Brasil" e suas chacinas, acabei voltando a dois textos antigos, salvos ainda nos tempos da faculdade – um do Nuno Ramos (*Frankfurt, Salvador*, **piauí_108**, setembro de 2015) e outro do Paulo da Costa e Silva (*O desaparecimento do Brasil*, publicado no site da **piauí** em setembro de 2015).

O que me chamou atenção é como ambos, ainda em 2015, já intuíram o colapso do "mito-Brasil": essa ideia solar e conciliatória de um país alegre, mestiço e cordial, que serviria de disfarce para a máquina colonial continuar operando. Hoje, o que vemos é justamente esse mito se esfarelando – e, junto com ele, a tentativa de sustentar qualquer imagem de nação como harmonia possível.

O futuro que esses textos anteviam se realizou com uma clareza perturbadora. Revistas mensais e blogs (muita saudade do blog do Paulo, não há publicações desse nível na internet) acabam esquecidos no tempo, mas certos encontros – como esses textos – voltam e iluminam o presente com uma precisão incômoda.

RAUL DUARTE_SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP.

NOTA PROFÉTICA DA REDAÇÃO: A **piauí** é o *Domingo Legal* da intelectualidade brasileira. Paulo da Costa e Silva e Nuno Ramos são nossas mães Dináh.

Por questões de clareza e espaço, a **piauí** se reserva o direito de editar as cartas selecionadas para publicação. Solicitamos que as cartas informem o nome e o endereço completo do remetente.

Cartas para a redação:
REDACAOPIAUI@REVISTAPIAUI.COM.BR

WEIRD GIRLS
VINTAGE CLASSICS
livros importados na
travessa.com.br
confira os títulos:
YOKO OGAWA
Autofiction
JEWELLE GOMEZ
The Yellow Wall-paper
INTAN PARAMADITHA
Death by Hands
CHARLOTTE PERKINS GILMAN
OTTESSA MOSHFEGH
Nights at the Circus
her Fearful Symmetry
the Gilda Stories
AUDREY NIFFENEGGER
Apple and Knife
the Diving Pool

piauí

FUNDADOR
João Moreira Salles

CONSELHO EDITORIAL
Dorrit Harazim, Flavia Lima, João Moreira Salles, Marcelo P.L. Medeiros, Natuza Nery, Simon Romero, Thiago Amparo

DIRETOR DE REDAÇÃO
André Petry

EDITORES EXECUTIVOS
Alcino Leite Neto, Daniel Bergamasco

PRODUTORA EXECUTIVA
Raquel Freire Zangrandi

EDITORES
Alejandro Chacoff, Armando Antenore, Guilherme Henrique, Luigi Mazza

REPÓRTERES
Allan de Abreu, Amanda Gorziza, Ana Clara Costa, Angélica Santa Cruz, Bernardo Esteves, Breno Pires, Camille Lichotti, Consuelo Dieguez, Fernando de Barros e Silva, João Batista Jr., Pedro Tavares, Tatiane de Assis, Thallys Braga, Tiago Coelho

DIRETORA DE ARTE
Maria Cecilia Marra

EDITORA DE ARTE
Paula Cardoso

REDES SOCIAIS
Emily Almeida, Fabio Brisolla, Isa Barros

COORDENADORA DE CHECAGEM
Marcella Ramos

CHECAGEM E REVISÃO
Carlos Santos, Carolina Rodrigues, Fábio Martins, Gilberto Porcidonio, João Felipe Carvalho, Luciene Gomes, Luiza Barbara

COORDENADOR DIGITAL
Pieter Zalis

COORDENADORA DE ESTRATÉGIAS
Mariana Faria

COORDENADORA DE NARRATIVAS VISUAIS
Fernanda Catunda

ESTAGIÁRIOS
Danilo Marques, Felipe Fernandes

DIRETORA EXECUTIVA
Catarina Carvalho

DIRETOR DE ESTRATÉGIA
Vitório Canozzi

DIRETOR FINANCEIRO
Guilherme Terra

DIRETORA DE CRESCIMENTO
Heloisa Joly Prado
heloisa.joly@revistapiaui.com.br

GERENTE COMERCIAL
Isabella Jaggi
isabella.jaggi@revistapiaui.com.br

GERENTE DE PROJETOS
Bárbara Uchiyama

ESPECIALISTA DE NEGÓCIOS DIGITAIS
Felipe Poppe

ADMINISTRAÇÃO
Andréa Albuquerque, Elena Abramcheva, Elisangela Prado, Leandro Arruda, Pedro Eduardo Vinhas, Simone Cardoso

COORDENADOR DE PUBLICIDADE
Tarcisio Perroni
tarcisio@revistapiaui.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
comercial@revistapiaui.com.br
Enio Santiago [RJ]:
eniosantiago@revistapiaui.com.br
João Fernandes [SP]:
joao.fernandes@revistapiaui.com.br
Sérgio Siqueira [SP]:
sergio.siqueira@revistapiaui.com.br
Tida Cunha [SP]:
tida.cunha@revistapiaui.com.br
Paulo Tamanaha [BSB]:
paulo.cin@centrodeideiasenegocios.com.br

EDITORA ALVINEGRA
Rua Aníbal de Mendonça, 151 / 2º andar
22410-050 Rio de Janeiro / RJ
tel [21] 3511 7400
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 445 / 1º andar
05415-030 - São Paulo / SP
tel [11] 97410 3500 / [11] 3061 2122
e-mail: redacaopiaui@revistapiaui.com.br

ANER
Associação Nacional dos Editores de Revistas

IVC
Instituto Verificador de Comunicação

PRÉ-IMPRESSÃO
Antonio Rhoden

A **piauí** é impressa pela Plural Indústria Gráfica Ltda, em papel pólen bold 90 gramas nas capas e pólen soft 70 gramas no miolo, produzidos em bobinas exclusivamente para a **piauí** por Suzano Papel e Celulose S/A.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 33 645 exemplares

PARA ANUNCIAR
publicidade@revistapiaui.com.br

PARA ASSINAR
revistapiaui.com.br/assine
WhatsApp e SAC: [11] 3584 9200
Segunda a sexta, 9h às 17h30

SAC [ATENDIMENTO AO CLIENTE]
site: minhaabril.com.br
atendimento.piaui@abril.com.br
WhatsApp e SAC: [11] 3584 9200
Renovação: 0800 775 2112
Segunda a sexta, 9h às 17h30

COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Abril Assinaturas
assinaturas@revistapiaui.com.br

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL EM BANCAS
Total Express
bancas@revistapiaui.com.br

EDIÇÕES ANTERIORES
colecione@revistapiaui.com.br

www.revistapiaui.com.br

ines249

O MEXICANO DE GOIÁS

Fernando Lopes cantava bolero nos saraus de Juscelino Kubitschek

TERESA ALBUQUERQUE

REPRODUÇÃO

O cantor Fernando Lopes, que morreu aos 93 anos: vozeirão de tenor e excelente memória

Nos primórdios de Brasília, um cantor "mexicano" costumava lotar as casas noturnas da Cidade Livre, a área onde se instalavam os trabalhadores que construíam a futura capital do país. O artista interpretava boleros como ninguém e fazia tanto sucesso que a boate Bossa Nova abrigou quatro shows dele num único dia. Para divulgar as apresentações da "atração internacional", Dedé Santana – o dono do *nightclub* que, mais tarde, se tornaria um dos Trapalhões – mandou pintar uma caricatura gigante do "mexicano" na fachada do estabelecimento. O público, então, só conseguia entrar na boate se atravessasse a boca do cantor. Com sombreiro, traje *charro* e cabelo alisado a ferro quente, o intérprete soltava o vozeirão de tenor durante pelo menos uma hora. Falava o mínimo possível, sempre em portunhol, e sorria muito. Comportava-se assim para os espectadores não descobrirem que a estrela da casa era um estrangeiro de araque. A farsa durou pouco, mas até hoje desperta risadas de quem o conheceu.

O "mexicano", na verdade, nasceu em Piracanjuba, no Sul de Goiás. Chamava-se Eduardo Gomes de Faria e adotou o nome artístico de Fernando Lopes tão logo chegou à Rádio Nacional de Brasília, no início de 1959, um ano antes de o presidente Juscelino Kubitschek inaugurar a capital. O jovem negro foi o primeiro cantor contratado pela emissora. Seu pseudônimo não apenas evitava confusão com o brigadeiro Eduardo Gomes, político famoso da época, como se adequava mais às canções românticas que o rapaz entoaria na rádio e que embalariam os saraus promovidos por JK. O intérprete morreu no mês passado, aos 93 anos, em decorrência de uma infecção. No velório, houve quem se surpreendesse com seu nome de batismo: "Mas não era Fernando?"

"Ele foi o artista múltiplo da fase áurea de Brasília", afirma o jornalista e historiador Jarbas Silva Marques, amigo de Lopes desde 1960. Não bastasse o pioneirismo no rádio, o cantor apresentou o *Talento 70*, programa ao vivo da TV Nacional, um dos três canais da cidade. Nos sábados à tarde, ele recepcionava grandes astros do país, como Nelson Gonçalves, além de abrir espaço para novos talentos locais, caso de Ney Matogrosso (na ocasião, ainda Ney de Souza Pereira, técnico de laboratório no Hospital de Base).

Lopes também atacou de ator. Fez radioteatro e participou de *Brasília, princesinha do Planalto*, primeira peça escrita e montada no Distrito Federal. Embora se definisse como "um negrinho do Goiás, com aquela fala preguiçosa boa de comer pequi", ganhou o papel de Zé Carioca. O apreço pelo bolero não o impediu de vencer diversos concursos de marchinhas e sambas carnavalescos. O cantor tinha até um "rival de estimação", José Lourenço, com quem travava brigas combinadas, no estilo de Emilinha Borba e Marlene, as rainhas do rádio. O goiano trabalhou, ainda, como discotecário, iluminador, representante de gravadora e funcionário público (na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, a Novacap, por exemplo). De quebra, concebeu o primeiro carro alegórico da cidade.

Em fevereiro de 1960, quando o presidente americano Dwight Eisenhower visitou o Planalto Central, as autoridades brasileiras prepararam uma recepção para ele. A praxe recomendava decorar o ambiente com flores. No entanto, não havia como trazê-las do Rio de Janeiro ou de São Paulo sem que murchassem. Foi Lopes – então empregado da Novacap – quem teve a ideia de colher flores secas do Cerrado e juntá-las num mimoso arranjo. O presidente Kubitschek soube da iniciativa, achou tudo muito original e mandou colocar enfeites do gênero em todas as mesas do salão onde aconteceria a recepção. A partir daí, arranjos de flores secas se converteram numa das marcas registradas de Brasília.

A mãe de Fernando Lopes casou-se na adolescência com um fiscal de linhas telegráficas dos Correios. Engravidou vinte vezes, mas apenas sete filhos vingaram. A família trocou Piracanjuba pela capital de Goiás quando Lopes tinha 4 ou 5 anos. Por volta dos 12, o menino descobriu a vocação de cantor nas aulas de piano que a professora Nair de Morais ministrava na Escola Técnica de Goiânia. Parte da família se mudou depois para outro município goiano, Inhumas. Ali Lopes conheceu o jornalista Américo Fernandes, companheiro de serestas que lhe sugeriu fazer o teste na Rádio Nacional de Brasília.

Um dia, o russo Isaac Kolman, que regia a orquestra da emissora, levou o cantor recém-contratado para um sarau no Catetinho, a primeira residência oficial de JK no Distrito Federal. Compadre do presidente, o maestro apresentou Lopes como o artista que sabia todas as canções mexicanas de que o anfitrião gostava. "Na hora, bateu uma tremedeira e comecei a rezar. Era emoção demais", contava o intérprete, que logo recebeu um abraço de Kubitschek e arriscou *Granada*, *Malagueña salerosa* e *La barca*, entre outros sucessos. Agradou em cheio.

"Fernando Lopes pertencia à turma do *bel canto*. Tinha uma voz lindíssima, cristalina, e rapidamente ficou amigo de JK, o que gerou um pouco de ciúme na primeira-dama, Sarah Kubitschek. Ela reclamava: 'Lá vem aquele menino que ajuda a levar meu marido para a farra'", relembra o guitarrista, violonista e produtor musical Tião Rodrigues, o Tiãozinho. Em 16 de julho de 2015, no Distrito Federal, o instrumentista dividiu com Lopes o espetáculo *Boleros*, que abarrotou o bar e restaurante Feitiço Mineiro, hoje extinto. O show reunia canções que integravam os saraus de JK.

Parentes e conhecidos dizem que Fernando Lopes possuía excelente memória, esbanjava bom humor e se vestia com elegância. Fã de pescaria e futebol (torcia para o Vasco), o artista foi compadre de duas lendas do cancioneiro brega: Waldick Soriano e Lindomar Castilho, que cumpriu pena de reclusão depois de matar a ex-mulher, Eliane de Grammont. O temperamento afável do goiano, porém, encobria uma faceta tinhosa. Certa vez, ele brigou com um antigo camarada por um motivo bobo e passou uns dois anos ignorando o sujeito, apesar de encontrá-lo regularmente no boteco que frequentou durante quase duas décadas: o No Grao ou "bar da Baixinha". Lá gostava de assistir ao *Jornal Nacional* na companhia de amigos enquanto tomava uma dose de uísque ou cachaça. Às vezes, até ajudava a dona do boteco a atender os fregueses. Ele só não aparecia às quartas-feiras, quando batia ponto na maçonaria. Diariamente, antes do almoço, dava um pulo em outro bar, o do Luizão, onde pedia "uma pinguinha" e um pastel de carne.

Lopes parou de se apresentar profissionalmente na década de 1970, sem nunca ter lançado um disco, e transformou o canto em hobby. Como os empregos públicos lhe garantiram uma boa aposentadoria, mantinha o hábito de viajar para pescarias em Mato Grosso ou Goiás. Morava com a filha, o genro e o sobrinho numa casa espaçosa do Lago Norte e só deixou de dirigir o próprio carro – um Corolla – pouco antes de completar 93 anos. Aos domingos, assumia o microfone do No Grao lá pelas 21h30 e cantava de 4 a 6 músicas, sem receber cachê e com direito aos uivos de mariachi dos velhos tempos. A plateia adorava. A última canja ocorreu no dia 13 de abril.

Durante a pandemia, Lopes concedeu duas longas entrevistas ao jornalista Gustavo Cordeiro, que prepara um documentário sobre o goiano. A possibilidade de protagonizar um filme entusiasmava o artista. "Claro, garoto, vamos lá! Vamos fazer, sim! Vai ser um prazer!", dizia para Cordeiro. O cantor tinha isso de chamar todos os homens de "garoto" e cumprimentar a maioria das mulheres com um "como vai esta menina linda?". O mexicano de Goiás era, acima de tudo, um sedutor. ✪

ines249

AMIGOS
DO CORPO

GRUPO CORPO

SEJA AMIGO DO CORPO

BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS

EXPERIÊNCIAS ÚNICAS

APOIO À ARTE

O CORPO SE COMPLETA COM VOCÊ

Acesse **amigosdocorpo.com.br**

ines24y

PATRICIA HIGHSMITH
O talentoso Ripley
intrínseca
COINTELIGÊNCIA
A vida e o trabalho com IA
ETHAN MOLLICK
intrínseca
KATÁBASIS
intrínseca
JOËL DICKER
UM ANIMAL SELVAGEM
DO AUTOR DE A VERDADE SOBRE O CASO HARRY QUEBERT
intrínseca
SenLinYu
ALCHEMISED
Uketsu
雨穴
Casas estranhas
intrínseca
Um dos maiores fenômenos da literatura de horror japonesa.
Mais de 1,5 milhão de exemplares vendidos

TODO ANO É O COMEÇO DE UMA NOVA HISTÓRIA.

QUAL VOCÊ VAI COMEÇAR AGORA?